

Sobre Viagens,
VIAGRANTES
e representações
da Amazônia



ORGANIZADORES

Maria Luiza Fernandes
Fábio Almeida de Carvalho
Sheila Praxedes Pereira Campos

**Sobre viagens, viajantes e representações da
Amazônia**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fabio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luiza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia

Maria Luiza Fernandes
Fábio Almeida de Carvalho
Sheila Praxedes Pereira Campos
Organizadores



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico e Capa

Camila Valentina Apiscope Perez

Imagens da Capa e do livro

Camila Valentina Apiscope Perez

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos

Victor dos Santos Mafra

Revisão Técnica

Maria Luiza Fernandes

Fábio Almeida de Carvalho

Sheila Praxedes Pereira Campos

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S677 Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia / Maria Luiza Fernandes, Fábio Almeida de Carvalho, Sheila Praxedes Pereira Campos, organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.
198 p. : il.

Vários autores.

ISBN: 978-65-86062-73-1

Livro eletrônico.

1 – Narrativa de viagens. 2 – Literatura brasileira. 3 – Amazônia. 4 – História e literatura. I – Título. II – Fernandes, Maria Luiza. III – Carvalho, Fábio Almeida de. IV – Campos, Sheila Praxedes Pereira. V – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 82.01(81)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:

Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos deste livro foram avaliados e aprovados por pareceristas ad hoc.

SUMÁRIO

NAS PEGADAS DOS VIAJANTES..... 8

Maria Luíza Fernandes

Fábio Almeida de Carvalho

Sheila Praxedes Pereira Campos

AMAZÔNIA COMO NARRATIVAS: ESCRITOS DE VIAGENS E A ESCRITA DA HISTÓRIA..... 18

Adrián Padilla Fernández

Maria Luíza Fernandes

A AMAZÔNIA E SUAS REPRESENTAÇÕES: ENTRE PARAÍSO E INFERNO..... 37

Maria Elizabeth Chaves de Mello

DOS SERES E ESPAÇOS “AMAZÔNICOS” NA NARRATIVA DE ALFREDO LUSTOSA CABRAL..... 52

Marcelo Zaboetzi

DAS “VIAGENS” DE THOMAS WHIFFEN ENTRE OS BORA E OS UITOTO DO NOROESTE AMAZÔNICO..... 78

Hélio Rocha

Heloísa Helena Siqueira Correia

DOS VIAJANTES DO SÉCULO XVI ÀS NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO SOBRE O BRASIL IMAGINADO..... 96

Carlos Eduardo do Prado

QUE DIFERENÇA FAZ UM SÉCULO? DUAS OBRAS DE LITERATURA DE VIAGEM SOBRE A AMAZÔNIA E UM DISCURSO..... 119

Miguel Nenevé

HENRI COUDREAU, UM FRANCÊS NO VALE DO RIO BRANCO.....	139
<i>Maria Luíza Fernandes</i> <i>Fábio Almeida de Carvalho</i>	
HAMILTON RICE: UM “VIAJANTE CIENTISTA” EM RORAIMA NO SÉCULO XX.....	155
<i>Carla Monteiro de Souza</i> <i>Maria das Graças Santos Dias</i>	
DE COMO NENÊ MACAGGI INVENTOU A AMAZÔNIA DE RORAIMA.....	169
<i>Sheila Praxedes Pereira Campos</i> <i>Roberto Mibielli</i>	
AUTORES.....	194

NAS PEGADAS DOS VIAJANTES...

*Maria Luiza Fernandes
Fábio Almeida de Carvalho
Sheila Praxedes Pereira Campos*

A história da humanidade confunde-se com a história de deslocamentos de homens e mulheres pela superfície do planeta. Os campos da História e da Literatura são eivados de narrativas de viajantes, reais e ficcionais, tal como comprovam as histórias do povo de Israel, que saiu do Egito em busca da Terra Prometida, de Marco Polo, a caminho da China, ou dos Guarani, na incansável busca da inalcançável terra sem males. Os leitores desses relatos, em que tênues linhas demarcam as fronteiras entre realidade e ficção, sempre viajaram e ainda viajam empolgados pelas narrativas de Martius e Spix, de Theodor Koch-Grünberg, mas também de Daniel Defoe, Jonathan Swift ou Julio Verne, dentre outros.

Desde que o mundo é mundo, “Por mares nunca de antes navegados”, foi preciso passar “ainda além da Taprobana”, tal e qual Camões cantou em “sonorosa tuba”, para que o mundo se desse a conhecer e ultrapassasse as fronteiras geográficas limitadas em que se reconhecia, para que pudesse, enfim, assumir as conformações espaciais que apresenta nos dias de hoje.

Assim, conhecida há vários séculos, as narrativas de viagens ganharam interesse especial da academia nas últimas décadas, configurando-se, além de entretenimento agradável e deleitoso, em importantes fontes para pesquisas. Nesse passo, compactuamos com Padilla e Fernandes, em texto nesta obra, e “entendemos as narrativas de viagens em seus diferentes formatos como textualidades de grande riqueza para se aproximar e compreender as dinâmicas de diferentes momentos históricos, marcas econômicas, políticas e socioculturais, assim como características dos sujeitos sociais”.

Tendo em vista a relevância de tais relatos, os cursos de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, PPGSOF, e o de Pós-Graduação em Letras, PPGL, ambos da Universidade Federal de Roraima, UFRR, tiveram a iniciativa de organizar o presente volume que, por certo, trata de tema que interessa a muitas áreas do conhecimento.

Nesta publicação, detivemo-nos mais especificamente na Amazônia, que recebeu, ao longo dos últimos séculos, um diversificado grupo de pessoas, entre aventureiros, militares, funcionários administrativos, cientistas, exploradores, que legaram uma produção também diversa, entre cartas, relatórios, diários, romances e que acabaram por forjar uma representação desse espaço, uma *invenção*, nas palavras de Neide Gondim (2007)¹.

E, nessas viagens, a Amazônia, núcleo do Novo Mundo, surge como um universo que povoa a mente dos exploradores ávidos não apenas por aventuras, mas por riquezas. Assim, o leitor perceberá conosco que o imaginário sobre esse lugar tem raízes tão fortes que ainda se faz necessário problematizar temas inerentes ao que se pensa sobre o homem e a terra amazônicos, revisitando, para isso, diversos momentos, em quase mais de cinco séculos, que justificam a maneira como se deu/dá a apreensão discursiva da Amazônia.

Uma apreensão que encontra suas origens em um discurso que foi sendo gestado, apresentado e acabou por se consolidar nos inúmeros relatos, de início de portugueses e espanhóis, depois de europeus de diversas nacionalidades, sendo incorporado, também, por brasileiros, que passaram a reproduzir uma imagem que perdura até nossos dias e cujas especificidades podemos observar nos capítulos que compõem este livro.

Tendo em mente o objetivo de entender esse discurso, concordamos com a pesquisadora chilena Ana Pizarro que “conhecer a Amazônia é uma maneira de apropriá-la para o continente que a olhou sem enxergá-la” (2006, p. 101)². Para tanto, partimos do princípio de que é principalmente por meio das imagens construídas nas narrativas dos viajantes que por aqui passaram (legando-nos, ao longo dos séculos, uma vasta literatura de viagem), que o lugar Amazônia foi *inventado*, como já afirmamos anteriormente.

Para Prado, autor de texto neste livro, “é através das narrativas desses viajantes que aqui estiveram (ou não), escritas por homens de diferentes nacionalidades, compostas algumas vezes de anotações um pouco apressadas, que foi surgindo um vocabulário e todo um imaginário idealizado sobre o Brasil e seus habitantes. Isso acontece a partir do olhar do outro, do estrangeiro, daquele que vem de fora e não do olhar daquele que aqui vivia”. Ou, como nos apontam Rocha e Correia, em outro capítulo aqui apresentado, “Os relatos de viagem com base em razões científicas que conduzem a modernidade propugnam o julgamento e a

¹ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

² PIZARRO, Ana. *O sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana*. Trad. Irene Kallina, Liege Rinaldi. Niterói-RJ: EdUFF, 2006.

inferiorização dos saberes e modo de vida desses povos, a partir de um olhar que toma a ciência moderna ocidental como parâmetro para balizar o conhecimento do outro, sem levar em conta que há diferença substancial no modo como os não indígenas e os indígenas conhecem e se relacionam com o que a sociedade não indígena denomina ‘mundo’”.

Nesse sentido, é importante registramos as particularidades de certos relatos e suas ligações com questões muito mais amplas do que uma simples viagem a um lugar “exótico”, como nos lembra Miguel Nenevé em outro texto deste volume: “por algum tempo os relatos de viagem estavam inextricavelmente ligados à manutenção do imperialismo europeu. A viagem e seu produto, isto é, o relatório, ou o texto sobre a viagem, eram motivados e ao mesmo tempo motivavam a expansão colonialista, reforçando preconceitos e, de certa forma, justificando dominação de povos ‘superiores’”. Era a conformação que existia em vários discursos, em que prevalecia uma “visão da Amazônia como terra selvagem e inculta, desconhecida e misteriosa, indomável e rica, hostil e fascinante, de território virgem que deve ser conquistado, conhecido e explorado”, conforme asseveram Souza e Dias, em artigo nesse livro.

Assim, de paraíso a inferno verde, a Amazônia precisava ser “domada” e, com certeza, não seria tarefa simples. O que parece ter sido “simplificada” foi a apropriação das representações que passaram de viajante a viajante, compondo um discurso que por vezes ecoa como “único”, embora possa apresentar muitas facetas. Essa leitura que um viajante fazia do outro possibilitou uma representação bastante sólida, que conseguiu resistir à passagem do tempo e aos diversos autores, interesses, formações de quem por aqui passou e nos legou seus escritos. Ou, nas palavras de Miguel Nenevé, “Uma rede discursiva sobre a Amazônia é construída, de tal forma que mesmo que o viajante não tenha visto ele pode repetir o que o viajante anterior dissera”.

Essa questão foi amplamente discutida por Saïd (2007), que argumenta parecer “uma falha humana comum preferir a autoridade esquemática de um texto à desorientação dos encontros diretos com o humano” (2007, p. 141)³. De modo que essa “autoridade” foi bastante seguida, permitindo uma produção que, em certos aspectos, tornou-se homogênea ao apresentar “uma” Amazônia. Assim argumentam Fernandes e Carvalho, em texto nesta obra: “esses homens, misto de aventureiros e de cientistas, já chegavam à região com noções pré-configuradas sob diferentes aspectos

³ SAÏD, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

e, por conseguinte, com representações de certa maneira já também sedimentadas pela tradição instituída pelas narrativas de viagens feitas anteriormente”.

De igual modo, a relação com o *outro* nesse espaço, seja esse outro o indígena, o ribeirinho, o negro, o “caboclo”, também foi eivada de representações retiradas, como não poderia deixar de ser, do “lugar social” de quem as legava, compondo mais um discurso bastante homogêneo, que não sofria mudanças significativas muito embora a “realidade” por vezes, apontasse para outras possibilidades.

Na verdade, perpassou durante todo o período uma visão ambígua, ora do paraíso e do bom selvagem, ora do inferno e dos selvagens/canibais que habitavam. Para Maria Elizabeth Chaves de Mello, em capítulo aqui apresentado, “Essa tensão entre a imagem positiva e a imagem negativa da natureza e do homem em contato com ela é importante para nós, na medida em que comanda a discussão sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-europeus, que marcará a cultura brasileira do século XIX. Com efeito, a consciência moderna lia o nativo americano como o contrário do progresso: povos sem história, sem religião, sem escrita. Mas, por outro lado livres e nobres, sem leis, sem vícios e sem propriedades. Ou seja, há aqui a soma de duas visões: uma positiva para os europeus, povos civilizados, proclama as vantagens do progresso; outra positiva para os selvagens, denotando desencanto com a civilização”.

Essas são algumas discussões encetadas neste livro que o leitor agora tem diante dos olhos. Nele, o leitor encontrará textos de autores de diversas formações e que atuam em diferentes instituições, dentro e fora da Amazônia.

O texto que abre a coletânea ora dada à luz, intitulado **Amazônia como narrativas, escritos de viagens e a escrita da história**, é assinado pelos professores Adrian José Padilla Fernández e por Maria Luiza Fernandes, ambos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR. Eles se propõem a fazer uma reflexão, espécie de *traveling*, sobre os principais relatos de viajantes que percorreram a Amazônia em diferentes épocas. Para tanto, faz apresentação panorâmica sobre o modo que esses sujeitos instituídos de diferentes funções, por instituições várias, atribuíram sentidos e interpretaram a situação dos diversos grupos humanos com que se encontraram nesse bioma. Os autores do artigo abordam as textualidades produzidas pelos viajantes enquanto *corpus* que constitui fonte de referência importante para o conhecimento construído sobre Amazônia e seus imaginários. A análise sobre o fazer historiográfico que os autores do artigo propõem têm como esteio o pensamento de Michel de Certeau (1982), que fornece subsídios para entender o lugar de enunciação, as condições

sociais de produção, mas também os espaços dos “não ditos” na constituição da história. Com certeza a grande angular proposta pelo artigo é excelente porta de entrada para a temática que agrupa os textos da presente coletânea.

A professora Elizabeth Chaves de Mello, da Universidade Federal Fluminense, no capítulo **A Amazônia e suas representações: entre paraíso e inferno**, traz Euclides da Cunha para a cena de discussão de sua análise, apresentando-o em cada passo da viagem do autor de *Os Sertões* pela Amazônia e como seu olhar sobre esse lugar tão *À margem da história* reflete as variadas intenções do jornalista e seu olhar crítico sobre o Brasil. A autora apresenta ao leitor as correspondências de Euclides, fontes ainda inesgotáveis de pesquisa, e que revelam as ambições explícitas do escritor ao aceitar o convite que o traria à Amazônia e o abarrotaria de notas minuciosas durante sua passagem pela região. A leitura de Euclides acerca do sertanejo é, em certa medida, usada como parâmetro para a análise do homem amazônico e sua relação com a terra e o clima, obstáculos por ele enfrentados e que o fizeram perceber na prática a referência ao “*glorious climate*” que encantara Batters na Amazônia de 1848. É também a Amazônia pintada por Alberto Rangel em *Inferno Verde* que serve de configuração para o imaginário que se desvela diante do jornalista, imbuído de abalizar os aspectos científicos sobre o homem, apontado por Chaves como ainda revestidos pelo ideário do *bon sauvage* rousseauiano. Na análise da autora, o leitor encontrará os detalhes, sob a ótica do escritor, de como a Amazônia ainda oscila entre *Um paraíso perdido* e inferno verde.

O capítulo **Dos seres e espaços “amazônicos” na narrativa de Alfredo Lustosa Cabral**, de autoria do professor Marcelo Zaboetzki, da Universidade Federal do Acre/UFAC, aborda o longo relato de viagem intitulado *Dez anos no Amazonas (1897 – 1907)*. Nesse texto ainda pouco conhecido pelo grande público leitor brasileiro afeto ao gênero narrativa de viagem, o professor Alfredo Lustosa Cabral, paraibano natural da cidade de Patos, conta sobre os dez anos em que viveu procurando meios de enriquecer com o boom da extração do látex, na companhia de um irmão mais velho, em diferentes espaços da Amazônia que, nos dias de hoje, constituem o estado do Acre. O autor do artigo chama a atenção para o caráter memorialístico do relato e para sua produtividade como princípio de construção desse tipo de discurso de viajante: enquanto os fatos narrados remontam à virada do século XIX para o XX, a publicação do texto objeto da análise é datada de 1949; ou seja, quando já havia decorrido quase cinquenta anos desde o início dos eventos que compõem a narrativa de Alfredo

Lustosa Cabral. Somente anos depois de retornar a seu estado natal, o que de fato ocorreu em 1907, depois de ter-se tornado professor, o relato foi produzido. Zaboetzki discute sobre o quanto a memória, o ouvir dizer, e o ler relatos de viagem conformam as verdades que emergem desses textos e dos discursos que eles veiculam. Esse é um detalhe importante para a análise produzida pelo professor Marcelo Zaboetzki, que o emprega para sustentar o argumento de que os relatos de viagem que compõem o *corpus* desse gênero, e que tematizam a vida amazônica, é feita de lugares comuns, repetidos à exaustão ao longo da produção historiográfica sobre essa região.

Por fim, vale a pena conferir, caro leitor, o modo que o professor Zaboetzki compara as diferenças e aponta uma série de nuances narrativas existentes entre o relato produzido por Alfredo Lustosa Cabral, em contraste com outros, produzidos por diversos viajantes e por aventureiros que, tendo permanecido durante curtos espaços de tempo na região, muitas vezes sem penetrar nos recônditos dos seringais, não chegavam a conhecer os pormenores do comezinho da vida do seringueiro.

O texto seguinte da coletânea, intitulado **Das “viagens” de Thomas Whiffen entre os Bora e os Uitoto do noroeste amazônico**, foi escrito a quatro mãos pelos professores Hélio Rodrigues da Rocha e Heloisa Helena Siqueira Correia, ambos da Universidade Federal de Rondônia. Nele, os autores do artigo denunciam aquilo que consideram espécie de farsa antropológica produzida pelo viajante inglês, cujo discurso é objeto da análise que desenvolvem. Esse procedimento de denúncia é empregado, aliás, desde o título do artigo, onde o substantivo “viagens” chama a atenção por duas particularidades: pelo fato de estar entre aspas e, demais, usado no plural. Por meio desse expediente, os autores antecipam para os seus leitores que, em vez de boa etnografia, marcada por objetividade e rigor científico, por um lado, e, por outro, pela busca da compreensão da cultura do outro distante, eles encontrarão um relato de fundo ficcioso, quando não mesmo falso: uma “viagem”. E de fato, a leitura do capítulo confirma, mediante a denúncia que seus autores fazem da conivência do viajante em tela para com a violência praticada contra os indígenas n^o “O Paraíso do Diabo”, fundado e mantido pelo capitalista peruano Julio Cesar Arana, que se trata de uma fabulação que antes se propõe a fornecer certo tipo de discurso imaginativo ainda caro ao imaginário europeu – historicamente ávido pelo gênero viagem e pelas fantasias que lhe dão corpo. O texto, enfim, é escrito como incisiva denúncia

contra esse estado de coisas e contra a pretensão cientificista que supostamente direciona a observação do antropólogo inglês em sua “viagem” pela Amazônia.

No capítulo intitulado **Dos viajantes do século XVI às narrativas contemporâneas: um estudo sobre o Brasil imaginado**, o professor Carlos Eduardo do Prado, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apresenta um panorama das viagens feitas ao solo brasileiro desde seu “achamento” pelas caravelas portuguesas. Pela análise do autor, passam diversas incursões francesas que tentam abarcar nas praias do Brasil, entre eles as lideradas por Gonville e Villegagnon. Ao tratar das viagens de reconhecimento, Prado destaca as empreitadas do francês Jean de Léry e do alemão Hans Staden, responsáveis por construir relatos cujas leituras reverberam até hoje no imaginário que ainda ronda o Brasil e os que para cá ainda se aventuram, mesmo nos dias de hoje. É no ensaio de Montaigne que o autor busca explicação para esse imaginário acerca do “índio selvagem” e do exotismo, bem como da existência do Eldorado, que domina o espírito dos exploradores e aventureiros. Prado cita ainda Castelnau e Humboldt, além de outros, que, séculos depois dos primeiros viajantes, passam a moldar as expedições sob uma perspectiva mais científica, propondo “uma realidade dicotômica do Brasil”, embora ainda atraídos pelo exótico que emanava da *terra brasilis* ou da promessa de recomeço e novidade prometidos pelo Novo Mundo. Nesse ponto, o leitor é apresentado a Stefan Zweig, austríaco, que nos legou *Brasil, um país de futuro* (1944) e cuja leitura se justifica para quem busca entender os meandros constitutivos da formação discursiva sobre o país.

Em **Que diferença faz um século? Duas obras de literatura de viagem sobre a Amazônia e um discurso**, Miguel Nenevé, da Universidade Federal de Rondônia, apresenta as publicações *The Jungle Route* de Frank W. Kravigny sobre sua estada na região em 1911, no contexto da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, embora tenha sido publicada em 1938; e Alex Shoumatoff, *The World is Burning*, de 1990, em outro momento, o das discussões sobre meio ambiente e ecologia, pós assassinato de Chico Mendes. Tendo como aporte, dentre outros, Edward Said, Neide Gondim e Mary Louise Pratt, o autor encara a literatura de viagem como a possibilidade de “ser um instrumento para a expansão de um discurso colonialista”. E, muito embora o tempo decorrido entre as duas publicações, assevera que “em ambas as obras podemos perceber uma visão de mundo separado em “Primeiro Mundo”, o mundo dos “civilizados” (sangue puro) e outro Mundo, um mundo inferior do qual a Amazônia faz parte”. Ou seja, o discurso “único” permanece.

O capítulo **Henri Coudreau, um francês no vale do rio Branco**, de autoria dos professores Maria Luiza Fernandes e Fábio Almeida de Carvalho, da Universidade Federal de Roraima, apresenta uma discussão de parte da obra *La France Équinoxiale: voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* (1887), do naturalista francês Henri Anatole Coudreau (1859-1899). Pouco estudada até o momento, a obra do francês ganha novos contornos nessa análise, que recebe tratamento de “texto fundador” pelos autores, considerando-o texto importante para a formação discursiva sobre a Amazônia ao apresentar “condições de felicidade” que o inserem na lista de leituras necessárias para o entendimento desse lugar amazônico, especialmente do vale do rio Branco. Propondo respostas para a pergunta “o que Coudreau veio fazer na região do rio Branco?”, Fernandes e Carvalho apontam a importância do relato do aventureiro francês na configuração de um olhar diferenciado sobre a região, posto não tratar apenas da narração da viagem, mas de um relato minucioso da empreitada, “fruto de um olhar curioso e atento às peculiaridades do homem e da paisagem daquele ambiente considerado hostil”. Entender essa Amazônia vista por Coudreau, processada de forma meticulosa pelos autores nesse texto, que prometem ser esse apenas o primeiro de outros que virão, é indispensável para a ampliação do conhecimento sobre o homem e a natureza amazônica.

Carla Monteiro de Souza e Maria das Graças Santos Dias, professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, apresentam, no texto **Hamilton Rice: um “viajante cientista” em Roraima no século XX**, a narrativa de viagem de Hamilton Rice em expedição empreendida entre os anos de 1924 e 1925. No contexto das expedições científicas, pelos objetivos, recursos e capacitação do pessoal empregado, o empreendimento legará, além do relatório que, segundo as autoras trata não apenas dos marcos geográficos, objeto da expedição, senão também de “observações e comentários sobre os lugares e as gentes”, ainda de importante acervo fotográfico e audiovisual e de mapas. Entre informações sobre a cidade e sua gente, não poderia deixar de tecer comentários sobre os indígenas e, não fugindo a regra, segundo as autoras, se por um lado, “reconhece o valor dos conhecimentos dos indígenas (...) por outro, reproduz estereótipos há séculos repetidos acerca da “natureza” das populações nativas, relacionados às suas características inatas”.

Por fim, em **De como Nenê Macaggi inventou a Amazônia de Roraima**, Sheila Praxedes Pereira Campos e Roberto Mibielli, ambos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRR, apresentam uma “viajante” que escreve,

em seus romances, sobre personagens que, assim como a autora, saem de suas terras para a sonhada Amazônia. E essa Amazônia não deixa de ser apresentada a partir dos mesmos requisitos já brindados por autores que a antecederam, embora percebam outras chaves de leitura para essa escritora que vivenciou a Amazônia de perto, posto que passou a maior parte de sua vida em Boa Vista/RR. Considerada a precursora dos romances roraimenses, Nenê Macaggi, para os autores, apresenta uma Amazônia que oscila ora entre o “ufanismo, do pertencimento de grande parte desse território ao país em que nasceu; ora em direção ao deslumbramento com o qual louva as belezas e desconfia das potências que a natureza abriga e esconde, ao mesmo tempo em que destaca a alteridade, o encontro com o estranho, o diferente, o exótico e eventualmente o místico”.

Desvendar as “várias intençõeszinhas” (como diria Mário de Andrade) por trás de cada viagem, de cada viajante e de cada relato é o objetivo de cada autor que aqui compartilha conosco suas pesquisas, buscando compreender essa Amazônia onde vivemos hoje. Neles, o convite para que o leitor explore *esses textos* (com ambiguidade assim mesmo: os textos dos relatos dos viajantes e os dos autores neste livro) e examine a construção dos discursos que perpassaram os séculos sobre esse espaço e seus habitantes.

Que o leitor não ache que aqui é mais um livro sobre viagens e viajantes. É também. Mas não só. Trata-se este volume de textos recolhidos com pesquisadores nos quatro cantos do Brasil sobre como os outros, os de fora, veem a Amazônia, seja nos relatos etnográficos que beiram o ficcional, seja nos literários que beiram o científico. O que lemos aqui são duas pontas a serem atadas por você, caro leitor. Começo e fim da viagem, se é que ela tem fim e isso é você quem dirá.

Poderá perceber, também, as mudanças e permanências de um discurso que por vezes ainda encontra eco na contemporaneidade, como coloca Marcelo Zaboetzi, em texto aqui publicado: “Observemos que o passar dos séculos e constante exploração do território amazônico, o contato com os autóctones, pelos mais diversos viajantes, homens tidos como da ciência ou o simples aventureiro, não representou uma mudança significativa no quadro representativo do espaço e habitantes da região, pelo contrário, o replicar das narrativas tem sido usado até os tempos contemporâneos para justificar a necessidade de intervenção deste espaço pelo branco civilizado, seja ele estrangeiro ou nacional. É uma malha discursiva que se repete ‘com algumas diferenças’, mas que mantém de certa forma os estereótipos”.

Ou pensar que outras construções podem estar sendo gestadas, visto a dinâmica realidade local, com suas múltiplas facetas, como colocam Padilla e Fernandes: “o conhecimento sobre a Amazônia passa pelas múltiplas narrativas históricas, literárias, jornalísticas, que já foram geradas e as que continuam sendo criadas pelos mais diversos sujeitos. Na contemporaneidade com o desenvolvimento das tecnologias digitais e suas implicações na comunicação se tem redimensionado as possibilidades de outras narrativas”.

O que o leitor perceberá é que continuam abertas as possibilidades de interpretação, reinterpretação, construção, invenção...

Então, convidamos você à leitura. Verá que se trata mesmo de mais um livro sobre viagens e viajantes. Mas, depois da leitura, enriquecido o olhar e a bagagem, verá que é um livro diferente: faltava você ler este aqui.

AMAZÔNIA COMO NARRATIVAS (ESCRITOS DE VIAGENS E A ESCRITA DA HISTÓRIA)

Adrián Padilla Fernández

Maria Luíza Fernandes

*“Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo,
e com isso imagina o narrador como alguém
que vem de longe. Mas também escutamos com prazer
o homem que ganhou honestamente sua vida
sem sair do seu país e que conhece
suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar
esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos,
podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês
sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na
realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo
modo suas respectivas famílias de narradores.
(BENJAMIM, 1994:197-198).*

INTROITO

Neste texto refletimos sobre relatos de viajantes que em diferentes épocas percorreram o território amazônico, navegaram seus rios, surpreenderam-se com a exuberância da natureza e interagiram com diversos grupos humanos deste bioma e a partir dessas experiências deixaram suas percepções em textualidades que hoje constituem fontes de referência para conhecer a Amazônia e construir os seus imaginários. Neste exercício de análise/reflexão é fundamental a visão de Michel de Certeau (1982) sobre o fazer historiográfico como uma operação metodológica que entendemos como construção discursiva com seu lugar de enunciação, condições sociais de produção e seus “não ditos” que marcam as pautas no ofício de ler e, sobretudo, de escrever sobre os fatos que constituem a história. Além disso, destacamos a importância das narrativas de viagens e sua presença em diversos formatos ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade.

VIAJAR E NARRAR NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E DOS IMAGINÁRIOS

Ao refletir sobre as narrativas de viagens sublinhamos a extensa tradição de um gênero que podemos localizar em textos desde a antiguidade, a época medieval, a modernidade até a contemporaneidade. Em diversos campos já foi debatido sobre se podem-se definir como textualidades literárias ou não-literárias, sobre as suas características para considerá-las como material historiográfico ou como gênero jornalístico. Todas essas tentativas levam o peso do contexto histórico onde aconteceram como mediação fundamental.

Na produção do poeta grego Homero (século VIII a.n.e) encontra-se uma transcendente narrativa de viagem com a *Odisseia* onde narra a saga do rei Ulisses para regressar ao seu lar em Ítaca (HOMERO, 2002). Igualmente, pode-se destacar o trabalho de outro grego, Heródoto (século V a.n.e), que escreve *História*, narrativa contínua distribuída em nove livros que conta o crescimento e o ocaso do império persa e as jornadas de Heródoto pelo Egito, Babilônia, Ucrânia, Itália e Sicília (HERÓDOTO, 1964).

Como indica a pesquisadora e jornalista Mónica Martínez (2012) as marcas dos relatos de viagens não só se encontram no Ocidente e assim destaca o trabalho do poeta japonês Matsuo Bashô (1644-1694), quando afirma que

...empreende quatro grandes viagens pelo Japão medieval, quando as estradas eram cheias de perigos e o deslocamento uma aventura. Em 1684, ele vai de Edo ao Monte Fuji e Kioto e os poemas produzidos são compilados no livro *Account of Exposure to the Fields*. Em 1687, viaja ao campo para contemplação da lua e, no ano seguinte, celebra o Ano Novo Lunar de 1688 em Ueno. Em 1689, vai à Província de Honshu. São 150 dias de viagem, 2.400 km percorridos e o livro publicado em 1694, *The Narrow Road to the Interior (Trilha Estreita ao Confim)*, mescla narrativas de viagem e poesia (BASHÔ, 1997). (MARTINEZ, 2012, p.41)

Com a intensificação do trânsito social, da mobilidade humana, se fortalece o desenvolvimento das narrativas de viagens nos mais diversos formatos e em distintos momentos históricos. A expansão dos impérios com seus avanços e declínios, os tempos das grandes navegações, o desdobramento da atividade científica, o fortalecimento das dinâmicas econômicas globais, os processos de conquista e colonização, são fatores significativos para o desenvolvimento das narrativas de viagens. Por exemplo, a experiência de Marco Polo (1254-1324), que em 1299 narra sua saga pela rota da Seda e pela corte do conquistador

mongol Kublai Kan (1215-1294) ao escritor toscano Rustichello da Pisa, quando ambos estavam presos em Gênova (1298-99), marca textual que ficou para a história como *As Viagens de Marco Polo* (MARTINEZ, 2012).

Muitas dessas textualidades se configuraram na forma de diários ou cartas de viagens como o relato do escrivão Pero Vaz de Caminha (1450-1500) que acompanhou a chegada ao Brasil da esquadra de Pedro Álvares Cabral (1500). Também podemos nos referir a viajantes naturalistas que nos séculos XVIII e XIX percorreram o território brasileiro em expedições de cunho científico, produzindo relatos. Igualmente, a evangelização mobilizou a missionários de várias ordens religiosas que fizeram seus registros e narraram as suas viagens pelo novo continente.

Os campos da literatura e o jornalismo nutrem-se com crônicas, romances e livro-reportagens resultado das criações/percepções de viajantes que percorreram o planeta. As aventuras de exploradores têm sido recolhidas em obras que podem ser consideradas como textos clássicos pela grande circulação entre várias gerações de leitores. Entre uma extensa produção encontra-se *Moby Dick*, do nova-iorquino Herman Melville (1819-1891); *Missionário, Viagens e Pesquisador na África do Sul* (1857), do escocês David Livingstone (1813-1873); *The South Pole* do explorador norueguês Roald Amundsen (1872-1928), líder da primeira expedição a atingir o Polo Sul em 1911-1912; *Diário e Anotações (Journal and Remarks)*, do cientista Charles Darwin (1809-1882) sobre sua famosa expedição no HSM Beagle (1826-1830), que foi fundamental na publicação de *A Origem das Espécies* (1859); *A Democracia na América*, do pensador político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), da sua experiência de viagem aos Estados Unidos; *De Moto pela América do Sul*, diário de uma viagem do revolucionário Ernesto “Che” Guevara (1928-1967) no ano de 1952 (MARTINEZ, 2012).

A consolidação do jornalismo a partir do século XX dá lugar a uma interação que redimensiona a arte da escrita literária e do ofício da representação dos fatos do presente que vai acontecendo. Nesse sentido, o professor-pesquisador Edvaldo Pereira Lima (1995) indica que

Num primeiro momento, o jornalismo bebe na fonte da literatura. Num segundo, é esta que descobre, no jornalismo, fonte para reciclar sua prática, enriquecendo-a com uma variante bifurcada em duas possibilidades: a da representação do real efetivo, uma espécie de reportagem com sabor literário dos episódios sociais, e a incorporação do

estilo de expressão escrita que vai aos poucos diferenciando o jornalismo, com suas marcas distintas de precisão, clareza, simplicidade (p. 138).

Trata-se de uma relação de trocas e recriação de uma linguagem que fortalece a socialização das narrativas de viagens de autoria de escritores/escritoras, cientistas, exploradores e jornalistas viajantes. É assim que nomes como Ernest Hemingway (1899-1961), Érico Veríssimo (1905-1975) e Gabriel García Márquez (1927-2014), para só indicar alguns renomados autores, comprovam as marcas literárias em relatos de viagens em jornais e revistas. Assim mesmo, é importante lembrar que a corrente jornalística conhecida como o *New Journalism*, desenvolvida nos Estados Unidos a partir da década dos anos 60 do século XX, com escritores-jornalistas como Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote, valoriza as narrativas de viagens como escrita criativa não ficcional de grande riqueza expressiva. Essa tradição narrativa cobra vida em publicações como a revista estadunidense *The New Yorker*, a espanhola *Jot Down Cultural Magazine*, a colombiana *Gatopardo* e a brasileira *Realidade* (1966-1976), entre outras.

A pesquisadora cubana Nara Araújo (2009) focaliza sua reflexão na escrita de viagens femininas para dar conta das diversidades e alteridades nessas construções escriturárias. Para ilustrar as narrativas de mulheres viajantes e a especificidade pertinente em suas abordagens, cita a Marquesa Calderón de la Barca (*Life in Mexico during a residence of two years in that country*, de 1843), a Condessa de Merlín (La Havane, de 1844) e Nísia Floresta (*Itinerário de uma viagem à Alemanha*, de 1857) que, cada uma a seu modo e a seu tempo, impuseram-se no espaço público e apresentaram discursos com sólidos conhecimentos da história do país que visitavam. Na Amazônia podemos citar Elizabeth Cary Agassiz (1865-1866) e, nas últimas décadas do século XIX, Octavie Coudreau.

Com o desenvolvimento tecnológico no campo da comunicação e suas múltiplas implicações as narrativas de viagens são fundamentais na programação de canais de TV como *History Channel* ou *National Geographic* em formatos de reportagens e/ou *reality* e com a versatilidade que oferecem as tecnologias digitais também temos os *blogs* como espaços de socialização de narrativas de viagens de internautas.

CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E FAZER HISTORIOGRÁFICO

As narrativas de viagens em seus diversos formatos podem ser consideradas como textualidades de valor para o fazer historiográfico. Esses registros feitos em um tempo presente na vivência de seus autores/autoras constituem fontes de pesquisa para compreender determinados percursos históricos de sujeitos sociais em temporalidades e espacialidades específicas. A partir das contribuições teóricas de Michel de Certeau (1982) sobre o fazer historiográfico podemos pensar nas narrativas de viagens como uma prática histórica.

Segundo o teórico francês, a historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado em um saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte. Nesse sentido, afirma que

Este procedimento paradoxal se simboliza e se efetua num gesto que tem ao mesmo tempo valor de mito e de rito, a escrita. Efetivamente, a escrita substitui as representações tradicionais que autorizavam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção. Na sua forma mais elementar, escrever é construir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco, a página (p.17).

Ao se problematizar sobre o fazer no campo da história, Certeau fala da operação histográfica como uma fabricação onde o sistema de pensamento está referido a “lugares” sociais, econômicos, culturais etc. Trata-se de uma complexidade que explicita nos seguintes termos

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita* (1982, p.66).

Nessa articulação se instauram os recursos metodológicos que propiciam uma cartografia de interesses, de documentos e questões que configuram uma construção discursiva com seu lugar de enunciação, condições sociais de produção e seus “não ditos”. As mediações e as lógicas marcam as pautas no

ofício de ler e, sobretudo, de escrever sobre os fatos que constituem a história. Por isso, Certeau insiste em que “o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar” (1982, p.73).

No capítulo V de *A escrita da História*, o historiador francês faz o que poderíamos considerar uma leitura discursiva de uma narrativa de viagem do século XVI. O texto de Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, publicado em 1578, é o relato de uma permanência na baía do Rio de Janeiro entre 1556 e 1558. No espírito da Reforma, o calvinista Léry parte de Genebra para o Brasil com alguns companheiros para participar da fundação de um “Refúgio”. No Forte Coligny, localizado na ilha de Serijipe (atual ilha de Villegagnon), no interior da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o almirante Nicolau Durand de Villegagnon recebeu a missão protestante. Logo de controvérsias pelas flutuações teológicas do almirante, Léry exila-se mais uma vez e durante três meses (fim de outubro de 1557/início de janeiro de 1558) convive com os tupinambás do litoral, antes de refazer o caminho inverso do Brasil a Genebra, e de Genebra à França (CERTEAU, 1982).

Segundo Michel de Certeau, a narrativa de Léry está localizada na dimensão da etnografia pelo destaque dado para a oralidade das comunidades tupinambá e a sua articulação com a escrita do viajante francês. O lugar de enunciação de Léry apresenta-se com clareza em um episódio-chave, no capítulo central no qual trata da religião, quer dizer, da relação que o cristianismo da Escritura estabelece com as tradições orais do “mundo selvagem”. Diz Léry, citado por Certeau:

Quanto à escrita, seja santa ou profana, não apenas a desconheciam, como também, o que é pior, não possuíam quaisquer caracteres para significar qualquer coisa: no começo quando cheguei ao seu país para aprender-lhes a língua, escrevia algumas sentenças e depois as lia diante deles que julgavam fosse uma feitiçaria, e diziam um ao outro: Não é maravilhoso que este que ontem não saberia dizer uma palavra em nossa língua, em virtude deste papel que possui e que o faz falar assim seja agora entendido por nós? Essa é também a opinião dos selvagens da ilha espanhola, que nela foram os primeiros. Pois aquele que lhes escreveu a História diz assim: os Índios, sabendo que os espanhóis sem se ver nem falar um ao outro, apenas enviando cartas de lugar a lugar se entendiam desta maneira, acreditavam que eles tivessem o espírito de profecia ou que as missivas falavam: de maneira, diz ele, que os selvagens temendo serem descobertos e surpreendidos em falta, foram deste modo tão bem mantidos em seus deveres que não ousaram mais mentir nem roubar aos espanhóis (...) Além, também, das ciências que aprendemos nos livros, das quais os selvagens são, igualmente, destituídos de todo, ainda esta invenção de escrever que nós temos, da qual eles são

também inteiramente privados deve ser colocada no rol dos dons singulares que os homens da parte de cá receberam de Deus. (1982, p. 216)

O percurso de ida e retorno do Léry que é refletido na narrativa desenha-se com a linha divisória de um *cá* do *eu-nós* (europeu-civilizado) e um *lá* do *tu-eles* (índigena-selvagem) que configura um discurso colonizador que simbolicamente constitui-se com a ausência do *Outro*. Para Certeau a história é como uma espécie de túmulo no qual uma sociedade honra e enterra aquilo que passou. Afirma que,

O Outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, honra e enterra (...) A única pesquisa histórica do “sentido” permanece, com efeito, a do “Outro”. Porém, este projeto contraditório pretende “compreender” e esconder com o “sentido” a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários (1982, p. 13).

No discurso historiográfico o real provém das determinações de um lugar de enunciação. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita.

A AMAZÔNIA COMO MÚLTIPLAS NARRATIVAS

Podemos pensar a Amazônia como um bioma que ocupa aproximadamente 40% do Brasil, como o território onde estão localizados os estados do Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Também como espaço transfronteiriço que inclui terras de países vizinhos, como as Guianas, Suriname, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia. Mas, sobretudo, como territórios caracterizados pela biodiversidade e habitados por povos indígenas desde há milhares de anos, assim como pelos povos quilombolas, caboclos e ribeirinhos que emergiram nas dinâmicas de dominação, luta e resistência nos desdobramentos do ordenamento político-econômico e sociocultural hegemônico.

Desde o século XVI tem sido uma espacialidade transitada, navegada, explorada por sujeitos, grupos humanos e instituições de diversas latitudes com as mais diversas intencionalidades. Soldados, expedicionários, missionários, cientistas e grupos migratórios aventuraram-se em deslocamentos que tem

gerado múltiplas narrativas. Consideramos que uma tecelagem de múltiplos relatos se configura na construção de uma Amazônia que habita na história, nas artes e nos imaginários sociais.

Em uma perspectiva histórica, Marcio Souza (2019) questiona-se sobre a incidência dessas viagens e ressalta que

Com a onda de cientistas viajantes, começa a ser fabricado o renitente mito que a Amazônia é um vazio demográfico, uma natureza hostil aos homens civilizados, habitada por nativos extremadamente primitivos, sem vida política ou cultural. É a Amazônia terra sem história, que tem permitido toda sorte de intromissão e arbitrariedade. Para a maioria daqueles cientistas, nem Portugal nem mesmo a Espanha eram reconhecidas como potências dignas de confiança, o que os impedia de perceber a existência de uma vida correndo com total intensidade, com rotinas, tradições, política e cultura próprias (p.163).

Em um primeiro momento, foram aventureiros e exploradores os que se debruçaram sobre o território em busca do Eldorado e da Terra das Amazonas. Já no século XVIII, desenvolve-se um interesse científico com os viajantes naturalistas. À medida que aumentava o número de expedições, crescia, também, o número de relatos e de crônicas acerca da *biossociodiversidade* da região. Depois de vários séculos, os registros, seja na escrita, em desenhos ou em fotografias, são de muita utilidade na produção científica atual, em diferentes campos de conhecimento. Assim podemos constatá-lo no epistolário e nos diários de campo, com ou sem ilustrações, de cronistas e de viajantes como frei Gaspar de Carvajal, Spix e Martius, Alfred Wallace, Henry Bates, Alexandre Rodrigues Ferreira, La Condamine, Henri e Octavie Coudreau, que ainda hoje são fontes significativas para as pesquisas sobre a Amazônia.

A primeira narrativa que nos foi legada sobre esse espaço foi a empreendida por frei Gaspar de Carvajal na conhecida e difícil viagem conduzida por Francisco de Orellana, realizada nos anos de 1541/42. Em seu texto podemos verificar algumas observações que se perpetuam nos relatos posteriores, como sobre as mulheres guerreiras, as Amazonas; o rio-mar, o Amazonas, a natureza; e as representações sobre os indígenas, oscilando entre os bons, que os ajudavam na imensa travessia, e os maus, que faziam guerra a sua passagem.

Na sequência, tivemos a viagem de Pedro Teixeira (1637-1639) que, talvez, tenha legado a mais conhecida narrativa de viagem sobre a região para o século XVII, produzida pelo frei Cristóvão de Acuña. Em diferentes condições de viagem que o seu colega de ofício anterior, mas nas mesmas expectativas de “dar

a conhecer o que se passou”, a narrativa de Acuña traz muito mais elementos sobre a região e os povos que foram encontrando. No entanto, nos deparamos com algumas questões que perpassam os dois relatos, como as relacionadas a natureza e as Amazonas. Sobre os indígenas Acuña apresenta aspectos mais significativos sobre seus costumes e manifesta a necessidade da catequização, “sem mais demora”, alertando para o seu extermínio.

Essas narrativas fazem parte de um corpus específico de escritos nos séculos XVI e XVII encampado, muitas vezes, por religiosos, denominado de Relações. Em continuidade, nos depararemos com textos elaborados a partir de outra conformação, a dos naturalistas. Contudo, concordamos com Martins (2007) ao afirmar que, esses textos, escritos a partir de uma nova perspectiva, a do discurso científico, “não foram, todavia, suficientes para cancelar completamente o referente imaginário que articulou à representação da Amazônia desde o tempo do seu descobrimento” (p. 54), como pode ser observado nos discursos subsequentes.

Essa “descoberta” da Amazônia pelos europeus que deixaram a suas marcas escriturárias das suas viagens teve a mediação do um tempo histórico de relevantes mudanças que configuram a sociedade europeia nas centúrias de início e consolidação de uma era civilizatória: a Modernidade.

Segundo Tavares (2014) os europeus viajantes construíram uma geografia imaginativa marcada indelevelmente pelos próprios interesses metropolitanos. Suas trajetórias, seus relatos e registros atendiam e contribuíam para a manutenção e expansão do poder, mas, ao mesmo tempo, eram textos de homens letrados, ilustrados, ligados, de alguma forma, ao “século das luzes”.

Neste século, contraditório por excelência (como talvez todos sejam) [...] construíram seus discursos sobre o Novo Mundo num momento no qual o território percorrido encontrava-se em disputa. Disputa majoritariamente diplomática, científica e discursiva.

Neste sentido as fronteiras eram negociadas entre impérios, entre colonizadores, colonos e habitantes “pre-cabralinos” na complexa teia de relações da zona de contato (...) Construíram paisagens dentro de paisagens num jogo de espelhos ainda amplamente aberto a novas interpretações (p.259).

Esse discurso dos naturalistas construído na dimensão das ciências, que se pautou a partir de um determinado momento com a normativa instituída pelo sueco Carl Lineu (1707-1778), com um claro interesse desde a taxonomia, poderia-se entender como um discurso competente e *objetivo*. Porém, nas notas desses registros das espécies de fauna e flora, na descrição da paisagem, podemos

identificar a *subjetividade* desses cientistas viajantes que falam desde um lugar de enunciação, um lugar social, que é a Europa da expansão moderna. A ausência do *Outro*, originário amazônico, que não só foi um acompanhante das travessias de exploração, mas protagonista efetivo nas condições sociais de produção do discurso europeu, é constitutiva dessa construção como o “não dito”, como o ocultamento que produz o etnocentrismo dominante. O lugar social também é um espaço institucional como a igreja, o poder monárquico em expansão ou a universidade. Por exemplo, na Universidade de Coimbra, após a sua reforma dos anos 70 do século XVIII, gera-se toda a dinâmica de sustentação das *Viagens Filosóficas* que partiram para os territórios da colonização portuguesa na América e em África com o propósito de procurar dados e descobertas para a produção de conhecimentos.

Além do levantamento e registro de dados de interesse científico nos relatos mostra-se uma visão estereotipada sobre os indígenas com os quais interagiram nas expedições amazônicas. Assim se evidencia em um texto de La Condamine:

[...] reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter. A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quando têm que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda a ambição de glória, honra ou reconhecimento; sem a preocupação do futuro; incapazes de previdência e reflexão; entregues, quando nada os molesta a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados (2000, p. 60)

É importante sublinhar que embora fossem os indígenas considerados preguiçosos pelo cientista francês, os trabalhos de remadores das canoas que circularam na Amazônia durante as visitas dos cientistas naturalistas foram realizados pelos povos indígenas, os quais utilizaram seus conhecimentos sobre a região para guiar essas expedições pelos rios amazônicos. Além de serem os responsáveis pela condução dos mantimentos e instrumentos de pesquisa dos naturalistas. Como registrou o próprio La Condamine, “*é preciso tudo levar às costas dos índios*” (2000, p. 46).

Outra questão que chama a atenção no texto de La Condamine, discurso a partir da ciência, respaldado por uma instituição de renome, a Academia das

Ciências de Paris, é que não se furta a citar as Amazonas, dedicando a elas um capítulo em sua obra, ainda que para afirmar que o fez “*porque me pareceu que isso se esperava de mim*” (2000, p. 33).

Entre os naturalistas destaca-se o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), brasileiro nascido na Bahia e formado em Coimbra, que viveu na Amazônia durante os anos 1783-1792, desenvolvendo observações e fazendo registros que fizeram parte do acervo levado pelas tropas napoleônicas, durante a invasão de Portugal. Afirma Souza (2019) ao se referir ao trabalho do cientista baiano que

O projeto de sua Viagem filosófica resultaria numa enciclopédia que abrange o todo, dos minerais às estruturas de produção da sociedade. Enquanto nas narrativas dos desbravadores a representação era fechada, aqui a linguagem pode dar vez a um caminho diferente, porque o interesse é de açambarcar tudo. E tudo é exatamente o que perfaz a articulação, unindo no comentário, a economia, a antropologia, os animais, as plantas, pois, ligando essa gama de realidade, reina o discurso da posse colonial (p. 181).

Sua narrativa, em forma de diários, cartas, relatórios etc., configura importante acervo sobre a região, sendo citado como de importância ímpar para quem se dedica aos estudos sobre os povos indígenas do final do setecentos. Para além dos indígenas, se ocupou de inúmeras temáticas, sendo de grande relevância, também, seus estudos sobre a fauna e a flora da região. No entanto, como as atribuições para sua viagem eram enormes, teve que se dedicar a muitas questões, algumas comezinhas, da agricultura às condições materiais das vilas, não se furtando em inventariar tudo o que via, o que o fez oscilar entre um naturalista e um funcionário da coroa portuguesa, eivado de preocupações administrativas (RAMINELLI, 1998; FARAGE, 1994).

Suas impressões sobre os indígenas continuam na mesma vertente dos escritos anteriores e, de igual modo, dos muitos que o sucederam. Assim, termos como preguiça, indolência, dentre outros, aparecem na sua narrativa, bem como elogios, sobretudo sobre os préstimos a expedição, enaltecendo, por exemplo, o trabalho desempenhado.

O século XIX apresenta mudanças, que foram significativas para os estrangeiros que queriam empreender viagens ao Brasil, ocorridas a partir de 1808, em decorrência da chegada da família real e a abertura dos portos as nações amigas. De maneira que, inúmeros viajantes, de diversas nacionalidades,

pueram entrar no Brasil para iniciar suas atividades, as mais variadas possíveis. Nesse século também presenciamos mudanças nas concepções das viagens, agora mais detidamente sob os auspícios das ciências.

A região amazônica será palco, então, de muitas iniciativas que até aquele momento eram exclusivas para luso-brasileiros, com raras exceções, com a concedida a La Condamine. Assim, teremos, para citar apenas algumas, as viagens de Spix e Martius (1817-1820), Bates (1848-1855), Spruce (1849-1855), Wallace (1851-1852), Agassiz (1865-1866) e Coudreau (1883-1899). Seriam viagens com o intuito de pesquisas, em sua maioria de pessoas com trânsito em academias de ciências e/ou com formações específicas para os trabalhos que estavam se debruçando. Não obstante, suas narrativas apresentam não apenas os resultados de trabalhos sobre suas especialidades, mas suas considerações sobre uma série de questões que entendiam ser necessárias mencionar ou as mencionavam por serem dirigidas a um público leitor particular, ávidos pelas narrativas de viagens. Entre elas nos deparamos, novamente, como não poderia deixar de ser, com as relacionadas a natureza, foco de muitos desses pesquisadores que se intitulavam naturalistas, e sobre os indígenas.

Com objetivos, muitas das vezes, relacionados a fauna e a flora, a natureza será uma constante nesses relatos, permanecendo uma narrativa de exaltação, por vezes de surpresa, outras de certo temor quanto a mesma ser “domada”, condição necessária para se viver nessa região. Notadamente, seria por essa natureza que os viajantes viriam para o país, para contemplar a “exuberância da vida animal e vegetal”, como citou Wallace (1979). Contudo, há uma preocupação em detalhar melhor essa natureza, com explicações singulares sobre o que encontravam ou sobre a especialidade do narrador.

Mesmo com objetivos específicos para suas viagens, nenhum dos viajantes se furtou a escrever sobre os indígenas, por vezes para “confirmar” certas observações sobre seu “caráter”, outras para minuciar determinadas situações do cotidiano. Nesse sentido, encontramos observações mais detalhadas, como as efetuadas por Spix e Martius que, em viagem empreendida a região em 1820, dedicaram várias páginas para descreverem os povos que foram contactando ao longo de seus percursos. Destacam-se, no caso dessa narrativa, as observações sobre as línguas, descrições fenotípicas dentre outras questões que começavam a fazer parte das preocupações relacionadas as ciências da época. Além da preocupação, sobretudo de Martius, sobre a constituição da formação do

brasileiro, contribuindo para as discussões sobre a miscigenação que encontrariam grande respaldo nas produções subsequentes.

De igual modo, Wallace, em meados dos oitocentos também se dedica a examinar algumas características da população indígena, no contexto de sua viagem, em partes acompanhado de Bates, a região. O autor, conhecido pela importância de suas observações para a teoria da evolução de Darwin, dedicou algumas páginas para descrever os indígenas, dentro dos parâmetros das investigações de sua época em que se esboçava a preocupação com os estudos das raças, com a pureza, com a miscigenação. Nesse contexto afirma Wallace: “Na vizinhança da civilização, o índio perde a maior parte de seus costumes típicos, modificando seu estilo de vida, sua arquitetura, seus hábitos e sua linguagem, adquirindo os preconceitos da civilização e adotando os ritos e cerimônias da religião católica romana”. Seria um problema a ser pesquisado, embora ele próprio teve a oportunidade de observá-los também em outro contexto, “nos locais onde eles ainda conservam toda a pureza de seus costumes primitivos e de suas peculiaridades tribais”. (p. 291).

Mais para o final do século, precisamente a partir de 1883, Henri Coudreau estabelece seu percurso de viagens a Amazônia, acompanhado de sua esposa Octavie, legando vários relatos. Em uma perspectiva mais etnográfica, entabula considerações sobre os indígenas da região, além de abordar outros aspectos, relacionados as questões econômicas, por exemplo. No que concerne aos indígenas, apresenta uma narrativa mais detalhada, fazendo referência a inúmeras questões, como sobre suas vidas nas aldeias e fora delas, agricultura, comércio, enfim, uma série de pontos significativos a quem se debruça sobre essas temáticas. Suas representações também perpassam as construções representativas dos demais viajantes, no entanto, apresenta alguns questionamentos ao longo da sua narrativa, como o que segue: “*O índio tem a qualidade hereditária de viver com quase nada; o civilizado aquela de trabalhar (ou de fazer trabalhar) enormemente para satisfazer as necessidades factuais sempre mais exigentes. Qual é o mais feliz?*” (COUDREAU, 1887, p. 310).

Em que pese algumas considerações pontuais externalizadas nesses relatos, podemos afirmar que possuíam uma estrutura muito semelhante no que se refere ao “outro”, imagem essa repetida à exaustão nos textos da época e que tiveram uma receptividade considerável, inclusive posteriormente.

Já nas primeiras décadas do século XX destacam-se as narrativas de autores brasileiros como Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Ambos refletem sobre a questão da relação homem/natureza, mas optam por diferentes abordagens

no encaminhamento da discussão e seu correlato escriturário. Alberto Rangel opta pela ficção, escrevendo um livro cujo título reflete concepções vinculadas à Amazônia, construídas por meio dos relatos de viajantes e de cientistas europeus: *Inferno Verde*. Por sua vez, Euclides da Cunha escreve trabalhos na linha jornalística e prefigura o projeto *O Paraíso Perdido*, não concretizado pois morreu antes de concluí-lo. Da viagem amazônica se destacam a correspondência com amigos, artigos publicados em jornais e anotações manuscritas. Também está o livro póstumo *À margem da história*, onde faz uma descrição da imensidade da paisagem amazônica

É sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou, as serranias de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas das Guianas. E como lhe falta a linha vertical, pré excelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como o dos mares (2006, p.4)

Pacheco e Silva (2012) ao refletirem sobre esse texto de Euclides da Cunha afirmam que se em *Os sertões* o escritor criou a identidade do sertanejo a partir do pressuposto de que esse homem viveu isolado do restante do Brasil, em meio as terríveis adversidades do deserto representado pelo sertão baiano, no caso da identidade do seringueiro procurou representá-la como produto de sua trágica vinda para a Amazônia como migrante sertanejo, como jagunço, que ao se transformar no “brabo” e depois no seringueiro, principalmente, nas paragens acreanas, selou seu destino como invariavelmente isolado dos modos de vida presentes no centro do país.

Por essa concepção, Euclides da Cunha criou uma origem para esse homem ao mostrar, de um lado, sua sina como indissociável à sua chegada ao deserto amazônico e, de outro, ao partir da ideia de que portou um sentido histórico marginal à civilização já que, em sua avaliação, o seringueiro realizou na Amazônia uma anomalia sobre a qual sempre foi demasiado insistir: “[...] foi o homem que sempre trabalhou para escravizar-se” (p.4)

Nos relatos de viagens de escritores brasileiros sobre a Amazônia destaca-se também o modernista Mario de Andrade (1983-1945) com sua passagem pelo território amazônico e uma produção textual diversa (artigos, cartas, textos literários) relacionada as suas experiências. Botelho (2013) considera

que a temática de viagem é estratégica para fazer uma reavaliação dos escritos amazônicos do escritor paulista, os quais, além do relato da viagem e algumas cartas da mesma época, envolvem ainda a narrativa *Balança, Trombeta e Battleship* ou o descobrimento da alma, que começou a escrever durante a viagem e permaneceu inédita até 1994, crônicas e artigos de jornais, como os publicados no Diário Nacional, além da considerada por alguns estudiosos a mais importante narrativa ficcional em prosa do modernismo brasileiro, *Macunaima*, publicada em 1928, e *O Turista Aprendiz* (edição póstuma) onde Mario de Andrade coloca em execução seu projeto estético-ideológico sobre o processo de interpretação da cultura brasileira, no qual a Amazônia ocupa um lugar privilegiado.

Nessa avaliação que faz o professor-pesquisador da UFRJ da narrativa de Andrade, sublinha-se um olhar cultural que tenta dar conta de uma configuração civilizatória complexa que acontece no território brasileiro com as suas dinâmicas sócio-históricas, nesse sentido afirma

Vejo nos escritos amazônicos de Mário de Andrade uma concepção plural de civilização, em que há lugar para as diferenças e para uma convivência mais democrática entre diferenças sem ignorar, porém, a desigualdade social e os embates de poder aí envolvidos. Civilizações, e não apenas uma única civilização. A lição não é pequena se lembrarmos dos velhos e novos processos de homogeneização e padronização das condutas, sentimentos, imaginações e linguagens que, ainda que em novas configurações, nos perpassam contemporaneamente. Em suma, uma visão plural de civilização, mais sincrética que sintética (BOTELHO, 2013, p.21).

Antes de finalizarmos, torna-se importante mencionar os trabalhos de Theodor Koch-Grünberg que, para além de ter “apresentado” Makunaima a Mário de Andrade, legou importante narrativa sobre os indígenas da região circum-Roraima. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, o etnógrafo alemão percorreu algumas partes da Amazônia tendo duas obras traduzidas para o português: *Dois anos entre os indígenas* e, a mais conhecida, *Do Roraima ao Orinoco*.

Muito embora, por vezes também tenha apresentado uma visão contraditória sobre os povos indígenas, para Carvalho, “ajudou a evidenciar a participação dos índios na formação da nacionalidade brasileira”. E vai mais além: “contribuiu também para o reconhecimento dos direitos inalienáveis dos índios a viver nas terras que tradicionalmente ocupam, de acordo com suas próprias culturas e desígnios” (CARVALHO, 2016, p. 681).

Desse modo, os relatos desses viajantes com as suas narrativas ficcionais e não ficcionais trazem à tona a questão tanto da construção histórica quanto dos imaginários sociais sobre a Amazônia. Essas múltiplas narrativas constituem-se em fontes significativas para mergulhar nos conhecimentos sobre uma realidade complexa que tem a ver com biodiversidade, história, cultura e as construções simbólicas imbricadas neste território continental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos as narrativas de viagens em seus diferentes formatos como textualidades de grande riqueza para se aproximar e compreender as dinâmicas de diferentes momentos históricos, marcas econômicas, políticas e socioculturais, assim como características dos sujeitos sociais. Além disso, constituem-se em fontes de grande importância no debruçar das operações historiográficas, no sentido entendido pelo Michel de Certeau, nos processos de construções no campo da história, mas também em outros campos como a geografia, a antropologia, a sociologia e a literatura, entre outros.

Destacamos aqui duas construções que permearam as narrativas e solidificaram as representações sobre a Amazônia. A primeira diz respeito a natureza, em suas muitas e, por vezes, discordantes acepções: esdrúxula, exuberante, perigosa, mortal, bela, imensa, difícil de domar etc. A segunda sobre as populações que aqui habitavam/habitam, os inúmeros povos indígenas, de igual modo, divergentes: bons, maus, preguiçosos, selvagens, afáveis, doces, ladrões, laboriosos etc.

Seria, nesse sentido, pertinente entendê-las dentro das acepções aqui apresentadas, de construção e representação. A construção de uma imagem sobre a natureza, partindo do paraíso e culminando no *Inferno Verde*, e as representações sobre os indígenas, onde perpassa uma série de epítetos que demonstram a dificuldade de lidar com o Outro.

De modo que, o conhecimento sobre a Amazônia passa pelas múltiplas narrativas históricas, literárias, jornalísticas, que já foram geradas e as que continuam sendo criadas pelos mais diversos sujeitos. Na contemporaneidade com o desenvolvimento das tecnologias digitais e suas implicações na comunicação se tem redimensionado as possibilidades de outras narrativas. Por exemplo, a mobilidade humana que acontece no território amazônico se configura com as

vivências de viajantes que com a versatilidade tecnológica tem a possibilidade de gerar narrativas através de redes sociais eletrônicas como *facebook*, *whatsapp*, *instagram* e outras, sobre as suas travessias, suas descobertas e seus aprendizados.

Enfim, continuamos em um processo de produções e representações, e a necessária discussão dessas narrativas.

REFERÊNCIAS

ACUNÃ, Cristóvão. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 2º Trimestre de 1865.

ARAÚJO, Nara. Verdad, poder y saber. Escritura de viajes femininas. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, 2009.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197 -221, 1994.

BOTELHO, André. A viagem de Mário de Andrade à Amazônia: entre raízes e rotas. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 57, p. 15-50, 2013.

CARVAJAL, Gaspar. Relação que escreveu Gaspar de Carvajal. MELO-LEITÃO, C. **Descobrimento do rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Fábio de A. Theodor Koh-Grünberg e a cultura brasileira. **Gragoatá**, Niterói, n. 41, p. 665-685, 2. sem. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COUDREAU, Henri A. **La France Équinoxiale**. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie. Paris: Challamel Ainé, 1887.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FARAGE, Nádia. Documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira. In:

AMOROSO, Marta R.; FARAGE, Nádia. **Relatos da fronteira amazônica no século XVIII**. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994.

FERREIRA, Alexandre R. **Viagem filosófica ao rio Negro**. 2 ed. Manaus: Editora da UFAM; Editora do INPA, 2007.

HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1964.

HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LIMA, E.P. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

MARTINEZ, Monica. Narrativas de viagem: escritos autorais que transcendem o tempo e o espaço. **INTERCOM – RBCC**. São Paulo, v.35, n.1, p. 34-52, 2012.

MARTINS, Maria Cristina. Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas. As Relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641). **Revista de História**, 156, 2007, p. 31-57.

PACHECO, Alexandre; SILVA, Adriana Conceição dos Santos da (2012). O Homem “À Margem da História” por Euclides da Cunha. In: **FENIX-Revista de História e Estudos Culturais**. Jan/Fev/Mar/Abr 2012. Vol 9. Ano IX. N 1. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**. São Paulo: Alameda, 2008.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas**. 6 ed. Manaus: Valer, 2008.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SPIX, J. B. VON; MARTIUS, C. F. P. VON. **Viagem pelo Brasil**. 3 Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

TAVARES, Hugo Moura. **Sobre o céu, a terra, a água e o ar**: representações de viajantes Ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815 (Tese doutoral). UFPA Curitiba, 2014.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

A AMAZÔNIA E SUAS REPRESENTAÇÕES: ENTRE PARAÍSO E INFERNO

Maria Elizabeth Chaves de Mello

Consideramos, com Sérgio Buarque de Holanda em *Visões do paraíso*, que os diferentes conceitos do Jardim do Éden, descritos pela Bíblia, estão na base dos discursos sobre o Novo Mundo, que se pode encontrar nas narrativas de viagem, desde o século XVIII. A América seria a representação do paraíso, com sua natureza luxuriante, o clima ameno, a longevidade dos seus habitantes e as suas riquezas naturais. Nesse contexto, insere-se a lenda do *país das Amazonas*, que permeia o imaginário europeu desde sempre. Muitas histórias sobre essas mulheres guerreiras circularam na Europa, no passado, desde a Antiguidade e, posteriormente, através dos romances de cavalaria, em que elas aparecem como mulheres guerreiras, ora brancas, ora negras.

No início do século XX, o Brasil disputava fronteiras com o Peru e a Bolívia, na região Norte. O país buscava sua identidade também na demarcação do território. Foi nesse contexto de construção, elaboração e descoberta de uma identidade geográfica, por assim dizer, que Euclides da Cunha foi enviado para a Amazônia, em missão diplomática, nomeado pelo Barão do Rio Branco, então ministro das relações exteriores do Brasil. Desde seus primeiros escritos, o autor demonstrava considerar que, para escrever sobre o Brasil, era preciso estar em situação de viagem.

Escrever sobre a nação, para ele, naqueles primeiros textos, era sinônimo de escrever sobre a natureza que a habitava. Para isso, era fundamental ir aos confins do Brasil, aos lugares mais inóspitos e desconhecidos, o que, comprovadamente, o autor fez no decorrer de sua vida de jornalista e engenheiro. Viajar a regiões mais longínquas do país exigia, do viajante-escritor, a elaboração de uma narrativa que desse conta das paisagens e espécies humanas e animais que descobria durante a viagem. Euclides da Cunha já pensava assim muito antes de Canudos e da viagem à Amazônia, como podemos constatar numa transcrição de trecho do primeiro artigo que ele escreveu na vida, o seu texto inaugural, por assim dizer, no jornal *O Democrata*, do Rio de Janeiro, em 1884:

Meus colegas:

Escrevo-os às pressas, desordenadamente... Guiam-me a pena as impressões fugitivas das multicores e variegadas telas de uma natureza esplêndida que o tramway me deixa presenciar de relance quase. É majestoso o que nos rodeia – no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida; envolta na clâmide cintilante do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora numa expansão sublime de canções, auroras e perfumes... A primavera cinge, no seio azul da mata, um colar de flores e o sol oblíquo, cálido, num beijo ígneo, acende na frente granítica das cordilheiras uma auréola de lampejos... por toda a parte a vida...; contudo uma ideia triste nubla-me este quadro grandioso – lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na frente da natureza. Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: – o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade, não será dos céus que há de partir o grande “Basta” (botem b grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chamam vida; mas sim de Londres; não finir-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra... Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor! Mas... eis-me enredado em digressões inúteis... Basta de “filosofias”!... (CUNHA, 1995b, p. 568)

Há várias questões interessantes a comentar a partir desse pequeno texto inaugural. Euclides opõe aqui a cidade - espaço de progresso e civilização - à floresta - lugar da beleza e da natureza -, filiando-se às escritas românticas sobre uma natureza que se confunde com o próprio território e o povo brasileiro. Ele se diz possuído por digressões inúteis, um viajante que escreve “às pressas” e “desordenadamente”. É o relato de alguém com o olhar ao acaso e não um olhar atento, imbuído de alguma missão ou representante de uma posição social estratégica. O que nos parece digno de nota, no trecho citado, é o fato de ele articular, completamente, escrita, viagem e natureza. Essa articulação se desenvolverá mais e marcará os seus textos elaborados a partir da missão diplomática na Amazônia.

Euclides da Cunha esteve na Amazônia durante um ano, entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905. Segundo Roberto Ventura (1991), o escritor era objeto de riso entre os seus companheiros de viagem, pelo fato de passar o tempo todo anotando o que via e ouvia, redigindo as suas impressões. Na verdade, ele elaborava seus relatórios e escrevia para amigos e familiares. Essas cartas, hoje, constituem um acervo precioso, que muito ainda pode ser explorado. Sabemos que a literatura epistolar tem o seu lugar entre o documento e a ficção, a história e a literatura. Portanto, nada pode interessar mais a um professor de literatura,

ao tentar estudar o imaginário sobre a Amazônia, do que ler as representações da região elaboradas por um jornalista, cujo relato da guerra de Canudos, não só provocou interesse sobre o incidente em si, como despertou a atenção dos brasileiros sobre aquela reunião e o sertanejo que a habitava, provocando também, até hoje, discussões sobre o lugar do imaginário em textos como *Os sertões*, na fronteira entre a História e a Ficção. A leitura e análise das cartas de Cunha sobre a Amazônia permite-nos, inclusive, circular em territórios íntimos do autor, como os do amor, da amizade, do conflito, bem como analisar suas opiniões, contextos e relações sociais.

Seria interessante começar pelo princípio, ou seja, ler primeiro a carta dirigida por Euclides a José Veríssimo, em junho de 1904, na qual o autor revela seu projeto e desejo de viajar pela Amazônia, pois, segundo ele, isso significaria um meio admirável de ampliar a vida, de torná-la útil. Declara, inclusive, que poderia viajar só, como fizera Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII, e que isso lhe permitiria estudar as características físicas e as imensas riquezas da região. Logo depois dessa missiva, Euclides foi nomeado, em agosto de 1904, chefe da comissão brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. Entretanto, partiu para a Amazônia somente em dezembro, por causa da demora na nomeação dos seus futuros companheiros de viagem, os demais membros da comissão. Essa demora, provocada por formalidades burocráticas, deixaram o escritor ansioso e impaciente, como nos mostra o texto a seguir, escrito a Domício da Gama, em carta de 28/09/1904:

... e ainda estou sem saber qual a data provável da partida porque ele nada resolveu, além da consulta que fez ao ministro, relativamente aos detalhes para se organizar a Comissão. Tudo depende da resposta àquela consulta; e eu venho pedir-lhe que influa para que ela não se demore, de modo a não se afastar muito o dia da viagem. Ainda que tenha de demorar-me em Manaus, serei mais útil lá (onde poderei firmar os preliminares dos trabalhos), do que aqui, numa atitude meramente expectante. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 210-211)

Para o pai, Euclides da Cunha é mais explícito, revelando a sua ambição enquanto brasileiro, engenheiro e escritor:

Acabo de receber do dr. Oliveira Lima um telegrama noticiando a minha próxima nomeação para a comissão de engenheiros para os limites do Peru. Não sei ainda em que cargo. De qualquer modo devo aceitar. Só terei a lucrar – como brasileiro que vai

prestar um serviço à sua terra, como engenheiro que não pode ter um trabalho mais digno, e como escritor que não poderá ter melhor assunto. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 219)¹

Com essa viagem, Euclides da Cunha não pretendia apenas conhecer a selva Amazônica, viajando para os recantos mais longínquos e desconhecidos do país. Após o sucesso impressionante com o lançamento de *Os sertões*, a viagem à Amazônia anunciava-se como uma ambição de ir mais longe ainda. Euclides, ao contrário dos seus pares, na época, que concentravam seus desejos de erudição, cultura e civilização em idas constantes a Paris, fez suas viagens sempre para regiões inóspitas brasileiras, regiões consideradas à margem da civilização e da história. Após percorrer a caatinga e acompanhar de perto o desfecho do episódio de Canudos, voltou o seu desejo para adentrar a floresta tropical amazônica e observar o grande fluxo migratório sertanejo, que acontecia nessa outra região, de certa maneira também desértica, do Brasil. Estima-se que até 1910, cerca de 500.000 trabalhadores emigrantes (a maior parte vinda do Nordeste brasileiro) já havia se dirigido à Amazônia (ARAÚJO, 1998, p. 82).

Na verdade, ele tinha, como objetivo, recolher e armazenar dados para um novo livro, ao qual daria o título de *Um paraíso perdido*, com a pretensão de produzir uma obra que cumprisse o mesmo papel e tivesse o mesmo significado, para a região amazônica, que *Os sertões* representaram para o Nordeste. Euclides revelava, assim, a sua consciência do papel que *Os Sertões* teve no conhecimento e divulgação do sertanejo de Canudos, da sua luta contra um clima e uma natureza inóspitos. Segundo Arthur Cêzar Ferreira Reis, *Um paraíso perdido* seria o resultado de reflexões amadurecidas e já distantes do impacto que a vegetação, a fauna e o clima da região amazônica teriam causado a Euclides, logo à sua chegada. Seria sua leitura madura e distanciada da Amazônia, na qual revelaria aos brasileiros um mundo novo, desconhecido, onde o homem civilizado poderia construir uma sociedade futura, livre da corrupção da sociedade. O título fazia lembrar a visão que os viajantes tinham da América desde a época dos descobrimentos até o século XIX, como um lugar onde o homem e a paisagem seriam o oposto da Europa, uma espécie de seu avesso, um lugar em que o homem puro, o *bon sauvage*, viveria em harmonia com a natureza, em sua forma primária e paradisíaca.

Ao chegar em Manaus, Euclides hospedou-se na casa do amigo Alberto Rangel, o futuro autor do livro de contos sobre a região - *O inferno verde*-, cujo prefácio foi escrito pelo amigo autor de *Os sertões*. Mais uma vez, problemas

¹ Carta ao pai, Guarujá, 08/08/1904.

burocráticos, envolvendo, desta vez, a documentação para o transporte da comissão peruana que trabalharia com os brasileiros, retardaram a partida, obrigando-o a ficar em Manaus mais tempo do que planejava. Ao analisarmos as cartas escritas nesse período em que estive na capital amazonense, podemos perceber algumas de suas impressões acerca da cidade, do clima e dos seus habitantes. E constatamos como o clima o derrubara:

Este delicioso clima traduz-se num permanente banho de vapor – e quem o suporta precisa ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuriúbas. Não o suporto. A febrícula de 38° que me assaltou é menos um caso patológico que um incidente físico – o sangue precipita-se como o mercúrio dos termômetros – e a febre aparece apenas como um reflexo da canícula. (ARAÚJO, 1998, p. 250-251)²

Nada mais irônico do que “este delicioso” clima que faz adoecer o autor. A expressão é alusão ao *glorious clime*, empregada pelo viajante Henry Walter Bates, que estivera na Amazônia em 1848 e se encantara com o seu clima. No texto de Euclides da Cunha, percebemos, bem ao contrário, uma retomada da afirmação de que o “sertanejo é antes de tudo um forte”. Na descrição da sua própria fraqueza e intolerância ao clima, percebe-se uma admiração explícita por esses bravos homens, habitantes da região, que possuem a “elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuriúbas” que os fazem suportar o clima cruel, com bravura. O homem amazonense seria, portanto, uma nova versão do sertanejo de Canudos, capaz de sofrer a rudeza e hostilidade do clima e do seu habitat, que o homem da “civilização” não suporta, e pelo qual é derrubado, antes mesmo de entrar na selva. Podemos antecipar, desde já, que, para Euclides da Cunha, o homem da Amazônia é também e antes de tudo, um forte. E é com esse pré-conceito que ele vai iniciar a sua aventura na região. Constata, inicialmente, que o habitante da região, em sua maior parte, é mestiço, um resultado do cruzamento do índio tapuia com o refugiado das secas que assolaram o Nordeste, no final do século XIX. Esses últimos, migrantes, impedidos de reproduzirem na selva a vida que levavam no sertão nordestino, procuraram adaptar-se e inventaram um novo homem, o caboclo ou sertanejo amazônico.

Felizmente a gente é boa. Em que pese ao cosmopolitismo excessivo desta Manaus – onde em cada esquina range um português, rosna um inglês ou canta um italiano – a nossa gente ainda os domina com as suas formosas qualidades de coração

² Carta a Afonso Arinos, Manaus, 12/01/1905.

e a mais consoladora surpresa do sulista está no perceber que este nosso Brasil é verdadeiramente grande porque ainda chega até cá ... (ARAÚJO, 1998, p. 250-251)³

Há aqui uma idealização quase romântica do habitante da região norte. A gente amazonense é boa, forte, corajosa, tal como o era a de Canudos, segundo o autor. A grandeza do Brasil está no seu povo bravo e bom, que não se deixa abater pelas intempéries. Euclides da Cunha, homem nascido e forjado no século XIX, filia-se às ideias e ideais positivistas do seu tempo, dedicando muito das suas crenças e valores à primazia da ciência. O cientificismo imperava no Brasil daquele momento, afetando a visão dos homens de letras, inclusive a do nosso autor estudado. Podemos ver, nesse elogio ao homem da Amazônia, fortes indícios da presença do pensamento europeu, entranhado no Brasil oitocentista. Ousaríamos mesmo afirmar que muito do que pensava o naturalista Buffon está adaptado nessas teorias do homem forte sertanejo. Buffon, comparando os animais da Europa com os da América, se pergunta se não possuem ancestrais comuns, e se suas diferenças não são oriundas de alterações devidas a condições de vida diferentes. Segundo o cientista francês, a temperatura, a qualidade da alimentação e os males da escravidão seriam os três fatores que provocariam as mudanças e a degeneração dos animais e dos homens no Novo Mundo. Antecipando-se à crença na *seleção natural* de Darwin, Buffon compartilha das ideias da teoria dos climas de Montesquieu com relação ao homem, concluindo que a Europa, pelo seu clima temperado, seria o lugar ideal para a civilização.

Na verdade, as visões negativas do Novo Mundo surgiram com força nesse movimento das luzes do século XVIII. Segundo Roberto Ventura (1991, p. 22), “a filosofia da Ilustração inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcados pela ‘negatividade’”. Em obras de autores como Buffon e outros, insistia-se na inferioridade do Novo Mundo, na fragilidade das formas de vida que o habitavam. A natureza era vista, pelos adeptos das Luzes, como um elemento a ser apreendido e dominado pela razão. Em outros termos, ela teria que ser assimilada e compreendida racionalmente e regida por leis. A razão era um atributo próprio aos europeus, aos climas temperados e à civilização. Ao Novo Mundo e, por conseguinte, os habitantes do clima tropical caberia a irracionalidade, a barbárie e a selvageria, a selva.

Contraopondo-se a essa visão, surgem, também no século XVIII, as ideias de Rousseau, herdeiro de Montaigne, que já afirmava, em “Os canibais, a superioridade-

³ Carta a Afonso Arinos, Manaus, 12/01/1905.

de do homem natural e de seu equivalente histórico – o selvagem – sobre o civilizado europeu” (VENTURA, 1991, p. 23). O Romantismo, reagindo às luzes, concede um sinal positivo à irracionalidade. Segundo Gerd Borheim (2002, p. 81), para os românticos, herdeiros de Rousseau, é a partir de nossa interioridade que poderíamos compreender “a natureza [como] ainda isenta da mácula de mão humana, estranha e anterior à cultura”. Alexander von Humboldt, inspirado pelos autores românticos, inverte, no início do século XIX, “a imagem negativa da natureza tropical e do clima americano” (VENTURA, 1991, p.27). O viajante naturalista alemão é visto como aquele que, além de confirmar a ruptura com uma descrição negativa do Novo Mundo, já antecipada por Montaigne e, posteriormente, Rousseau, uniu ciência e arte na elaboração discursiva da natureza.

Assim, inúmeros argumentos alimentam a disputa entre a idealização e a desilusão do Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX, representando o confronto do romantismo com o iluminismo. A partir da obra de Humboldt, os viajantes do século XIX constroem narrativas e relatos que valorizam o Novo Mundo, rompendo, assim, tanto com a imagem do Paraíso quanto com a depreciação iluminista. Cumpre esclarecer, no entanto, que tanto para os filósofos e naturalistas iluministas do século XVIII, quanto para os herdeiros de Humboldt no século XIX (que uniram ciência e arte, movidos pelo clima romântico do momento), a natureza passou a ser considerada objeto das ciências naturais. Enquanto no Renascimento, na época das grandes navegações, o entusiasmo pelas viagens ao Novo Mundo relacionava-as ao encantado e maravilhoso, nas viagens dos séculos XVIII e XIX ele vai se inserir no contexto de um anseio de fortalecer uma ciência natural, em consolidação. Uma espécie de laboratório ou campo de provas iluminista.

No seu famoso *Discours sur le style* (1753), pronunciado na ocasião da sua entrada para a Academia Francesa, Buffon define o estilo como resultado das ideias da perfeita adaptação da expressão ao pensamento. Segundo ele, esses são atributos do homem dos climas temperados. Argumenta que o homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a “imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil, e a condenação dos seus costumes bárbaros” (BUFFON, 1978, p. IV). Esta visão ambígua dos habitantes americanos tem duas origens: a primeira seria a imagem do Éden, projetada sobre a América desde a época dos descobrimentos, de que faláramos no início deste trabalho - lugar da eterna primavera, com temperatura constante, habitada pelo *bon sauvage*.

A segunda seria a necessidade de se legitimar a expansão colonial europeia para que as luzes pudessem ser difundidas.

Surge, portanto, uma tensão entre a imagem negativa do homem e da natureza americana (Montesquieu, com a sua teoria dos climas; Buffon, com adaptações dessa teoria etc.) e a imagem positiva que lhes empresta Rousseau, para quem a natureza seria fundamentalmente boa, não corrompida pelos males da civilização, cumprindo deixar que se desenvolva, sem modificá-la em nada, pois a sociedade é que corrompe o homem. Sem os males da civilização, a natureza humana produziria frutos de fraternidade universal. Rousseau adota, assim, a teoria do *bon sauvage*, vigoroso, simples e generoso, ignorando a corrupção das ciências e das artes, feliz por obedecer à mãe natureza.

Essa tensão entre a imagem positiva e a imagem negativa da natureza e do homem em contato com ela é importante para nós, na medida em que comanda a discussão sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-europeus, que marcará a cultura brasileira do século XIX. Com efeito, a consciência moderna lia o nativo americano como o contrário do progresso: povos sem história, sem religião, sem escrita. Mas, por outro lado livres e nobres, sem leis, sem vícios e sem propriedades. Ou seja, há aqui a soma de duas visões: uma positiva para os europeus, povos civilizados, proclama as vantagens do progresso; outra positiva para os selvagens, denotando desencanto com a civilização.

Assim, ao trocar o olhar ao acaso, do primeiro texto que aqui citamos, para um olhar interessado, vigilante, Euclides torna-se um viajante que não faz mais digressões; a selva brasileira surge, em seus escritos, com outros tons, odores e significados. Quando passa a escrever sobre a Amazônia, após percorrê-la, o autor procura romper com todos os significados e significações da natureza e do Brasil manifestadas anteriormente, de modo ambíguo e paradoxal, em seus primeiros relatos sobre viagem. No discurso proferido na sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras, depois de ter retornado da viagem à Amazônia, percebe-se essa ruptura logo em suas primeiras palavras: “Mas contra o que esperava não me surpreendi... Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura.... Calei um desapontamento.” (CUNHA, 1995a, p. 230).

Essa ambivalência do discurso torna possível a recuperação da natureza, transformando-a em fonte de inspiração. Na verdade, o século XIX será fortemente marcado por essa questão, constituindo um emaranhado de ideias

que precisamos entender, em estudos posteriores. Basta-nos ver, aqui, que Euclides da Cunha idealiza o caboclo da Amazônia, como idealizara o sertanejo de Canudos, como os europeus idealizaram o selvagem da América. Mas, se o migrante nordestino se adapta bem à paisagem amazonense, a cidade de Manaus escandaliza o jornalista:

Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei. Estaquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfriadas dos tapuios. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca ... (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 255-256)⁴

A cidade se lhe apresenta como excessivamente cidadina, civilizada, comercial, inadequada para coabitar com a selva, em tão estreita proximidade, tornando-se caipira, ao adotar resquícios de usos e costumes tapuias, com o requinte europeu. Na verdade, Manaus vivia a sua *belle époque*, rica, esplendorosa, europeia, pavimentada, com bons serviços públicos, artigos de luxo, usufruindo da modernidade que a riqueza da borracha lhe proporcionava. Era uma cidade cosmopolita em plena floresta, onde circulavam livremente e lado a lado, europeus, norte-americanos e seringueiros... Muitos símbolos representaram esse espírito cosmopolita de desenvolvimento e progresso que Manaus atravessava, em consequência do *boom* da borracha. Esse sentimento era comum, de modo geral, a quase todo o país. As grandes cidades viviam uma urbanização vertiginosa, nos mais longínquos lugares da nação esperava-se ardentemente a chegada do telégrafo e das estradas de ferro (símbolos do progresso que traria a redenção). As estradas de ferro foram um dos elementos fundamentais de integração e desenvolvimento do país; progresso e civilização eram simbolizados pela imagem do trem.

No primeiro texto publicado de Euclides da Cunha, anteriormente citado, ele é consciente de que suas posições contrárias à destruição da natureza, pelas mudanças que a locomotiva traria, seriam interpretadas como contrárias à civilização e ao progresso. Em um outro texto, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, ainda antes de Euclides da Cunha viajar à Amazônia, sua perspectiva muda:

⁴ Carta a Domício da Gama, Manaus, 1905.

Não podemos apagar o traço bem pouco civilizador que caracteriza a distensão das nossas redes de estradas de ferro. De fato, nenhuma busca o centro do país, visando a despertar as energias latentes que o afastamento do litoral adormece.

Povoam despovoando. Não multiplicam as energias nacionais, deslocam-nas.

Este fato que ninguém contesta define as anomalias de um desenvolvimento e de um progresso contestáveis. Reflete o vício de uma expansão em que não colaboram as forças profundas do país, porque vai da periferia para o centro sobre não ter o caráter francamente nacional, a pouco e pouco extinto no vigor das correntes intensivas de imigrantes que, diante da nossa indiferença fatalista pelo futuro, já vão assumindo o aspecto de uma invasão de bárbaros pacíficos.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aos remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, ascender de chofre ao nosso meio. Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo – o tempo.

A locomotiva veloz, golfando-lhes de improviso em pleno seio todas as exigências de um estado social superior, não as atrairá. Talvez as repila, ou as deixe indiferentes, ou, o que é mais sério, as deixe suplantadas.

... aferramo-nos cada vez mais às duas preocupações que se contrabatem, irreconciliáveis: a necessidade urgentíssima, improrrogável, de incorporarmos à nossa história as obscuras sociedades sertanejas e o grande espasmo financeiro que nos impossibilita desde já aquele conagraçamento pelos luxuosos meios da vida moderna (CUNHA, 1995c, p. 551-555).

Não mais estamos diante de um autor que olha para o Brasil ao acaso, para sua natureza, seus sertões, seu progresso, seus sertanejos. Aqui, percebe-se um viajante consciente da tarefa de pensar a integração, o progresso e o futuro da nação brasileira. Embora o trem não seja mais visto como criador de ‘rugas’ nas magníficas florestas, ele não asseguraria o desenvolvimento, o progresso e, principalmente, a integração territorial e social do país. Ao contrário, corria o risco de desintegrá-lo, destruindo o sonho de caminhar para alcançar a civilização. A locomotiva estaria sujeita a um novo tempo, o da velocidade, que não seria o mesmo dos sertões brasileiros. Certamente, parece possível afirmar que, para Euclides da Cunha, seria fundamental e imprescindível construir uma sintonia entre tais tempos para a elaboração da nação.

Estranhamente, Belém, que possuía as mesmas características de Manaus, que gozava da mesma invasão europeia e norte-americana, da mesma presença dos seringueiros, agradeceu muito mais a Euclides da Cunha.

Passei ali horas inolvidáveis – e nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca S. Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do

Brasil o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem ... (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 249-250)⁵

Essa preferência por Belém, em detrimento de Manaus, causou e causa estranheza em muitos estudiosos. Mas ela pode ser explicada porque a capital paraense apresentava um estatuto mais próximo da natureza, com suas largas avenidas sombreadas por árvores frutíferas, que contrastavam com o cosmopolitismo de Manaus. Além disso, em Belém, Euclides da Cunha estava mais no seu elemento, conviveu com cientistas como Jacques Huber e Emílio Goeldi, do Museu Paraense, onde se encontravam sempre. Homens de ciência, em um local de ciência, era tudo o que Euclides queria. Em Manaus, ele ficara preso por questões burocráticas e o excessivo cosmopolitismo da cidade o irritara.

A Amazônia, de um modo geral, foi vista pelo nosso autor como um local que o homem ainda não conseguia compreender e dominar. O clima da região agia como adversário do homem, reduzindo-o à apatia e passividade perante a grandiosidade e imensidão da paisagem. Percebemos, a partir da análise de trechos das cartas do nosso autor, as suas leituras de autores iluministas europeus como Montesquieu, do século XVIII. Na verdade, a *teoria dos climas* parece ter sempre existido, de uma maneira ou de outra, na história do povo europeu. Boileau já afirmava, como se fosse um lugar comum, que o clima influencia o temperamento do homem. Mas é Montesquieu que organiza um sistema a partir dessa teoria, apresentando a ideia com um rigor científico, tentando fundamentá-la na experiência. Segundo ele, o ar frio comprime as extremidades das fibras exteriores do corpo, aumentando a sua força e favorecendo o retorno do sangue nas extremidades do corpo até o coração. Diminuindo o tamanho das fibras, aumenta a sua força. O ar quente, ao contrário, relaxa as extremidades das fibras, alongando-as e diminuindo, assim, a sua força.

Como consequência, a sensibilidade aos prazeres será pequena nos países frios, maior nos países temperados e enorme nos países quentes. Reduzindo a força das fibras, o clima quente favorece a aceitação do despotismo, da escravidão etc.: “Não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva da sua causa natural.” (MONTESQUIEU, 1958, v.2, p. 523)

⁵ Carta ao pai, Manaus, 30/12/1904.

Além de Buffon e Montesquieu, outros autores estão presentes na interpretação de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, entre os quais destacamos Thomas Henry Buckle e suas considerações acerca da interação do homem com o meio. Buckle preconizava a ideia de que fatores físicos poderiam explicar os graus de desenvolvimento de uma civilização. Segundo o autor, os europeus haviam subjugado a natureza; nos outros continentes, o homem era subordinado a ela, que *inflamava a imaginação* e causava um mal enorme, como a injustiça na distribuição desigual de riqueza e a incapacidade de pensar racionalmente. Teorias que retomam os autores do iluminismo francês já citados. Mas voltemos aos textos epistolares do nosso Euclides da Cunha. Na mesma carta ao pai, já citada, ele afirma:

É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. Hei de tentar demonstrar isto. Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais secos números meteorológicos, que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão de suas energias, é uma perigosa adversária do homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe mais duramente o regime animal. Neste perpétuo banho de vapor todos nós compreendemos que se possa vegetar com relativa vantagem, mas o que é inconcebível, o que é até perigoso pela soma de esforços exigidos, é a delicada vibração do espírito e a tensão superior da vontade a cavaleiro dos estimulantes egoísticos. É possível que uma maior acomodação me faça pensar de outro modo, mais tarde. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 251-253)

Percebe-se, assim, a presença de uma natureza hostil, inimiga do homem, na qual só consegue sobreviver o homem forte da Amazônia, o mestiço que reproduz o sertanejo de Canudos e que, ainda por cima, realiza a tão sonhada mistura de raças, preconizada por inúmeros cientistas especialistas em questões étnicas. As teorias do *bon sauvage* são fartamente adaptadas a essa nova realidade. A natureza da Amazônia é inimiga do indivíduo, ela o põe constantemente à prova. Por sua vez, o homem, em contato com a selva, enfrentando diariamente seus desafios, necessita ser bravo e forte, suportando seus rigores e mantendo-se acima deles. Em relação ao entusiasmo com a paisagem, percebe-se, ainda nessas cartas, que Euclides da Cunha viajou para a região da Amazônia imbuído de todo o imaginário do lugar, criado pelos viajantes europeus e alimentado por todos os que a conheceram. Isso é o que ele vai relatar, ou deixar entrever, na carta a Oliveira Lima, onde expõe a sua decepção com o lugar:

... Quanta coisa a dizer! - o desapontamento que me causou o Amazonas, menos que o Amazonas que eu trazia na imaginação; a estranha tristeza que nos causa esta terra amplíssima, maravilhosa e chata, sem um relevo onde o olhar descanse; e principalmente, o tumulto, a desordem indescritível, a grande vida à gandaia dos que a habitam... estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. Preciso de uma situação de equilíbrio para o espírito ... (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 254-255)⁶

Segundo Flora Sussekind (1990), o sentimento de decepção que dominou o autor de *Os Sertões*, ao se deparar com o rio Amazonas, é, evidentemente, consequência de suas leituras dos relatos de viagem, mas é também e principalmente, um choque entre o que o autor construía no seu imaginário, o que esperava encontrar e o que de fato viu. Seu olhar foi desmontado, deixando-o inseguro e desamparado. É possível, dessa forma, compreender o desapontamento de Euclides da Cunha, ao confrontar a Amazônia elaborada por ele com a Amazônia real. Podemos afirmar que, nos textos até agora analisados, extraídos de suas correspondências, percebemos as primeiras manifestações de uma interpretação da Amazônia euclidiana. Uma interpretação da região que não se apresenta nada homogênea, elaborada, como vimos, a partir de leituras de diversos autores, que marcaram o pensamento de Euclides e o de toda a sua geração, na virada do século XIX para o XX. No início, na sua chegada à Amazônia, o choque da realidade com a ficção, a decepção. Em seguida, o desenvolvimento da reflexão sobre o homem e a natureza do lugar, um esforço de compreensão da relação entre esses dois elementos, e, finalmente, o esboço de teorização sobre o caboclo amazônico, em contato com a natureza madrastra e hostil. A crítica e a denúncia já surgem nessas cartas, mas também se percebe o esforço de entender o que vê e explicá-lo, com a sua visão sempre aguda.

Retomando a carta ao pai, de agosto de 1904, pode-se acrescentar que a viagem foi, como ele mesmo pretendia, de grande importância para Euclides da Cunha. O Brasil atravessava problemas diplomáticos, na construção da sua forma e dimensão; e o autor, naquele momento, buscava se afirmar como homem das letras e das ciências. Como tal, a sua interpretação do Brasil, integrando a Amazônia, fazia-se fundamental.

A representação da Amazônia nos textos de Euclides da Cunha fundamenta-se, principalmente, em dois aspectos: as relações entre o real e o imaginário e a noção de colonialismo interno, pela qual a região apresenta-se como lugar de constituição da identidade nacional. Esses dois aspectos encontram-se presentes

⁶ Carta a Oliveira Lima, Manaus, 16/01/1905.

nas representações anteriores e posteriores a Euclides, na literatura de viagem e nas narrativas contemporâneas sobre a região. Podemos considerar que, a partir da estadia na selva amazônica, o escritor, através de muitos e variados textos, relatórios e mapas da região, retoma e reelabora uma tradição secular da literatura de viagem sobre a região, atualizando-a e interpretando-a, ao articular o sentido do natural com os conceitos de homem e natureza.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hermetes Reis. O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. In: _____ (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p.65-90.

BORHEIM, Gerd. A filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacob. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BUFFON, Georges-Louis Lecler, comte de. **Discours sur le style**, Hull, Ed. University of Hull, 1978.

CUNHA, Euclides da. Em viagem (folhetim). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**. Obra completa. v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p.567. 1995b. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. Academia Brasileira de Letras (discurso de recepção). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**. Obra completa. v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p.229-245. 1995a.

_____. Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**. Obra completa. v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p.553-558. 1995c.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____; GOTLIB, Nádya Battella. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MONTESQUIEU, Charles-Louis, Baron de: De l'esprit des lois, in **Oeuvres Complètes**, Paris, Gallimard, 1958, v.2, 2 v.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

DOS SERES E ESPAÇOS “AMAZÔNICOS” NA NARRATIVA DE ALFREDO LUSTOSA CABRAL

Marcelo Zaboetzki

INTRODUÇÃO

As viagens sempre tiveram uma relação importante com a imaginação humana e, deste modo, os escritos ou relatos de viagem, por consequência, acabaram se tornando um importante e, de certa forma, popular gênero literário. Por meio de relatos de viagem se pôde aprender sobre distantes povos e culturas. Igualmente, através de tais escritos se reproduziram representações sobre o outro, o diferente, ou o que estava “fora dos padrões” já conhecidos.

Portanto, podemos dizer que cumpre à escrita boa parte das representações tecidas sobre o espaço e seus habitantes em tempos diversos. Por meio da palavra tem-se alimentado o imaginário de quem escreve/descreve e lê.

Ao pensarmos o espaço que politicamente passou a denominar-se amazônico e/ou Amazônia, percebe-se que parte significativa da produção literária que dialoga com a temática sobre este espaço coube a uma parcela reduzida de pensadores/escritores, que por sua vez, ao longo do tempo tem suas narrativas ecoadas em outras vozes e tintas.

Dentre os diversos gêneros literários que possibilitam buscar-se um olhar sobre outros olhares, escolhemos a literatura de viagem como foco investigativo na proposição do presente trabalho. Acreditamos ser possível tecer uma leitura/releitura de contraponto sobre as representações da/na produção literária sobre o espaço e seres no contexto amazônico.

Buscando um recorte histórico e temático, dialogaremos com um relato pouco abordado nas análises que se debruçam sobre o tema, uma vez que, tanto o seu autor quanto a obra, não transitam dentre o rol dos escritores e estudos renomados da literatura e crítica literária, tampouco tinha o autor o status da “autoridade da escrita”.

O texto a ser analisado é o relato *Dez anos no Amazonas* (1897-1907), escrito pelo paraibano Alfredo Lustosa Cabral, após sua vivência na região que hoje compreende o Vale do Juruá, no Estado do Acre, para onde foi aos catorze anos, na companhia do irmão mais velho, com o intuito de enriquecer.

O relato teve sua primeira edição publicada em 1949 sob a organização da Escola Industrial de João Pessoa: curso de tipografia e encadernação, do estado da Paraíba. Com cerca de cento e cinquenta páginas é dividido em vinte e cinco capítulos que tratam desde a chegada do irmão de Alfredo à cidade natal, o que despertou o interesse do autor a se aventurar em terras amazônicas, os registros de sua estadia na região, até o seu regresso à sua cidade de origem após dez anos.

A obra é fruto da rememoração do autor, um resgate de lembranças realizado algumas décadas após tais vivências, que busca relatar na obra e dar veracidade aos fatos uma vez que são narrados como espelho de suas experiências “reais” naquelas paragens.

Cumpra a nós o olhar sobre a palavra e aquilo que nos está posto, somente uma narrativa de representações de algo que já não se faz presente, nem para nós como para o autor que escreve em outro tempo-espaço. Trata-se, pois de uma análise sem pretensão de discorrer sobre verdades historiográficas, mas sim sobre as representações e ideologias tecidas no âmbito do discurso.

A LITERATURA DE VIAGEM E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO OUTRO

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial.

Neide Gondim, em **A invenção da Amazônia**

Propomo-nos a discorrer neste tópico sobre como viajantes/escritores, através dos “relatos de viagem”, produziram a narrativa sobre seres e espaços amazônicos, para que conforme suas lentes fossem dadas determinadas representações imbuídas de pretensão de verdades. Ao que nos cabe também perceber através da crítica literária como esta interpretou tais narrativas conforme seus propósitos, conveniências e/ou conviências.

Buscamos pensar os relatos de viagem na concepção adotada por Mary Pratt (1999) em sua obra *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, na qual a autora propõe “não circunscrever o relato de viagem a um gênero, mas evidenciar sua heterogeneidade e suas interações com outras formas de expressão” (PRATT,

1999, p.38). Pratt (1999) salienta que embora muitas expedições tivessem um cunho científico de exploração e mapeamento, grande parte dessas expedições se enveredavam na tradição dos primeiros viajantes ao Novo Mundo.

Em *A invenção da Amazônia*, Neide Gondim transita por diversas obras, em particular pelos relatos de viagens, com a finalidade de compor um mosaico das primeiras representações dos viajantes europeus ao território entendido contemporaneamente como Amazônico. Aponta que o primeiro documento que se conhece a respeito do adentramento europeu no maior rio da Amazônia foi redigido pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal, entre os anos de 1541 a 1542, sob as ordens de Francisco Orellana (espanhol governador da cidade de Santiago de Guayaquil).

A fome e as batalhas seriam os temas mais recorrentes no relato inaugural. Sem romper com o paradigma dos relatos marítimos, a narrativa ganha ares de epopeia e fábula com o imaginário dos expedicionários. Sobre o mito das Amazonas, registrou Carvajal:

Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas em mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade ouve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras pouco menos de modo que os nossos bergantins pareciam porco espinho (*apud*, GONDIM, 2007, p.104).

Os detalhes do embate e o caráter descritivo dão à narrativa o tom de veracidade que espera o autor alcançar no imaginário do leitor. Para Gondim, a cidade das Amazonas é a utopia de Carvajal, não havendo nela lugar para bons e pacíficos selvagens.

Já no relato da expedição chefiada por Pedro Teixeira, de autoria provável do jesuíta Alonso de Rojas, em 1637, segundo Gondim, o foco está nas observações político-estratégicas, e na herança bíblica e medieval da busca do Paraíso terrestre. Contemplemos alguns dos fragmentos da narrativa transcrita por Gondim:

(...) muita carne de monte, como sejam antas, veados, porcos monteses, icoteas, pacas, coelhos, e outros animais comestíveis (...). Há muitas aves silvestres e árvores do rio, regaladas, para o sustento humano, como sejam peruas de monte, pauxis e perdizes do tamanho de galinhas, em grande abundância. (...) por todo o rio há infinidade de cacau, tanto que se podem encher naus. Há muito tabaco, e beneficiado é muito bom. (...) Todas as províncias ribeirinhas são tão temperadas, que não há calor que enfade nem frio que fatigue, nem variedade que seja molesta, mas primavera contínua. (...)

Todos os anos são aprazíveis e a terra é um retrato da que Deus prometeu ao seu povo, e se tivesse os gados da Judéa, diríamos que regavam arroios de leite e mel (*apud*, GONDIM, 2007, p.113).

Estando no período de unificação das coroas Portuguesa e Espanhola, o relato explicitamente enseja garantir a posse e exploração dos desbravadores sobre aquele território. Para tanto, o autor remonta a uma visão edênica, o espaço é descrito como a terra prometida, Canaã, conforme as intenções daquele que a narra e descreve.

Não se eximiu o jesuíta de constar em sua narrativa o tema recorrente das Amazonas:

Disseram esses índios ao soldado que os entendia que nas bandas do Norte, aonde iam uma vez por ano, havia umas mulheres, e ficavam com elas dois meses e se dessa união tinham parido filhos, os traziam consigo, e as filhas ficavam com as mães. E que eram umas mulheres que não tinham mais de um seio, muito grandes de corpo, e que diziam que os homens barbados eram seus parentes, e que os levassem alí. A estas índias chamam comumente de Amazonas (*apud* GONDIM, 2007, p.115).

Outra expedição que ganhou grande repercussão foi a do geógrafo francês Charles-Marie de La Condamine, *Viagem pelo Amazonas 1735 – 1745*. A respeito da edição do francês, discorre Mary Pratt:

O texto é escrito essencialmente não como um relatório científico, mas o gênero popular da literatura de sobrevivência. Ao lado das navegações, os dois grandes temas da literatura de sobrevivência são os sofrimentos e perigos, de um lado, e as maravilhas exóticas e as curiosidades, de outro (PRATT, 1999, p.48).

A narrativa de viagem de La Condamine cumpre com importante papel de propagação e enraizamento das representações criadas a respeito dos seres e espaços amazônicos. Conforme aponta Pratt:

Num aspecto a expedição La Condamine foi um sucesso verdadeiro: enquanto relato. As histórias e textos que ela provocou, circularam por toda a Europa por décadas, em circuitos escritos e orais. De fato, o corpo de textos resultante da expedição La Condamine sugere bem o alcance e a variedade dos relatos de viagem produzidos em meados do século XVIII, relatos que, por sua vez, trouxeram outras partes do mundo para as imaginações dos europeus (PRATT, 1999, p.47).

Através da palavra escrita, La Condamine, investido da autoridade de homem de ciência, deixa a exemplo de viajantes passados sua contribuição para o processo de subjugação dos povos amazônicos.

A insensibilidade constitui a base desse caráter. Deixo em aberto a decisão de honrá-la com o nome de apatia, ou aviltá-la com o nome de estupidez. Nasce provavelmente do número reduzido de suas idéias, que não se estende além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quando têm com que satisfazer-se; sóbrios quando a necessidade a isso os obriga, até prescindir de tudo, sem parecer desejar nada; pusilânimes e poltrões ao extremo, se a embriaguez não os transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a todo motivo de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados do objeto presente e sempre determinados por ele; sem inquietude com relação ao futuro; incapazes de previdência e de reflexão; entregando-se, quando nada os constringe, a uma alegria pueril que manifestam com saltos e imoderadas explosões de riso, sem objetivo e sem propósito - passam a vida sem pensar e envelhecem sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos (LA CONDAMINE, 1992, p.55).

O francês apresenta os autóctones de forma caricatural, homogênea e estereotipada e, por isso mesmo, nos valem de suas palavras para exemplificar, de modo geral, a narrativa predominante sobre estes povos datada das primeiras expedições ainda no século XVI. Por certo, leitor e estudioso dos relatos de seus antecessores acerca das viagens ao novo continente, não deixou de contemplar no seu registro temas recorrentes, a exemplo do mito das Amazonas. Argumenta o geólogo:

Contentar-me-ia em fazer notar que, se houve um dia amazonas no mundo, foi na América, onde a vida errante das mulheres que frequentemente seguem seus maridos à guerra, e que não são mais felizes em sua vida doméstica, deve ter-lhes feito nascer a ideia e lhes fornecido frequentes oportunidade de se furtar ao jugo de seus tiranos, procurando estabelecer-se onde pudessem viver na independência, e ao menos não ser reduzidas à condição de escravas e de bestas de carga (LA CONDAMINE, 1992, p.80).

Segundo Gondim “era comum o autor de uma relação de viagem inserir histórias contadas pelos viajantes das caravanas, autores invisíveis na construção do imaginário ocidental” (GONDIM, 2007, p.43).

De acordo com a análise de Pratt:

Textos orais, textos escritos, textos perdidos, textos secretos, apropriados, abreviados, traduzidos, coligidos e plagiados, cartas, relatórios, histórias de sobrevivência, descrição cívica, narrativa de navegação, monstros e maravilhas, tratados medicinais, polêmicas

acadêmicas, velhos mitos reencenados e invertidos – o “corpus” La Condamine ilustra o múltiplo perfil dos relatos de viagem nas fronteiras de expansão da Europa em meados do século XVIII (PRATT, 1999, p.52).

O adentramento aos territórios marca uma nova era das expedições que passam a narrar o mundo não mais sobre o paradigma marítimo. O reforço de cunho científico que ganham as narrativas é diretamente influenciado pela divisão proposta pelo naturalista Carl Linné em seu *Systema Naturae*, ou apenas sistema *lineano*, de 1736. A partir de então, mais viajantes se incumbiam de mapear e catalogar fauna, flora e conseqüentemente os habitantes das terras a serem “descobertas” e/ou conquistadas. Sentencia Pratt:

(...) o que também está em elaboração é uma narrativa de ‘anticonquista’, na qual o naturalista naturaliza a própria presença mundial e a autoridade do burguês europeu. Esta narrativa naturalista manteria uma enorme força ideológica por todo o século XIX, e permanece muito presente hoje em dia, entre nós (PRATT, 1999, p.61).

Lembremos que é também de Linné o rótulo de *homo sapiens* e a divisão proposta para os habitantes das partes diversas do globo, conforme destacamos a seguir:

Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.

Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso, narinas largas; semblante rude; barba rala; **obstinado, alegre, livre.** Pinta-se com finas linhas vermelhas. **Guia-se por costumes.**

Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; **severo, orgulhoso, cobiçoso.** Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.

Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, **indolente, negligente.** Unta-se com gordura.

Governado pelo capricho. (PRATT, 1999, p.68 – grifos nossos).

Tal divisão contrasta com a do Europeu, proposto pelo mesmo sistema: “Europeu. Claro, sanguíneo, **musculoso**; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; **delicado, perspicaz, inventivo.** Coberto por vestes justas. Governado por leis” (PRATT, 1999, p.68 – grifos nossos).

A respeito da proposição de divisão dos seres humanos feita por Linné, Pratt reforça que “difícilmente se poderia ter uma tentativa mais evidente de ‘naturalizar’ o mito da superioridade europeia” (PRATT, 1999, p.68). Já Gondim afirma que ao mesmo tempo em que o estrangeiro se distancia, pelo confronto constrói a supremacia de sua raça (GONDIM, 2007, p.70).

Na expedição dos naturalistas britânicos Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates à região Amazônica, com início em 1848, tendo como principal objetivo a catalogação e o envio de espécimes à Europa, não se furtou Bates de tecer seu jugo sobre o autóctone:

E quando sua cultura civilizada não passa de uma pintura leve e superficial, seria lícito perguntar se tal indivíduo, em última análise, não passaria de um pobre diabo abastardado e degenerado... Pois é esse o estado dos índios encontrados pela maior parte dos viajantes nas margens dos rios amazônicos do Brasil, da Venezuela e do Peru. (...) Seu temperamento apático e indiferente, a ausência de ambição e a frieza de sentimentos, bem como a falta de curiosidade e de agilidade mental (...). Eles [índios da Amazônia] têm uma imaginação embotada, sem vivacidade, e aparentemente nunca se deixam dominar por sentimentos como o amor, a piedade, a admiração, o medo, o espanto, a alegria, o entusiasmo. Essas características são comuns a toda a raça indígena (*apud* GONDIM, 2007, p.160).

Observemos que o passar dos séculos e constante exploração do território amazônico, o contato com os autóctones, pelos mais diversos viajantes, homens tidos como da ciência ou o simples aventureiro, não representou uma mudança significativa no quadro representativo do espaço e habitantes da região, pelo contrário, o replicar das narrativas tem sido usado até os tempos contemporâneos para justificar a necessidade de intervenção deste espaço pelo branco civilizado, seja ele estrangeiro ou nacional. É uma malha discursiva que se repete “com algumas diferenças”, mas que mantém de certa forma os estereótipos. Provamos de nossas linhas concludentes deste tópico com a sentença do renomado positivista Euclides da Cunha:

Vai-se de um a outro século na inalterável mesmice de renitentes tentativas abortadas. As impressões dos mais lúcidos observadores não se alteram, perpetuamente desinfluídas pelo espetáculo de um presente lastimável contraposto à ilusão de um passado grandioso (CUNHA, 1999, p.10).

Sigamos, pois, com o norte dado pela narrativa de Alfredo Lustosa Cabral e o desvelar de suas representações sobre o espaço e seres amazônicos.

UMA VOZ EM MEIO AOS ESPECTROS SILENCIADOS

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão.

(Euclides da Cunha - *Às margens da história*).

Em *Dez anos no Amazonas (1897 – 1907)*, Alfredo Lustosa Cabral, natural de Patos, na Paraíba, apresenta suas reminiscências dos anos vividos em regiões amazônicas, hoje pertencentes ao estado do Acre. Tendo partido na companhia de um dos irmãos, ainda com quatorze anos de idade, teve sua obra publicada no ano de 1949, cerca de cinquenta e dois anos após seu retorno, em 1907, para a cidade natal.

Na sua narrativa, o autor não apresenta dados que indiquem a forma utilizada para a compilação e registro de suas memórias. Não há indícios de ter registrado suas vivências em alguma espécie de diário ou se após o retorno a sua terra natal tenha passado a fazer os registros frutos de suas lembranças.

Para os propósitos de análise de sua obra, não faremos juízo do cunho, ou rigor historiográfico da mesma, mas sim, nos propomos a fazer uma leitura na superfície de suas representações sobre os espaços pelos quais transitou e a respeito dos sujeitos com quem conviveu e/ou estão presentes na sua narrativa. Interessa-nos lançar um olhar sobre a singularidade de um narrador personagem que foi na contramão da grande maioria de autores e narrativas que tecem representações sobre as personagens que migraram para as regiões amazônicas, em particular no uso da terminologia genérica “cearense” e espaços amazônicos.

O autor pode ter sido seletivo ao escolher o que registrar na obra de pouco mais uma centena e meia de páginas, ou após muitas décadas as vivências se perderam nos devaneios da memória.

Passemos, pois, a tratar de algumas particularidades de sua narrativa, sem a pretensão de recontar a mesma ou seguir sua ordem cronológica.

É possível considerar recorrente o uso do termo cearense em narrativas, sejam historiográficas ou ficcionais, ao se referir de modo genérico aos imigrantes de diversas localidades dos estados do nordeste brasileiro, em geral ao tratar sobre a mão de obra para o trabalho nos seringais ou mesmo em obras como as da Estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Encontramos na narrativa de Alfredo certo zelo em evidenciar os nomes, ocupações e naturalidade das personagens. Contudo, às vezes, também recorre a estereótipos. Durante uma das paradas quando a bordo do navio Pernambuco rumo Belém relata que:

Chegamos, finalmente, ao porto de Fortaleza. Feitas as visitas protocolares, o comandante recebeu uma lista de **quinhentos flagelados para o Amazonas**. Era impossível aceita-la, não havia onde colocar essa gente, mas era também desumanidade deixa-la (CABRAL, 1984, p.31).

Ser flagelado parece ser condição *sine qua non* para a composição representativa de um legítimo migrante/retirante nordestino rumo ao “Amazonas”, topônimo que naquele contexto poderia referir-se a qualquer localidade do que hoje compreende a região norte do país. Notemos também que o autor enfatiza que não haveria condições de transportar no navio aquele quantitativo de “flagelados”. É recorrente em relatos a afirmativa de serem precárias e desumanas as práticas de transporte dos imigrantes “cearenses”, Cabral pode até não tratar em pormenores, mas em seu relato ele apresenta elementos dessa condição precária: “ambiente de imundície”, “redes porcas”, que diferentemente da situação do imigrante narrador, aqueles quinhentos imigrantes não tinham condições para custear a viagem em melhores acomodações. Estes, muitas vezes já estavam sujeitos às piores condições devido aos arranjos dos agenciadores de mão de obra, que buscavam aumentar seus lucros diminuindo os custos da remessa de pessoal. Segue Cabral narrando o ocorrido:

Retidos nas estalagens de Fortaleza por alguns dias, os patrões não suportavam mais o dispêndio dos sertanejos. Recorreram aos grandes da terra, e a horda embarcou, sem ter mais lugar para acomodá-la. As redes armadas, duas, três, por cima das outras. (...) Não se podia mais tolerar o ambiente de imundície nos porões. Entristecidos, embriagados, vomitando no fundo das redes porcas, jazia uma quarta parte dos passageiros (CABRAL, 1984, p.32).

É possível considerar que as circunstâncias e as condições de viagem da grande maioria dos imigrantes do nordeste brasileiro para aquelas paragens amazônicas tenham sido semelhantes a estas relatadas pelo autor por todo um período de décadas em que a extração da borracha representou um sonho de melhoria de vida e/ou riqueza para os imigrantes.

Lembremos que estava Alfredo Lustosa Cabral em curso de viagem no ano de 1897 e rememoremos uma narrativa que remonta cerca de dezoito anos antes,

em meados de 1879, na qual o autor/narrador Neville B. Craig apresenta dados de uma dessas remessas de “cearenses” para servirem de mão de obra na construção da Estrada de ferro Madeira-Mamoré: “A 21 de maio, Paulino von Hoonholtz assinou um contrato para fornecer, na linha, 500 operários bons, da província do Ceará, à razão de 3\$000 por dia, mais provisões e assistência médica” (CRAIG, 1947, p.245). Como se pode observar, um quantitativo grande de pessoas que, a exemplo do relatado por Cabral (1984), já teriam suas primeiras provações no longo percurso de viagem, muitos já chegando ao destino final abatidos por moléstias diversas, outros sucumbiam antes disso. Sobre estes quinhentos cearenses enviados para os trabalhos de linha na ferrovia apresenta Craig:

A situação em Santo Antônio não pode piorar muito. (...) É grande o número de doentes e dois ou três já morreram. **Os poucos cearenses que ainda nos restam estão falecendo rapidamente. Não se pode fazer ideia da imundície existente entre eles.** Não estamos fazendo serviço algum, conquanto haja trabalho para quem se apresentar ao escritório. Os bolivianos e brasileiros queixam-se da maneira como são tratados pelos empreiteiros (CRAIG, 1947, p.381 – grifos nossos).

Em seu relato de quatrocentos e cinquenta páginas, além da citação acima transcrita, Craig (1947) dedica aos operários oriundos do Ceará somente mais uma estimativa referente ao percentual de óbitos dentre estes:

Cerca de 200 índios bolivianos e 400 cearenses trabalharam nas obras da estrada, mas o total de operários jamais excedeu de 1.000 homens em qualquer momento e, só por um período bastante curto, aproximou-se daquele limite. **Não se fez registro dos óbitos ocorridos entre os cearenses, devido à falta de asseio, pobreza extrema e ignorância quanto à região e ao clima, foi extraordinariamente elevada** (CRAIG, 1949, p. 410 – grifos nossos).

As narrativas apresentam indícios de que os imigrantes oriundos da região nordeste do país passaram por muitos desenganos. As promessas de remuneração, provisões e assistência médica não passavam de isca na lábia dos agenciadores para seduzir aqueles que viam na aventura amazônica a oportunidade de juntar dinheiro e poderem regressar a seus lares em melhores condições.

Para Alfredo Lustosa Cabral, a ideia de partir rumo ao desconhecido surge com a chegada de um dos irmãos, segue o autor narrando:

Em março de 1897, chegou a Patos meu irmão Silvino Lustosa Cabral vindo das plagas amazônicas onde passara cinco anos. Grande foi o contentamento da família

ao abraça-lo. Perdido por aquele mundo, sem ter qualquer notícia, deixava crer que já tivesse ele desaparecido da face da terra. Trouxe no bolso uns gordos cobres que arranjara por lá com ingentes sacrifícios. Foram dias de festa e alegria para todos, sua estada no seio dos irmãos e parentes. Levava o tempo contando as peripécias, os sofrimentos, os gozos e novidades por que passara naquela região. O pessoal, boquiaberto, ouvia estarecido o desenrolar das narrativas. Uma coisa entristecia: nosso irmão chegara com intuito de passar com os seus apenas cinco meses e voltar àquela terra. Por mais que a família, parentes e amigos o demovessem do plano, mais ele se tornava resoluta, intransigente... Tinha que voltar (CABRAL, 1984, p.23).

O encantamento com as narrativas contadas pelo irmão primogênito agiu no imaginário do irmão mais novo, que decide também viver as mesmas experiências. Notemos que Alfredo relata que seu irmão contava sobre as “peripécias, os sofrimentos, os gozos e novidades” que passara na região amazônica; aparentemente falava das coisas que compõem a vida de qualquer pessoa, do dia a dia, os altos e baixos; não fosse pelas “novidades” fruto de qualquer viagem a um destino desconhecido, provavelmente não teria o mesmo atrativo para os ouvintes.

Por certo que muitos milhares de imigrantes também foram movidos pelo anseio de conhecer o “novo”, o “desconhecido”, após ouvirem as narrativas daqueles que voltavam de suas experiências nas “plagas amazônicas”. Consideramos esse ato de deslocamento como algo inerente ao processo de formação das mais diversas povoações.

O fato de o irmão de Alfredo, ao chegar a sua terra natal trazendo no bolso “gordos cobres” rompe com as narrativas que na sua grande maioria tratam dos fracassos, infortúnios, mazelas e morte dos “flagelados” que se deslocaram da região nordeste para a região norte ou Amazônica, como é demarcada territorialmente na maioria das narrativas.

Adolescente de apenas quatorze anos, órfão de pai e mãe, vivendo sob os cuidados de irmãos, Alfredo decide seguir os caminhos do irmão mais velho:

Os dias iam-se passando céleres, e eu, a cada momento, ouvia aquelas histórias bonitas, às vezes fantásticas, que ele contava, bem como, da facilidade de se enriquecer em pouco tempo. Fiquei logo desejando conhecer tudo aquilo - passeios, viagens de canoa, aves canoras como o uirapuru, pássaro quase encantado, caçadas, índios, a bicharada (CABRAL, 1984, p. 23).

Diferentemente da grande maioria dos imigrantes que seguiam para a Amazônia em busca de vida melhor e/ou até mesmo com o sonho de

enriquecimento, nosso narrador embarcaria para aquela viagem na posição mais de aventureiro do que a de flagelado retirante, certamente está definição não caberia a Alfredo, a começar pelas condições de viagem, hospedagens e a companhia de um irmão já adaptado e conhecedor das condições do comércio da região amazônica.

Acompanhemos a trajetória narrada por Alfredo Lustosa Cabral.

REMINISCÊNCIA DE SUAS VIVÊNCIAS NAS “PLAGAS AMAZÔNICAS”: REPRESENTAÇÕES NA VOZ DE UM SERINGUEIRO

Começemos este tópico que dá início à nossa análise sobre as narrativas de Alfredo e suas vivências na região amazônica com um apontamento de Tocantins (1973) sobre o adentramento migratório do interior amazônico, no qual afirma que:

Organizaram-se empresas de penetração, mobilizaram-se capitais e homens para iniciar o novo ciclo da economia regional. A iniciativa particular dominou, de maneira absoluta, no deslocamento da massa humana que ocorria ao chamado dos seringais. Não se cuidou de disciplinar, de impor uma ordem social, econômica, higiênica mesmo, às levadas de imigrantes nordestinos, tangidos a maioria das vezes, pela incidência rigorosa das secas. Tudo correu dentro de um espírito de aventura que o lucro imediato estimulava (TOCANTINS, 1973, p.219).

Ainda para melhor explicar este quadro migratório, usamos do estudo elaborado por Souza (2016) que, embasado em vários trabalhos sobre o tema, nos apresenta alguns pontos importantes sobre este fluxo humano para a região amazônica:

Os motivos que levaram homens e mulheres (sobretudo homens, no período inicial) a sair de seus territórios originários e ir para outro completamente desconhecido são vários, segundo os estudiosos. O historiador paraense Roberto Santos elenca alguns. A ilusão de que o trabalho na floresta seria livre em relação ao trabalho nos cafezais; a ilusão de enriquecimento rápido; a força das propagandas dos seringais do Pará e do Amazonas; os subsídios dos governos do Pará e Amazonas para o transporte de imigrantes para as zonas agrícolas; a proximidade dos portos do Norte em relação ao do Sul; a ruptura da resistência por parte dos senhores de terras nordestinas em razão das fortes secas. Graham e Buarque de Holanda Filho também lançam o que entendem por motivos: o fato de que o recrutamento se dava dentre os desempregados e refugiados que se encontravam nos portos de Fortaleza, Natal e Recife; a psicologia dos sertanejos tinha mais a ver com El Dourado amazônico que do sul e o fato de que a Amazônia era mais perto do nordeste que o sul (SOUZA, 2016, p.262).

Ao longo de sua estadia de dez anos na região que passaria a compor em breve o território federal do Acre, Alfredo irá passar por diversas ocupações, já seu irmão Silvino, detinha conhecimento do mercado local e sabia como angariar a moeda de maior valor à época, a borracha, para depois convertê-la em “gordos cobs”, em outras mercadorias de seu interesse e/ou necessidade. A borracha constituía a moeda local da região dos seringais. Relata Alfredo ao desembarcar na região:

Desembarquei só. Meu irmão foi mais além. Conduzia quatro malas cheias de roupas grosseiras, muitos pares de chinelos comprados em Patos a mil réis o par, várias dúzias de facas de ponta embainhadas, adquiridas pelo preço de oitocentos réis cada uma, fabricadas nas trinta oficinas de ferreiro que existiam em Campina Grande, nesse tempo, e mais o Cosmorama (...) Meu irmão, ao saltar ali [na foz do Tejo], comprou uma canoa possante para o seu regresso a Nova Esperança, onde me havia deixado. Antes de partir, exibiu o cosmorama, o que era grátis, com a finalidade, somente, de divertir os seringueiros e concita-los à compra das bugigangas conduzidas. Fez na primeira exposição, regular apurado, vendendo as facas e os chinelos a dez mil réis, em troca de borracha. Não existia dinheiro na região (CABRAL, 1984, p.34-35).

Pelo que narra Alfredo, seu irmão Silvino já tinha bom conhecimento e prática no comércio da região, e sabia como obter grande lucro na revenda de mercadorias que comprara por valor muito menor que a borracha angariada pelo sistema econômico de escambo que predominava nas relações comerciais da região; e também detinha influência na comunidade dos seringais locais.

A respeito da recepção ao irmão Silvino ao chegar ao seringal Nova Esperança (onde já o aguardava Alfredo) registrou Alfredo:

A mercadoria escasseou em poucos dias, e os itinerantes seguiram diretos para Nova Esperança, levando um baú ainda cheio para os seringueiros desse seringal. Chegaram no fim de dezembro. Grande foi a alegria ao desembarcarem. O patrão e sua gente o receberam de mãos abertas. Meu irmão, guarda-livros e gerente, havia há três anos, era estimadíssimo, e teve, por isso, recepção formidável (CABRAL, 1984, p.35).

É neste seringal que Cabral vai ter sua primeira experiência laboral na região como vendedor do barracão. Mas segundo o autor, logo pediu a autorização do irmão Silvino para ir tirar borracha ao lado dos seringueiros. Acompanhemos a narrativa de Alfredo sobre sua rotina de seringueiro:

Fui morar numa barraca, a duas horas de viagem, à margem de um lago imenso, bem piscoso, cheio de jacarés e suposta morada de uma grande sucuri. Em companhia de dois seringueiros “mansos” estive dois meses, apenas. Tinham o nome de “brabos” os que chegavam ali pela primeira vez. Acordava-se às quatro horas da manhã, para se

cuidar do café e do almoço, ainda escuro. Cada um seguia sua estrada com machadinho de três centímetros de largura, golpeando as seringueiras e embutindo as tijelinhas de flandre abaixo do golpe. Conduzia mais a escopeta, um terçado embainhado à cinta e uma estopa atada nas quatro pontas, a tiracolo, para as caças que matava. (...) Às dez horas estávamos na barraca. Fazia-se uma ligeira refeição para voltar novamente à estrada e juntar o látex. Chegávamos quase sempre às três da tarde. Íamos para o defumador preparar a borracha. O leite coagulava-se rápido ao ser levado à fumaça quente de boião de ferro, com formato de funil de meio metro de altura, dentro de uma casinha de palha (o defumador) adequada àquele trabalho. Terminada a luta, íamos ao lago dar umas tarrafeadas, conseguindo trazer da pescaria bonitos curimatãs, carauassus, pacus e tucunarés. (...) Aos sábados dirigíamo-nos para o rio com o fim de arrancar, na areia das praias, ovos de tracajá, que havia em abundância nos meses de julho e agosto, e os de tartaruga, de setembro e outubro. O passadio era excelente – muita caça, peixe, ovos; porém ganhava-se pouco. Seringal já surrado no cultivo da borracha, única indústria que se explorava na região (CABRAL, 1984, p.36-37).

A narrativa de Alfredo contrasta fortemente com muitas das representações tecidas sobre o modo de vida do seringueiro, principalmente a retratada por viajantes que no pouco que transitaram pela região, muitas das vezes ficando às margens, sem o devido convívio com os habitantes locais, construíram uma narrativa estereotipada sobre a figura do seringueiro e seu meio de vida.

O positivista Euclides da Cunha, na obra *As margens da história*, dedicou a esta personagem palavras que foram replicadas ao longo da história:

É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castilhos, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo (CUNHA, 1999, p.12-13).

No entanto, se na narrativa da vida cotidiana no seringal Alfredo pinta um quadro pitoresco, quando relata suas viagens de trânsito, encontramos grande contraste. Na passagem em que narra uma das viagens que fizera na região em busca de juntar-se ao irmão, que partira dias antes para verificar a situação de seringais na foz do Tejo esperando encontrar ali ainda espaço para adquirir terra e explorar o leite de seringa, discorrera Alfredo:

Quando entrei, não achei lugar para armar a rede. Navio pequeno, com 300 passageiros de proa, todos doentes de sarampo e disenteria. A muito custo, e com o auxílio do marinheiro, que me embarcou, ateii rede a um canto. Perguntou-me se já tinha tido sarampo. – Não sei, respondi. – O navio vai empestado, até aqui já ficaram

nos barrancos do rio sessenta e tantos. Não levam remédio para essa gente? Perguntei. – Qual remédio, amigo. Aqui não tem nada, nem médico, nem farmacêutico a quem se recorrer. Estão acabando à mingua. Só se ouvia gemidos e gritos lancinantes, que saíam das redes infectadas. O dia amanhecera. O navio encostou num certo porto para desembarcar dois que haviam falecido àquela noite. A imundície era pior do que a dos porões do ‘Pernambuco’ (CABRAL, 1984, p.39).

No que diz respeito às narrativas que relatam as viagens dos imigrantes para a região, a narrativa de Alfredo não difere muito. A viagem longa e as péssimas condições a que eram submetidos os passageiros representava o primeiro grande desafio na busca da vida nova e prosperidade. É comum nos relatos não só as enfermidades como as condições sanitárias e conseqüentemente o grande número de óbitos.

Tendo falhado a tentativa de achar seringais em potencial ainda não explorados acima do rio Tejo, nosso narrador passa a acompanhar o irmão Silvino no seu negócio de compra e venda de mercadorias na região e, no oportuno, vai contando os acontecidos nos seringais pelos quais transitavam de cima a baixo.

No ano de 1900, Alfredo passa a morar em companhia de um primo de nome João Cabral que era gerente de seringal no rio Mu (ou rio Liberdade). Sobre a ocupação que teve ali relata que: “Meu primo João Cabral procurou colocar-me como ‘caixeiro-vassoura’ de seu patrão ali, na foz do rio Mu. Era um velho de sessenta anos, violento, enraivecido por qualquer futilidade” (CABRAL, 1984, p.43).

Nessa empreitada não passou Alfredo mais que dois anos. Após esse período, recebeu notícias de seu irmão Silvino, em 1902, através de uma carta informava “haver comprado um seringal no alto Tarauacá, supondo-se bom de leite, porém de muito índio e sazonado” (CABRAL, 1984, p.44). Tendo conseguido juntar três contos de réis, Alfredo acertou contas com o primo e seguiu o pedido do irmão Silvino que o orientara a comprar uma canoa possante, arranjasse alguns rapazes e fosse juntar-se a ele na empreitada do novo seringal que foi nomeado de Redenção. Relata Alfredo: “Comprei um batelão de três mil quilos de carga por um conto e oitocentos. Arranjei três homens para irem comigo e o rancho da viagem” (CABRAL, 1984, p.45).

Já em na companhia do irmão, no seringal batizado de Redenção, Alfredo relata que naquele ano de 1903 “conseguimos extrair dezesseis mil quilos de borracha nesse ano”, para agradecer pela produção e proteção de São Sebastião, que segundo o narrador os privou dos ataques das diversas etnias que espreitavam a região, comenta que o irmão Silvino prometera:

Prometeu rezar umas novenas em todos os janeiros dali por diante. O fato é que trabalhamos todo o ano de mil novecentos e três sem qualquer acidente. (...) Posteriormente, fez-se uma igrejinha para o santo milagroso e daí por diante as novenas eram rezadas com a solenidade que podíamos dar às mesmas, com devoção e respeito. Depois do bendito, eram dadas cerradas descargas de rifle. Enquanto noutros seringais surgiam vez por outra notícias desastrosas – ataques, ferimentos, morte de seringueiros – Redenção vivia em paz e sem graves acontecimentos (CABRAL, 1984, p.51).

Nota-se na narrativa o registro da preocupação em manter costumes e crenças dos imigrantes naquelas paragens tão distantes de suas terras natais.

Em breve trecho da obra em que remonta à Revolução Acreana, o autor não deixa de enaltecer o papel de seus conterrâneos no processo de ocupação daquelas terras que pareciam não ter dono:

Com a notícia das vantagens de Redenção, o povoamento se intensificou de rio acima, por toda parte. O cearense atrevido assenhoreou-se até às cabeceiras. Alguns deixaram a vida naqueles confins de mundo em troca de umas quinze ou vinte curvas do rio já transformado em igarapé. Pouco importava que morressem, outros lhes iriam suceder. Era preciso engrandecer, dilatar a superfície da Pátria e assim evitar que o peruano surgisse pela divisão das águas no Urubamba e se apossasse primeiro. Por isso morria um e chegavam cinco para substituir (CABRAL, 1984, p.53).

Sobre esta figura representada na personagem de Alfredo, o imigrante, também não se isentou Euclides da Cunha de tecer-lhe narrativamente:

As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável (CUNHA, 1999, p.30).

Nas palavras de Euclides da Cunha passa a figura do ser frágil, moribundo, do flagelado, retirante, o genérico cearense à transfiguração titânica do aclimado. É o ser e sua antítese em um mesmo corpo narrado.

Embora o tom heroico e romanesco predomine nas palavras do narrador e do renomado escritor Euclides da Cunha, consideramos importante enfatizar uma visão mais coerente com as causas e motivações do conflito que fora denominado de Revolução Acreana, para tanto, fazemos uso das palavras apresentadas no estudo de João José Veras de Souza (2016):

Para esse prisma, será o seringalismo - e não a “revolução acreana” - o motor e a definição dos contornos sociais que marcarão aquela sociedade, fundada não na suposta vontade genérica dos “acreanos” se tornarem “brasileiros” por motivações patrióticas/heroicas/épicas, mas pela lógica de uma sociedade marcada, desde a sua gênese, pela condição colonial imposta aos indígenas e nordestinos. Uma condição colonial que transforma esses indígenas e nordestinos em seringueiros e sujeitos despossuídos e extremamente explorados como mão-de-obra racializada/inferiorizada no âmbito do sistema de aviação, enquanto grandes áreas de terras são apropriadas e permanecem concentradas nas mãos de poucos selecionados. Foi o interesse econômico, fundado no seringalismo, o fator determinante da luta “revolucionária” combinada com a “disposição” da mão-de-obra semi-escrava e braços para os fuzis na frente de batalha. Os processos ditos revolucionários e suas razões “públicas” constituem as estratégias para se alcançar aquele fim (SOUZA, 2016, p.277).

Ainda nas palavras de Souza (2016) elencamos mais uma ponderação sobre a questão da participação do nordestino na chamada Revolução Acreana:

Nesse sentido, não há como pensar de outra forma. A chamada revolução acreana, em todas as suas fases e faces - diferentemente do que a historiografia oficial difunde - não passa, em larga medida, de um conjunto de ações com vistas à defesa dos interesses comuns de seringalistas, grandes comerciantes e das oligarquias, ávidos em proteger suas propriedades e negócios. São esses grupos que, instrumentalizando o seringalismo na direção de seus interesses, comandam e financiam a montagem de toda a estrutura do “exército revolucionário”, cedendo seringueiros que são retirados da frente de produção da borracha para as frentes das trincheiras bélicas (SOUZA, 2016, p. 277).

Sigamos com a narrativa de Alfredo e a construção de suas representações amazônicas.

UMA OUTRA REDENÇÃO, AS CORRERIAS E OUTRAS NARRATIVAS

Do capítulo XII para o capítulo XIII da obra de Alfredo, o seringal Redenção, toma outros ares em sua representação. A abundância e prosperidade do capítulo anterior desaparecem por completo na sua narrativa.

Estávamos em Redenção mal alimentados. Lugar que tem índio não há caça, ele devora tudo. Raramente abatia-se um porco, anta ou mutum. Muitas vezes nos alegrávamos ao encontrar nos paus altíssimos um guariba, coatá ou barrigudo. Cortava-se logo a palma da mão da caça para saber se estava gorda, enxuta pelo menos. Tirava-se o

couro levando-a à panela, temperada com pimenta do reino e banha, quando havia. Passava-se necessidade, fome, pela falta de caças e peixes naquele rio. O seringueiro chega sempre do trabalho da estrada fatigado sem encontrar o que comer. (...) Escassearam no barracão os gêneros de primeira necessidade – farinha, feijão, açúcar, etc (CABRAL, 1984, p.57).

Neste momento da narrativa, sem deixar marca de tempo passado dos primeiros registros das atividades no seringal Redenção para este momento de tempos difíceis, a narrativa de Alfredo ganha ares de relato de sobrevivência. Os pormenores das dificuldades passadas aumentam o mérito daqueles que sobrevivem para contar e registrar os “fatos” vivenciados.

Neste mesmo capítulo da conta do início do cultivo de roçado na propriedade do irmão. Relata Alfredo que:

Quando cheguei ao Tarauacá com os três companheiros do rio Mu não cortei seringa, havia outros problemas de necessidade a resolver. O mano determinou que fôssemos preparar um roçado. Fizemo-lo bem a custo, com mandioca, milho, cana e banana. Providencialmente andou por ali um carpinteiro e preparou um engenho com três moendas de madeira em posição vertical com manjarras e também um aviamento para farinha (CABRAL, 1984, p.57).

Passa em seguida a descrever a rotina a partir da implementação do cultivo do roçado:

Nos dias de segunda e terça, preparava-se farinha; quarta e quinta colhia-se o feijão, que secado, era batido. A sexta e sábado eram reservados à moagem, conseguindo-se de cento e vinte quilos de rapadura. No domingo, chegavam do centro os quarenta e cinco homens. O que se havia produzido na semana era distribuído com todos eles. Voltavam às suas barracas e nós continuávamos na semana seguinte no mesmo rojão, contanto que o seringueiro não suspendesse o trabalho por falta de comestíveis (CABRAL, 1984, p.57-58).

Observa-se que na estratégia narrativa a primeira descrição de fome e necessidade valoriza a sequência do relato com a superação dos problemas por meio da força de trabalho do narrador e seus pares. Alfredo dá a entender que o fruto da plantação era colhido e dividido com os trabalhadores, contudo, não especifica a que custo/preço este alimento da colheita era repassado aos seringueiros lotados na terra do irmão. Podemos considerar que o narrador silencia e encobre a prática de endividamento dos seringueiros pelo sistema de

aviamento que era comum e predominante nos seringais da região. Remontamos ao estudo de Souza (2016) para apresentar aspectos do sistema de aviamento na perspectiva de alguns estudiosos da/sobre a Amazônia:

O estado cumpria o papel de seu maior exportador, no caso do Ceará no período das secas. Martins¹ ressalta ainda que, pelo aviamento, “a nova escravidão imposta no barracão... o trabalhador ficava à mercê do poder pessoal do seu patrão, que ditava e executava a lei, e governava por meio de jagunços e pistoleiros”. Em nome do aviamento, “a borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativo” (SOUZA, 2016, p. 269).

Ainda nas palavras de Souza (2016) ao parafrasear Florentina Esteves² (2012) pondera que “a dívida - de fato um dos elementos no aviamento que sustenta o vínculo de dominação/exploração entre seringueiro e seringalista – se constitui, na perspectiva do seringueiro, ‘em um referente classificatório do tempo histórico, traduzido como ‘tempo cativo’” (SOUZA, 2016, p.269).

Ainda neste capítulo Alfredo narra a privação de sal que “aguentamos cinco meses privados desse alimento, sem ter onde apelar” (CABRAL, 1984, p.58) e a falta de mantimentos que pelo que pode sugerir a narrativa ficara insuficiente a colheita do roçado, provavelmente com a chegada do inverno amazônico quando as chuvas se intensificam.

No relato de Alfredo em diversos capítulos entram em cena os conflitos entre os seringueiros e os autóctones da região. No capítulo XIV o autor narra um destes embates e descreve a prática da “correria”, ao que nos permitimos transcrever na sua íntegra:

Como dissemos noutra parte, a dez horas calculadamente de viagem, na margem oposta do rio, de frente ao seringal Redenção, moravam os catuquinas. Atacaram uma barraca de seringueiro do lugar Primavera, próximo do nosso. Mataram três pessoas e roubaram o que haviam encontrado. De pronto, foi organizada uma correria. Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Compunha-se de vinte homens com trezentos cartuchos de Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com as malocas depois de terem andado quase três dias. Roçado enorme, cheio de lavoura, num planalto, e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos, tendo duas portas, coberto de palha, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que descortinava grande parte do roçado. Tomaram chegada às seis da tarde, hora em que o selvagem

¹ Ver mais sobre este estudo em: Martins, *Prefácio de servidão humana na selva*, 2009.

² Ver mais sobre este estudo em: Esteves, *Do “manso” ao “guardião” da floresta*, 2012.

costuma estar em casa reunido. Dormiram a certa distância do aceiro. Às cinco da manhã, avançaram formando cerrado tiroteio. Aos gritos alarmantes, saíram os índios correndo por uma porta e outra e, nesse momento, os tiros certos dos atacantes punha-os por terra. A mortandade foi grande, mas escafederam-se muitos. Aproximando-se do barracão conseguiram prender uns quinze colomís [curumins, meninos] de oito a dez anos. Os novinhos deixaram. Voltaram conduzindo macaco, papagaio, arara, mutum, jacamim, arcos, flechas, maqueiras, etc. Cada um que trouxe uma novidade. Muitos ao se pôr em contato com essas coisas, vomitaram e as deixavam pelo mato, tal era o almisque. No regresso os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os à toa, perdidos. Outros praticavam selvageria destampando a cabeça dos inocentes com balas. Assim a maloca inteira deslocou-se para lugares distantes sem mais voltar a massacrar os trabalhadores dos seringais dali (CABRAL, 1984, p.61-62).

Embora tenha narrado os fatos daquela “correria”, o autor não se coloca como parte da ação, tão pouco deixa claro como ou quem lhe passou os detalhes do ocorrido. Seguindo a análise de relatos de viagens feita por Mary Pratt (1999), neste trecho a prática narrativa de Alfredo enquadra-se no que a autora denomina de “anticonquista”, ou seja, ele não participa da ação, logo, se isenta da culpa das atrocidades cometidas inclusive contra as crianças, que já estavam cativas dos seringueiros, mas devido ao barulho, possivelmente o choro das crianças, se viram obrigados a abandoná-las ou até mesmo praticarem o tiro ao alvo na cabeça dos inocentes. Também no que se refere à sua posição frente aos povos autóctones o narrador se enquadra no discurso predominante nos relatos de viagens quando se trata da representação destes povos, “o aborígene, como sabemos, é de índole preguiçosa e indolente, desconfiado e ciumento. Quem for a uma aldeia não faça motejo, todo cuidado é pouco” (CABRAL, 1984, p.68).

Sobre a prática das “correrias” ainda contribui para o esclarecimento sobre o assunto o estudo apresentado por Souza (2016):

As “correrias”, formas violentas – de destruição das malocas, matança de homens e sequestro e escravidão de crianças e mulheres – adotadas por caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros contra grupos indígenas, as quais, segundo Iglesias³, “constituíam mecanismos inerentes à exploração, à abertura e ao inicial funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá, bem como das atividades dos caucheiros peruanos, resultando num processo de (des) territorialização de boa parte dos grupos indígenas” (SOUZA, 2016, p. 257).

³ Ver mais sobre este estudo em: Iglesias, *Os Kaxinawá de Felizardo*, 2010.

Outro tema corriqueiro no relato de Alfredo é sobre a presença da mulher nos seringais. Ao decorrer da narrativa o narrador vai descrevendo como a falta de mulheres para companhia dos seringueiros acarretava hora outra desavenças na região. Relata sobre mulheres que eram raptadas de seus pais, para constituir matrimônio não permitido pelos mesmos, mulheres negociadas na quitação de débitos de seringueiros, mulheres que eram trazidas do nordeste para constituir matrimônio com senhores de seringal, outras tantas enviadas como mercadorias angariadas nos prostíbulos das metrópoles amazonenses. Vejamos um pouco da escrita de Alfredo sobre o tema:

Não é de todo indispensável dizer, aqui, que eram muito difíceis, naquela época, as relações entre os dois sexos. Regiões havia, numa extensão de dez a doze propriedades, onde não se encontrava uma dona de casa. A aquisição de uma donzela da selva era tarefa temerária, porque raramente a índia se sujeitava ao regime doméstico. Isso ainda podia acarretar o perigo de ser a moça levada pelos da tribo ou haver choques violentos, de parte a parte, transformando-se em intriga que não se acabaria mais. Sob esse aspecto, as uniões de seringueiro com selvagens eram quase nulas. Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do Governador do estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinquenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá (CABRAL, 1984, p.74).

A mais recorrente aparição do tema na narrativa de Alfredo é quando este rememora as festas locais. Sobre a ocasião da passagem de um padre no seringal Redenção escreveu o autor: “Não ouve batizado, confissão nem casamento. Ali não existia mulher, elemento esse indispensável em toda parte” (CABRAL, 1984, p.55). Sobre uma das festividades mais tradicionais da cultura nordestina, o São João, comemorada nos seringais da região seguindo a tradição cultural dos imigrantes, não era diferente no seringal Redenção: “Alguns [homens] traziam uma carapuça de pano à cabeça para distinguirem-se como damas” (CABRAL, 1984, p.62). Noutra ocasião do festejo: “De uma feita, passamos o São João num seringal bem distante do nosso. Fomos por ser a festa grandemente concorrida. Havia nesta uma novidade séria – a presença de quatro mulheres” (CABRAL, 1984, p.62).

Alfredo também relata sobre a malhação do Judas praticada na Semana Santa: “O seringueiro gasta grande quantidade de munições nesse divertimento ingênuo e imbecil detonando caixas e mais caixas de balas Winchester em prejuízo de seu bolso” (CABRAL, 1984, p.63). A reflexão breve do autor sobre a prática de

malhação do Judas não deixa nenhum indício de representação semelhante à analogia escrita por Euclides da Cunha em seu conhecido texto *Judas-Asvero* na qual escreve Euclides:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingou-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais o plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram (CUNHA, 1999, p.55-56).

Para Euclides a malhação do Judas é para o seringueiro a autopunição, para Alfredo “constituía também diversão interessante o Judas” (CABRAL, 1984, p.63), mesmo não demonstrando ter interesse particular naquelas festividades não faz esta correlação metafórica construída na narrativa euclidiana.

Concluindo nossa tentativa de tecer uma leitura do relato de Alfredo Lustosa Cabral destacamos um último tema que nos chamou a atenção pela frequência que aparece na narrativa, trata-se, pois, da forma de “justiça” praticada nos seringais, sobre tudo sobre o poder do senhor [ou coronel] dos seringais que resolviam os conflitos à moda dos Winchesters ou do castigo no tronco ao modo dos senhores de escravo.

Sobre o patrão do seringal que trabalhou junto com seu primo João Cabral conta que:

Em ajuste de conta com um seringueiro estúpido de nome Raimundo Moreira, que o agrediu e forçou a emitir-lhe uma letra de cinco contos por não se conformar com os preços de mercadorias faturadas, mandou mata-lo e, por causa de uma melancia, tirada na praia sem a devida ordem, matou outro (CABRAL, 1984, p.44).

A citação acima remonta ao já comentado sistema de aviamento que era praticado como regra nos seringais da região e demonstra claramente o abuso de poder por parte dos seringalistas que resolviam as contendas à revelia de qualquer lei.

Sobre a negociação da esposa de um seringueiro para saldar uma dívida com o patrão, também decorrente do sistema econômico de exploração dos seringueiros, praticado pelos seringalistas, relata o desfecho do caso:

De frente um para o outro receberam de chofre um formidável tiro de bacamarte pelas costas, que os deitou em terra. Caíram abraçados na beira da fogueira. (...) Paulino [o seringueiro que quitou a dívida de outro junto ao patrão] recebera trinta e tantos

bagos de chumbo e D. Júlia [até então esposa do seringueiro endividado e acometido de enfermidade que o impedia de continuar seus trabalhos, mas veio vingar-se do abandona da esposa] três apenas (CABRAL, 1984, p.72-73).

Em seringal na cabeceira do rio Liberdade conta que sob o comando do senhor do seringal, Francisco Freire de Carvalho, ao flagrarem um marinheiro que tendo seu navio atracado no porto, atravessara em canoa o rio chegando à praia onde começou a retirar algumas melancias na plantação da praia o narrador relata que:

Cientificaram do caso a seu Carvalho. Este chamou Ricardo, guarda-livros da casa, e ordenou-lhe: - Prepare o rifle e passe fogo naquele sujeito, que está roubando, à vista clara, as melancias de minha praia. O Ricardo cumpriu a ordem, atirou n'água para amedrontar o rapaz, mas como foi em direção ao mesmo, infelizmente o projétil resvalou à superfície líquida, indo atingir o joelho da vítima, esfacelando-o. Em consequência, faleceu, depois de cinco dias de horríveis sofrimentos (CABRAL, 1984, p.86).

Alfredo enfatiza que “não existia ainda autoridade que tomasse as necessárias providências, e o fato foi considerado casual; mas o comandante do navio saiu propalando o crime por toda parte” (CABRAL, 1984, p.86).

No mesmo seringal conta outro embate entre o seringueiro e patrão:

Aconteceu um dia que o aviado, de nome Raimundo Moreira, não se conformara com o preço alterado das mercadorias que o guarda-livros lhe faturara. Preparou um documento pelo qual seu Carvalho era-lhe devedor da quantia de cinco contos de réis, e, inesperadamente, chegou armado ao barracão. Achando o velho desprevenido, forçou-o a assinar o propósito documento. O agredido respondeu: - Só ponho meu nome nesse papel porque estou debaixo do punhal, mas você não receberá a importância. – Não quero conversa, o que exijo é a assinatura do senhor – disse o aviado rebelde, acrescentando mais que vinha acertar as contas no oitavo dia. Tomou a canoa e desceu o rio para outro seringal abaixo. (...) No oitavo dia, apontou na curva do rio um gaiola que, mansamente, sulcava as águas e o credor de seu Carvalho ali viajava. Logo que atracou, os marinheiros colocaram a prancha. Foram preparados, dentro da casa, três piquetes reforçados. Raimundo Moreira saltou de bordo e seguiu pelo trapiche a fora, de revólver em punho, para o barracão. Do primeiro, partiram dois tiros, à queima roupa. Erraram claramente o alvo. O agressor avançou furioso e ao defrontar o segundo piquete, detonaram-lhe alguns tiros, dos quais ainda saiu ileso. Penetrou na sala do escritório. Seu Carvalho, empunhando um espadim, gritou em voz alta: - Atirem no homem! Vários projéteis certos atingiram o Moreira, ferindo-o gravemente. Este recuara aos tombos para o navio e, ao chegar à prancha, caiu n'água. Os cabras, que vinham no seu encalço, descarregaram as armas na cabeça do infortunado Raimundo Moreira. Retirado o cadáver, levaram-no para o aceiro da mata e por lá ficou insepulto (CABRAL, 1984, p.86-87).

Chama-nos a atenção o fato de o autor narrador detalhar os “fatos”, mas não se colocar na cena do ocorrido, como já enfatizamos em passagens anteriores, nem como observador, tão pouco como agente da ação. Alfredo não expõe seu julgo a respeito dos acontecimentos narrados. Talvez por ser também o próprio irmão Silvino dono de seringal, preferira não fazer uso de sua narrativa para denunciar as diversas atrocidades e impunidades presenciadas ou ouvidas de outras bocas para depois comporem as reminiscências de sua narrativa. O fato é que entendemos esta certa imparcialidade do narrador como um indício de que este não se via nas mesmas condições daqueles seringueiros vitimados.

Uma lei estabelecida na convivência dos seringais e que aparentava ter o respeito da coletividade era a da posse dos seringais, em estrada já com seringueira sangrada não se invadia. Sobre esta lei local dos seringais, ainda em referência ao relato de Alfredo, Leandro Tocantins registrou que:

Uma posse, simples de taperi do civilizado que, segundo Alfredo Lustosa Cabral, “firmava do domínio e corria, às pressas, aterrorizado com o gentio”. Mas a prioridade ficará lá assegurada e, regra geral, ninguém a violava, como necessidade de preservação de seus próprios direitos e, com estes, da vida pessoal. Um exemplo típico da influência do meio, induzindo os homens a um comportamento no sentido da coexistência pacífica. E todas as vezes, e não foram poucas, que tentaram romper esse equilíbrio sobrevieram depredações de seringais, incêndio de barracas e embarcações, conflitos armados e mortes (FOCANTINS, 1973, p. 221).

Naquelas paragens o homem imprimiu seu ritmo de povoamento e criou meios de estabelecer sua convivência permanecendo por muito tempo à revelia das leis e autoridades nacionais. Sobre o sistema fundiário praticado na região remontamos novamente ao estudo de Souza (2016):

Na Amazônia, no Acre, o mesmo. Os indígenas expropriados e os seringueiros impedidos de seu acesso, funcionando deste modo – a propriedade fundiária – como motor da ralação de dominação e exploração do proprietário seringalista em relação aos indígenas e seringueiros. Aliado a isso, igualmente forte e decisivo, as suas racializações como sujeitos naturalmente inferiores. Os primeiros, de caráter étnico. Os segundos relacionados à sua origem nordestina. Ambos quanto aos seus saberes (SOUZA, 2016, p.276).

Adentremos às nossas considerações finais sobre o relato de Alfredo Lustosa Cabral.

UM ÚLTIMO CORTE PARA FINDAR A ESTRADA

Alfredo deixaria Tarauacá em princípio do ano de 1907, liquidando suas contas com o irmão e proprietário do seringal em que habitava e trabalhava, ficando à espera do transporte para voltar à terra natal, o que ocorreu ainda em janeiro daquele ano com a chegada do navio *Manauense*.

Na chegada a Manaus registra o autor que:

Estávamos no auge da produção da borracha da Amazônia. Por isso, era grandioso o movimento do porto. Em companhia de um primo, hospedei-me na “Pensão 31 de Janeiro” (antiga Cabeça de Porco), a melhor da capital. Passei doze dias em Manaus, aguardando que a borracha, que trazia, fosse qualificada para ser vendida. Apurei, em sua venda, uns oito contos e tanto. Fiz logo um terno de casemira inglesa por cento e vinte mil réis e com sessenta enchi uma mala de roupas na “Casa 22”, comprando camisas a três mil réis, ceroulas a mil e quinhentos réis, meias especiais a mil e duzentos e assim por diante (CABRAL, 1984, p.108).

Conclui sua narrativa sobre a estadia em Manaus com a liquidação dos negócios da borracha e compra de passagem de primeira classe no pacote *Maranhão*. O autor dá ênfase a artigos de vestuário adquiridos e a outros luxos que se permitiu na ocasião de seu regresso, leva o leitor a crer que teria sido financeiramente bem sucedido sua empreitada amazônica.

Chegaria à cidade natal onde daria continuidade a sua vida, após dez anos vividos “nas plagas amazônicas”, exercendo o ofício de professor primário por cerca de vinte anos, formara-se em odontologia após a aposentadoria do magistério.

Nossa leitura e releitura do relato de Alfredo Lustosa Cabral é um exercício de diálogo com e através da linguagem, uma proposição de leitura dentre outras tantas possíveis que a linguagem permitiria. Compreendendo ser importante não apenas a leitura de contraponto proposta por Edward Said (2011) dos autores e obras renomadas, clássicas, canônicas, mas também, buscar outras fontes, outros autores silenciados pela crítica literária ou menos prestigiados.

Estabelecer um distanciamento temporal do momento de escrita da obra do autor paraibano e da vivência daquilo que buscou registrar, é compreender a linguagem como possibilidade de representações de “realidades” diversas, vividas ou não, fato é que a partir da linguagem o mundo que nos cerca é tecido e representado, cabe a nós lê-lo e interpretá-lo.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Alfredo Lustosa. **Dez anos no Amazonas (1897-1907)**. 2º ed. Brasília : DF, 1984.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**: história trágica de uma expedição. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Série 5º; Vol. 242. São Paulo: Edição da Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Euclides da, 1866-1909. **Às margens da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. 4º ed. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2º ed. Manaus: Editora Valter, 2007.

HARDMAN, Francisco Foot, 1952 – **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas, 1735 – 1745**/ seleção de textos, introdução e notas Hélène Minguet; tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSC, 1992.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. SP: EDUSC, 1999.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, João Veras José de. Seringalismo. In: **Uwakürü: Dicionário analítico**. Org. ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. PACHECO, Agenor Sarraf. – **Rio Branco**: Nepan Editora, 2016.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Biblioteca do Exército. Publicação 437. Coleção General Benício, vol. 114, 1973.

DAS “VIAGENS” DE THOMAS WHIFFEN ENTRE OS BORA E OS UITOTO DO NOROESTE AMAZÔNICO

Hélio Rodrigues da Rocha
Heloísa Helena Siqueira Correia

“A Amazônia é nosso programa espacial”
The Road to Extrema [A estrada para Extrema]
Bob Reiss

A Amazônia, desde o seu forjamento sígnico, discursivo, tem sido laboratório de extração de capital e conhecimentos de toda ordem, como os botânicos, geológicos, energéticos, culturais, para inúmeros viajantes e seus – quase sempre – objetivos capitalistas. Da viagem de aventura, às viagens de exploração e inventário, com vistas ao conhecimento ‘científico’, à dominação, à usurpação de terras e de seus produtos naturais, também com vistas ao uso de uma farta mão de obra de baixo custo, muitos registros de viajantes colaboraram e ainda colaboram, (in) diretamente, para a escravização de amazônidas: homens, mulheres e crianças em seus próprios territórios usurpados.

Os relatos de viagem com base em razões científicas que conduzem a modernidade propugnam o julgamento e a inferiorização dos saberes e modo de vida desses povos, a partir de um olhar que toma a ciência moderna ocidental como parâmetro para balizar o conhecimento do outro, sem levar em conta que há diferença substancial no modo como os não indígenas e os indígenas conhecem e se relacionam com o que a sociedade não indígena denomina ‘mundo’. A começar já pela pluralidade de mundos, posto que a visão de mundo indígena supõe a existência de mundos e não apenas um mundo.

De fato, não há dúvidas de que os relatos de viagem, desde o século XVI, são guiados pela razão científica e mercadológica, e dirigidos, em sua maioria, às metrópoles e academias da Europa e dos Estados Unidos. Com isso, a Amazônia geográfica e discursivamente, permanece vista como espaço do exotismo, do ‘primitivismo’ e ‘pré-logismo’, atribuições que de acordo com Goldman (1994) foram usadas por Levy-Bruhl em seus estudos antropológicos por falta de termos mais adequados. As informações relatadas por aqueles que possuem as técnicas de escrita costumam radiografar as riquezas nativas, dirigem-se para a ratificação

da diversidade de espécimes vegetal e animal por hectare, a grande extensão de terras ‘sem uso’ pelo agronegócio e a enormidade de água doce, possível fonte de energia, sempre com vistas à exploração e ao lucro. Ao mesmo tempo em que radiografam a vida, os relatos decalcam a cultura nativa com emblemas do rebaixamento do outro, sua inferiorização e extirpação, uma prática realizadora da colonização e justificadora de agressões, as mais variadas.

Além das práticas capitalistas internacionais, a Amazônia brasileira segue como território visado por levas de projetos nacionais que lhe imprimem o papel de colônia interna do Brasil, como asseveram repórteres investigativos que visitaram as terras de Rondônia e Acre nos anos 80 do último século¹, anos conhecidos internacionalmente como “a década da destruição do meio ambiente” (ROCHA, 2012). Os estados de Rondônia e Acre, reportados como ‘terras do fim do mundo’, foram submetidos a projetos governamentais que visavam, entre vários outros objetivos, integrar essas terras aos grandes centros mercadológicos internos e de além mar.

Nessa esteira mercadológica e genocida, o governo federal criou *slogans* que invisibilizaram a vida dos povos nativos da região, como o conhecido “terra sem homens para homens sem-terra” que justificava e ainda justifica a invasão dos territórios ancestrais de todos os grupos indígenas que viviam e ainda vivem – ‘por pura teimosia’, dirão os adeptos do governo atual – na região. “Integrar para não entregar”, *slogan* de uma campanha genocida², não somente contra os indígenas e seus territórios, mas também contra a fauna e a flora, demonstra o receio do governo brasileiro de que a Amazônia Ocidental fosse invadida por estrangeiros, como se esses projetos ‘desenvolvimentistas’ não preconizassem e até mesmo facilitassem a vinda e assentamento de várias empresas multinacionais na região. As baixas taxas de impostos a serem pagos por posseiros, ou até mesmo a isenção de tais taxas, acelerou o processo e, até o momento presente, continua sendo a causa dos diversos assassinatos, de humanos ou não humanos, tendo em vista que, para a cultura do lucro a todo custo, a destruição completa da Amazônia pouco afetará o planeta.

Neste sentido, essa sodomização da Amazônia, compreendida aqui como crimes de todos os tipos possíveis que vitimizam toda a região, tanto do ponto de vista ambiental e humano quanto não humano, tem desencadeado um processo

¹ The road to Extrema, de Bob Reiss. Into the Amazon, de Augusta Dwyer. Tempo de queimada, tempo de morte, de Andrew Revkin. O mundo em chamas, de Alex Shoumatoff.

² Os slogans participam do Programa de Integração Nacional (PIN), assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, que tinha como objetivo central a colonização da Amazônia (IANNI, 1979).

contínuo de depredação dos rios, das matas, dos reinos animal e vegetal e, com isso, aumentado o índice de pobreza, de crimes de todos os tipos e o descrédito das populações locais pelo poder governamental, principalmente os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que, por tradição se relacionam de modo diverso com a floresta, os rios, a terra e outros não humanos que vivem no planeta.

A existência de modos diversos de relacionamento com a Terra e os seres vivos, por povos indígenas e não indígenas, parece residir também nas diferenças significativas quanto aos modos de construção do conhecimento destes povos, no sentido de que, ao que parece, as práticas em relação ao planeta seguem as epistemologias que lhes correspondem, cada versão da epistemologia provoca um tipo de prática, um modo diverso de relacionamento com o outro.

Apesar da produção de vários estudos e obras de campos diversos do conhecimento, que alertam para os riscos que o mundo corre com a política criminoso na e direcionada para a Amazônia pelos próprios governantes e seus aliados nacionais e estrangeiros, a vida dessa porção fundamental da Terra tem seus dias contados. A menos, é claro, que valorizemos novas práticas e condutas, ideias e lutas que podem ‘adiar o fim do mundo’ (KRENAK, 2019). Provavelmente, esse adiamento é o do fim do mundo em seu sentido terrestre, isto é, planetário. Krenak chama nossa atenção para o fato de que já se encontra nas narrativas tradicionais, há muito, o relato de vários aniquilamentos da Terra.

Os inúmeros mundos indígenas foram destruídos e aniquilados ou tiveram que ser relocados de acordo com os acordos globalizadores de mercado, isso devido ao contato com o povo da mercadoria, como ironiza o xamã Davi Kopenawa em seu livro *A queda do céu* (2015), obra considerada um divisor de mundos, o europeu e os ameríndios. Em suas palavras:

Visitando uns aos outros entre suas cidades, todos os brancos acabaram por imitar o mesmo jeito. E assim as palavras das mercadorias e do dinheiro se espalharam por toda a terra de seus ancestrais. [...] Por quererem possuir todas as mercadorias foram tomados de um desejo desmedido. [...] Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. (KOPENAWA, 2015, p. 407).

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em seu texto “O recado da mata”, texto introdutório de *A queda do céu* (2015), assevera que:

O Brasil está mais para uma corporação empresarial coberta a perder de vista por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, crivada de morros invertidos em buracos

desconformes de onde se arrancam centenas de milhões de toneladas de minério para exportação, coberta por uma espessa nuvem de petróleo que sufoca nossas cidades enquanto trombeteamos recordes na produção automotiva, entupida por milhares de quilômetros de rios barrados para gerar uma energia de duvidosíssima 'limpeza' e ainda mais questionável destinação, devastada por extensões de floresta e cerrado, grandes como o país, derrubadas para dar pastos a 211 milhões de bois (hoje mais numerosos que nossa população de humanos). (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 18)

Assim, o estudioso convida o leitor a uma leitura crítica da obra e alerta que devemos levar em conta o que dizem os indígenas pela voz desse Yanomami brasileiro, se é que se pode, ainda, falar de nacionalidade em termos unitários, em um país que acolhe diversas nações, com suas gentes e modos de existência plural. Esse acolhimento, no entanto, diz o autor ironicamente, citando as palavras de Oswald de Andrade: o Brasil “[...] foi uma república federativa cheia de árvores e gente dizendo adeus” (2015, p. 18). A diversidade de nações é reconhecida? A pluralidade sobrevive?

A pluralidade, todavia, é abstraída, pois sabemos que os porta-vozes “brancos” dificilmente compreendem ou desejam compreender os mundos políticos e espirituais dos ameríndios. Consideram sua própria política superior e acreditam apenas no corpo físico, a carcaça; nada de outros mundos extra natureza; nada de montanhas como ‘casa dos espíritos’, porque isso, o não indígena toma como superstição, justificando, assim, que o mundo europeu se mantenha como hegemônico paradigma cientificamente racional, o que será perceptível a partir do relato de Thomas Whiffen na terceira parte de nosso texto.

Antes de identificarmos os comportamentos irracionais da razão ocidental, refaçamos agora, na seção que se segue, os percursos do viajante: o percurso que o levou geograficamente ao noroeste amazônico e o que o afastou da propugnada ética da civilização.

O PERCURSO NO MAPA DO SILÊNCIO E DA OMISSÃO

Foi no final da primeira década do século XX, entre 1908 e 1909, que Thomas William Whiffen (1878-1922) fez suas viagens pelo noroeste amazônico, uma enorme extensão de terra esquecida pelas autoridades governamentais do Peru, Colômbia e Brasil e distante dos centros de poder dos referidos países, mas sob a tutela de um tirano, Julio Cesar Arana. Ciente da desassistência do poder

governamental nessas terras e como a expansão da indústria da borracha no Ocidente havia impulsionado a busca pela matéria-prima insubstituível, o látex para a produção das pélas, Arana agiu de forma brutal na região. Portanto, foi com o intuito de produzir borracha que J. C. Arana criou o seu império baseado na escravidão, terror e tortura da população nativa. É esse cenário de guerra que o autor de *O noroeste amazônico: notas de alguns meses que passei entre tribos canibais* (2019) vai encontrar quando de seu trabalho de campo, apesar de quase não fazer menção à empresa de J. C. Arana, muitos menos denunciar os seus crimes contra o meio ambiente e os grupos indígenas.

Antes de adentrarmos a obra de Whiffen, é preciso esclarecer ao leitor que, a partir do século XIX, Belém, Manaus e Iquitos são as bases amazônicas de onde partem muitos viajantes para os seus trabalhos de campo, sejam eles naturalistas ou simplesmente aventureiros. Em séculos anteriores, o Rio de Janeiro havia sido base para muitos exploradores e artistas, assim como São Paulo, ponto de partida dos bandeirantes quando de suas viagens de exploração do território brasileiro, e também Belém e Manaus, que exerceram a função de saída e chegada de vários viajantes estrangeiros que estiveram na Amazônia. Theodor Koch-Grünberg (2005), por exemplo, tinha como base a cidade de Manaus. Foi dali que partiu para o monte Roraima e o Orinoco e outras partes da Amazônia. Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Richard Spruce também fixaram suas bases em Belém e Manaus na segunda metade do século XIX. Wallace (1939) descreve muitos lugares amazônicos onde esteve e de onde partiu com ou sem os seus amigos expedicionários, os europeus, posto que os nativos, apesar de parte importantíssima desse grupo, não são vistos como membros da expedição, mas tão somente como ‘burros de carga’.

Diferentemente destes seus predecessores, Thomas Whiffen não tomou como base a cidade de Belém ou Manaus, apesar de haver passado por esses centros urbanos quando de sua chegada à região (1908). Mesmo que tivesse a intenção de refazer o percurso da viagem inacabada de A. R. Wallace, seu maior estímulo, ele não fixou sua base em Manaus, mas na cidade de Iquitos, no Alto Rio Amazonas, em terras do Peru. É para lá que Whiffen zarpa.

Quando cheguei a Manaus, inquirei sobre os meios para prosseguir viagem para São Gabriel da Cachoeira, perto da junção dos rios Negro e Uaupés, e dali até o último curso fluvial. Na época, pensava que fosse possível subir esse rio até sua nascente, e de suas cercanias fazer uma viagem pela região via rios Apaporis, Japurá, Içá e Napo até a cidade de Iquitos, no Peru. Logo descobri que a dificuldade para conseguir os homens

necessários para essa empreitada seria imensa, e a subida do Uaupés, de acordo com a opinião local, era inviável sem uma expedição organizada e para a qual eu não possuía nem influência, nem recursos financeiros. Fui convencido de que a solução para essa questão – já que o Uaupés era o problema – seria inverter a viagem prevista e viajar de Iquitos até um ponto no Uaupés e depois descer para Manaus. Assim, embarquei rumo a Iquitos num navio a vapor da Companhia de Navegação, e cheguei a essa cidade peruana na segunda semana de junho [1908]. (WHIFFEN, 2019, p. 64).

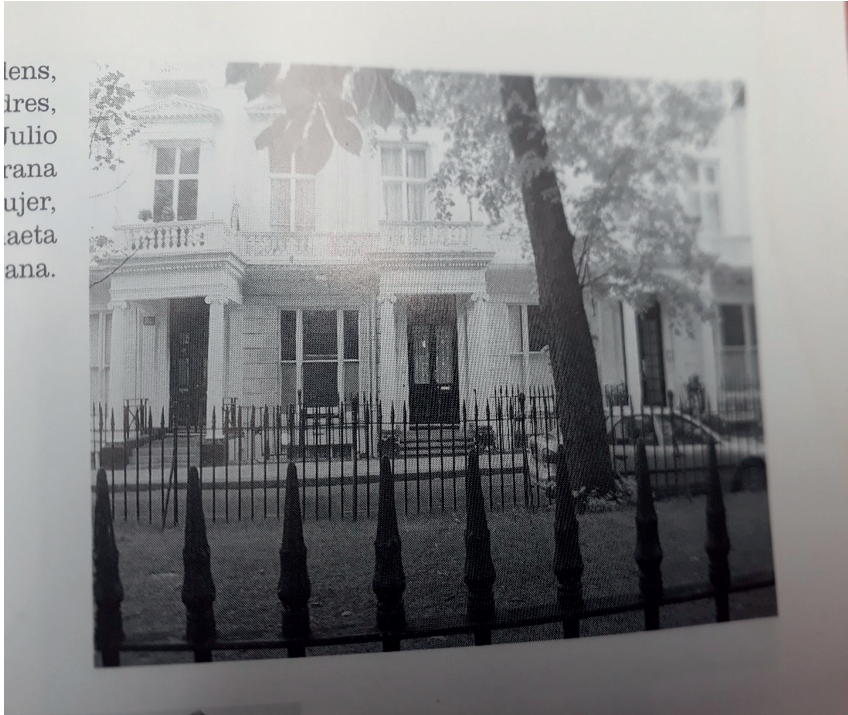
Assim, de Iquitos, Whiffen volta a descer o rio Amazonas até a embocadura do Içá, em território brasileiro. Navega suas águas até a fronteira e adentra o território peruano e colombiano, uma vez que esses países ainda não tinham suas fronteiras geográficas delimitadas. A partir da fronteira, o rio se chama Putumayo e é justamente em seus afluentes que estavam assentadas as sedes do “Cinturão da Borracha” da Casa Arana.

Escotado por um grupo armado, que informa ao leitor ter conseguido dos patrões do ‘Cinturão da Borracha’, e com o espírito carregado de leituras de relatos de outros viajantes anteriores, Whiffen parte rumo ao território dos Bora e dos Uitoto. Citamos o viajante:

Devo esclarecer que consegui esses indígenas armados no “Cinturão da Borracha” por meio de acordos com seus patrões. Os seringalistas costumam treinar jovens nativos para usá-los como batedores e, dessa forma, obter borracha dos grupos hostis àqueles a que pertenciam. Talvez essa prática seja necessária para evitar conspiração (WHIFFEN, 2019, p. 66).

O “Cinturão da Borracha” [Rubber Belt] a que se refere o autor é a região entre os rios Putumayo e Caquetá, em especial o Igaraparaná e o Caraparaná e seus afluentes menores, região indígena que estava sob o domínio terrorífico da Peruvian Amazon Company, a afamada Casa Arana (LAGOS, 2005), cujo proprietário seria o futuro senador eleito por Loreto, Peru, em 1924. O mapa abaixo mostra o território indígena dominado por Arana e seus homens, isto é, mostra o império de Arana no Putumayo e as ‘célebres’ sedes da borracha, ou seja, as secciones caucherias, com seus nomes sarcásticos: Matanzas, Esperanza, La Florida, Entre Rios, Porvenir, Ultimo Retiro, Indostan, Union, Argelia, El Encanto, Granada, Urania, Abisinia, Providencia, S. Barbara, Oriente, Occidente, Atenas, S. Antonio, Tacna, Medio Dia e La Chorrera.

Foi à custa do assujeitamento e da escravidão do indígena, do assassinato e de inúmeras maldades inomináveis, que Arana montou seu império do crime. Julio César Arana, o “Barão do caucho” e, de acordo com imagens dispostas no livro de Lagos (2005), senhor de família, era dono de várias propriedades em Iquitos, Manaus, Paris, Londres, Suécia etc. Uma das sedes da empresa de Arana ficava no edifício Salisbury House, em Londres; outra em Iquitos (Peru) e uma em Manaus, capital do Amazonas; e uma de suas residências situava-se em Londres, conforme imagem abaixo:



Queen's Garden, em Londres – Residência de J. C. Arana

Fonte: Ovídio Lagos, Arana, rey del caucho, Emecé Editores, Argentina, 2005.

O valioso império de Arana foi resultado do terror impetrado sobre todos os povos nativos do Putumayo, violência que poderia ter sido denunciada por Thomas Whiffen, posto que esse capitão do exército britânico foi informado, de acordo com Walter Hardenburg (2016), sobre as barbáries que estavam acontecendo desde a chegada dos ‘homens de Arana’ à região, que ficou

conhecida na historiografia como “O Paraíso do Diabo”. Inclusive, Hardenburg registra alguns trechos dos depoimentos de homens que trabalharam para a empresa genocida de Arana. Vejamos apenas um trecho em que Stanley Sealey, um barbadiano que contou uma história terrível sobre as práticas criminosas que ocorriam no Putumayo, se refere ao capitão Thomas Whiffen da seguinte forma:

Sealey afirma que havia relatado essas coisas a seu patrício, John Brown, que quando chegou a La Chorrera tornara-se servo do capitão Whiffen, um oficial inglês que tinha chegado lá. Esperava que o Capitão Whiffen, sabendo desses crimes, fizesse alguma coisa e assim contou a John Brown. Sealey afirma que Chase estava com ele na expedição (HARDENBURG, 2016, p. 214).

O anseio de Sealey foi frustrado pelo viajante londrino que, mesmo testemunha das atrocidades que estavam acontecendo no “Cinturão da Borracha”, em sua obra antropológica não faz nenhuma denúncia em relação aos acontecimentos trágicos para os povos indígenas.

John Brown, na citação acima apontado como patrício do narrador, foi contratado por Whiffen como seu tradutor das línguas Bora e Uitoto, tendo em vista que falava a língua inglesa, e como vivia amancebado com mulheres nativas tinha certo conhecimento da língua desses dois povos (2029, p.77). Assim, Brown se tornou o porta-voz de Whiffen, bem como de grande valor na coleta de dados etnográficos sobre os Bora e os Uitoto, algo que o próprio viajante londrino deixa registrado em seu relato antropológico, ao valorizar e considerar Brown “seu guia e intérprete” (WHIFFEN, 2019, p. 13). O viajante esclarece que:

John Brown, um negro de Barbados, que tinha trabalhado para uma Companhia de Borracha por cerca de três anos, no distrito de Içá, foi contratado como meu empregado pessoal em Iquitos. Ele era “casado” com uma mulher Uitoto há cerca de dois anos, e por meio desse arranjo, consegui muitas informações valiosas. Na verdade, ele foi de grande valor durante toda a expedição, sendo mais leal e mais devotado do que um viajante – com algumas experiências colhidas de um acompanhante africano cheio de superstições nativas – tinha motivos para esperar de um serviçal negro (WHIFFEN, 2019, p. 66).

Neste excerto de Whiffen é possível notar informações importantes. Primeira, a existência de uma Companhia da Borracha [a Casa Arana]; segunda, Brown tinha sido empregado dessa empresa; terceira, Brown era “casado” com uma mulher Uitoto; quarta, Brown ajudou Whiffen na interpretação de aspectos da cultura indígena. E ainda podemos entrever que o viajante – apesar de afirmar

ter sido Brown ‘de grande valor durante toda a expedição’ – se mostra adepto do discurso racista, posto que seu ajudante, nas palavras de Whiffen, “foi mais leal e mais devotado do que um viajante” [branco – precisamos lembrar], “tinha motivos para esperar de um serviçal negro” (grifo nosso).

De acordo com Juan Alvaro Echeverri, antropólogo colombiano que trabalha com alguns povos originários que habitam a região do Departamento do Putumayo, o próprio John Brown declarou que mostrou ao viajante inglês muitas coisas que tinham acontecido durante o tempo em que viveu e trabalhou para a Casa Arana. No documento intitulado “Ill treatment of British Subjects in Peru, South America”, John Brown’s statement, Montserrat, British West Indies, February the 3rd, 1910 (Peru, Bolivia and Ecuador. Code 35, File 450, Record FO 371/967) encontra-se a seguinte declaração de Brown:

Entonces yo, John Brown, y el Capitán Whiffen comenzamos a viajar por el Distrito Cauchero y le mostré a él muchas de las cosas que habían sucedido durante el tiempo que yo viví ahí. El Capitán Whiffen mismo fue testigo de muchas de las crueldades que los peruanos hacían a los indígenas. El vio a um hombre llamado Cordaria [sic] colgar a una niña indígena com sus manos detrás de la espalda y golpearla con una espada, y él mismo hizo que la cortaran. Esto fue en enero de 1909 en la sección de Abisinia (ECHEVERRI, 2019, p. 30).

O tratamento cruel e violento reservado aos indígenas, portanto, não é mencionado por Thomas Whiffen em *O Noroeste Amazônico* (2019), como mencionamos acima, dado sua atitude de cumplicidade, escolha que o afasta imediatamente da ética que supostamente é parte da civilização. Ainda sem ações governamentais pró-indígenas que possam reconhecer os direitos indígenas atuais e, em especial, a memória dos Bora, Uitoto, Resígaro, Muinane, Ocaina, Carijona e muitos outros grupos escravizados e trucidados durante esse período trágico da história indígena do Putumayo, permanece o assunto algo extremamente traumático até hoje. Ações políticas pró-indígenas seriam um refrigério não apenas para os que ainda vivem, mas, especialmente, para a valorização e defesa da memória de seus antepassados que, em sua maioria, foram as vítimas desse genocídio, conhecido como “as atrocidades do Putumayo”. Pesquisadores que estudam a situação social das comunidades dessa região entre fronteiras de Brasil, Peru e Bolívia, no Alto Rio Solimões, lutam para que os governos deem mais atenção aos povos originários, pois sabem que a ferida histórica ainda está por cicatrizar.

A obra deixada por Whiffen sobre esses grupos indígenas serve como fonte para vários estudos sobre os Bora e os Uitoto, no entanto, assim esclarece Echeverri (2019),

Sin embargo, su obra *O noroeste amazônico* no menciona las actividades caucheras, ni denuncia ninguno de los crímenes cometidos contra los indígenas. Whiffen conocía de primera mano sobre estos hechos y su acompañante y guía, el negro norteamericano John Brown, había trabajado cinco años con la empresa y le había dado a conocer más detalles. La omisión de Whiffen es deliberada y lo más probable es que haya sido el resultado de un trato con Arana, el fundador y gerente de la infausta casa cauchera (ECHEVERRI, 2019, p. 30).

Os territórios percorridos por Thomas Whiffen, ao que podemos perceber, não eram terras indígenas que ficavam fora do “Cinturão da Borracha”. Porém, o viajante, deliberadamente, leva o leitor a crer que o percurso da viagem não adentrou o mencionado cinturão, e que se trata de um viajante intrépido e corajoso que se expôs aos perigos de morte fazendo viagens em terras de indígenas canibais, como assegura o subtítulo de seu relato antropológico. A sua romantização dos distritos territoriais indígenas dá uma matização falsa do que, de fato, aconteceu. Assim, Whiffen anuncia que “Ali naqueles distritos intocados, longe do Cinturão da Borracha e dos rios de comércio, não há nenhum dos maus hábitos da civilização: não há garrafas quebradas, latas amassadas, nenhum pedaço de papel rasgado e sujo” (WHIFFEN, 2019, p. 105).

Caso o leitor se deixe levar pelas palavras fantasiosas de Whiffen, acreditará que as aldeias visitadas e etnografadas por ele se localizavam para além das terras dominadas pelos homens de J. C. Arana, o que não é verdade, tendo em vista que o seu relato retrata a vida e os costumes dos Bora e Uitoto e não de outros povos que viviam fora do “Cinturão da Borracha”. A partir da informação de John Brown que “[...] usted no puede ir entre esos indios que no están trabajando [para la Casa Arana], porque perderíamos la vida... Porque esos indios son malos. Um blanco que va entre ellos y no tiene protección, los indios lo matarán” (ECHEVERRI, 2019, p. 29), confirma-se que o trabalho de campo de Whiffen foi realizado integralmente no “Paraíso do Diabo”, ou seja, no império de Arana.

Além dos falseamentos levados a cabo pelo narrador viajante, veremos, na próxima seção, que o viajante e explorador londrino não elaborou, em muitos aspectos, seu estudo antropológico dos Bora e dos Uitoto do noroeste amazônico, de forma respeitosa, muito menos racional do ponto de vista ameríndio. Aos seus olhos, guiados pelo raciocínio lógico, ou seja, por categorias lógico-ocidentais – “as suas crenças [dos indígenas] são sempre imprecisas, um tanto quanto

incompreendidas até mesmo por eles” (WHIFFEN, 2019, p. 321), afirmação pretensiosa em que o viajante se investe de superioridade cultural e racional.

A “RAZÃO OCIDENTAL” E AS RAZÕES DA VIDA

O *Noroeste Amazônico* (2019), apesar de demonstrar inegáveis problemas de compreensão da cultura do outro, é, de fato, uma obra que procura dar conta de todos os aspectos possíveis de serem observados quando de uma pesquisa de campo de cunho antropológico. Portanto, o autor a organizou por partes, a primeira parte tem início com uma visada sobre o território dos nativos, isto é, ali o leitor encontra uma descrição detalhada da geografia do lugar que o viajante ‘pinta’ (à moda de um artista plástico): a topografia, o solo, os rios com suas cheias e vazantes, o clima, a vida animal e vegetal, as trilhas e suas ‘pontes’ [pinguelas], bem como a marcha na mata do viajante; os efeitos depressivos que são sentidos por ele, quando se perde na mata e, para coroar toda essa cena dramática, a fome como o ápice do horror. O crédulo leitor precisa, já de início, começar a suspeitar, pois isso não aconteceu com Whiffen.

Depois de sua entrada ‘triumfal’ na mata amazônica, longe dos centros metropolitanos, Whiffen e seu grupo expedicionário chegam a uma maloca e, na mesma tela (composição discursiva), são pintados os moradores, seus utensílios domésticos, o fogo, a vida cotidiana, os animais de estimação dos nativos, os adereços e as pinturas corporais, o material bélico e de caça e pesca; de fato, toda a cultura material dos Bora e Uitoto é didaticamente espalhada em seu relato. A cultura imaterial também ocupa alguns capítulos de sua obra etnográfica. Inclusive, o viajante lança mão de categorias como antropofagia, canibalismo e crença, ao que tudo indica, para tentar persuadir o leitor que esteve entre povos primitivos.

O leitor familiarizado com os relatos dos primeiros europeus, especialmente a narrativa pessoal de Hans Staden, pode enxergar em Whiffen a necessidade de continuar com a temática do canibalismo nas terras amazônicas. Provavelmente, impregnado de leituras etnológicas sobre rituais de cura, de morte e sepultamento, mundo dos espíritos e crenças diversas, Whiffen tomou como base as interpretações de John Brown – como professora Echeverri (2019). Brown, por sua vez, em muitas das explicações repassadas a Whiffen, além de seu próprio conhecimento, pode ter se apoiado também nos conhecimentos de

suas mulheres. Apesar dessa informação não aparecer em registros escritos, é algo que culturalmente tem grande possibilidade de ter ocorrido, basta lembrar do importante papel dos informantes nos relatos antropológicos. Acerca da antropofagia, afirma Whiffen que existem três razões para tal prática:

- 1)A antropofagia é vista como uma forma de vingança, um método de infligir o insulto máximo a um inimigo;
- 2)O desejo de fazer uso daquilo que, de outra forma, seria desperdiçado;
- 3)A crença de que as características do indivíduo comido serão absorvidas pelo devorador (WHIFFEN, 2019, p. 205-6).

Refabricam-se no texto de Whiffen velhas histórias conhecidas e, muitas vezes, forjadas, de práticas antropofágicas indígenas canibais de outras regiões do Brasil. A pintura feita por Hans Staden, desse tipo de práticas no litoral, por exemplo, ressurgiu ao modo de Whiffen, mas com conotação semelhante, agora voltada para a Amazônia como espaço em que naturalmente se devora o Outro.

O narrador inglês, primeiramente leitor, se apoia nessas relações de poder senão somente para examinar as histórias que lhes são narradas por indígenas Bora ou Uitoto sobre um passado distante, mas para insinuar que esteve entre canibais e sobreviveu para contar a história em seu relato. Em certa passagem do livro, escreve sobre a dança realizada pelos nativos quando do retorno de uma guerra “com um bando de prisioneiros condenados”:

Refiro-me ao retorno triunfante dos guerreiros ao lar, carregados com o espólio da guerra, com um bando de prisioneiros condenados. O tratamento dos últimos e a disposição deles na festa para o movimento da dança; entoam estridentemente seu coro para a canção da dança tribal; mas eles não são indecentes. Há em tudo um efeito impregnante, um delírio sem limites. A explosão selvagem afeta até mesmo o estrangeiro no meio deles. Células ignoradas em seu cérebro reagem ao estímulo da cena. Ele não está mais à parte, alheio à fala e ao sentimento. Ele entrança os braços à fileira dos canibais, balança ao ritmo deles, pisoteia o solo solenemente, e entoava as palavras sem sentido com entusiasmo, como o melhor deles. Ele atravessou a ponte da era da civilização e voltou para a barbárie no recanto degradado do barranco do rio. É o estranho fascínio da Amazônia (WHIFFEN, 2019, p. 303).

Ao que se pode presumir, o viajante se utiliza das narrativas desses acontecimentos em proveito pessoal; para impressionar os seus leitores; para reconfirmar o estado de barbárie, como se ele próprio tivesse participado de alguma dança que se pode considerar uma dança de morte. Porém, esse “eu” que aparece em seu texto não passa de um estado de devaneio do viajante que,

a todo custo, deseja enredar o leitor em sua etnografia e fazê-lo acreditar que o protagonista esteve, verdadeiramente, entre os canibais. Echeverri (2019) esclarece que nenhum dos exploradores presenciou esse tipo de ritual e todos os que escreveram, inclusive Whiffen, se basearam em histórias que lhes foram narradas por caucheiros imaginativos. A passagem do relato acima citada parece querer nos fazer crer que o viajante londrino participou de tal ritual, quando, em realidade o sentido é outro, o trecho revela a habilidade etnocêntrica do narrador insinuar-se como um intérprete-herói de práticas que, a despeito de testemunhos os mais variados, pertencem mais ao campo da retórica ou gênero discursivo afim.

Nesse viés de convencimento e, acrescentada a incompreensão das formas de pensar dos Bora e Uitoto, há várias assertivas falsas em relação ao mundo indígena. Afirmar que “o indígena é individualmente sábio, mas racialmente tolo, individualmente inteligente, racialmente inepto” (2019, p. 363) é uma generalização e pré-conceito prejudicial ao mundo dos nativos. São assertivas de valor depreciativo que, entre suas descrições etnográficas, surgem de quando em vez ao longo do relato.

Assertivas como essas estão em sintonia com a razão ocidental e a ciência moderna nos mesmos termos que Walter Mignolo usa ao explicar como costuma ser difícil a compreensão de “[...] a celebração das raízes científicas ser, ao mesmo tempo, a negação de outras formas de conhecimento (SOUZA, 2004, p. 677)”, ou, em outras palavras, de como a tal celebração implica a negação da diferença. Os julgamentos e o racismo que acompanham a razão branca pretendem permitir afirmações depreciativas do saber, da inteligência e da raça, como as de Whiffen, mencionadas acima. Curiosamente, também este viajante do século XX encarna o olhar inaugurado pela revolução científica e acaba por revelar ao leitor que não há sujeito universal e neutro; demonstra-o seus julgamentos dos povos nativos e sua insistente omissão sobre as perversidades da companhia de Araña.

Cumprido deixar claro que Whiffen passou somente sete meses em suas andanças etnográficas entre os vários grupos indígenas da região localizada entre os rios Içá e Japurá (Brasil), rios nominados em terras colombianas como Putumayo e Caquetá, respectivamente. Não seria pouco tempo para se compreender outras culturas? Além disso, o medo povoava a sua mente e, como vimos, suas viagens pela região foram escoltadas por um grupo de homens armados, o que demonstra o quanto ele temia ser morto pelos seus almejados ‘primitivos’, posto que Eugene Robuchon – explorador e geógrafo francês – havia desaparecido na mesma região alguns anos antes e a culpa recaiu – como

sempre – sobre os traiçoeiros e “canibais” indígenas. Logo nas primeiras páginas de seu registro eurocêntrico, assevera Whiffen:

Não se deve confiar no nativo. Seja devido aos maus-tratos a que fora submetido no passado durante as correias da borracha; seja por causa da crença de que o nativo é um cão nervoso que morde, é preciso precaver-se contra ações traiçoeiras dos indígenas. Eles costumam perguntar-se entre si: “Por que o homem branco está aqui?” E a resposta é: “Não sabemos, por isso é melhor matá-lo”. E não é, como se observou em outro local, costume do indígena atacar abertamente, mas somente quando tem a chance de ter sucesso no ataque, ou quando não corre nenhum risco de morte. (WHIFFEN, 2019, p. 67).

O excerto acima demonstra claramente que Whiffen, apesar de ter pensado em completar a viagem inacabada de Alfred R. Wallace – a quem dedica a obra em tela –, tinha a mente povoada de premissas negativas acerca dos nativos que carregaria por toda a viagem e, por certo, tais premissas dirigiram muitas de suas decisões e ações. Que não passe despercebido que na citação acima o viajante compara pejorativamente o nativo ao cão que morde (como se o cão pudesse levar o epíteto de traiçoeiro, qualificativo apenas humano), para ilustrar o suposto caráter traiçoeiro dos indígenas, algo que exige cuidado armado:

No dia 18 de agosto partimos para o rio Igaraparaná, depois de ter conseguido oito indígenas que serviriam como carregadores, dois mestiços e oito “racionales”, ou indígenas semicivilizados, armados com rifles Winchesters, juntamente com três mulheres indígenas, esposas de três dos racionales. (WHIFFEN, 2019, p. 66).

Whiffen dedica boa parte do primeiro capítulo de sua obra a explicações ao leitor acerca dos perigos de sua viagem. A esses perigos somam-se ‘dicas’ sobre provisões e alimentos e, em especial, como o viajante deve proceder quando em terras povoadas por povos canibais. Todos os informes injustificados sobre os nativos, sobre as atitudes destes quando do encontro com um homem branco, as emboscadas possivelmente preparadas pelos nativos e o reforço bélico de que todo viajante deve se prover, comprovam que Whiffen intenciona induzir o leitor a ficar do seu lado, a tomar o seu partido. No entanto, é possível perceber que esses pré-julgamentos e assertivas desconfiadas são comungadas por seus predecessores viajantes, cada um deles também munido do olhar ocidental, que se quer superior e único³.

³ Ver os relatos de Henry Walter Bates, Richard Spruce, Spix & Martius, Jules Creveaux, Clough e Agassiz.

Apesar desse fato não invalidar o trabalho de Whiffen, ao menos podemos suspeitar que muitas das informações whiffenianas acerca da vida e dos costumes do povo Bora e Uitoto são, no mínimo, duvidosas. Uma leitura atenciosa e crítico-reflexiva, portanto, pode garantir ao leitor uma compreensão mais justa sobre muitos dados etnográficos, bem como a interpretação feita pelo viajante. Leiaamos uma das notas que compõem o relato:

Algumas vezes, dormi em casas nativas e nunca encontrei uma que não fosse muito escura, muito quente à noite, e cheia de fumaça, porque não há janelas, e chaminés são luxos desconhecidos pela maioria dos povos indígenas. Alguns indígenas do Apaporis inventaram um artifício que permite que a fumaça saia; e os Kuretu inventaram algo que é quase uma chaminé, através de uma pequena abertura num dos cantos da cumeeira da casa (WHIFFEN, 2019, p. 113).

Ao que tudo indica, Whiffen emitiu uma explicação inadequada das razões pelas quais existe uma abertura na extremidade da cumeeira da maloca dos Kuretu. A inadequação é fruto da percepção de um sujeito que não possui instrumentos culturais que permitam com que seu conhecimento empírico encontre a experiência do outro, o viajante apenas consegue perceber a ausência de chaminés nas malocas.

É possível entrever a imensa gama de saberes perdidos durante a colonização, conhecimentos que, por não serem reconhecidos como tais pelos ‘donos’ da razão, foram desperdiçados, esquecidos e na melhor das hipóteses sobrevivem fragmentados, incompletos. Vale notar que Boaventura de Souza Santos, ao explicar a necessidade de empreendermos a crítica da razão metonímica, acertadamente recupera Benjamim. Santos faz lembrar o paradoxo identificado pelo filósofo alemão:

[...] o paradoxo que então passou a dominar – e domina hoje ainda mais – a vida no Ocidente: o fato de a riqueza dos acontecimentos se traduzir em pobreza da nossa experiência e não em riqueza. (...) Benjamim identificou o problema mas não as suas causas. A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. (SANTOS, 2004, p. 784)

Advertimos que, segundo informações colhidas entre os grupos nativos a que o relato se refere, a abertura na cumeeira de suas malocas é pensada como espaço por onde podem observar os astros, o dia e a noite e, assim, tomar

decisões acerca de plantios, preparativos para as festas, excursões de caça e pesca, entre outras atividades do grupo. Não é novidade que muitos grupos indígenas sabem ler o céu e os corpos que o habitam.

O viajante narrador nem sequer suspeita que há muita experiência na maloca, em sua arquitetura, chão, esteiras, fogueira e fumaça, em seus habitantes. Sua atitude é o desperdício do saber do outro e a reiteração de sua rasa explicação que só o faz mais limitado e egocêntrico. Não sabe que a maloca é o universo... Um dia saberá?

REFERÊNCIAS

ECHEVERRI, Juan Álvaro. “La obra de Thomas Whiffen un siglo después”. In: **O noroeste amazônico**: notas de alguns meses que passei entre tribos canibais. WHIFFEN, Thomas. Trad. Helio Rocha. Rio Branco: Nepan, 2019.

GOLDMAN, Márcio. **Razão e Diferença**: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora GRYPHO, 1994

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso**: o Novo Mundo. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HARDENBURG, Walter. **O paraíso do diabo**: relato de viagem e testemunho das atrocidades do colonialismo na Amazônia. Trad. Hélio Rocha. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**, o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1968. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Dois anos entre os indígenas**: viagens no noroeste amazônico (1903-1905). EDUA/FSDB: Manaus, 2005.

LAGOS, Ovídio. **Arana, rey del caucho**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

ROCHA, Hélio Rodrigues. **Microfísicas do imperialismo**: a Amazônia rondoniense e acreana em quatro relatos de viagem. Curitiba, Editora CRV, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777- 821.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Trad. Orlando Torres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939

WHIFFEN, Thomas. **O noroeste amazônico**: notas de alguns meses que passei entre tribos canibais. Trad. Hélio Rocha. Rio Branco: Editora Nepan, 2019.

DOS VIAJANTES DO SÉCULO XVI ÀS NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO SOBRE O BRASIL IMAGINADO

Carlos Eduardo do Prado

Por séculos imaginado e sonhado por viajantes estrangeiros, o Brasil, consagrado como o paraíso terrestre, desempenhou um papel importante na narrativa criada por aqueles que nele se aventuraram. O olhar do viajante estrangeiro sobre a sociedade brasileira e a natureza participou ativamente da construção de uma identidade e de uma literatura genuinamente nacional. Esse modelo eurocêntrico transformou-se em parâmetro, o olhar do outro que observa e que define, marcado pela dualidade entre o bem e o mal, o belo e o feio, como também marcado por alguns relatos fantasiosos.

Até o final da Idade Média, o mundo conhecido pelos europeus resumia-se em algumas regiões do globo: Oriente Médio, Norte da África e as Índias. Viagens como a do mercador veneziano Marco Polo em 1271 produziram relatos (nem sempre precisos e repletos de imagens fantasiosas) que se espalharam rapidamente pela Europa, criando no imaginário coletivo uma imagem idealizada desse Novo Mundo. Além disso, cabe ressaltar que, nesse momento histórico, as terras da América e Oceania eram completamente desconhecidas pelo *Ocidente*.

Será entre os séculos XV e XVII que países como Portugal e Espanha, buscando alternativas para comprar suas especiarias sem passar pelos intermediários italianos (venezianos e genoveses), vão se lançar ao até então pouco navegado Oceano Atlântico (e também no Pacífico e Índico) em um período que ficou conhecido como a Era das Grandes Navegações e dos Descobrimentos Marítimos. Além desse objetivo econômico, esses países buscavam conquistar novas terras e angariar matérias-primas como madeiras e metais preciosos. No projeto de expansão de seus territórios, esses países terão ao seu lado a Igreja Católica interessada em alcançar novos fiéis.

Todavia, não apenas Portugal e Espanha estavam interessados nessa grande e rentável operação expansionista. Os holandeses e franceses impressionados com as notícias espalhadas nas cortes europeias, resolveram à época lançar-se rumo ao desconhecido à procura de novas terras e de riqueza. Assim como a

França que se interessa pelo Brasil no final do século XV e início do século XVI, marcando presença no litoral brasileiro logo após a chegada dos primeiros portugueses. Há indícios que os franceses já se encontravam espalhados na vasta colônia de Portugal, desde a Foz do Rio Amazonas até o Rio de Janeiro. Ao longo de todo o século XVI, os dois países lutaram por regiões da costa brasileira.

Em 1504, um capitão normando chamado Binot Paumier de Gonneville, através de informações obtidas em Lisboa, lançou-se ao mar em busca de terras austrais. Nos oito anos que se sucedem ao retorno de Gonneville, em 1505, a França fará quatro viagens partindo da Normandia em direção à colônia portuguesa na América do Sul. Segundo Malte (2002), após 1525, as expedições francesas que visavam retirar produtos brasileiros como o pau-brasil tornam-se mais frequentes e, nos anos de 1526 a 1531, conforme documentos da época, aproximadamente vinte navios normandos ou bretões encontravam-se ao longo do litoral brasileiro.

Outro fator que impulsionou a França a procurar novas terras, e consequentemente viajar em direção ao Novo Mundo, remete ao problema interno devido às guerras religiosas instauradas pelo país. Perseguidos intensamente pelos católicos franceses, os huguenotes (protestantes) decidem procurar refúgio em terras longínquas, porém, ao mesmo tempo, os católicos almejavam no Novo Mundo o estabelecimento de local onde pudessem realizar suas missões e expandir a fé católica. Todo esse problema interno aqui retratado será transferido para essas novas *realidades*, provocando conflitos entre católicos e protestantes no Novo Mundo. As terras de Portugal no Novo Mundo já povoavam o imaginário da corte francesa, quando o apogeu da aventura marítima se deu sob o reinado de Henri II. Esse apogeu só foi possível porque, na França, houve o concílio da vontade política marítima ativa por parte do rei com os interesses de uma nobreza ávida por novas terras e riquezas.

Em 1º de outubro de 1550, houve em Rouen a famosa *fête brésilienne*. Nessa festa, com o intuito de impressionar o rei e toda a corte, foram construídas réplicas de aldeias indígenas onde quase trezentas pessoas (dentre as quais aproximadamente cinquenta “*índios legítimos*”) representaram diante da nobreza europeia o dia a dia dos “selvagens” que habitavam as terras que viriam, posteriormente, a ser chamadas de Brasil. Todos os atores (índios, marinheiros normandos e bretões, além de mulheres francesas), nus e com seus corpos pintados de urucum, encenavam momentos da vida cotidiana dos indígenas brasileiros: caçavam, fumavam tabaco, assavam carnes, estendiam-se em redes como os índios em seu habitat natural.

Animais como pequenos macacos, papagaios, periquitos e tucanos eram expostos como forma de representar a fauna brasileira.

Nessa festa, batalhas entre os índios também foram encenadas para o deleite dos reis da França, como também para a rainha da Escócia Marie Stuart, todo o clero, bem como para embaixadores da Espanha, de Portugal, da Alemanha, e de Veneza. As imagens das terras do Brasil que povoavam a mente dos europeus naquela época eram permeadas pelo exotismo, passando por produtos preciosos como ouro e prata; uma natureza exuberante, completamente diferente da encontrada no Velho Mundo.

No que diz respeito ao ponto de vista político e estratégico, a enorme costa brasileira e a imensa quantidade de rios permitiriam aos franceses chegarem às terras do Peru, famosas por suas riquezas minerais e um dos centros mais importantes do império espanhol. O conjunto dessas aspirações materiais juntamente com a necessidade de propagar a fé, contribuiu para que os franceses pensassem que o futuro Brasil poderia ser uma solução para a maioria dos seus problemas. Entretanto, para concretizar essas aspirações e instalarem-se em terras brasileiras, precisariam lutar com outros colonizadores: os portugueses.

É somente a partir de 1500, diante das ameaças de outros países, que eles vão tentar fixar-se no litoral do Brasil, litoral esse que é ponto central de uma expedição portuguesa, a mando de João III, rei de Portugal, com o objetivo de delimitar e fixar as fronteiras dessas terras no Novo Mundo em 1529. Diante da morosidade portuguesa, que em quase quarenta e nove anos conseguiu fundar apenas pequenos povoados no vasto território brasileiro, os franceses começaram a chegar a terras brasileiras de forma mais efetiva, a partir de 1550. O almirante francês Nicolas Durant de Villegagnon parte de Brest em 1550 e chega em Cabo Frio, onde é aclamado pelos índios Tamoios. Após um primeiro contato cauteloso, os franceses negociam um acordo com eles. Em troca de proteção do povo indígena dos inimigos portugueses, os autóctones deveriam abastecer os navios franceses de produtos brasileiros.

Enquanto isso, no continente europeu, em 1551, Henri II assina o Tratado de Aliança com os príncipes protestantes alemães e, movido por essa nova aliança, a França, nesse momento, retoma a guerra contra o imperador da Áustria. O rei, ao mesmo tempo, rompe as ligações com Portugal, visto que esse apresentava laços de parentesco com o imperador austríaco, permitindo, dessa forma, que a França pudesse lutar contra o rei de Portugal para assumir o controle das terras do Brasil.

Ao retornar à corte francesa, Villegagnon, com seus navios abarrotados de produtos preciosos do Brasil, convence seus soberanos das vantagens de instalar uma colônia francesa na costa do Brasil. Desta forma, no final de 1554, após espalhar que sua expedição se dirigia à costa da Guiné, Villegagnon despista os olhares portugueses, desconfiados de uma possível invasão francesa às terras do Brasil. Partem do Porto Dieppe no dia 14 de agosto de 1555 duas naus e uma naveta, com aproximadamente seiscentas pessoas. Dentre essas, encontrava-se um índio Tabajara (que estava com o capitão desde a primeira viagem) que atuaria como intérprete e sua esposa francesa, além de André de Thévet. O objetivo principal dessa expedição era instalar núcleos colonizadores para o comércio com a metrópole (França) e interferir nas rotas do comércio marítimo com as Índias. Os franceses queriam apoderar-se da extração do pau-brasil, principal produto exportado naquela época para a Europa.

Após sessenta e oito dias que estiveram ao mar, a tripulação foi acometida por surtos de escorbuto e diarreia que acabaram enfraquecendo grande parte dos marinheiros e dos passageiros. Villegagnon chega à Baía de Guanabara no dia 10 de novembro de 1555, e instala-se na região da atual praia do Flamengo. Aliados aos índios Tamoios, os franceses construíram um forte, na ilha de Serigipe, atual ilha de Villegagnon.

Os recém-chegados encontraram diversos obstáculos que dificultaram o processo de estabelecimento da chamada França-Antártica, dentre eles, as disputas internas entre portugueses e franceses pelo território brasileiro, bem como o velho problema da guerra entre católicos e protestantes. Ao chegarem ao Brasil, os franceses pensaram estar distantes de todos os conflitos e perseguições, porém, os velhos problemas existentes no Velho Mundo estavam presentes dentro de cada indivíduo.

Após diversas batalhas entre portugueses e franceses, no dia 20 de janeiro de 1567, depois de quase dois anos de guerra entre os dois países que tentavam se instalar no Brasil firmando colônia, finalmente os portugueses conseguiram expulsar os franceses definitivamente do país.

Continuando com as viagens de reconhecimento, outro viajante, o pastor calvinista francês Jean de Léry, chegou no Brasil em meados do século XVI, acompanhado pelo grupo de colonos e missionários de Genebra que se dirigiam para a colônia fundada por Villegagnon (França Antártica). Durante sua estadia no Brasil, Léry escreveu o livro *Viagem à terra do Brasil*, que foi publicado apenas 20 anos após o seu retorno ao continente europeu, em 1578. Grande sucesso,

esse rico relato de viagem foi traduzido em várias línguas e publicado diversas vezes até a morte de Léry em 1611.

Importante registro da expansão marítima francesa e da vida no Novo Mundo, o livro dividido em doze capítulos narra desde o motivo da viagem até as descrições sobre a fauna e flora, dos hábitos dos “selvagens da América”, como a poligamia, as festas, “leis dos selvagens” etc. Além disso, o livro de Léry pode ser considerado uma importante ferramenta para o conhecimento da língua que falavam os índios Tupinambás do Rio de Janeiro em 1557, com um tópico dedicado somente a esse assunto.

Sobre a índole, força, nudez e hábitos dos habitantes da América, Léry afirmará:

Quando vão à guerra, ou quando matam, com cerimônia, um prisioneiro para comê-lo, os selvagens brasileiros enfeitam-se com vestes, máscaras, braceletes e outros adereços de penas verdes, encarnadas ou azuis de incomparável beleza natural, a fim de mostrar-se mais belos e mais bravos. Muito bem misturadas, combinadas e amarradas umas às outras sobre treliças de madeira e com fios de algodão, formam vestuários que parecem de pelúcia e que podem rivalizar com os dos melhores artesãos de França. (LÉRY, 2009, p. 132).

Dentre os diversos relatos do Brasil que também falam sobre os habitantes selvagens do Novo Mundo, encontraremos o de Michel de Montaigne. Leitor de vários relatos de viagens, ele escreve em seus famosos *Essais* (1580) um capítulo que fala sobre o povo local, chamado por ele de canibais, sem nunca ter viajado ao Novo Mundo. Em “Sobre canibais”, o filósofo francês mostra que esses habitantes locais, apesar de viverem em uma terra considerada o paraíso, rico em água, alimentos, madeira, nada têm a ver com o “bon sauvage” que surge nos séculos seguintes. Esses selvagens, exímios guerreiros, são sanguinários, extremamente cruéis, antropófagos e polígamos, como se pode confirmar no excerto a seguir:

É admirável a firmeza de seus combates, que sempre terminam em morte e efusão de sangue, pois eles não sabem o que é fuga e pavor. Cada um traz como troféu a cabeça do inimigo trucidado e a pendura à entrada da sua casa. Depois de tratar bem por muito tempo seus prisioneiros, e com todas as comodidades que podem imaginar, quem for o dono deles faz uma grande assembleia com seus conhecidos. Prende uma corda num dos braços do prisioneiro, por cuja ponta o segura, afastando alguns passos, temendo ser ferido por ele, e dá ao mais querido amigo o outro braço para que o segura da mesma forma; e os dois, em presença de toda a assembleia, o matam

a golpes de espada. Feito isso, assam-no e o devoram juntos, e mandam pedaços aos amigos ausentes. Não é, como se pensa, para se alimentarem, assim como faziam antigamente os citas, mas para simbolizar uma vingança extrema. (MONTAIGNE 2010, p. 149-150).

Outros relatos de viagens serão importantes para a construção da imagem dessa terra habitada por “índios canibais”, considerada o *Eldorado* ou o paraíso terrestre e serão assuntos recorrentes em todo continente europeu. Dentre eles tem-se o relato de Hans Staden, um mercenário e arcabuzeiro alemão que esteve no Brasil em dois momentos. Em 1549, pela primeira vez no país, ele passou por Pernambuco e pela Paraíba, e em um segundo momento, em 1550, Staden chegou à ilha de Santa Catarina, deslocando-se até a capitania de São Vicente, no litoral sul do atual estado de São Paulo. No seu livro, publicado pela primeira vez na Alemanha em 1557, o viajante registrou as paisagens imaculadas do país e suas riquezas inexploradas, além de dar atenção especial à prática ritual do canibalismo, do qual por muito pouco, segundo ele, o próprio não foi vítima.

Segundo Martins e Sochaczewski (2014), outra experiência colonizadora francesa em território brasileiro aconteceu no século XVII e início do século XIX. Dessa vez, os franceses tentaram colonizar a região do atual Maranhão. Diferentemente da tentativa da implantação da França Antártica, a França Equinocial não conheceu a disputa entre católicos e protestantes, porém operações militares portuguesas em 1615 culminaram com a expulsão dos franceses da região maranhense. Mesmo expulsa do território brasileiro, desta vez em sua última tentativa de colonização no Brasil, a França estará presente no desenrolar da nossa História.

Dando um salto até o século XIX, em 1843, chegará no Brasil, o viajante francês Francis de Castelnau. Apesar do contexto econômico e político do então Brasil ser completamente diferente daquele país que um dia foi alvo de duas tentativas de colonização por parte dos franceses, a expedição¹ financiada pelo governo francês que trouxe esse viajante naturalista a terras brasileiras tinha como objetivo estudar em todos os seus aspectos o Brasil e alguns países da América Latina.

Partindo em 1843 do Rio de Janeiro em direção a Lima, retornando através da descida do próprio rio Amazonas e da Guiana Francesa para voltar à Europa em 1847, essa longa viagem permitiu que a comitiva de Castelnau percorresse lugares ainda pouco ou nada conhecidos pelos brasileiros, atravessando florestas

¹ *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis de Castelnau.*

virgens ao longo da costa do Atlântico, bem como as planícies que ocupam quase a totalidade do centro do continente. As regiões inicialmente habitadas apenas por tribos indígenas e consideradas desconhecidas pelos brasileiros passaram a ser estudadas por esses desbravadores franceses comandados por Francis de Castelnau.

Ao contrário dos seus antecessores que visavam explorar e tentavam impor seus modos e costumes, Castelnau incentivado financeiramente pela coroa francesa e por toda ajuda oficial brasileira e dos países por onde passou, viaja de 1843 a 1847 pelo Brasil, Bolívia e Chile, onde estudou e recolheu informações sobre a formação geológica, coletou exemplares da flora e fauna, estudou o clima e as “raças” encontradas nesses diferentes locais. Através da sua narrativa, ele demonstra que o seu principal objetivo era conhecer, coletar dados e espécies de animais e plantas que seriam enviados à Europa e que fariam parte das coleções que demonstrariam ao *Velho Mundo* um pouco mais desse Novo Mundo. Novo Mundo esse ainda caracterizado pelas imagens do exotismo, agraciado pela benevolência da natureza, pintado pelo verde imortal das árvores, pela fertilidade das terras e fartura das águas, pelos seus pássaros coloridos e pela diversidade quase infinita dos seus animais. Entretanto, essa imagem ainda resguardava uma impressão católica europeia, como relatado por ele em alguns trechos, de aspectos negativos, principalmente quando se tratava sobre a organização e vida em sociedade.

É a partir desta visão dualista sobre o Brasil que encontramos um material abundante de reflexão teórica. Considerada como elemento positivo e diferenciador entre o Brasil e a Europa, a exaltação da natureza serviu como ponto de partida para a identificação de características românticas em um texto pretensamente científico. A dualidade deste olhar embevecido e horrorizado diante das belezas e dos problemas encontrados abaixo dos trópicos pode ser considerada um fator importante na construção de uma identidade genuinamente brasileira, bem como o resgate destes valores na primeira fase do Romantismo no Brasil.

É através das narrativas desses viajantes que aqui estiveram (ou não), escritas por homens de diferentes nacionalidades, compostas algumas vezes de anotações um pouco apressadas, que foi surgindo um vocabulário e todo um imaginário idealizado sobre o Brasil e seus habitantes. Isso acontece a partir do olhar do outro, do estrangeiro, daquele que vem de fora e não do olhar daquele que aqui vivia.

Com uma aceitação quase universal no Velho Mundo, essas imagens e impressões pessoais foram tomando forma de um estatuto considerado verdadeiro,

que permitiu que a Europa “descobrisse” o Brasil, e que pontuasse os contornos desse novo país, causando um grande impacto na imagem que construímos de nós mesmos e do país que chamamos de nosso a partir das primeiras décadas do século XIX, quando começamos a nos identificar como *brasileiros*.

Ao longo do período das grandes navegações, as narrativas de viagem ganharam evidência como gênero literário, no que tange a circulação de conteúdo sobre o Brasil, ou sobre a colônia portuguesa nas Américas. Nelas são registrados os hábitos, os costumes, bem como em algumas dessas narrativas encontram-se descrições fantasiosas e muitas vezes pouco originais sobre animais monstruosos andando pelas ruas, insetos gigantes, homens com rabo, visto que quase todos os relatos de viagens, desde o século XVI até o século XVIII, apresentavam certa monotonia pela repetição de temas, objetos e personagens.

Será somente a partir do início do século XIX que os temas e as formas da narrativa de viagem começam a adquirir tons de descrição científica, criando no lugar de uma narrativa quase fantástica de um mundo quase mágico, uma realidade dicotômica do Brasil, contrapondo a magnificência, exuberância e prodigalidade da terra, aos modos e costumes poucos confiáveis dos seus habitantes, colonos portugueses até o limiar do século XIX, *futuro povo brasileiro*, a partir do desembarque da família real em 1808 em terras brasileiras.

Em conformidade com os diferentes viajantes que estiveram nas terras portuguesas nas Américas, Castelnau, no século XIX, vê nas terras do Brasil sinais de benevolência e de características positivas que a natureza não havia revelado em outros lugares, muito menos na Europa. A este fato podemos somar a amenidade do clima e o verde eterno da vegetação, bem como a fartura de frutas, a fertilidade da terra, a abundância de água doce, a exuberância e o colorido dos pássaros e a diversidade dos animais que só aqui podiam ser encontrados.

Dessa forma, as virtudes da natureza tropical são vistas como o lado positivo do Novo Mundo. Quanto a isso, todos os viajantes que aqui estiveram compartilham do mesmo ponto de vista. Ao entrarem em contato com a natureza, muitos registraram que ela é a mãe para os bárbaros, o que na Europa era tratado como contrário: eles acreditavam que os povos colonizados não eram mercedores da natureza, e que tratavam a terra como madrasta. Essa *natureza* as árvores frutíferas que abundantemente fornecem frutos aos habitantes dessas terras. Além disso, não importa a época do ano, as árvores permanecem verdes e as flores sempre presentes, o que era de causar inveja aos jardins europeus. Todo esse espetáculo natural se revelava diante dos olhos maravilhados desses

viajantes, em especial Castelnau: a infinidade de pássaros e suas cores, sem igual no mundo, deixavam o cenário natural ainda mais maravilhoso. Eram papagaios, periquitos e araras que, para o deleite do homem civilizado europeu, faziam parte desse grande quadro espetacular que era o Brasil.

Outros aspectos políticos e históricos no século XIX foram fundamentais para que outros estrangeiros visitassem o Brasil, agora na condição de convidados oficiais. Conforme Lisboa (2008), a aliança entre a Casa Bragança e a da Áustria teve como pano de fundo as negociações de paz na Europa pós-guerras napoleônicas e o rearranjo do concerto das nações, além do casamento de d. Pedro com d. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, que motivou a coroa austríaca a enviar, ao reino dos trópicos, um grupo de naturalistas e estudiosos em missão científica. Dentre esses estudiosos, estavam Carl Friedrich Philip von Martius, botânico, e Johann Baptist von Spix, um experiente zoólogo. Incumbidos pela Real Academia de Ciências de Munique, com o apoio financeiro do rei, esses estudiosos percorreram, ao longo de três anos, aproximadamente mil quilômetros, estudando as terras brasileiras e colhendo exemplares da fauna e flora para que pudessem ser enviados para a Europa. A partir desses estudos, foram criados tratados de botânica, taxonomia, fitogeografia, etnografia, linguística, costumes indígenas e plantas medicinais.

Antes de Martius e Spix, esteve no Brasil o naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira, que comandou durante nove anos (1783-1792) uma missão que percorreu a bacia Amazônica, chegando até o Mato Grosso. Alexander Von Humboldt, alemão, também esteve na América do Sul entre o período de 1799 – 1804. Acompanhado pelo botânico francês Aimé Goujard Bonpland, chegou à América pela Venezuela e viajou pelos rios: Amazonas, Orinoco, Atapabo e Negro, buscando um rio que ligasse o Rio Negro ao Atapabo, porém foi impedido pela Coroa Portuguesa de continuar, visto que Portugal nessa época não desejava estrangeiros em sua colônia. Retornando a Europa, Humboldt passou a influenciar a maioria dos viajantes que o sucederam, devido ao seu processo de trabalho de campo durante as expedições, processo esse extremamente rigoroso e detalhista.

Ainda dentro do grupo de alemães, esteve no Brasil (1815-1817) o príncipe Maximilian de Wied von Neuwied, que percorreu a distância do Rio de Janeiro até a Bahia, fazendo registros em seu diário, publicado na Alemanha em 1810, sobre a zoologia, vida em sociedade, inclusive sobre seu contato com algumas tribos indígenas que encontrou ao longo do caminho.

Entre os anos de 1816 e 1822, Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês, com o intuito de acabar com o conflito que existia entre Portugal e a França (em relação à posse da Guiana), Saint-Hilaire, com o apoio do Museu Natural de Paris e financiamento do governo francês, percorreu regiões como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e coletou grande quantidade de material que foi enviado à França, bem como, a partir dessa expedição, publicou extensa obra.

Entre os anos de 1824 e 1829, o médico alemão (naturalizado russo) Georg Heinrich von Langsdorff, chefiou uma missão no Brasil com a finalidade de estreitar os laços com o Brasil recentemente independente. A missão composta por vários cientistas e artistas atravessou as regiões de Minas Gerais, interior de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Amazônia. Durante todo o seu trajeto, a missão foi acometida por diversos problemas: abandono, morte por afogamento e doenças. Todo material coletado (amostras de minerais, animais e vegetais), além dos desenhos e manuscritos foram enviados ao Jardim Botânico de São Petersburgo.

Um dos nomes mais conhecidos no mundo das ciências, Charles Darwin esteve no Brasil entre os anos de 1831-1836, pois o país estava na rota do navio encarregado de dar a volta ao mundo, fazendo estudos para a marinha britânica. Responsável pela Teoria da Evolução, as escalas do cientista em terras brasileiras compreenderam lugares como Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Abrolhos e Rio de Janeiro.

Dentre esses cientistas, aqui é destacado, já no século XX, o escritor austríaco Stefan Zweig, que era um viajante inveterado, passou a maior parte da sua vida em navios, hotéis, percorrendo diferentes países. Ele representava o tipo moderno de viajante, homem rico que encontrava no ato de viajar um modo e estilo de vida, uma forma de explorar o desconhecido, uma forma de se instruir, de se inspirar, além de permitir o contato com o outro.

Em 1936, Zweig visitou pela primeira vez o Brasil. Na verdade, como estava a caminho de Buenos Aires, onde participaria do congresso do PEN Club, Zweig solicitou ao seu editor no Brasil, Abraham Koogan, passar alguns dias no Rio de Janeiro. Este primeiro momento, que durou de 21 de agosto a 4 de setembro de 1936, foi fundamental para selar sua ligação com a América do Sul e principalmente com o Brasil.

Logo após a sua volta à Inglaterra, local onde já se exilava, fugindo do avanço de Hitler no território europeu, o autor escreveu alguns textos sobre suas experiências no Brasil. O conjunto desses nove textos cujo título original em

alemão é *Kleine reise nach Brasilien*, ou *Pequena Viagem ao Brasil* (2016), foi publicado pela primeira vez em outubro e novembro do mesmo ano no *Jornal Pester Lloyd*. De forma simples e apaixonada, Zweig mostra um primeiro olhar sobre o Brasil, país que ele considerava como o mais desenvolvido e promissor daquela época, como é possível observar no trecho a seguir:

Se eu, caro leitor europeu, começo com uma pequena aula de atualização sobre o Brasil, faço pela certeza de que nós sabemos surpreendentemente pouco sobre o país; foi essa a primeira impressão vergonhosa que eu mesmo tive. Grande parte do que aprendemos na escola já foi esquecido por nós; e, do que nos lembramos, pouco importa, pois os números e dados há muito não conferem, ficaram aquém da realidade em ritmo acelerado. Além disso, precisamos de uma vez por todas nos acostumar (já é hora, já está mais que na hora) a mudar nossa perspectiva europeia, reconhecer que os outros continentes se desenvolvem em dimensões totalmente diversas e que o enfoque se afasta de forma alarmante de nossa “pequena península da Ásia (como Nietzsche a chamava). (ZWEIG, 2013, p. 9).

Foi a partir deste primeiro ensaio de nove textos que Stefan Zweig escreveu uma obra dedicada ao Brasil. Em uma segunda viagem que aconteceu em 1940, Stefan Zweig e sua segunda mulher Lotte passaram 5 meses no Brasil coletando material para o seu livro sobre o país: *Brasil, um país do futuro*. Visitou Minas, São Paulo, Bahia, Pernambuco e o Pará, terminando a escrita da sua obra nos Estados Unidos, na biblioteca de Yale entre fevereiro e março de 1941. Nesse mesmo ano, em agosto, consegue organizar o lançamento do livro *Brasil, um país do futuro* em oito edições: duas em português (Brasil e Portugal), duas em inglês (Estados Unidos e Canadá). Houve um em francês para os países francófonos, porém sem o seu lançamento na França, já que naquele momento, o país estava ocupado pelo exército alemão. O livro também foi editado em espanhol (para o público argentino), em alemão e sueco, ambas as edições impressas em Estocolmo.

Composto por uma introdução e dezesseis capítulos que pretendem contemplar o contexto histórico, econômico, cultural do Brasil, com destaque para algumas cidades como: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém, logo na Introdução, Stefan Zweig afirma não ter penetrado com machadinha e facão na densidade opaca e brilhante da mata virgem. O autor diz ser impossível conhecer inteiramente o Brasil, chamado por ele de “mundo vasto”. Ele não pôde conhecer vários estados, nem teve contato com a vida primitiva de muitos povoados, como por exemplo, das regiões de Mato Grosso, Goiás ou as selvas do rio Amazonas.

Quanto aos aspectos econômico, financeiro e político do Brasil, Zweig afirma não ser capaz de fornecer conclusões definitivas ou traçar previsões e profecias sobre o futuro do Brasil nesses aspectos. Afirma que, mesmo estando aberto às novas culturas e de todas as viagens que pode fazer, falta-lhe muito para dizer que *realmente* conhece o Brasil. Ao mesmo tempo, sente-se obrigado a escrever de forma mais substancial, de forma a dar mais dimensão à imagem vaga e exótica do Brasil na Europa. Como mediador, o autor compartilha suas percepções sobre o Brasil, convidando os leitores a mergulharem nessa viagem com ele. Bastante seletivo, ele acaba criando um perfil do Brasil com um olhar extremamente positivo.

Devido à sua composição étnica tão diversificada, acredita Zweig que se o Brasil acompanhasse a loucura nacionalista e racista tão em voga na Europa, esse grande país da América do Sul deveria ser o país mais dividido e menos pacífico do mundo. Entretanto, o que ele vê nas ruas das grandes cidades brasileiras é um povo vivendo de forma pacífica, onde, segundo ele, existe a igualdade civil absoluta na vida pública e na vida privada, uma verdadeira “democracia racial”.

Se na Europa a miscigenação era considerada um problema destrutivo para alguns fanáticos racistas, ela é, segundo Stefan Zweig, o “nosso cimento de uma civilização nacional”. Foi essa desagregação dos grupos nacionais ou raciais que facilitou a criação de uma consciência nacional, e mesmo os imigrantes recém-instalados no Brasil ou em sua segunda geração já se sentiam genuinamente brasileiros. Toda essa conjuntura social, quando comparada ao panorama do medo, ódio e guerra europeu da época, provocará no autor a necessidade de deixar claro ao leitor que por essas singularidades brasileiras “a alma fica tão aliviada logo que pisamos nessa terra”. Segundo Zweig, todo recém-chegado no Brasil, inicialmente, gozará de uma sensação calmante, com efeito libertador que logo, logo reconhecerá como disposição harmônica e edênica da natureza que passa a ser o modo de vida de uma nação.

Já na introdução, identifica-se esse arrebatamento em relação ao magnetismo do Brasil principalmente quando Zweig nos oferece um relato bem entusiasmado sobre a sua chegada ao Rio de Janeiro. Segundo o autor, ele está diante de umas das mais belas paisagens do mundo:

Chegamos ao Rio: foi uma das impressões mais poderosas que eu experimentei em toda a minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, estremei. Pois não apenas me defrontei com uma das paisagens mais belas do mundo, esta combinação ímpar de mar e montanha, cidade natureza tropical, mas ainda com um tipo completamente

diferente de civilização. Contrariando todas as minhas expectativas, o quadro era de ordem e limpeza na arquitetura e nas paisagens urbanas, com ousadia e grandiosidade em todas as coisas novas e, ao mesmo tempo, uma cultura espiritual antiga, conservada de forma especialmente feliz por causa da distância. Havia cor e movimento. O olhar excitado não se cansava de ver e, para onde olhasse, era recompensado. Fiquei possuído por um torpor de beleza e de felicidade que excitava os sentidos, crispava os nervos, dilatava o coração, ocupava o espírito, e quanto mais eu via, nunca era o bastante. (ZWEIG, 2013, p. 14).

O autor termina sua introdução justificando a escrita do seu livro e elencando diversos fatores que comprovam que o Brasil possui como único desejo sua construção pacífica. No Brasil, segundo ele, quase não houve derramamento de sangue e ele afirma que o povo “odeia a guerra”. O Brasil é um lugar que não conheceu perseguições religiosas sangrentas, é um país liderado por um dos imperadores mais democráticos e liberais de todas as cabeças coroadas e que, mesmo em um período de ditadura, como a que estava sendo instaurada naquele momento, o Brasil conhece mais liberdades individuais que a maioria dos países da Europa.

Segundo Candido (2007), a fase que vai de 1930 até o final da Segunda Guerra foi importante para o Brasil, pois foi quando se iniciou uma grande mudança social, econômica e cultural no país, com a ascensão ao comando da burguesia industrial e o declínio das chamadas velhas oligarquias de base agrária. Ao mesmo tempo, a classe média começa a participar mais significativamente da vida social e o operariado entra na vida política. Nessa época também se desenvolve a indústria do livro em território nacional, em um momento em que o país passa a analisar de forma incisiva o seu espírito e o seu corpo, com o intuito de conhecer a sua verdadeira natureza e, dessa forma, traçar os rumos do seu futuro.

No que diz respeito à cultura, essa fase é rica e diversificada, com o estabelecimento das universidades no Brasil. Até este momento, o país só possuía escolas superiores isoladas como as Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e Agronomia. Com o surgimento da Universidade de São Paulo em 1934, é estabelecido no Brasil o ensino superior das Letras, da História, das Ciências Sociais, repercutindo de forma positiva na história e na crítica literária.

Por conseguinte, como resultado dessas mudanças, foi possível perceber uma maior politização dos intelectuais brasileiros, a partir da difusão das ideologias como o comunismo e o fascismo atuantes na Europa, e que neste momento influenciavam praticamente o mundo todo. O Brasil passa a ter o seu passado

revisitado à luz de novas posições teóricas, trazendo ao foco da discussão e pesquisa grupos sociais até então negligenciados, como os negros, as populações rurais e os imigrantes. Autores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior com, respectivamente, suas obras *Casa-grande e senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) irão influenciar todo estudo sobre o Brasil e suas origens.

O panorama político brasileiro do período traz consigo um passado marcado pelos desdobramentos político-sociais, iniciados pela Revolução de 1930, quando ocorreu o movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República. Com a destituição do presidente Washington Luís, Getúlio Vargas foi empossado como chefe do Governo Provisório e em 1932, foi promulgado no Brasil, o Código Eleitoral que por sua vez vai criar a Justiça eleitoral e conseqüentemente instituir o voto secreto, sendo assim a primeira vez que as brasileiras puderam votar. Foi fundada nessa época a Ação Integralista Brasileira (AIB) de inspiração fascista.

Em julho de 1934, a Assembleia Nacional Constituinte promulga uma nova Constituição e elege Getúlio Vargas para a presidência do Brasil. Em 1937, um golpe civil, com apoio militar e liderado por Vargas, instaura a ditadura do Estado Novo e outorga uma nova Constituição. Com esse novo regime, o Congresso é fechado e os partidos políticos são extintos. A partir de 1938 ficam proibidas em território nacional as transmissões radiofônicas e os jornais e revistas em língua estrangeira. Além disso, dois importantes decretos são lançados: um que proíbe a atividade política a estrangeiros e outro que regula e autoriza a expulsão deles.

É nesse panorama político-social que Zweig e Lotte, ao final da turnê do escritor em 1940 pela América do Sul, são levados a uma visita ao consulado brasileiro em Buenos Aires. Como anteriormente falado, essa foi a segunda vez que o escritor austríaco visitou a América do Sul, e os laços entre o artista e o Brasil ficaram cada vez mais estreitos. Por uma ordem telegráfica da chancelaria do Ministério das Relações Exteriores da capital federal, ele e sua esposa saíram do consulado com os respectivos passaportes carimbados e com o visto de residência permanente no Brasil. A eles é dispensada qualquer outra documentação, diferentemente do que estava acontecendo com os seus compatriotas europeus que, como eles, estavam fugindo do avanço dos alemães. No país que representa o futuro, Zweig acredita garantir a sua sobrevivência.

Todavia, o Brasil estava imerso em uma onda populista, o chamado Estado Novo, que foi um regime autoritário e extremamente nacionalista. É nessa época

também que será criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão diretamente subordinado à presidência da República, destinado a realizar toda a propaganda e a censura do novo Regime. Esse departamento também organizava todas as homenagens a Vargas, sendo um instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de toda a sua família e das autoridades em geral. Esse departamento foi o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante esse período da história do Brasil.

Quanto ao livro de Zweig sobre o Brasil, segundo Dines (2012), a publicação do panegírico *Brasil, um país do futuro*, apesar de bem-intencionada, foi terrivelmente recebida pela crítica e pelos intelectuais que o acusavam de ser um autor comercial ou escritor por encomenda. Nos bastidores, diziam que o livro sobre o Brasil foi “mercadoria de troca”. Ao mesmo tempo, jornais e revistas que não ousavam criticar o governo pela desumana política migratória, dedicavam-se apenas a difamar aquele que conseguiu uma brecha para entrar no Brasil, estabelecer-se e sobreviver. Veementemente atacado pelo redator-chefe do Correio da Manhã, o jornalista Costa-Rego, Zweig conhece outra face do país que ele tanto gostava. Acusado de oferecer o *paraíso perdido*, almejado pelos homens desde o início dos tempos, Zweig oferece a utopia aos que, decepcionados com as barbaridades do Velho Mundo, tentam recomeçar a vida.

A calúnia e a difamação o incomodam. Tanto incomodam que em uma entrevista que concedeu ao semanário *Vamos Ler!*, Zweig, sempre polido e comedido com suas palavras, desabafa e deixa o seu protesto contra toda essa difamação: “Em 40 anos de vida literária, orgulho-me de jamais ter escrito um livro por outra razão que não a paixão artística e nunca visei a qualquer vantagem pessoal ou interesse econômico.” (DINES, 2012, p. 475). Sempre diplomático e muito discreto quanto aos seus posicionamentos pessoais, Zweig, que é assumidamente pacifista, prefere não tomar partido, preferindo a neutralidade. Nessa época, o Brasil estreita seus laços com os Estados Unidos permitindo que eles instalem suas bases americanas em Natal, Belém e Recife, em troca, os americanos financiariam a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Apesar de viver em uma ditadura velada, o país se desenvolveu.

Em capítulo consagrado à História do Brasil, na sua obra, Stefan Zweig demonstra ter realizado uma boa pesquisa em documentos e livros que narram a história desse país, desde a chegada dos Portugueses em 1500, destacando a presença das missões jesuítas que vão fazer do Brasil o seu laboratório ideal:

“Matéria e espírito, conteúdo e forma, um país deserto e totalmente desorganizado e um método ainda não experimentado de organização combinam-se para criar algo novo e vivo” (ZWEIG, 2013, p. 37).

Segundo ele, a verdadeira resistência ao plano de colonização dos jesuítas não vem dos nativos, também chamados de selvagens ou canibais, e sim dos primeiros colonizadores. De acordo com Zweig, o Brasil até então tinha sido um paraíso exótico para soldados evadidos, marinheiros deserdados, para degredados. Foram esses os que transformaram à época essa terra – que um dia viria a se chamar Brasil – em um território sem leis, restrições ou compromissos. Tudo aquilo que na sua pátria de origem era proibido, aqui era permitido, de acordo com a doutrina dos conquistadores: *Ultra equinoxialem non peccatur*, ou melhor, não existe pecado abaixo do Equador. Zweig afirma que, em vez de civilizar o país, esses primeiros colonizadores, na verdade, foram os verdadeiros selvagens.

Ele relata também as tentativas de tomada do recém-descoberto país pelos franceses, liderados por Nicolas de Villegagnon, dando ênfase ao gesto bélico de 1555 na Baía de Guanabara, local que depois viria ser conhecido como Rio de Janeiro. Zweig destaca também os ataques holandeses à Bahia em 1624, bem como a atividade colonizadora desses conquistadores em Pernambuco.

Quanto à expansão no Sudeste, ele faz um recorte na história dos bandeirantes que penetraram pelos vales montanhosos e inabitados de Minas Gerais e São Paulo, em busca de ouro e pedras preciosas, acabando assim por promoverem a expansão do país para o interior. Para o Novo Mundo, as invasões napoleônicas na Europa, e a transferência da família real portuguesa para o outro lado do Atlântico, foram movimentos fundamentais para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, que abrigaria toda a corte portuguesa.

No que diz respeito ao aspecto econômico, Zweig descreveu com detalhes os produtos coloniais que chamaram a atenção dos colonizadores: a madeira do pau-brasil, o açúcar e o ouro. Ele trata, nesse mesmo semanário, sobre o tráfico de escravos como atividade de grande lucro diante de uma demanda crescente e que esses escravos, com o passar do tempo, foram incorporados à sociedade brasileira. Zweig também discorre sobre o ciclo do café e da borracha que por sua vez enriqueceram o interior de São Paulo e o Norte do país.

Sobre a cultura brasileira, ele usa a afirmação de Euclides da Cunha que negou que “não há um tipo antropológico brasileiro”. No processo de abramileiramento, que vai da adaptação do clima e da natureza às condições espirituais e espaciais, a população brasileira seria produto de uma tríplice origem: europeia, africana

e americana. Mas, se as chances de combinação entre três tipos tão diferentes poderiam ser catastróficas, Stefan Zweig afirma que aqui no Brasil encontram-se todos os matizes, fisiológicos e de caráter. Sempre otimista, ele possui um forte desejo de encontrar no Brasil uma realidade completamente oposta à Europa, realidade a qual, com os avanços dos alemães, tornava-se cada vez mais devastada e desunida. Eurocêntrico, Zweig acredita que, mesmo que nos últimos anos, o país tenha acrescentado algo original com esforço próprio: mesmo que quase todos os valores culturais iniciais tenham sido trazidos de fora, seja nas caravelas portuguesas, nos barcos a vela ou nos modernos navios a vapor.

Evocando o mito do “bon sauvage” de Rousseau, para Zweig, o brasileiro ainda vive em seu estado primitivo, em harmonia com seus semelhantes, livre da violência que aflige o restante do mundo:

O brasileiro se caracteriza tanto física quanto psicologicamente por ser de complexão mais delicada do que o europeu ou o norte-americano. O tipo humano corpulento, massivo, alto, ossudo quase não existe por aqui. Da mesma forma, falta à alma brasileira qualquer traço de brutalidade, violência, veemência, tudo o que é grosseiro, presunçoso e arrogante. (ZWEIG, 2013, p. 129).

Se para a maioria dos viajantes que estiveram no Brasil entre os séculos XVIII e XIX a sociedade brasileira era o ponto negativo, quando analisada de perto, para Zweig o brasileiro além de sensível possui um sentimento de honra todo especial, não reagindo agressivamente, não sendo da sua natureza entrar em confronto. Todas essas características positivas, segundo o autor, devem ser as qualidades do povo brasileiro sempre tão amável e receptivo.

Em relação à natureza, ela é o fator que nos torna original e nos diferencia do Velho Mundo. Neste olhar polarizado, ela estará do lado positivo, contribuindo com a imagem edênica que povoou a imaginação dos viajantes de diferentes séculos. O Rio de Janeiro, para o escritor austríaco é a representação terrestre do paraíso. Não importa para onde o olhar do visitante se dirige, na cidade maravilhosa, ele sempre encontrará algo para se deleitar. A fascinação pela natureza brasileira e pela cidade do Rio de Janeiro pode ser identificada no seguinte trecho:

Não existe cidade mais bela no mundo – e quem alguma vez a viu não discordará-, mais impenetrável, mais misteriosa. Impossível conhecê-la por inteiro. O mar traçou as linhas das praias em um curioso ziguezague, e os morros com suas encostas íngremes cortam-lhe o espaço por onde poderia se expandir. Por toda parte encontramos esquinas

e curvas, todas as ruas se entrecortam em formas irregulares, perde-se constantemente o rumo. Onde acreditamos ter chegado no fim, esbarramos com outro começo, onde deixamos atrás uma enseada para penetrar no núcleo da cidade, chegamos surpresos em outro enseada. Em cada caminho descobrimos uma novidade, uma vista surpreendente dos morros, uma pequena praça que parece ter sido esquecida dos tempos coloniais, um mercado, um canal ladeado de palmeiras, um jardim, uma favela. Em lugares por onde passamos uma centena de vezes e entramos sem querer em uma viela, esbarramos com um outro mundo: é como se estivéssemos em um disco giratório que nos oferece incessantemente novas visões. (ZWEIG, 2013, p. 153).

É na cidade maravilhosa que as diferenças convivem em perfeita harmonia, pois tanto para o rico, quanto para o pobre o mar é livre para o banho e a beleza é para os olhos de todos. Nesse cenário paradisíaco, as pessoas são afáveis, e é infinita a diversidade daquelas pequenas surpresas diárias que tornam o dia a dia de todos mais feliz.

Cidade de contrastes que mistura o passado com o presente, o rico e o pobre, o Rio de Janeiro, descrito por Zweig, é uma cidade que o faz lembrar-se de Marselha, com sua zona portuária, que faz lembrar Nápoles, com suas subidas íngremes, que faz lembrar de Barcelona ou Roma, com seus mil cafés e de Nova York com seus grandes cartazes e arranha-céus. Tudo isso em uma perfeita harmonia.

Sobre São Paulo, suas considerações ficam restritas quanto ao desenvolvimento da cidade, demonstrando a evolução dela, já que havia se tornado a cidade mais dinâmica do país. É o trabalho que a caracteriza e dá a ela o sentido de ser e existir. Em constante mutação, além de modificar-se em relação às outras cidades quanto à arquitetura, modifica-se completamente do ponto de vista etnográfico. Nela vivem e convivem diferentes nacionalidades: italianos, armênios, sírios, japoneses, alemães. Para Zweig, a paixão pelo café o faz visitar as antigas fazendas produtoras do grão, permitindo que o autor entrasse em contato com todo o processo de produção, desde a sua plantação até a sua saída no porto de Santos.

Em Minas Gerais, Zweig, sempre acompanhado pela sua esposa, vai visitar Vila Rica e Ouro Preto, as cidades do ouro do Brasil com seu passado colonial extremamente rico. Segundo o autor, essas cidades por terem parado no tempo, possuem um encanto especial, podendo ser consideradas como um museu ao céu aberto, pois nelas conservou-se perfeitamente a imagem da época colonial do Brasil e de sua cultura.

Viajando para o norte do Brasil, a Bahia é caracterizada por Zweig como uma rainha viúva grandiosa, shakespeariana, que há muito tempo já entregou seu poder real a uma geração mais nova e impaciente, mas não abdicou. Ela

conservou sua posição, e com isso sua alteza incomparável. Quanto ao patrimônio arquitetônico, ele afirma que por ser a Bahia uma cidade conservadora, houve a proteção de seus monumentos contra a invasão do novo, bem como foi conservada a sua fisionomia original e a sua tradição. Para ele, não existe nada mais pitoresco do que as negras baianas. Com seu traje típico, elas usam uma saia rodada como se fosse um manto real e parecem estar sentadas dentro de uma enorme flor. Zweig participou da lavagem das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim, e afirma que foi a primeira vez na sua vida que ele viu um acesso de euforia e loucura coletiva. Ele aproveita também para visitar na região plantações de cana-de-açúcar, tabaco e cacau.

Segundo Stefan Zweig, é na Bahia onde a religião se mistura ao prazer de forma misteriosa que desencadeia entre as pessoas tal sensação de embriaguez. Ele, ainda nesse estado, participará também de um ritual do candomblé, mas segundo o escritor, tudo pareceu muito encenado. Se no resto do Brasil os costumes modernos apagaram as origens dos brasileiros, foi na Bahia que ele afirma que entrou em contato com tudo o que é primitivo, instintivo.

Em Recife, decepcionado ao procurar ali a influência dos holandeses, que permaneceram em Pernambuco de 1630 a 1654, afirma que tudo que demonstrava a passagem dos holandeses na cidade que pretendiam fundar ali uma “pequena Amsterdã” foi apagado pelo desenvolvimento da metrópole pernambucana, e que apesar de ter gostado de Olinda, descrevendo a cidade como um local romântico, envolvido pela tranquilidade da natureza, um local sonhador, solitário, não encontrou a mesma grandiosidade que ele viu na Bahia.

Zweig vai terminar seu périplo voando até o Amazonas, mais especificamente em Belém. Ele fica impressionado com a quantidade de rios que cortam o país e como eles são poderosos em sua foz, superando a grandeza dos rios europeus. Quanto à terra, extremamente fértil, acredita que ela é a solução para o problema da humanidade, e afirma que somente a perspectiva do avião permite que alguém tenha a verdadeira ideia da diversidade e grandeza do país. Em Belém do Pará, não se impressiona com a cidade, apesar de identificar nela as características do seu tempo áureo, durante o ciclo da borracha. Graças ao “ouro líquido” aquela região pôde desenvolver-se em determinado momento da sua história. Dessa época de riqueza, Zweig conhece o Teatro da Paz, que ele chama de Teatro Municipal, com sua arquitetura neoclássica.

A natureza, mais uma vez, deixa-o deslumbrado. Composta de rica e opulenta vegetação, Stefan Zweig vai chamá-la de natureza esbanjadora, caprichosa sem

fm. Ainda segundo ele, nada ali é ordenado ou disposto como em um museu, tudo brota do solo fértil de forma espontânea, tudo faz parte desse rico terreno e está unido a ele. Como Belém é a última parada do casal antes de voltarem aos Estados Unidos, Zweig sabe que para conhecer um país com as dimensões do Brasil seria necessária toda uma vida, ou ainda, como ele diz: “[...] viajar no Brasil significa descobrir coisas novas e ter que abrir mão, pois uma só pessoa vê só uma parte, ninguém conhece o todo. Mas quem é sábio saberá sentir a gratidão e resignar-se na hora certa: por esta vez, basta!” (ZWEIG, 2013, p. 249-250).

Ao final da viagem à Belém, Zweig e sua esposa retornam para os Estados Unidos, com a gratidão de terem passado todo esse tempo viajando pela imensidão do Brasil, e termina seu livro com a seguinte frase afirmando que: “quem realmente é capaz de sentir o Brasil viu beleza suficiente para a metade da vida”.

Completamente chocado com o que estava acontecendo no continente europeu, ele reconstrói um modelo ideal de civilização durante a escrita de *Brasil, um país do futuro*. Seu olhar, muitas vezes ingênuo e seletivo, idealizará um Brasil onde a democracia racial existe e o racismo não faz parte do cotidiano do país. Zweig enxergou em seu Brasil idealizado uma possibilidade de mundo melhor para todos. Até mesmo os lugares mais pobres como as favelas são descritos como lugares harmoniosos e que, apesar da miséria, o povo que ali morava era muito feliz. Seu olhar fascinado pela sociedade multicolorida pretendia lançar de certa forma uma claridade na imensa escuridão que tomava conta do continente Europeu. O Brasil, para Zweig, era a sua possibilidade de futuro, a sua possibilidade de sobreviver. Pode-se afirmar que Zweig, através da sua escrita, vai se juntar a outros viajantes que no Brasil estiveram e, de alguma forma, participaram do processo de criação identitário brasileiro, da nossa imagem diante do mundo e diante de nós mesmos.

Segundo Fiorin (2009), todas essas idiosincrasias estão presentes em nós brasileiros, quando analisamos mais profundamente as nossas atitudes diante da nossa realidade e do nosso espaço conquistado no mundo. O olhar do outro ainda nos afeta, define, exalta e critica. Nossa nação dita brasileira possui um caráter cultural “lusu-tupi» e o mito de origem do Brasil está na união da natureza com a cultura, valores americanos e europeus. O Brasil não é Portugal, o Brasil não é o índio, o Brasil não é o negro, o Brasil não é um único. Ele é a singularidade da fusão de todas as diferenças, uma mistura que celebra e exalta toda a nossa mestiçagem, mistura essa de todas as influências que o país recebeu ao longo da sua história pregressa e que ainda não parou de receber. Ser brasileiro é ser

complexo com nossas qualidades e defeitos, é ser completo diante da falta, é ser um projeto a ser finalizado que mesmo que apresente uma base construída, não encontrou sua imagem definitiva. Aquelas imagens do Brasil edênico, terra de riquezas e de fartura que tanto atraíram os viajantes em diferentes séculos vão gradativamente sendo substituídas pelas imagens de uma nação em desenvolvimento, com destaques à pobreza, violência, problemas sociais etc. E, desta forma, a expressão mundialmente conhecida: “Brasil, um país do futuro” cunhada por Stefan Zweig vai ficando cada vez distante do presente.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CASTELNAU, Francis de. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para-executée par ordre du gouvernement français, pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis de Castelnau**. Paris: Chez P. Bertrand, Librairie-Editeur, 1850.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às Regiões Centrais da América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês**. As singularidades da França Equinocial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso**- A tragédia de Stefan Zweig. 4 eds. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana – Revista eletrônica*, São Paulo, v.1, n.1, p. 115-126, 1º sem, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 51 ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo, Perspectiva 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação.

In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org). **História geral da civilização brasileira**. 4 ed. T.II. v. 1. São Paulo: Difel, 1976.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Intellectus Revista Eletrônica UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-11, 2003.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Revista Eletrônica História, ciências, saúde- Manguinhos**. Fundação Oswaldo Cruz. v. VIII, p. 863-880, 2001.

LERY, Jean de. **História de uma viagem à terra do Brasil, também chamada América**. Coleção Franceses no Brasil séculos XVI e XVII. Volume III. Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

LERY, Jean de. **Histoire d'un Voyage fait em la terre du Brésil**, Paris, Librairie Générale Française, 1994.

LESTRINGANT, Frank. **Le Brésil de Montaigne – Le Nouveau Monde des Essais**. Paris: Chandeigne, 2005.

LISBOA, Karen Macknow. **Da expedição científica à Ficcionalização da viagem** - Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n° 1, p. 115-132, jan/jun 2008.

MALTE, Yves de. **Quand le Brésil était français** – sur le pas de Villegagnon vice-roi du Brésil, Paris, Editions des Ecrivains, 2002.

MARTINS, Ana C. I. SOCHACZEWSKI, Monique. Jogos de espelhos: uma proximidade distante, uma distância tão próxima. In: FRANÇA, Jean M. C. **As descobertas do Brasil** - O olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

MONTAIGNE, Michel de. Sobre os canibais. In: SCREECH. M. A. (org). **Os ensaios**: uma seleção. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PRADO, Carlos Eduardo do. **Francis de Castelnuau**: o olhar de um viajante francês sobre o Brasil do século XIX .74 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos de Literatura). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? (Conférence prononcée le 11 mars 1882 à la Sorbonne). In: FOREST, Philippe (org). **Qu'est-ce qu'une nation?** Littérature et identité nationale de 1871 à 1914. Paris: Pierre Bordas

et fils, Éditeur, 1991.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em Berço Esplêndido** – a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SADLIER, Darlene J. **Brasil Imaginado**: de 1500 até o presente. Tradução Flavia Bancher. Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

ZWEIG, Stefan. **Pequena Viagem ao Brasil**. Trad. Petê Rissatti. 1 ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016.

ZWEIG, Stefan. Brasil, **um país do futuro**. Rio de Janeiro. Trad. Kristina Michahelles. L&PM Editores, 2013.

QUE DIFERENÇA FAZ UM SÉCULO? DUAS OBRAS DE LITERATURA DE VIAGEM SOBRE A AMAZÔNIA E UM DISCURSO¹

Miguel Nevevé

Porto Velho como toda cidade grande na Amazônia é feia e desavergonhada. A vida ali é desregrada e os vícios do álcool, do sexo, de música alta e direção perigosa no trânsito são aceitas por todos, sem nenhuma vergonha... O seu descuido, causado pela riqueza recente no centro da cidade, é espelhada na pobreza de seus subúrbios...as crianças andam descalças e são indisciplinadas e os gatos são pele e osso. (Monbiot, Amazon Watershed – tradução minha)²

Todo relato de viagem tem sua dimensão heteroglássica; seu conhecimento advém não apenas da sensibilidade e dos poderes de observação do viajante, mas da interação e experiência usualmente dirigida e gerenciada por “viajados” que agem em conformidade com sua própria compreensão de mundo e do que são e devem fazer os europeus. (Mary Louise Pratt)

INTRODUÇÃO

Utilizamos estas duas epígrafes para sugerir a dimensão e complexidade de literatura de viagem sobre a Amazônia. A primeira é extraída do livro *Amazon Watershed: the new environmental investigation* (1991) escrita por um ecologista viajante, George Monbiot, que vem à Amazônia por “causas nobres”, preocupado com a ecologia e preservação da floresta. A segunda é da estudiosa de literatura de viagem, Mary Louise Pratt (1999). De imediato percebe-se que o que se tem escrito sobre a Amazônia ou o que se produz em vídeo, filmes, imagens etc., são discursos apropriados conforme os interesses e a visão do mundo circundante do autor do relato. Edward Said em *Orientalismo* (1979) nos lembra que se é verdade “que nenhuma produção de conhecimento nas ciências humanas pode ignorar ou desconsiderar o envolvimento do autor como sujeito humano em suas próprias circunstâncias”, também é verdade que o autor que vier da Europa ou

¹ Uma versão anterior a esse texto foi publicada na Revista *Polifonia*, Cuiabá, MT, 2011.

² As citações das duas obras analisadas são todas nossas traduções do texto original em inglês.

dos Estados Unidos, “vem primeiro como americano ou europeu e em segundo lugar como indivíduo” (p. 11). O viajante já visita o Oriente ou a Amazônia com a consciente convicção que pertence a uma parte da terra com uma história de certa superioridade em relação ao não europeu ou ao “outro.”

Neste artigo pretendemos explorar duas obras que podem ser consideradas Literaturas de Viagem produzidas por autores americanos que vieram à Amazônia em tempos diferentes. Primeiro discuto a obra *The Jungle Route* de Frank W Kravigny que esteve em Porto Velho em 1911 no período de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, quando produziu um relato que seria revisto e publicado somente em 1938. A segunda obra é do escritor e jornalista Alex Shoumatoff, *The World is Burning*, baseada em seu relato produzido durante sua visita à Amazônia no fim da década de 1980, após a morte de Chico Mendes em Xapuri, em dezembro de 1988. São duas viagens em momentos diferentes que resultaram obras diferentes, mas que, de certa forma, confirmam o que sugere o crítico palestino Edward Said, Neide Gondim e Mary Louise Pratt, entre outros: que a literatura de viagem pode ser um instrumento para a expansão de um discurso colonialista. Antes de explorar as obras em foco, creio que é necessário, mesmo que brevemente, apresentar algumas ideias discutidas ultimamente sobre literatura de viagem num contexto pós-colonial.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, como argumentam Anelise Courseil et ali (2017) no artigo “A viagem e os trânsitos fronteiriços na literatura e no cinema contemporâneos”, “a literatura de viagem passou a ser abordada como tema chave em discussões acadêmicas e teóricas sobre produção de conhecimento” (p. 7). Elas argumentam que isso ocorre devido ao fato de que “narrativas sobre o deslocamento geográfico criam oportunidades para a rearticulação das relações entre o eu e o outro a partir de encontros culturais...”. As escritas sobre viagem, os diários, as anotações sobre percursos, aventuras, descrições de lugares e de povos, os perigos enfrentados e superados, os conselhos aos viajantes, tudo está englobado em Literatura de Viagem.

Todos que viajam querem partilhar o que veem. Se fazemos viagens, temos histórias e queremos partilhar opiniões, percepções. Temos hoje um grande e significativo espaço dedicado aos debates críticos da atualidade concentrados, por exemplo, no discurso do viajante sobre o visitado entre outros discursos. As abordagens podem ser diversas, mas creio ser relevante, para nós da Amazônia, observar o discurso do viajante sobre esta região, sob uma perspectiva pós-colonial.

Neste contexto, é bom lembrar que por algum tempo os relatos de viagem estavam inextricavelmente ligados à manutenção do imperialismo europeu. A viagem e seu produto, isto é, o relatório, ou o texto sobre a viagem, eram motivados e ao mesmo tempo motivavam a expansão colonialista, reforçando preconceitos e, de certa forma, justificando dominação de povos “superiores.” A influente obra da canadense Mary Louise Pratt (hoje professora da Columbia University) *Imperial Eyes* (1992) revela, com muitos exemplos, “como os livros de literatura de viagem escritos por europeus sobre não europeus em várias partes do mundo criaram (e criam) o sujeito doméstico do euro-centralismo” (p. 4). David Spurr (1993), ao estudar a literatura de viagem em sua obra com o sugestivo título “A Retórica do Império” (*The Rhetoric of the Empire*), argumenta que a literatura de viagem forneceu importante material para os administradores imperiais sobre locais remotos do mundo.

O francês Michel Onfray (2009), na obra *Teoria da viagem: Poética da geografia*, afirma que “a viagem começa “na biblioteca ou numa livraria” e que o atlas é “a bíblia do nômade” (p. 25). Onfray acrescenta que “num mapa se efetua a primeira viagem, a mais mágica, talvez, a mais misteriosa com certeza.” (p. 26). Os mapas geram imaginações, novas criações baseadas no que já se tem lido sobre o local. Como dizia o narrador de *Coração das Trevas* de Joseph Conrad (1980), “Quando eu era pequeno eu tinha uma paixão por mapas. Eu ficava horas olhando para a América do Sul, para a África ou Austrália e me perdia em todas as glórias da exploração” (p. 8). Este lugar mais tarde passaria a ser escuridão, e ao mencionar a África, ele vai sugerir que este continente é o Coração das Trevas. Henry Tomlinson em *The Sea and the Jungle* (1975) diz: “exatamente no dia seguinte eu deveria viajar, eu mesmo, e nenhum outro herói, verdadeiramente EU, finalmente, para um lugar que não estava no mapa” (p. 3). Este lugar era a Amazônia “o lugar que deveríamos encontrar no fim da jornada, o mapa descrevia com aquelas palavras mágicas: ‘Floresta’ e ‘Inexplorada”” diz Tomlinson (1975)

Como argumenta James Clifford (1997) o viajante “é alguém que tem a segurança e o privilégio de se mover de um jeito relativamente irrestrito” (p. 8). Para este pensador, a maioria dos viajantes “burgueses cientistas, comerciantes, estéticos se movimentam dentro de circuitos altamente determinados” (p. 8). O que os críticos pós-coloniais discutem é que muitas vezes os textos de viagem são escritos com certa autoridade sobre o outro (Said) e podem insistir em perpetuar valores centrados no masculino, heterossexual, branco, revelando uma visão etnocêntrica, eurocêntrica, racista que pode até aconselhar o leitor a ficar

em casa. Para Said (1978) “todo sistema através de uma cultura vem interpretar, representar e dominar o outro”.

Deslocando-nos para a Amazônia percebe-se algo semelhante: o lugar que é objeto de desejo de muitos viajantes e escritores, é imaginado, criado, reinventado, sempre produzindo uma “malha discursiva” como argumenta a manauara Neide Gondim (1994), que foi professora da Universidade Federal do Amazonas. A autora da obra *A Invenção da Amazônia* (1994), de certa forma segue o pensamento pós-colonial, especialmente de Edward Said ao afirmar que a Amazônia foi inventada com propósitos colonialistas. A sua tese é que o que se escrevia sobre a Amazônia, já nos primeiros contatos era, na realidade, o que tinha se escrito sobre a Índia ou outras civilizações. Portanto, a invenção da Amazônia toma como referência a construção da Índia mediante a historiografia greco-romana, através de relatos de peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. Gondim argumenta que se toma como referência também imaginários permeados por lendas que descreviam um mundo fantástico na selva. Assim como a América, a Amazônia foi inventada e impactada por europeus com objetivos coloniais. Gondim argumenta que se vislumbrava o início do Século das Luzes, quando se questionaria a existência de Deus, o Papa e o poder dos monarcas, o conhecimento científico como a Botânica, por exemplo que passa a ser símbolo de poder. O conhecer é relacionado ao poder, ou a vontade de poder como nos lembra Foucault (1996): “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (p. 30).

Gondim argumenta ainda que as visões acerca da América e da Amazônia eram reflexo do imaginário europeu já construído na Europa sobre o “outro”, que contrasta com a maneira com que os europeus viam a si mesmos. Muitos desses estrangeiros deixaram registros de fantasia, utopia e preconceitos, o que de certa forma concorreu para avolumar o imaginário europeu mítico acerca da floresta. Os relatos foram construindo uma rede de discursos e contribuíram sobremaneira para que muitas pessoas se deslocassem para cá, sobretudo com o encanto causado pela leitura de universo e também em busca de riquezas, o que forçava ou motivava a exploração de fauna e flora. Gondim também analisa o etnocentrismo europeu e o seu processo de comparação do velho mundo com o novo encontrado em suas representações. No “Velho Mundo”, já existiam diferentes visões sobre a Amazônia que provocavam textos e mais textos e colocavam já naquele tempo esta região do mundo como centro das atenções.

A Amazônia, portanto, não foi descoberta nem construída, mas inventada. Se quiséssemos fazer um amplo estudo, poderíamos começar pelos relatos de Carvajal. O jesuíta Frei Gaspar de Carvajal, que acompanhou o espanhol Orellana na histórica expedição Quito-Foz do Amazonas, nos idos de 1539/42. Foi Frei Gaspar de Carvajal, cronista de Orellana, que, de certa forma, divulgou a lenda das Amazonas. Quando expedicionários europeus, liderados pelo espanhol Francisco Orellana, chegaram à região que hoje pertence à Amazônia, em 12 de fevereiro de 1542, encontraram um grupo de índias guerreiras. Segundo os relatos, elas lutavam nuas e viviam em tribos isoladas, sem homens. Eram chamadas pelos índios de “icamiabas”. Por seus costumes, elas lembravam as lendárias Amazonas da mitologia grega, que viviam na Ásia Menor. Logo foi feita a associação entre elas. Eis uma parte do relato: “disse ainda que entre essas mulheres há uma da qual as outras são súditas ficando sob sua jurisdição e que ela se chama ‘CONHORI’”. Esta “província de mulheres guerreiras”, segundo Carvajal, sustentavam-se sozinhas, sem varões, com os quais apenas de tempos em tempos tinham coabitação, viviam em suas aldeias, cultivando as suas terras e alcançando com o trabalho de suas mãos todo o necessário para o seu sustento.

Assim começa a “malha discursiva” sobre a Amazônia, que se desenvolve ao longo dos anos. A Amazônia será representada, pela quase totalidade de seus visitantes, um misto de encantos e preconceitos. O que se divulgava sobre a região revela uma visão única de vários desses visitantes (aventureiros, religiosos, mandatários, cientistas) sobre a região, na tentativa de fornecer dados e subsídios que possam melhorar a compreensão de todos sobre essa singular parte do planeta. Nosso estudo aqui se atém, porém, a apenas duas obras específicas sobre a Amazônia produzidas no século XX. Iniciaremos por *The Jungle Route* (1938) de Frank Kravigny.

LITERATURA DE VIAGEM SOBRE A AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: THE JUNGLE ROUTE DE FRANK KRAVIGNY

A obra de Kravigny foi publicada apenas em 1938 embora os fatos relatados tenham ocorrido em 1911, quando o autor esteve em Porto Velho e Jaci-Paraná aventurando-se na selva e trabalhando na construção da Madeira-Mamoré, hoje parte da história da capital rondoniense. Kravigny explica inicialmente que em 1937 recebeu uma carta de Edgar Smith, um engenheiro da Pennsylvania,

propondo uma busca dos sobreviventes da Madeira-Mamoré. Smith queria iniciar uma associação desses homens que tiveram experiência na selva de Rondônia. Foi sugerido um esquete histórico, o que motivou o autor a rever seus relatos sobre sua estada em Porto Velho entre 1909 e 1910, que seria narrada em 1911 e mais tarde em 1938, seria o livro a ser apresentado na Feira Mundial de Nova York em 1939.

A obra se torna interessante porque o autor consegue a ajuda do famoso fotógrafo da Madeira Mamoré, Dana Merrill, cujas fotos enriquecem o livro. Nas palavras de Susan Sontag (1990) “fotografar é dar importância” (p.28) e é exatamente o que sugere o fato de haver um fotógrafo enviado especialmente para fotografar a construção da Madeira-Mamoré.³ O pesquisador e professor da Universidade de Huddersfield, Martin Cooper, em sua obra *Brazilian Railway Culture* (2011), afirma haver um imperialismo (“railway imperialism”) na própria construção de uma estrada de ferro no Brasil comandada por estrangeiros. Os construtores tinham a intenção de explorar as riquezas do país para seu benefício, o que já é colonialismo. Kravigny veio com esta condição: um americano para trabalhar em uma empresa americana nas selvas do Brasil. O contato com o Brasil e brasileiros já acontecia desta forma. Talvez, Kravigny, um americano, seria menos estrangeiro aqui que muitos brasileiros.

Os seus relatos sobre sua experiência em Porto Velho, mais especificamente em Jaci-Paraná, revelam isso. A narrativa de Kravigny sobre o período em que passou por aqui (1909-1911), foi de fato escrita em 1911 já com o título de *The Jungle Route* para ser divulgada entre amigos e parentes, reorganizada em 1938, tornando-se a obra *The Jungle Route*, que hoje é estudada e analisada. O livro apresenta uma dedicação importante: “àqueles homens cujos nomes estão listados na “Edição da Lista dos sobreviventes”, sem cuja ajuda a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” não teria conquistado a Selva” (p. vii). Percebe-se já de início que o autor chama a atenção para o perigo que se esconde na Amazônia e para a “conquista da selva”. Muitos que se aventuraram a vir para este inóspito lugar não sobreviveram. Este início faz nos lembrar do início de *Moby Dick* (2010) de Herman Melville quando o narrador diz que estava insatisfeito na cidade, e queria algo para fazer e decide pegar um navio baleeiro porque “Um monstro tão prodigioso e cheio de mistério despertava toda a minha curiosidade.”(p. 5)

³ Há estudos que analisam especificamente o discurso perceptível nas fotos de Danna Merrill. É o que faz, por exemplo, Mariana von Hartental em seu artigo “Corporate photography goes to the forest” publicado na revista *Artelogie. Recherche sur les artes, le patrimoine et la littérature de l’Amérique latine*. 12.2018

. Assim, Kravingny, com um emprego não rentável e insatisfeito com sua vida em Nova York um dia foi à procura de algo mais rentável, descobrindo por acaso que não havia engenheiros dispostos a ir para América do Sul trabalhar na Madeira-Mamoré. Ele, como Ishmael em *Moby Dick*, estava curioso sobre os mistérios que rondavam a Amazônia. No dia 19 de abril de 1909, Kravingny embarcaria para o Brasil, com contrato para trabalhar na ferrovia.

O autor anexa em seu livro de narrativas sobre sua estada em Rondônia, fotos e anúncios de jornais da época que solicitavam profissionais da engenharia para trabalhar na selva e acrescenta um apêndice. “Engineers with tropical Experience” é uma das chamadas publicadas em 1907 na Revista *Engineering News* que fazem parte do livro. O autor também providencia cópias de denúncias sobre o grande número de mortes na Estrada de Ferro: “para cada dormente, uma vida” (p. 4). Um artigo de Robert Ripley intitulado “A estrada para a ruína” também é anexado como um alerta. Há também muitas referências aos jornais da época escritos em inglês, publicados em Porto Velho, como “Porto Velho Courier”, “Porto Velho Marconigram” e “Porto Velho Times”. O próprio autor colaborou com estes jornais.

O discurso que é mantido no livro concentra-se mais no perigo da selva, a Amazônia sendo representada como inferno que promove aventura, mas também muitos riscos e contratemplos a quem visita a região. O autor informa que “o grande ano da expansão das ferrovias nos Estados Unidos foi 1909” e que a 4 mil milhas de Nova York “nas selvas da América do Sul uma estrada de ferro estava sendo construída com muito mais dificuldades que o canal do Panamá” (p. 2). O livro vai informar que o número exato de mortes é desconhecido, mas justifica a reputação de ter uma morte para cada dormente” (p. 5).

O mundo do perigo e da ameaça proveniente das coisas infernais é apresentado também, desde a foto de uma aranha que, segundo o autor “parece caranguejo” (p. 14) até vários mosquitos que aparecem na obra do começo ao fim. O autor afirma que “logicamente, nenhuma história da Amazônia seria completa sem a menção ao mosquito.” (p. 72) Depois, promovendo o local a uma região infernal, chama os insetos de “demônios voadores” (p. 74). A floresta é então apresentada constantemente como uma região de perigo e desafio, às vezes comparada com a selva africana. A água é abundante, mas nunca é potável. Na Amazônia tem “água, água em todo o canto, mas nenhuma gota para beber” (p. 87). O “inimigo invisível do homem, estava neste lugar” diz o autor se referindo à Amazônia e mais especificamente à Jaci-Paraná. A “selva misteriosa” sempre

oferece perigo a pessoas estranhas a seu ambiente. O que é uma forma de defesa da própria selva, para o viajante é uma ameaça constante. O peixe elétrico é um deles: “um dos homens atirou seu machado nele [peixe elétrico] dentro da água rasa e recebeu um choque tão grande que o jogou para trás, sem nenhum dano para o peixe” (p.131). Segundo Kravigny isso pode ter sido a causa de algumas mortes inexplicáveis na água. Animais selvagens, como o jaguar ou a onça preta (mais preta que todos os quadrúpedes pretos) (p. 158), jacarés, centenas de anacondas e outras cobras, embora nunca tenha ouvido sobre ataque de uma cobra a um ser humano.

O que se percebe claramente em seu relato é reflexo de um mundo colonial: um mundo dividido entre os civilizados - brancos, americanos e europeus - e os “nativos”, sendo indígenas ou não. Os brasileiros, todos vivem em uma situação subalterna, o que reflete bem o que Frantz Fanon (1968) argumenta que no país colonizado há uma clara divisão entre o mundo do colonizado e o mundo do colonizador: “ o mundo colonial é um mundo dividido onde um lado se caracteriza pela saciedade e o outro pela fome, a relação entre essas duas partes opostas foi sempre feita por intermediários responsáveis pela opressão: o soldado , o gendarme” (FANON, p. 34). A floresta é um lugar de violência também provocada por “invasores” ao território dos trabalhos da Madeira-Mamoré. Podem ser indígenas, bolivianos ou “pertencentes a uma “gangue” como diz o autor. Os indígenas acabam sendo os estrangeiros em sua própria terra e muitas vezes são punidos, tendo seus braços cortados após serem suspeitos de cometer algum pequeno furto. O autor aponta que há semelhança entre estes homens primitivos e os macacos. Ao comentar sobre um destes homens feridos no meio da selva esclarece:

Ele estava inconsciente por causa de bebida alcoólica e ópio e sua face inchada pelas drogas e marcada pela dor era coberta por uma barba preta. À luz da lanterna, eu poderia me convencer rapidamente sobre a semelhança facial entre este homem e um macaco preto que eu tinha visto nesta mesma lancha, há duas semanas atrás, sendo mostrado para o orgulho de nosso caçador. (KRAVIGNY, p. 134)

O homem recebera um tiro do superintendente da construção, Marion Hill, ao desobedecer a ordem de deixar o acampamento. Em certo momento o autor explica:

Sendo autor destas narrativas eu fiz referências aos brasileiros como nativos e índios. Estes termos requerem a explicação, que enquanto os nativos eram, num verdadeiro sentido, os selvagens residentes do Brasil, eu reservei o termo “brasileiros” para

aqueles que chegaram temporariamente à selva vindo de fronteiras mais civilizadas, sem nenhum prospecto de finalmente se estabelecerem aqui como índios ou nativos. (KRAVIGNY, p. 123)

Em seguida, Kravigny vai questionar se estes “índios” não eram na realidade “verdadeiros brasileiros”, não indígenas, que migraram, séculos atrás, de outras regiões e acabaram regredindo: “com uma inteligência apenas rudimentar, e somente aquele tipo desenvolvido pelo instinto de sobrevivência no sentido mais pobre, eles apresentavam na melhor maneira de pensar, uma degeneração mental” (123). O narrador procura demonstrar um pouco as condições físicas do brasileiro que ele observa no ambiente próximo ao campus de trabalho: [estes homens têm] “abdômen distendido, uma condição induzida por suas dietas ricas em amido e festas e fomes alternativas” (p. 123). Percebemos certo racismo quando diz que estes “nativos” brasileiros “não possuíam a pele vermelha como os índios norte-americanos, mas sua feição era dos nativos do litoral... e poderiam ser chamados negroides”. E completa: “embora alguns tivessem cabelos lisos, todos tinham cabelos pretos.” (123). O autor fica questionando se seria este motivo para serem de “inteligência rudimentar”.

O fato de serem índios da América do Sul parece já colocá-los em situação de inferioridade em relação aos índios norte-americanos. Parece ser verdade que o autor-narrador opta por afirmar que na Amazônia tudo pode ser inferior ao seu mundo. Mais adiante confirma a crença de que os indígenas da Amazônia são seres menos capazes: “Os indígenas são indolentes, preguiçosos e de uma inteligência bem inferior aos dos brancos civilizados” (p. 176)

Isso reflete o que Edward Said (1989) argumenta: o colonizador tem sempre a tendência de comparar o que “nós europeus civilizados” fazemos e “o que eles não podem fazer” (p. 12). O pensador palestino-americano argumenta que o fato de mostrar o Oriente (aqui poderíamos nos referir ao Sul ou ao brasileiro, como primitivo, não civilizado), “como degradado pode ser uma tentativa de criar um contraste com o “avançado norte-americano, civilizado” (p. 12). Então, vale enfatizar que a obra de Kravigny em alguns momentos reflete visivelmente o que Said defende: há uma distinção binária entre o Ocidente e o resto, podemos perceber aqui, entre o Norte e o Sul. Este discurso pode ser uma justificativa ou uma campanha para “proteger”, ocupar ou dominar o local. Outras obras de literatura de viagem, talvez revelem com mais clareza este discurso. Passarei a analisar uma obra publicada na última década do século XX.

A LITERATURA DE VIAGEM SOBRE A AMAZÔNIA NO FIM DO SÉCULO XX

No fim da década 1980 e início da década 1990, o discurso sobre meio ambiente alcançou uma dimensão inimaginável em nosso país, principalmente devido a questões relacionadas à ecologia, ideias conservacionistas e preocupação com o aquecimento global. Porém, este fenômeno pode ser parcialmente explicado se relacionarmos aos conflitos sociais na região. Um grave acontecimento neste período, em dezembro de 1988, foi a morte de Chico Mendes, o líder seringueiro em Xapuri, no estado do Acre. Este acontecimento trouxe muitos repórteres estrangeiros, jornalistas, escritores que estavam a fim de escrever sobre a Amazônia brasileira, a última fronteira do mundo, o pulmão do mundo e muitas outras denominações que recebe esta região da América do Sul.

Temos nos dedicado a investigar várias textos que podem ser classificados no gênero “narrativas de viagem” e que, em comum, apresentam a peculiaridade de que foram publicados no período imediatamente posterior à morte do famoso ecologista e seringueiro, no início da década de 1990, produzidas por americanos, canadenses e britânicos. Uma certa prática discursiva colonial estava presente em obras como *Amazon Watershed* por George Monbiot (1991), *The Burning Season* (1992), de Andrew Revkin; *The Road to Extrema* (1991) de Bob Reiss e *Into the Amazon* (1993) por Augusta Dwyer e *O Mundo em Chamas* (1990) de A. Shoumatoff entre muitos outros. O discurso visível nessas obras, que deveria ter foco na ecologia e morte de Chico Mendes, merece ser analisado.

É importante lembrar que em 1988, Chico Mendes recebeu prêmios e honrarias internacionais por ser considerado o símbolo da ecologia e um “herói da humanidade”, como Michael Certeau escreveu à Globo em 1989. A morte de Mendes causou uma série de ventos e eventos que varreram a região. Poderíamos citar, por exemplo, o «Encontro do povo do Xingu» realizado em Altamira, no final de 1989. Nesses eventos, a construção da represa Tucuruí foi contestada por muitos ecologistas e pessoas da região. A V Conferência Ministerial sobre o Meio Ambiente nos países da América Latina e do Caribe realizada em março de 1989 também foi um evento importante, ocasião em que afirmou o direito à soberania do Tratado Amazônico na região. A Time Magazine de 1989 não escolheu o «Homem do Ano», mas preferiu nomear o Planeta Terra enfraquecido pela destruição que lhe foi imposta, como o «Planeta do ano». Toda essa manifestação

ecológica acabou com o ECO 92 realizado no Rio de Janeiro quando o tema do Meio Ambiente atinge grande relevância.

Muitos textos e filmes sobre a Amazônia foram produzidos e exibidos na mídia. Como em outros exemplos, os autores são traídos por um discurso que revela a crença na superioridade de um povo «do Primeiro Mundo» em relação ao sul-americano, brasileiro ou amazônico. O exótico, o estranho, o sensual também são explorados por autores que vieram para o Brasil com muitos pré-textos e muito conhecimento sobre a região adquiridos a partir de livros escritos em tempos diferentes. Os viajantes normalmente leem, estudam mapas, filmes (antes de abordar o contraste do (paraíso-inferno)), sobre os animais perigosos, sobre as «pessoas preguiçosas» e muito mais conhecimentos pré-estabelecidos sobre essa região. Assim, mesmo observando in loco, os autores «veem o que querem ver», escrevem sobre a região a «verdade» que querem divulgar à Humanidade. Assim que continuam construindo aquela “malha discursiva” sobre à qual fala Neide Gondim (1994)

Tendo em conta a associação da Amazônia com o meio ambiente construído no final da década de 1980, Brasil, América e «os outros» são re-inventados dando oportunidades para que, além do meio ambiente, outros temas participem das obras. Talvez seja possível afirmar que, para satisfazer a necessidade de «controle» e para manter a autoridade do «Primeiro Mundo» sobre a Amazônia, faz-se necessário construir um discurso sobre o homem, a cultura e o comportamento da região. Desta forma, estamos sujeitos a olhares críticos e julgamentos que garantem o controle e a autoridade sobre a Amazônia. Apresentamos aqui uma das obras publicadas na década de 1990 que acreditamos que representa o teor das obras naquele momento.

THE WORLD IS BURNING DE ALEX SHOUMATOFF (1990)

O livro *The World is Burning: Murder in the rain Forest* de Alex Shoumatoff, traduzido para o português como “O Mundo em chamas”, pode sugerir pelo próprio título, certo alarme sobre queimadas na Amazônia. O relato é oferecido aos brasileiros que de acordo com o autor, estão entre os “mais dóceis do mundo”. Depois da homenagem, porém, o autor completa: “mas lembrem o seu próprio ditado: “o apressado come cru” (p. iii). O autor parece se colocar em uma posição superior para dar conselhos. A epígrafe é extraída da peça de

Shakespeare, *Macbeth*: “Ai, pobre pátria, Quase com medo de reconhecer-se. Ela não pode mais ser chamada de nossa mãe, mas nosso túmulo; onde ninguém, exceto aquele que nada sabe, é visto a sorrir” (Ato IV, cena 3)⁴. Logicamente este pobre país ou esta pobre pátria é o Brasil.

Como afirmamos, a morte de Chico Mendes trouxe para Amazônia, mais precisamente para o Acre e suas fronteiras, vários jornalistas ávidos para escrever sobre o que acontecia nas selvas da Amazônia. Este não seria um acontecimento incomum neste lugar remoto, muito diferente do resto do mundo e até do resto do Brasil, pois Darly, o assassino do ecologista, se mudara para a Amazônia, por este ser um dos últimos lugares onde poderia continuar criminoso sem ser preso. Esta já era a visão que permanecia entre a imprensa. Aqui tudo é exótico e ilógico, contrastando com o “Primeiro Mundo”. Preguiça, letargia e ilogicidade não podem, no entanto, prevenir a violência do homem da Amazônia. É este o discurso que se vê no escrito de Shoumatoff. Além da falta de razão, o exótico, a preguiça e a violência do povo “estranho e inferior” aos olhos do viajante, o povo da região é marcado pela sensualidade e sexualidade. Pode-se perceber que o autor transmite uma visão dicotômica do mundo: Primeiro Mundo versus Terceiro Mundo. No Primeiro Mundo está a verdade, o conhecimento e do outro lado estão os sem conhecimento e sem verdade, como o Brasil, e principalmente a Amazônia. Como Edward Said analisa, para o colonizador é importante apresentar a ideia do Primeiro Mundo em contraste com os outros que são jogados numa posição inferior.

A classificação, como argumenta Mary Louise Pratt (1992) ao analisar literatura de viagem é uma tendência das missões civilizatórias, a generalização de tudo que não pertence ao mundo do escritor como se vê no exemplo seguinte em que Shoumatoff (1990) faz referência ao comportamento dos brasileiros:

Brazil é a meca da dissimulação. Faz a melhor dublagem de filmes estrangeiros. É mais importante, tem o melhor carnaval – estes quatro dias de frenesi – em que todos se vestem em fantasias e agem de acordo com seu papel, normalmente algo melhor do que são na vida real... (SHOUMATOFF, p. 273).

Os brasileiros e os amazônidas são, portanto, colocados em uma moldura, fáceis de serem analisados e classificados. Shoumatoff tenta dar uma explicação para estas características brasileiras:

⁴ Alas, poor country/ almost afraid to know it. It cannot be called our mother, but our grave, where nothing, but who knows nothing is one seen to smile seems to smile.

Onde esta fascinação com a ilusão e dissimulação tem origem? Eu creio que, como muitos outros elementos da cultura latino-americana este traço foi adquirido pelos portugueses durante os oitocentos anos que estiveram sob a dominação dos mouros. (SHOUMATOFF, p. 274)

De acordo com o crítico tunisiano Albert Memmi (1997), o retrato que o colonizador faz do colonizado inclui a preguiça, a inaptidão, a inação em contraste com as virtudes dos colonizadores que são ativos, diligentes, aplicados, industriais e que facilmente percebem o que deve ser feito. O retrato que o viajante escritor faz sobre a Amazônia e o Brasil e seu povo também envolve a preguiça e a inação. Shoumatoff escreve: “a primeira reação no latino-americano é a inação, a suspeita, a inoperância” (p. 144). A inoperância, a falta de ação e iniciativa parece ser a marca registrada do povo brasileiro aos olhos do estrangeiro. Em Xapuri, a terra de Chico Mendes, segundo o escritor, “as pessoas raramente saíam de suas varandas e passavam seu tempo percorrendo seus dedos pelo cabelo, procurando pulgas [sic]” (p. 145). Pouco se recordava do clima de tensão de alguns meses atrás. Novamente lembramos de Albert Memmi quando ele escreve que “toda a vez que o colonizador diz que o colonizado é fraco ele está sugerindo que precisa de uma proteção.”

A obra de Shoumatoff sugere que os brasileiros nunca serão capazes de entender a grandiosidade das coisas como as pessoas do “Primeiro Mundo” entendem. É válido lembrar que em vários relatos de viagem produzidos anteriormente pelo mesmo autor, os brasileiros, em particular, e os sul-americanos, em geral, são também descritos e representados de forma estereotipada, como violentos. Shoumatoff, de certa forma, reforça este preconceito: “Os nordestinos têm suas próprias síndromes de violência, decorrentes principalmente de bebidas alcoólicas, ciúme e honra diminuída. Muitos homens inocentes são levados pela suspeita de estarem brincando com a mulher de alguém” (SHOUMATOFF, p. 18)⁵. Esta violência é contrastada com a preguiça e a morosidade mencionadas várias vezes no texto do autor.

Esta tentativa de descrever ao americano ou estrangeiro o sujeito da Amazônia, que existia no início do século XX, como vimos em Kravigny não só perdura, mas é acentuada, na obra de Shoumatoff publicada no fim do século XX. A obra que deveria discutir a ecologia revela ser um trabalho que repete

⁵ The nordestinos have their own syndromes of violence, stemming mainly from liquor, jealousy, and slightened honour. A lot of innocent men are blown away on suspicion of fooling around with someone’s woman.” (18)

velhos estereótipos sobre a Amazônia, tomando assim outra direção, diferente da proposta no livro. Podemos concluir que, tal como ocorre com vários outros autores, Shoumatoff parece estar mais preocupado em enfatizar a inferioridade do povo brasileiro do que fazer algo para «salvar a floresta», como afirma no início do seu relato. Desse modo, o propósito inicial parece mera falácia ecológica, disfarce roto para a representação preconceituosa que, em verdade, sustenta seu empreendimento.

Shoumatoff repete frequentemente que os brasileiros e, por extensão, os latino-americanos, não sabem como preservar a natureza:

A atitude latino-americana prevalecente em relação à natureza mudou pouco desde o tempo dos conquistadores. Outras formas de vida são inerentemente hostis; elas existem apenas para serem explorados. Não há amor perdido nos cães, que são chutados e famintos e deixados de fora da casa. (SHOUMATOFF, p. 45)

O leitor pode perceber que as conclusões que o autor desenha sobre as pessoas vistas e observadas o conduzem para uma declaração generalizada sobre a região. Como vemos neste exemplo:

O irmão de Ilzamar, Raimundo Gadelha, nos levou para o cemitério em sua pickup preto Ford Pampa LX que atravessava a cidade, espalhando pessoas, cachorros, galinhas à direita e à esquerda. No Brasil, o homem atrás do volante tem todo o direito de prosseguir. Se o pedestre for muito velho ou lento, já era, já virou história. (SHOUMATOFF, p. 287).

Como afirma Mary Louise Pratt, o gesto etnográfico inicial é aquele que homogeneiza as pessoas a serem submetidas, ou seja, produzidas como sujeitos, em um coletivo, o que destila ainda mais em um icônico ele (= espécimen masculino adulto padrão). (p. 64).

Percebe-se claramente a tendência a codificar, categorizar e homogeneizar tudo o que se refere ao mundo do outro, o brasileiro. Além da indolência, da preguiça, da passividade, da inaptidão, da inatividade e da falta de capacidade para perceber o que tem de ser feito, os brasileiros não se preocupam com a natureza: “pensei que esse país louco, mágico, aberto e maravilhoso tinha um poder incrível, o poder que sempre quis, mas de forma negativa. Se continuar a destruir a Amazônia, poderá destruir o planeta ...” (p. 138). A Amazônia é, então, como o Oeste americano selvagem, exótica, com lógica, diferente, perigosa e sob o poder de pessoas pouco confiáveis. Para Shoumatoff, a Amazônia impede a pessoa de pensar bem:

A Amazônia tem um efeito soporífico. É uma grande parte do problema inoperância. Você precisa de reposições frequentes de nicotina e cafeína para continuar ativo. Muitas coisas conspiram contra o seu horário e seus planos. É uma luta constante apenas para manter a consciência, para combater a entropia tropical, a paralisia paranoica raquítica e estressada ... Você começa a cometer erros. Acidentes acontecem. (SHOUMATOFF, p. 139)

Por outro lado, o erótico, como em muitas obras sobre o sul da linha do Equador, está sempre presente na vida brasileira e amazônica. O autor parece interessado em manter o mito de que, sob os trópicos, você tem permissão para experimentar o que não é suposto no Norte (“não há pecado debaixo do Equador”):

Peguei uma estudante de pernas altas que acabara de terminar suas aulas noturnas, e ela, apertando minha coxa com a dela até eu sentir a sua umidade me deu uma noção do que seria fazer amor com ela. A maioria dos pares eram meninas dançando juntas, saía muito curta, acima dos joelhos (p. 290).

Isso reflete também o que Edward Said argumenta quando se refere à visão que os orientistas têm sobre o Oriente. O estudioso palestino argumenta que essa posição diminui o homem oriental para o meramente biológico, animalesco, abrindo oportunidades para aventuras eróticas aos ocidentais. Para Shoumatoff (1990), há muito pouco valor no povo brasileiro além da hospitalidade e da sensualidade.

Todas essas “verdades” sobre a Amazônia e o Terceiro Mundo são apoiadas pelo poder e “autoridade” que a cultura a que os autores pertencem tem sobre o mundo descrito. Esta arrogância do ocidente (ou do europeu e americano) é enfatizada e criticada por muitos outros teóricos, como Said e Pratt que evidenciam como é perceptível em textos de literatura de viagem sobre a Amazônia, a difusão de uma “mission civilizatrice” (missão civilizadora) do estrangeiro ao visitar um país considerado “inferior”: são estas narrativas que produziram o resto do mundo para os leitores europeus. É desta forma que a literatura de viagem ajudou a Europa a formar uma “consciência planetária”. Como mostra o professor de jornalismo e jornalista da BBC, Martin Cooper, (2001) em capítulo do livro *Olhares sobre a Amazônia* (2001). Cooper afirma que o editor e o dono da publicação esperam que o jornalista leve a seu país de origem uma percepção negativa do país visitado ou algo que realmente alarme o leitor. Além do mais, percebe-se, como diria o crítico decolonial argentino, Enrique Dussel, o “encobrimento do outro.” O nativo, o indígena, o brasileiro não são ouvidos, a sua cultura é analisada, o seu jeito é comentado, mas ele não é ouvido.

QUE DIFERENÇA FAZ QUASE UM SÉCULO DE NARRATIVAS?

Creemos que é de grande relevância estudar as literaturas de viagem sobre a Amazônia já no início da exploração da região e comparar com os relatos atuais. Em que diferem os relatos de Carvajal dos relatos atuais? Pode-se perceber algumas mudanças? Em que aspectos? Os primeiros narradores traziam um discurso preparado na Europa ou na América do Norte sobre o “inferno” ou o “paraíso” no Mundo. Este tipo de discurso sofreu alguma revisão? Uma reflexão sobre as diferentes formas como a viagem e os trânsitos fronteiriços têm sido representados e abordados na literatura sobre a Amazônia, portanto, torna-se sem dúvida, de grande relevância. Como nos lembram teóricos como Peter Hulme e Tim Young (2002), os atos de viajar e escrever sempre estiveram intimamente ligados entre si já que as histórias de viajantes são tão antigas quanto a própria ficção (p. 2).

Neste estudo selecionamos apenas duas obras, uma da primeira década do século XX, já que o autor esteve em 1909 e 1910 e outra no fim do século XX, já que foi publicada em 1990, baseada em relatos de 1989. Em ambas as obras podemos perceber uma visão de mundo separado em “Primeiro Mundo”, o mundo dos “civilizados” (sangue puro) e outro Mundo, um mundo inferior do qual a Amazônia faz parte. Claramente percebe-se a necessidade de definir o outro, o diferente. Uma rede discursiva sobre a Amazônia é construída, de tal forma que mesmo que o viajante não tenha visto ele pode repetir o que o viajante anterior dissera. Por exemplo, a obra *Amazon Town* – escrita por Charles Wagley em 1953 inspirou a poeta Elizabeth Bishop a escrever sobre a Amazônia em seus poemas sobre o Brasil, seu nunca ter estado na Amazônia.

Muitos autores, ecologistas, jornalistas, sociólogos, afirmam que viajam para a Amazônia a fim de salvar a região da destruição total. No entanto, em seu discurso parecem confirmar a crença que o homem que vive na Amazônia tem uma inteligência inferior e somente atrapalha a “conservação” da natureza. Creemos que o que deve ser criticado é a tendência generalizadora ao referir-se ao outro, ao diferente, do que se acostuma a ver. Talvez o fanatismo a uma história única ou a uma percepção tradicional o deixa cego para acolher mundos diferentes daquele que ele vê. Assim o jornalista, escritor, produtor de vídeo acabam fazendo generalizações e divulgando estereótipos que não o ajudam em sua “missão”. Em algumas ocasiões, os textos são bastante tendenciosos, como vimos na epígrafe desse artigo. Pode-se dizer que o autor parece encorajar

algum ódio em relação a alguns brasileiros que vivem na floresta tropical. Não há convite para discussão, mas apenas declaração de verdade. “Na próxima vez que você ver imagens de floresta ardendo, lembre-se de que você pode ter pagado por isso” (p.17), diz Monbiot.

Isso pode levar a uma rede discursiva mais tendenciosa e unilateral, o que nos faz lembrar de Aime Cesaire (1972) quando em seu “Discurso sobre o colonialismo”, referindo-se ao que Renan escreveu sobre a África, pergunta: “quem escreveu isso? Hitler? Você pode estar pensando que era Hitler, mas não ... era um humanista, como Renan” (p. 17).

Poderíamos citar um número enorme de escritores, jornalistas e pesquisadores que escreveram neste período e que de certa forma são fontes para outras pessoas que escrevem hoje ainda. Tanto *The Jungle Route* de Frank Kravigny, como *The World is Burning* de Shoumatoff confirmam o que Edward Said nos alerta sobre um americano ou europeu que escreve sobre o outro: ele escreve primeiro como americano ou europeu e depois como indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro, *Amazônia: de Carvajal a Márcio Souza*, João Carlos de Carvalho, professor da Universidade Federal do Acre, comenta sobre uma mensagem escrita em papel em um restaurante em Nova York, no 2000. Carvalho diz: “numa lanchonete dos EUA, no ano de 2000, distribuía-se a seguinte frase na toalha descartável: “Lute pelas florestas, queime um brasileiro”. O autor ainda acrescenta: “eles conseguem nos transformar em criminosos” (2005, p. 193). Qual é o motivo de uma conclusão breve e apressada sobre as pessoas que vivem na Amazônia? Por meio do contato com o outro, da aceitação do outro, pode-se crer que o ser humano pode mudar, pode passar a revisar nossos conceitos, opiniões e “verdades”. Mas é uma árdua luta para mudar preconceitos.

Podemos talvez pensar que muitos viajantes e escritores não querem mudar demais seus conceitos, caso contrário eles não terão seus trabalhos publicados e divulgados. Dizer algo incrível, chocante, assustador, sobre o diferente é mais lucrativo e o colonizador, como diz Albert Memmi, quer “lucro e mais lucro”, quer seus livros, filmes e vídeos vendidos muito bem. É o que as editoras esperam deles. Aí vêm-nos logicamente à mente aquele texto de Foucault: O que é um autor? Há um olhar que oscila entre a alteridade e a autoridade de viajantes e estudiosos

que vêm para a Amazônia com leituras e imagens anteriores que retratam o “misterioso”, o “exótico”, o “perigoso”. Parece que existe uma necessidade para retratar o “mundo dos civilizados” contra o “primitivo e selvagem”. Neste aspecto até que ponto as visões são revistas? Até que ponto uma “Visão” se torna uma “revisão”? Seria muito interessante conhecer as respostas dos leitores norte-americanos e europeus a textos como os que discutimos.

O ato de olhar, de acordo com Alfredo Bosi, dirige um ato de intencionalidade. É preciso reconhecer a evolução na forma de escrever, por exemplo, como revela Candice Millard ao escrever sobre a obra *A última floresta: a Amazônia em tempo de globalização* por Mark London e Brian Kelly (2007). Millard sugere que a Amazônia é muito grande e é difícil propor apenas uma regra, de culpar apenas um povo ou país”. Salvando a Amazônia, eles sugerem que “agora requer que se salvem as pessoas que vivem na Amazônia”. Portanto, estamos conscientes que toda a generalização é perigosa e por isso nem toda a literatura de viagem escrita por norte-americanos apresenta um discurso preconceituoso sobre a Amazônia e o Brasil. O que sugerimos é que nós, da Amazônia, devemos estudar as obras de literatura de viagem e analisá-las, investigando o contexto em que foram produzidas e relacioná-las com outras obras e outros discursos. Como devemos estar atentos para não produzir nenhum discurso homogeneizador ou totalizante sobre a Amazônia, também temos que ter cuidado para não generalizar quando falamos em literatura de viagem sobre a Amazônia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Joao. **Amazônia Revisitada**. De Carvajal a Marcio Souza. Rio Branco: UFAC, 2004.

CESAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. Translated from French by Joan Pinkham, New York and London: Presence Africaine 1972

CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1997.

CONRAD, Josph. **Heart of Darkness**. London and New York: Penguin, 1980

COURSEIL et ali. “A viagem e os trânsitos fronteiriços na literatura e no cinema contemporâneos.” in: **Estudos indisciplinados de língua, literatura e tradução**. Curitiba: CRV, 2017

COOPER, Martin. **Brazilian railway culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro**. Rio: Vozes, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARTENTAL, Mariana von. “Corporate photography goes to the forest”. **Artelogie**. Recherche sur les artes, le patrimoine et la littérature de l’Amérique latine. 12. 2018.

HULME, Peter e YOUNGS, Tim. **Cambridge Companion to Travel-writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LONDON, Mark e KELLY, Brian. **The Amazon in the Age of Globalization** N York: Random House, 2007.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo LP&M, 2010

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Trad. Oland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONBIOT, Geroge. **Amazon Watershed: The new environmental investigation**. London: M. Joseph; 0th Edition, 1991.

NENEVÉ, Miguel. O olhar norteamericano sobre a Amazônia na Década de 90: Uma análise de *The Burning Season* de A. Revkin e *The World is burning* de A. Shoumatoff. In: **Caderno de criação**. Nº. 20. Universidade Federal de Rondônia, 1999.

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**, poética da geografia. São Paulo: L&PM, tradução de Paulo Neves, 2009.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jézio Hernani Bonfim. Bauru: EDUSC, 1999.

REISS, Bob. **The Road to Extrema**, New York: Summit Books, 1992

REVKIN, Andrew. **The Burning Season**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage books, 1979

_____ **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Silviano. Por que e para que viaja o europeu? **Folha de São Paulo, São Paulo**, 16 dez. 1984. Folhetim, p.68. (Artigo incluído no livro *Nas malhas da letra*, 1989).

SONTAG, Susan. **On Photography**. New York: Anchor Books, 1990.

SPURR, David. **The Rhetoric of Empire**: Colonial Discourse in Journalism, Travel Writing, and Imperial Administration. Durham and London: Duke University Press, 1993

TOMLINSON, Henry M. **The Sea & the Jungle**. New York: D.T. Dutton & Company, 1975.

WALDER, Dennis. **Postcolonial Literatures in English**: History, Language, Theory Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998

HENRI COUDREAU, UM FRANCÊS NO VALE DO RIO BRANCO

*Maria Luiza Fernandes
Fábio Almeida de Carvalho*

O presente artigo objetiva discutir, a partir de uma abordagem temática, textual e discursiva, parte da obra intitulada *La France Équinoxiale: voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* (1887), de autoria do aventureiro e naturalista francês Henri Anatole Coudreau (1859-1899). Apesar de ainda ser pouco conhecida no âmbito da nossa inteligência, trata-se, segundo concebemos, de uma importante narrativa de viagem para as tradições historiográfica e literária brasileiras, amazônicas e roraimenses.

Esse típico relato de viagem do oitocentos reúne, segundo entendemos, elementos capazes de despertar interesse e, por conseguinte, ganhar destaque em diferentes campos da manifestação da vida cultural brasileira, onde a narrativa de viagem, sobretudo das viagens realizadas pelo território amazônico, é gênero cujo corpus costuma funcionar como fonte primária, tanto para o campo da historiografia quanto para o da literatura.

Desse modo, mediante a apresentação e a discussão de aspectos diversos dos capítulos VIII ao X do texto da obra em questão, que tratam da incursão desse afamado cientista e viajante francês pelo vale do rio Branco, num momento da história em que paulatinamente se acirrava a questão da delimitação das fronteiras do norte da América do Sul entre diferentes nações europeias, pretendemos contribuir com algumas questões sobre esse período ainda sensível na história sobre a Amazônia e, sobretudo, o vale do rio Branco.

O presente ensaio tem, pois, a pretensão de se inserir numa tradição discursiva que exhibe lastro nos campos da historiografia, da etnografia e dos estudos literários mediante a análise desse texto pouco conhecido e menos ainda estudado no âmbito do pensamento brasileiro. Considerando, pois, as muitas qualidades desse relato que é, a um só tempo, realista e imaginativo, além de belo, vibrante e minucioso, produzido por viajante que é misto de cientista, de aventureiro e de literato, acreditamos estar cooperando, em alguma medida, para a ampliação dos conhecimentos históricos, sociais e culturais sobre a Amazônia e as Guianas, de forma geral, e sobre o Rio Branco, de modo particular.

Desse modo, pretendemos contribuir para uma maior compreensão sobre os modos de organização e ocupação do vale do rio Branco, bem como para um maior conhecimento sobre esse autor que, nessa narrativa, se expressa com humor e ironia peculiares, e que legou um interessante conjunto de observações sobre as singularidades da região e sobre os povos indígenas que nela habitam, sobretudo no que tange aos Wapichana e aos Atorai.

Reconhecendo, portanto, essas qualidades, tidas como relevantes para as diferentes tradições discursivas em que o texto de Coudreau pode ser inscrito, somos da opinião de que *La France Équinoxiale: voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* reúne as condições de felicidade para, quem sabe, ocupar um lugar de destaque em certa formação discursiva que, na tradição historiográfica e crítico-literário brasileira, se costuma designar como “textos fundadores”¹ do pensamento americano. Urge pois traduzir e fazê-lo circular, a fim de que possa suscitar pesquisas de caráter acadêmico historiográfico, sociológico, etnográfico e antropológico, além de abrir espaço para que a produção de obras de espírito imaginativo possam também dela se aproveitar para produzir suas “flores de escrivantina”, para usar de uma expressão cunhada por Leila Perrone-Moisés (1990, p. 11) ao se referir à obra de Honoré de Balzac.

A obra de Coudreau objeto do presente ensaio, resultou de uma longa viagem feita com pretensões políticas e científicas ao norte da América do Sul, realizada por esse professor, de Geografia e História, e cientista francês, entre os anos de 1883 e 1885. Reputado como um dos mais completos viajantes franceses que percorreram a América do Sul, em razão da quantidade e da qualidade do acervo que legou para os estudos posteriores, e da volumosa obra que produziu, Henri Coudreau decidiu irremediavelmente se deslocar para a América do Sul em 1881, quando tinha apenas 21 anos de idade, com o objetivo de assumir o cargo de professor do Liceu de Caiena.

Sobre o caso, ele depõe que, no dia de sua chegada à Escola Normal Superior Especial, em Caiena, “expôs longamente ao diretor do estabelecimento educacional que não se destinava ao magistério. Ser professor não era senão um meio. A finalidade pretendida eram as missões científicas” (COUDREAU, 1887,

¹ Textos podem ser considerados fundadores por diversos motivos: a noção pode abranger o impacto em ambientes literários e culturais, nacionais ou internacionais; estilos de época ou períodos literários; obras que definem ou configuram a identidade nacional; poemas e narrativas vistos como seminais; e a reinterpretação, reapropriação, tradução, reificação e crítica dessas obras, em diferentes momentos históricos e por diferentes motivos. Nesse sentido, narrativas de viagem têm lugar garantido na tradição crítica brasileira enquanto textos que geram textos e, juntos, passam a constituir uma tradição discursiva sobre o caráter americano e/ou brasileiro.

p. VII). Como se depreende, desde muito cedo, a intenção do jovem Coudreau era reunir condições para conseguir patrocínio para realizar viagens científicas, nos moldes das que se faziam à época. E, desde sempre, parece ter-lhe sobrado a consciência de que “Não é fácil, sem proteção, obter autorização para gastar a fortuna, a saúde e, algumas vezes, a vida, pela glória da pátria e da ciência” (COUDREAU, 1887, p. VII). E, de fato, podemos afirmar que logrou êxito em seus propósitos, uma vez que, em 1883, conseguiu patrocínio para estudar os territórios contestados entre a Guiana Francesa e o Brasil, a serviço do Ministério da Marinha e das Colônias do Governo Francês.

Como se pode perceber, Henri Coudreau dedicou, desde cedo, um considerável tempo de sua vida à realização de viagens pela região amazônica. Essa experiência resultou na publicação de vários textos, dentre os quais, alguns já foram traduzidos para o português, tal os casos da *Viagem ao Tapajós* (1977 [1897]), e da *Viagem ao Xingu* (1977 [1897]). No entanto, a viagem feita ao vale do rio Branco, realizada entre 1884 e 1885, e que resultou no livro objeto de leitura e análise do presente ensaio, *La France Équinoxiale: Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* (1887), ainda se encontra sem tradução² para o português.

Nesse passo, e em razão disso, talvez, podemos acrescentar que se pode constatar com facilidade que a narrativa derivada da viagem empreendida por Henri Coudreau a região do rio Branco tem sido, até o momento, muito pouco explorada por produtores de obras, sejam no campo do espírito ou da imaginação, quando se compara com a fortuna crítica da sua produção resultante de viagens feitas a outros espaços amazônicos, as quais já foram traduzidas e, por conseguinte, também publicadas em português. Essa situação contrasta, em termos de interesse científico e literário, com os escritos em que narra os meses que passou no rio Branco, que apresentam poucos desdobramentos em termos de produção intelectual.

Mas, cabe alertar, o texto de *La France Équinoxiale* não relata somente a viagem ao rio Branco, ocorrida no ano de 1884, uma vez que também narra um percurso mais amplo, iniciado no ano de 1883. Esse texto maior incorpora a obra *Voyage au Rio Branco: aux montagens de la lune au haut Trombetta (mai 1884-avril 1885)*, publicada um ano antes de *La France Équinoxiale*, em 1886. *Voyage au Rio*

² No momento, os autores do presente texto trabalham na tradução dos capítulos (VII a XII) que relatam a parte da viagem realizada ao Rio Branco, com o fim de publicá-los acompanhados de ensaios teóricos e críticos sobre o lugar e função que ocupam na tradição historiográfica e literária brasileira. O presente artigo pretende ser o primeiro de uma pesquisa em andamento.

Branco foi extraída do *Bulletin de la Société normande de Géographie*, para onde o autor encaminhava e publicava seus escritos.

O texto de *La France Équinoxiale* incorpora de forma integral o texto da *Voyage au Rio Branco*; nesse novo arranjo editorial, a partir de então dividido em capítulos, a parte que corresponde ao rio Branco está localizada do capítulo VIII ao capítulo XIV. Além disso, há o acréscimo de notas de rodapé, que não constavam na versão anterior. No mais tudo permanece igual às edições primeiras: mesma estrutura, com os mesmos subtópicos.

Feitas essas considerações, acrescentamos que nesse artigo estamos a utilizar o texto publicado em *La France Équinoxiale* e, assim sendo, caro leitor, fica avisado de que sempre que houver referência por número de página, é a essa publicação que nós estamos remetendo. Outra questão textual importante, e que, por isso, merece breve explicação, tem e ver com os nomes das localidades citadas, que foram traduzidos e mesmo atualizados para as nomenclaturas usuais na região (como, por exemplo, ocorre com Concessão/Conceição). Com relação aos povos indígenas optamos por deixar na grafia que o autor escreveu, fazendo referência ao nome usual entre parênteses.

Dito isso, talvez natural fosse indagar: mas, afinal, o que Coudreau veio fazer na região do rio Branco?

Para começar a responder essa questão tantas vezes feita sobre o viajante francês, lembremos que, anteriormente, já afirmamos que as viagens foram para ele um meio de vida e que faziam parte de um plano de vida de mais largo espectro. Demais, também não podemos esquecer que o vale do rio Branco foi apenas uma das muitas regiões amazônicas em que o autor se aventurou. Mas não pretendemos, aqui, traçar um grande painel visando a desvelar as intenções de Coudreau, mas o leitor interessado nesse aspecto pode buscar referências e interpretações de sua obra (cf. SOUZA FILHO, 2008; CARDOSO, 2020). Todavia, temos de ainda acrescentar que, segundo alguns de seus comentadores, as viagens que fazia eram sustentadas por interesses pouco transparentes.

Fato é que ele chegou ao Branco em julho de 1884 e legou um texto que apresenta e aborda inúmeras questões ainda relevantes e pertinentes para se pensar a configuração desse espaço, em razão de que trata de muitos assuntos recorrentes em relatos anteriores e posteriores a sua estada no rio Branco. Dentre essa tópica, se destaca a própria narrativa e os comentários que faz sobre a dificuldade de se chegar a essas terras; bem como sobre sua “vocaçãõ” para a criação de gado; as questões de litígio nas fronteiras e, especialmente, a representação que fornece

sobre os povos com os quais manteve contato, em especial, com os Ouapichianes (Wapichana) e os Atorradis (Atoari), como já afirmamos.

A incursão de Coudreau ao vale do rio Branco iniciou em 09 de julho de 1884 quando, depois de mais de um mês aguardando a oportunidade para sair de Manaus rumo ao norte, surgiu a oportunidade de viajar a Boa Vista no batelão do rico comerciante José Thomé Gonçalves. A essa altura da viagem, o autor inicia a denunciar as muitas dificuldades enfrentadas para realizar tal empreitada: a subida a Boa Vista não era fácil, dependia dos batelões que desciam “carregados de gado” e subiam “carregados de mercadorias” (p. 229). Outra possibilidade era de irem a Moura ou Carvoeiro e conseguir uma canoa, mas essa tarefa poderia demandar de 15 dias até um mês para ser organizada, conforme afirma.

A partir desse ponto, o texto fornece uma instrutiva descrição sobre como eram feitas as viagens de batelão pelo rio Branco: quantas pessoas eram necessárias para os serviços, como conseguiam conduzir a embarcação, que técnicas de navegação empregavam, quantos dias eram necessários para cumprir a empreitada; além de fornecer informações valiosas, relacionadas ao regime de cheias e secas do rio, sobre as peculiaridades para garantir a alimentação, bem como sobre os diferentes tipos de perigos enfrentados. Narra com detalhes, enfim, todo o cotidiano da fatigante e calorosa viagem. Ganha destaque nessa matéria os insetos e o calor, que transformam a viagem em empresa sufocante e dolorosa.

A essa altura do relato, chama à atenção a curiosidade de que, durante a viagem, Coudreau trata longamente das mulheres amazonas: tanto que a seção que abre essa parte do relato se intitula “Uma lenda do rio Branco: a maloca das mulheres”. Sobre o caso, é interessante, primeiramente, ressaltar o fato de que, ainda bem no finalzinho do século XIX, as amazonas continuavam a povoar a imaginação, a despertar o interesse e a figurar em destaque entre os temas que davam corpo às narrativas de viagem – ainda que, no caso, fosse para afirmar que, como o viajante não as havia encontrado, ele trataria do tema classificando-o como mito. Coudreau sublinha algumas características que, conforme avaliava, tinham contribuído para torná-las tão famosas: a cor branca da pele, “de uma beleza notável, beleza sobretudo passional e provocante”; o não convívio com os homens; a preferência pelas filhas; e o sacrifício dos filhos (p. 231).

Nesse passo, havemos de considerar que, depois de passados mais de trezentos anos do surgimento do relato de Carvajal, eis que um cientista francês continua fazendo referências a essas mulheres de corte lendário e que são constantes nas

narrativas de quase todos que passaram pela região, ainda que com nuances diversas. Esse é o caso, por exemplo, de La Condamine, cientista que, sendo possuidor de outro tipo de formação e tendo viajado à região amazônica com propósitos diversos daqueles de Coudreau, também não se furtou aos comentários sobre as Amazonas. La Condamine assevera ser “tudo tendente a confirmar que houve no continente uma república das mulheres solitárias” (2000, p. 81). Como se percebe, trata-se de tópica quase incontornável, mesmo para “cientistas”, no contexto das narrativas de viagens produzidas sobre a região amazônica.

O que poderia explicar a permanência da temática das mulheres amazonas em momento tão tardio da História: seria, talvez, a necessidade de responder positivamente a uma demanda de um público ainda ávido por esse tipo de elemento lendário nas narrativas de viagem, e que ansiava por sua presença na composição de todo tipo de relato, mesmo naqueles com supostas pretensões científicas?

Quanto a isso, devemos acrescentar que La Condamine apresenta essa preocupação no prefácio de sua obra de modo que, ao tratar da sua questão principal nesse ponto, a carta do rio Amazonas, estava ciente de que escrevia para um público que procurava “acontecimentos extraordinários, e pinturas agradáveis dos costumes estrangeiros e hábitos desconhecidos”. No entanto, esse viajante afirma que, em sua obra, os leitores encontrariam pouco a esse respeito, visto estar mais “preocupado em instruir que divertir”. Ainda assim, tal como se pode perceber no seu relato, ele tratou de “achar um equilíbrio entre os dois extremos” (2000, p. 32).

Retomando o fio de nossa meada, podemos afirmar que, depois de ter conseguido a vaga por que tanto ansiava no batelão de José Thomé Gonçalves, e de conseguir meios de concretizar a viagem de Manaus para Boa Vista, H. Coudreau tinha a intenção de passar apenas breve período de tempo no pequeno vilarejo e, logo depois, ele queria seguir para os campos lavrados do rio Branco – onde pousava o interesse último de sua empreitada. Será a partir desse ponto que o leitor de *La France Équinoxiale: voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* vai realmente se deparar com um relato muito vívido e não menos pormenorizado, fruto de um olhar curioso e atento às peculiaridades do homem e da paisagem daquele ambiente considerado hostil.

Na continuidade de seu relato de viagem, H. Coudreau passa a tratar dos perigos a que se sujeitava para cumprir a empreitada e acusa seu temor de encontrar com os “ferozes” Jauapiry (Jauaperi/Waimiri). O aventureiro demonstra sua preocupação e afirma que o encontro com “tribos ferozes”,

como atribuiu ao povo em causa, era um dos grandes “perigos” a ser enfrentado pelos que se aventuram na subida para os campos do rio Branco. Devemos a isso acrescentar que esse povo havia sido contactado somente há pouco tempo por outro viajante famoso da região, o cientista Barbosa Rodrigues.

Nesse passo, o viajante francês aborda um tema interessante para os estudos históricos, sociológicos e antropológicos sobre a região: ao apresentar os Jauapiry, Coudreau faz o seguinte comentário: “estes índios são chamados de Jauapiryys, o nome do seu rio, mas eles se deram, parece, a si próprios, o nome de Uaimiris. Ou, pode ser ainda que este nome não seja mais que uma alcunha dada por outros índios” E aponta algo relevante: “É muito difícil fazer a etnografia destas tribos, em razão da sua história; no entanto há um certo número de dados que parecem hoje incontestáveis” (p. 234). Nesse passo, o autor nos lega importantes observações sobre a questão da etnonímia das populações nativas da região – a qual, ainda nos dias de hoje se apresenta como necessária de ser devidamente enfrentada, dada a sua complexidade e da ausência de pesquisas de caráter conclusivo sobre a questão.

Na sequência, H. Coudreau demonstra preocupação em discutir questões como: “de onde vêm?”, que tipo de parentescos os Jauapiry mantém com outros povos? quais são os constantes conflitos em que estão envolvidos na região de Moura?, dentre outras.

Adiante, ele trata de outro constante perigo para quem se submete a viajar pela região acompanhado pelos nativos: as constantes fugas empreendidas pelos indígenas contratados (e que talvez pudessem mais apropriadamente ser designadas como “os constantes abandonos”). A importância da questão é candente e se manifesta no fato de que ela mereceu um tópico a parte na narrativa de H. Coudreau: ele a trata na condição de “ordinário e grave inconveniente das viagens nos barcos” (p. 242). Essa é, aliás, tópica recorrente na maioria dos relatos de que temos conhecimento sobre a região, tendo sido, por exemplo, motivo alegado em muitas cartas encaminhadas a autoridades por Alexandre Rodrigues Ferreira, quando de sua expedição pela Amazônia, para justificar atrasos e malogros de percurso (1783-1792).

Na viagem empreendida por Coudreau, as fugas, ou abandonos, para ser mais justo, aconteceram em dois episódios. No primeiro, um certo indígena abandona sozinho o batelão em que viajavam, fugindo em uma canoa. Ao ser capturado, pouco depois, o viajante narra como a ele foi imposto o castigo de cinquenta golpes nas mãos, aplicados com um ferro de pá, além de ainda ser obrigado a

continuar remando no dia seguinte, mesmo visivelmente sentindo muita dor. No segundo episódio de fuga, dois indígenas fogem carregando mantimentos da expedição; desta feita, embora também tenham sido recapturados, não há menção às sanções que certamente receberam.

Presume-se que em ambas as ocasiões o desfecho dos episódios ocorre com os castigos impostos aos fugitivos, uma vez que eram tratados numa condição de subalternidade próxima da escravidão. Para o autor, “o melhor tratamento é nada fazer, as mais horríveis perspectivas não os assustam” (p. 242), de modo que, sempre que possível, poderiam ocorrer novas fugas. Nesse passo, H. Coudreau comenta que, apesar da aparente falta de lógica, eles, os indígenas, por vezes são muito suscetíveis a humilhações.

No trajeto, Coudreau faz comentários sobre as antigas povoações existentes no rio Branco, quando demonstra que tinha acumulado conhecimento bastante detalhado sobre aspectos diversos da região. É assim que ele, por exemplo, apresenta Santa Maria: “não resta mais nada lá” (p. 245); o Pesqueiro: “nenhum vestígio; a floresta retomou tudo” (p. 245); Carmo: “absolutamente nenhum vestígio” (p. 247); e Conceição: “nenhum vestígio” (p. 254).

Desse modo, embora cite poucos viajantes em seu texto, é inegável que o francês conhecia os relatos produzidos pelos antigos viajantes que haviam passado na região, algo que era bastante comum aos naturalistas dessa época. Aliás, a formação pela leitura de textos de viajantes anteriores é que fazia com que esses novos pretendentes ao panteão da ciência europeia conhecessem de forma mais ou menos pormenorizada os locais para onde iam e, sobretudo, neles eram obtidas as informações sobre seus habitantes – no caso da Amazônia, sobre as populações indígenas. Isso quer dizer que esses homens, misto de aventureiros e de cientistas, já chegavam à região com noções pré-configuradas sob diferentes aspectos e, por conseguinte, com representações de certa maneira já também sedimentadas pela tradição instituída pelas narrativas de viagens feitas anteriormente.

Prova disso é que afirma conhecer o relato de Francisco José Rodrigues Barata, que esteve na região em 1798. Com base nessas leituras afirma:

Em 1787 as povoações do rio Branco, hoje abandonadas, contavam 931 habitantes: 165 para Santa-Maria; 215 para o Carmo, 244 para São-Felipe, 286 para Concessão, 21 para São-Martinho (à boca do Cahumé, perto da atual Boa Vista). Mas, desde então, em seguida à revolta dos índios, a decadência começou e foi de tal forma rápida que em 1797 o rio Branco estava quase deserto (p. 258).

O relato segue e, antes de chegar a Boa Vista, o viajante tem de se deparar com a existência das temíveis corredeiras do rio Branco, conhecidas como corredeiras do Bem Querer; por muitos viajantes, esse acidente geográfico recorrentemente foi descrito como o grande entrave para a integração da região. E não foi diferente com Coudreau, que dedicou alguns parágrafos para descrevê-las, bem como dedicou outros mais para tratar das maneiras de transpô-las e, ainda, para discutir as possibilidades de se construir outros acessos mais viáveis para Boa Vista: nesse ponto ele aventa a possibilidade de construção de uma tão sonhada estrada que deveria ligar os campos do rio Branco a Manaus. Essa estrada teve de esperar ainda quase um século para ser concretizada.

Finalmente, em 20 de julho, depois de onze longos e fatídicos dias de viagem, Coudreau chegou em Boa Vista, “a vila mais importante, ou para melhor dizer a única vila do rio Branco” (p. 256); mas não o fez sem antes ter trocado o batelão por uma chalana a vapor, que conseguiu abreviar em muito a subida, visto que o batelão levou 45 dias para vencer o rio Branco.

Eis a descrição que fornece da vila de então:

A vila construída sobre um outeiro dominante do rio, em pleno campo, se compõe de uma vintena de casas muito pequenas, todas cobertas de palha, por vezes esbranquiçadas a cal, mas geralmente limpas e confortáveis. A igreja ainda se encontra em construção. Boa Vista tem uma escola primária, frequentada com uma notável assiduidade: eu contei quarenta meninos e vinte meninas. A população de Boa Vista se compõe de brancos, Mamelucos, e de Índios que servem de domésticos e trabalham para os brancos. Eu conto em Boa Vista dois europeus, o simpático José Campos, de nacionalidade portuguesa, e o italiano Salvator Barone. Os outros brancos são Amazonenses, Paraenses e Cearenses (p. 257).

Na sequência, ele trata do clima, das virtualidades e possibilidades da região e do seu interior, arrematando: “Hoje (1885) se contam nos campos do alto rio Branco, trinta e duas fazendas particulares, e, no total, estas fazendas e as fazendas nacionais possuem 20.000 cabeças de gado e 4.000 cavalos” (p. 258). Todas essas informações, segundo o próprio autor, foram “recolhidas as pressas” pois seu interesse mesmo era dar continuidade a sua viagem, que não tinha Boa Vista como destino final, e sim o “orientes”, para além do rio Branco, onde as pessoas não se atreviam a ir. Essa intenção deixou espantada até mesmo a população local.

O início dessa jornada lavrado adentro foi de grandes dificuldades, em razão de que ele ficou doente: tratando dos “precedentes viagens [...], e por sérias razões, [o viajante confessa que caiu] no mais cruel desmoronamento moral”

(p. 261). A doença a que se refere deve provavelmente ter sido a malária, visto que ele foi acometido por constantes febres e demais sintomas relatados. O “desmoroamento moral”, por seu turno, dizia respeito, segundo entendemos, aos conflitos em ele que se viu envolvido, e que tinham a ver com os serviços políticos que prestava ao governo francês. Nesse sentido é digno de nota que, ora Coudreau foi acusado de ser um espião estrangeiro no Brasil; ora foi acusado de ser um traidor de sua pátria, ao trabalhar para o governo do Pará (sobre essas questões cf. SOUZA FILHOS, 2008).

Fato é que essa situação perdurou por três longos meses, quando o viajante vagava “de maloca em maloca, lentamente, cada dia de marcha necessitando de diversos dias de repouso, obrigado a perder tempo para arranjar mais homens, aqueles que viam meu estado durante inquietante quarenta e oito horas não queriam mais me acompanhar” (p. 261).

Todavia, apesar desses percalços do percurso, a condição mais que precária por que então passava proporcionou que pudesse descrever pormenorizadamente os sintomas da doença e, por conseguinte, as sensações que eles despertavam. Demais, a situação possibilitou também que ele pudesse “flososofar” sobre sua existência, embora com a consciência de que tais observações não seriam levadas “em conta pela Sociedade de Geografia” (p. 264). Esse último comentário demonstra a preocupação com as “obrigações” em escrever para o Boletim.

A descrição desse percurso é constituída detalhadamente sobre os rios, os igarapés e as montanhas que eram necessários atravessar e transpor para chegar às malocas pelas quais passou, dentre as quais se destaca a Malacacheta (Maracachite), para a qual reserva todo um tópico da narrativa. Nesse tópico descreve as condições de vida dos moradores, cerca de 50 Ouapichiane, dos quais 10, aproximadamente, falam português, “embora muito raramente” (p. 265).

Nesse passo, Coudreau informa que, embora esses indígenas andem vestidos, “se dão muitas vezes o prazer de esquecer que são civilizados. Frequentes caxiris lembram a eles a vida antiga”. E acrescenta que, ainda hoje, a maior parte passa um “alfinete” no lábio inferior, e, em tempos de caxiri eles tatuam a face com uma agulha embebida em “jenipapo” (p. 265). Também discorre sobre as habitações, “sem absolutamente nada de civilizado” (p. 265), e disserta sobre a produção de banana, macaxeira, ananás, papaia, cana-de-açúcar, batata e jerimum; descreve também outros tipos de atividades, como retirar madeira e trabalhar na calafetação dos batelões, embora não gostem de “fazer viagens de batelões para os brancos” (p. 266). Esse último aspecto pode ser comprovado pelos relatos das

constantes fugas, ocorridas inclusive na sua própria viagem. Por fim, arremata: “eles são muitos laboriosos para índios” (p. 266).

O relato segue fazendo considerações a respeito de como de fato vivem os nativos e sobre como poderiam viver melhor, devido as suas excelentes roças e áreas de caça e pesca. Nesse passo, o cientista francês demonstra compreender que, no entanto, “eles não podem violentar seus hábitos” (p. 267). Ainda sobre o que denominou ser o caráter dos indígenas afirma: “existe bem pouca diferença entre o caráter do índio civilizado, havendo várias gerações de civilização, e a do índio selvagem. É sempre a mesma placidez, a mesma frieza, a mesma indiferença [...] Algumas pessoas boas entre elas honestas e dóceis mas a maior parte são malandros, sorrateiros, não hospitaleiros, insolentes, e procuram apenas enganar o branco, surrupiá-lo, roubá-lo e rir dele” (p. 268).

Na sequência, o viajante continua narrando minúcias sobre o cotidiano da aldeia e sobre suas errâncias pelos campos da Malacacheta; ganha destaque nesse passo da narrativa de viagem o infortúnio do narrador com os igarapés: ele conta que quase teria se afogado em duas ocasiões, quando, felizmente, acabou sendo salvo por seu “amigo Luc”, tuxaua daquela comunidade. Segundo avalia o viajante, o tuxaua merecia uma medalha pelo feito. Na conclusão desse episódio, H. Coudreau afirma, em tom jocoso, que: “no meu terceiro afogamento eu nadarei perfeitamente” (p. 270).

Narrando um dia dessas errâncias, H. Coudreau descreve como, certa feita, estando sobre um platô, ele conseguiu ter uma visão sobre a amplitude da paisagem em que se encontrava; nessa ocasião, esse autor acaba reafirmando aquilo que já tinha se tornado verdadeiro mote das narrativas de viagens desde, pelo menos, Ribeiro de Sampaio (1777): “pode um dia, alimentar de gado todo o Brasil do Norte. É o campo do rio Branco” (p. 271).

Nesse momento do relato, o cientista a serviço da França comenta e se pergunta sobre as questões dos limites políticos da fronteira: “onde está a fronteira?”, para, em seguida responder: ela “segue pequenos riachos ou imperceptíveis ondulações ou, para melhor dizer, ela não existe, por que existe lá uma longa zona contestada entre a Inglaterra, o Brasil e a Venezuela” (p. 271).

Na sequência, menciona outro ponto de muita importância naquele contexto: “os Brasileiros se atormentam muito por causa dessa zona neutra, eles acusam os ingleses de enganar os índios e de manter agentes no território brasileiro. Eu ouvi algumas vezes, é verdade, alguns índios do Tacutú, dizer, quando eles estavam bêbados: ‘I am Englishman’, mas seria um equívoco conferir a esses fatos isolados

uma importância que eles não merecem” (p. 271-272). E arremata essa passagem com a seguinte afirmação: “os Macuxis, os Uapichianas e os Atorradis da fronteira, são muitos menos civilizados que aqueles das margens do rio Branco” (p. 272).

Coudreau adentrava, então, em território que havia sido declarado zona neutra desde o ano de 1842, quando se instalou o impasse entre Brasil e Inglaterra no processo de demarcação da fronteira norte. Essa questão ficou conhecida pela historiografia oficial como a “Questão do Pirara”, a qual somente seria efetivamente resolvida no início do século seguinte, após o arbítrio do rei da Itália e que, diga-se de passagem, não atendia aos interesses do Brasil.

Sobre os temores manifestados por brasileiros, e que dizia respeito a um debate acerca de certo “aliciamento” dos indígenas por parte da Inglaterra, observa o autor: “se os chauvinistas brasileiros se derem o trabalho de fazer esta viagem, eles não teriam uma tão grande ira contra a Inglaterra, que não se ocupa em nada daqueles que estão lá. Tudo que se conta da atividade inglesa na fronteira é falso” (p. 291). Ou seja, segundo avalia Coudreau, o que reinava de forma efetiva no local era um estado de abandono e de ausência das potências em choque, que ansiavam pelo controle da região, mas que, em verdade, não despendiam de esforços reais para com aqueles espaços, até aquele momento.

Dando continuidade, o narrador abre todo um capítulo sobre os “Hábitos dos Ouapichianes e dos Atorradis”. Embora já venha, ao longo do texto, descrevendo o que achou importante mencionar sobre os indígenas que ia contactando, é nesse capítulo que Coudreau desenvolve melhor as representações sobre os nativos da região.

De início, ele apresenta, como ocorreu com tantos que o antecederam ou que vieram depois dele, uma ideia bastante genérica do índio: “o tipo dos índios da América do Sul é suficientemente conhecido para que não seja necessário fazer aqui o seu retrato fiel. Bastará esboçar algumas particularidades salientes, constatadas entre as tribos do alto rio Branco” (p. 303). Um conterrâneo seu, La Condamine, um século antes, havia se expressado nos mesmos termos: “todos os índios da América, das diversas regiões que tive ocasião de percorrer, parecem-me ter certos traços de semelhança uns com os outros; e, tanto quanto é permitido a um viajante que não registra as coisas senão de passagem, suponho reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter” (LA CONDAMINE, 2000, p. 60).

Mas logo o viajante abandona essas generalidades e passa a descrever as “particularidades” dessas populações: ele faz, então, comentários pormenorizados sobre a forma física. Para tanto, inicia tratando sobre a barba e o bigode, ou melhor,

sobre a falta desses. Descreve as mulheres: as formas padrões da boca, do nariz, dos olhos... Nesse passo, ele curiosamente alerta o seu leitor de que as descreve “não em termos antropológicos, porque eles têm uma grande repugnância em fazer mensurações, - mas em termos artísticos” (p. 304). Na sequência pondera: “o tipo Ouapichiane é agradável. Eles são pequenos, encorpados, robustos, bem feitos mas um pouco pesados, e sua face, que não é feia, tem uma expressão doce. O Atorradi é mais esbelto, mais bonito e mais nobre. O perfil é quase caucásico e a tez quase branca” (p. 303). Algumas linhas depois, entretanto, afirma: “Eu devo dizer em seguida que a beleza atorradi é, em suma, uma exceção, e que o tipo índio é bem menos artístico que o ariano” (p. 303).

Interessante notar que, diante de certos aspectos que não compreende, ele trata logo de encontrar uma resposta ligeira. Tal é o que acontece nessa passagem que a seguir reproduzimos: “o que não me explica é o ar de prosperidade desses infelizes antes acostumados à fome que a abundância: é com certeza o efeito do caxiri” (p. 304).

Sobre o caxiri, bebida fermentada ainda muito comum nas comunidades indígenas nos dias de hoje, o viajante teceu alguns comentários dignos de serem mencionados. Primeiramente, ele fornece uma descrição da bebida: “O caxiri é menos um licor de festa que uma bebida refrescante, os Índios a bebem constantemente e a têm sempre na maloca. É o seu vinho. É feito de milho, de mandioca, de bananas, de cana-de-açúcar, de ananás” (p. 273). Contudo, parece que ele não entendeu o apreço dos indígenas por essa bebida, embora tenha percebido a sua importância: “O caxiri é a poesia da vida do índio. É o amor, o ódio, o entusiasmo e o esquecimento. É a embriaguez” (p. 273).

Provavelmente, a forma de prepará-lo foi demais para esse viajante, o que lhe causou repulsa: “esta operação de mastigamento pelas fêmeas é realmente nojenta. Não há nada de reconfortante ver cuspir em uma panela uma velha selvagem desdentada, a bebida que se tem o descaramento de se lhe oferecer logo em seguida” (p. 290-291). No entanto, parece ter se lastimado em não conseguir apreciar a bebida, principalmente em momentos necessários, quando, por exemplo, se viu tendo que realizar uma viagem sozinho e doente: “eu sinto de não poder me habituar ao caxiri” (p. 274).

Voltando a sua narrativa, na sequência o cientista passa a descrever a maloca, quando retrata aspectos diversos de sua conformação: comenta sobre o local escolhido para a construção e sobre a forma da maloca, se oval ou retangular; comenta também sobre os telhados e a forma de sustentação das construções; mas

também sobre a posição das redes e dos móveis. Ele conclui essa seção do relato afirmando que “não é sempre muito poética essas grandes malocas” (p. 305).

Posteriormente, Coudreau passa a tratar da “vida doméstica e econômica”, que, segundo ele, também não difere dos “índios em geral”: as roças, a fabricação de armas, o comércio... No entanto, não encontra nada que o interesse muito e conclui que “eles não têm nada que mereça figurar numa coleção etnográfica” (p. 308).

Nesse passo cabe observar que a obtenção de objetos para museus e colecionadores era uma prática dos viajantes, os quais conseguiam obter, mediante a apresentação e a venda das peças coletadas, financiamento a suas viagens. No caso de Coudreau, ao prestar serviços ao governo do Pará, houve uma incumbência para que os objetos encontrados fossem encaminhados ao Museu Paraense (cf. COELHO; BENCHIMOL; MIRANDA, 2020).

Sobre a vida doméstica, em si, ele afirma que os índios da Guiana já foram muito bem descritos por Crevaux, de modo que diz que vai apresentar apenas algumas “particularidades” dos Ouapichianes e dos Atorradis. E assim apresenta os casamentos, a forma de receber as visitas, a “organização política e social”, o “caráter”, a língua, os adornos, a música e seus instrumentos, tudo de maneira muito rápida em poucos, ou mesmo em um parágrafo.

Nesse ponto talvez valha a pena questionar: diante desses conflitos e dessas contradições, que representações, afinal, os viajantes foram legando sobre os indígenas das Américas? Coudreau não escapa aos demais nos apontamentos que produz. Ora o indígena é belo, doce, trabalhador, ora interesseiro, ladrão ou venal.

Passamos, doravante, a tecer algumas considerações sobre um dos episódios narrados pelo autor que se refere a sua doença e aos cuidados, ou não, dispensados pelos indígenas. Desde o início da narrativa aos campos do rio Branco seu estado de saúde é exposto, tendo sido acometido da doença por três meses, período em que esteve preso em “uma sombria prostração, as vezes agitado pelas super excitações da febre, passando da atonia do desesperado a um barulhento delírio, beirando a demência” (p. 261). Nessas ocasiões, ele é acometido por pensamentos que lhe ocorriam sobre os indígenas que, em sua concepção “querem somente ajudá-lo a morrer para pilhar suas bagagens” (p. 262).

Mesmo com muita dificuldade segue o autor sua errância pelas malocas da região, até chegar a Paraouname em que ficou “muito tempo, quinze dias, talvez um mês, morrendo, só, abandonado, nas mãos de uma velha Atorradi” (p. 264). Depois desse período, acrescenta: “Quando eu voltei a mim, eu estava em uma maloca vazia, o sol estava alto, eu tinha frio, uma velha índia, grande e magra,

estava em pé perto da minha cama, me cantando a canção do pajé, a canção que faz curar” (p. 293). Os indígenas que compunham a sua expedição o haviam abandonado, deixando aos cuidados de “‘Mascounan’: a velha, a grande mãe” (p. 293), para a qual ele sequer pode dar um nome.

Na sequência, ele narra como teve de voltar sozinho para Malacacheta, “sem um tostão, sem nenhuma bugiganga para trocar” (p. 293), com uma rede nos ombros, uma faca e um pedaço de cassabe no bolso, não sem antes “abraçar Mascounan, que teve vontade de chorar” (p. 293). Fez a viagem invocando muitos pensamentos, “um pouco ao azar, feliz e rindo sozinho” (p. 294). E, finalmente, chega à maloca, não encontrando mais sua equipe, “a maior parte havia se dispersado, fosse nas fazendas, fosse nas malocas” (p. 300). No entanto, encontrou “todas as minhas malas, na casa de João, intactas; nem um pacote me faltava na bagagem” (p. 300).

Ele conta, nesse momento, como foi surpreendido pelo acolhimento dos Wapichana que “demonstraram uma alegria que eu acreditei ser sincera” (p. 300). Como resposta ao fato de o terem deixado sozinho obtém a seguinte explicação: “Nós te abandonamos porque achamos que você ia morrer e não queríamos ser acusados de matar você” (p. 300). Para o que conclui: “Todo povo tem seu costume” (p. 300). Mais do que costume, poderia ser uma resposta as acusações que sempre recaíam sobre os indígenas quando algo acontecesse a um “branco”, como o próprio Coudreau relata em outros momentos de seu texto.

Nessa pequena passagem, aqui condensada de uma parte com idas e vindas em sua narrativa, podemos perceber as representações com que esse viajante foi compondo a imagem dos indígenas: taxados, primeiramente, como ladrões, que somente queriam pilhar suas bagagens, ele teve de voltar atrás e reconhecer o fato de tê-las encontrado intactas. Daí, de insensíveis, por o terem abandonado aos cuidados de uma velha, ele tem de modalizar seu discurso, em razão de que a velha cuidou dele e se emocionou com a sua partida, e das razões dos “insensíveis” em tê-lo abandonado e suas demonstrações sinceras de alegria ao vê-lo curado. Nesse quesito, aliás, a narrativa de Coudreau não difere tanto das demais, que nos foram legando uma representação dos povos indígenas, no mais das vezes, com adjetivos bastante desqualificativos, embora suas vivências tenham demonstrados outras práticas.

Como podemos depreender pelas achegas feitas nesse breve e parcial artigo, caro leitor, *La France Équinoxiale: voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie* parece reunir as condições de felicidade para se tornar um texto importante em

termos historiográficos, sociológicos, políticos, culturais e literários, em razão de que contém elementos que podem ajudar a aprofundar e, por conseguinte, a melhorar a compreensão sobre o homem e a paisagem do vale do rio Branco, senão também sobre as relações sociais mantidas pelas estruturas do poder local. Esperamos em breve fornecer um painel mais amplo e abrangente desse texto, que com certeza deverá ganhar maior destaque na já caudalosa tradição de narrativas de viagem pelo espaço amazônico.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Pauliany B. **Amapá à francesa: dois viajantes franceses na Amazônia setentrional do século XIX**. Brasília: Senado Federal, 2020.

COELHO, Matheus C.; BENCHIMOL, Alegria; MIRANDA, Elis de. As contribuições de Henri Coudreau à coleção etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. 9, nº 17, jan./jul. 2020.

COUDREAU, Henri A. **La France Équinoxiale: Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie**. Paris: Challamel Ainé, 1887.

COUDREAU, Henri A. **La France Équinoxiale: Études sur les Guyanes et l'Amazonie**. Vol. I. Paris: Challamel Ainé, 1886.

COUDREAU, Henri A. **Voyage au Rio Branco: aux montagens de la lune au haut Trombetta (mai 1884-avril1885)**. Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard, 1886.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leila. **Flores da escrivanhinha**. Ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SOUZA FILHO, Durval de. **Retratos dos Coudreau: índios, civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom Selvagem” (1884-1899)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

HAMILTON RICE: UM “VIAJANTE CIENTISTA” EM RORAIMA NO SÉCULO XX

Carla Monteiro de Souza
Maria das Graças Santos Dias

No estudo da história da Amazônia os relatos daqueles que percorreram o seu vasto território se constituem como fontes privilegiadas para o conhecimento sobre e da região. Todo esse material formado pelos relatos deixados pelos viajantes e aventureiros que palmilharam a Amazônia dos séculos XVI ao XVIII, serviu de base para as expedições que viriam nos séculos XIX e início do XX, estas marcadas por um olhar científico, afinado com o contexto da época, no qual se destacam a estruturação das ciências modernas, os vários avanços tecnológicos e as mudanças culturais e na produção da vida material.

Alexander Hamilton Rice Jr (1875-1956) é “produto” dessa geração formada no marco cultural, científico e tecnológico da segunda metade do século XIX e início do XX. Rice empreendeu duas expedições à região do então município amazonense de Boa Vista do Rio Branco, atual estado de Roraima, chamada por ele de Guiana Brasileira, uma em 1919-20 e outra 1924-25, expedição que tinha objetivos geográficos e produziu um relatório rico em informações e comentários, assim como um importante registro fotográfico e filmico, do lugar e de suas gentes.

Nosso objetivo no presente texto é demonstrar a importância do relatório da expedição Rice para a produção de conhecimento na área das Ciências Humanas e Sociais, em especial a historiográfica¹. Trataremos da edição em português, intitulada Exploração na *Guiana Brasileira*, publicada pela Editora Itatiaia e pela Universidade de São Paulo, em 1978, no âmbito da Coleção Reconquista do Brasil, em um volume que além do relatório, reproduz 174 fotos. Cumpre destacar que a expedição produziu também mapas e cartas geográficas, que não constam desta edição, e filmes, cujas imagens se transformaram num filme documentário de longa-metragem, intitulado “No rastro do Eldorado”, assinado por Silvino Santos, contemporaneamente imortalizado como o “cineasta da selva”.

¹ Neste sentido, nos serve como base o artigo SOUZA, Carla Monteiro de. Uma visão da Guiana Brasileira: a expedição de Hamilton Rice pela Amazônia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, supl., p. S19-S32, nov. 2012.

A EXPEDIÇÃO

A área de estudo da expedição Rice, de 1924-25, compreende a chamada Guiana Brasileira e foi definida como a que está “situada na parte nordeste de um quadrilátero delimitado pelas linhas que vão de Bogotá (Colômbia) ao Monte Roraima (Guiana Inglesa) e de Iquitos (Peru) a Manaus (Amazonas)”. Tinha como seu primeiro e principal objetivo:

Explorar e cartografar o Rio Branco, bem como seu afluente ocidental, o Uraricoera, seguindo este último até sua nascente, na Serra Parima, e verificar se existe um atalho ou passagem entre as cabeceiras desse rio e as do Orenoco; daí encadear esse estudo ao já efetuado pela expedição de 1919-1920. (RICE, 1978, p.18)

Como informa ainda no prefácio, Rice inventaria os textos que lhe serviram de base para delimitar sua área de estudo, nomeando-os como “precursores”, explicando brevemente suas contribuições: o da Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras (1787) e o da Comissão Venezuelo-Brasileira (1882), os quais deram a conhecer aquela “terra incógnita”; o de Robert Schomburck (1838-39); o de Theodor Koch-Grünberg (1911-1912); o de William Curtis Farabee (1913); uma carta de Richard Spruce (1853); e os conhecimentos do comerciante regatão Ciro Dantas. (RICE, 1978, p.18-19)

A expedição também objetivava testar a eficiência de novos métodos, técnicas e equipamentos, como apontam o segundo e o terceiro objetivos: realizar a “experimentação sobre aparelhos de telegrafia sem fio (TSF), construídos para emissão e recepção” e de “um hidroplano, do tipo Curtiss Sea-Gull”, utilizando-o no “trabalho de exploração, especialmente em relação à cartografia, o caminhamento e a fotografia aérea”, aproveitando todas as suas possibilidades para a “investigação, reconhecimento e comunicação entre grupos de trabalhadores momentaneamente separados”. O quarto e quinto objetivos visavam efetuar um estudo geológico e morfológico e realizar um “estudo antropológico, etnológico e sanitário” da área pesquisada (1978, p.18).

No marco de uma pesquisa em bases científicas, Rice posiciona seus estudos na área da Geografia Física, apresentando a Teoria Geográfica de William Morris Davis – fundador da geomorfologia – e o uso do método explicativo e do conceito de “bloco-diagrama” (1978, p.16). Explicita nas partes introdutórias do relatório os principais métodos e equipamentos que utilizará, como o “método das altitudes iguais – chamado New Navigation ou Claude-Drincourt” – e o uso

dos “teodolitos de prisma”, mais leves e com maior alcance. Define a área por meio de coordenadas geográficas e de forma sumária mas precisa, bem como descreve a geologia da área do estudo que é “muito pouco conhecida”, por meio da apresentação das características do “bloco-diagrama” que compreende quatro regiões distintas (1978, p.18-22).

O caráter altamente científico e tecnológico da expedição também é destacado no prefácio da edição francesa de autoria de Raoul Blanchard, que afirma que, ao se dispor a estudar “uma das mais difíceis regiões do mundo”, Rice imprimiu à sua expedição “uma técnica original, de rendimento mais elevado, mais eficiente, como se diz em inglês, e conseguiu”. Destaca a capacidade de Rice de incorporar novas tecnologias, afirmando que “americano até a ponta dos cabelos”, Rice demonstrou ser “ao mesmo tempo um dos mais devotados amigos da França e da escola geográfica francesa” (1978, p.14), exaltando assim a capacidade de interação e seu perfil como um pesquisador moderno, atualizado e eficiente.

O próprio Rice, na introdução da obra que ora estudamos, também dá destaque a este aspecto, isto é, o caráter científico e modernizante que norteou toda a expedição. Ressalta que “desde o começo do século XX, o método científico foi o elemento fundamental” no desenvolvimento da Geografia, destacando, neste sentido, a incorporação por esta ciência dos estudos produzidos pela Física e pela Biologia, assim como dos novos métodos matemáticos.

Como observamos em trabalho anterior, o texto do relatório “é informativo, ao mesmo tempo um diário de campo e um relatório de pesquisa”, no qual se registra o cotidiano, mas também aspectos altamente técnicos expedição. Escrito em linguagem “fluyente, informal e de fácil entendimento”, Rice utiliza-se no relatório largamente de termos e de linguagem técnica (SOUZA, 2011, p. S23). Mesmo sendo um texto de caráter descritivo – fazendo jus ao referencial do “método explicativo”, no qual “a explicação está contida na descrição” (RICE, 1978, p.16) – é pontuado por observações e comentários sobre os lugares e as gentes, o que torna o texto interessante para o leitor das Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, destacaremos alguns pontos no texto.

A começar pela composição da expedição, que foi numerosa e diversificada, contando com um grupo de profissionais especializados e qualificados, como os pilotos do hidroplano e da chalupa (barco de fundo chato), operadores de telégrafo sem fio e de equipamentos de topografia, cartógrafos e, como destaque, a presença, desde a saída da expedição de Manaus, do fotógrafo e cineasta português Silvino Santos, responsável, em boa parte, pelo riquíssimo

acervo fotográfico e audiovisual produzido. Destaca-se também a presença do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, falecido logo no início do percurso², fato que não conta com descrição de Rice no texto que ora se aborda.

Além disso, a expedição contou com a participação de não-índios e “caboclos”, que atuavam como caçadores, mateiros e guias etc., e de indígenas das várias etnias locais. Ao longo de todo texto, Rice menciona os participantes nomeando-os, posicionando-os em relação ao tipo de atividade que está sendo descrita, inclusive os indígenas, que em várias partes são identificados pelo nome, como os tuxauas³, por exemplo, ou pela etnia.

Verificamos que na parte inicial do relatório, que mostra o início dos trabalhos, entre a página 23 e a 39, as menções aos indígenas são mais esparsas e encontram-se situadas na descrição do caminhar e das atividades. No entanto, a partir daí até a página final, de número 57, os comentários tornam-se mais extensos o que, em nossa leitura, demonstra o conhecimento que Rice e sua equipe vai acumulando acerca das populações nativas locais, sobre seu biotipo, língua, costumes, como indica o trecho abaixo:

Vale sempre a pena levar em consideração as castas entre esta gente e agir em conformidade. Defato cada qual tem suas preferências por uma alimentação e a maneira de prepará-la, e olha os demais com desconfiança; é preciso, então, separá-los o tanto quanto possível, quando os engajamos numa expedição. Os índios macus e maiongongues eram baixos e bastante musculosos; as mulheres pareciam rechonchudas e fortes: as crianças eram bem conformadas; a cor, de um moreno-azeitonado, correspondia ao número 4 da escala de Broca⁴. (RICE, 2011, p. 40)

Ainda no excerto acima, verificamos que Rice utiliza também de conhecimentos científicos, quando se baseia na Escala de Broca e cita outros

² Em fins de agosto a expedição ganhou o Rio Negro e o seu afluente Rio Branco, vitimando, seis semanas depois, Koch-Grünberg, que morreu de malária no dia 9 de outubro, na localidade de Vista Alegre, Roraima, sem haver atingido a região em que executaria seus trabalhos de pesquisa. “Cientista desvende a Amazônia”. http://amazonview.uol.com.br/cultura_historia. Acesso em 20/08/2011.

³ Designação local dos chefes das comunidades indígenas.

⁴ Pierre Paul Broca (1824-1880), foi um médico anatomista e antropólogo francês que, segundo Seyferth, foi “ordenador da antropometria, inventor das categorias intermediárias e de toda uma parafernália de instrumentos de medição, partiu do princípio de que as raças humanas podiam ser hierarquizadas em uma escala linear de valor intelectual, e comprovava sua hipótese com características morfológicas e medidas selecionadas objetivamente para confirmar a existência da hierarquia”. Ver: SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

viajantes, como Koch-Grünberg. Nessa passagem relata a visita de um grupo de indígenas maiongongue, no qual chamou sua atenção “uma mulher de pele muito menos escura que os outros”, que trazia consigo um bebê:

Trazia um bebê que tinha, entretanto, a fisionomia de um verdadeiro índio. Na escala de Broca, sua epiderme se classificava entre 6 e 7, isto é, amarelo ou azeitonado-claro e branco-amarelo. Ora, a cor da pele do índio americano normal corresponde ao número 4 da escala: amarelo-moreno-escuro ou azeitonado – escuro. A íris dos olhos, avaliada na mesma escala, correspondia a letra A das nuances médias. Seus cabelos eram negros, nitidamente indígenas. [...] É preciso esclarecer que a expressão índio branco não pode ser tomada ao pé da letra. [...] É mais uma questão de gradação na pigmentação da pele, do que uma distinção absoluta entre duas cores diferentes. (RICE, 1978, p. 47-48).

Sobre os indígenas observa-se um olhar que podemos chamar de ambíguo, aspecto que será tratado por nós na parte final do capítulo. Por um lado, Rice ressalta em várias passagens a importância dos trabalhadores indígenas, principalmente nas atividades braçais e no caminhamento da expedição, elogiando suas habilidades e reconhecendo o valor dos seus conhecimentos sobre a região, como quando dá destaque a alguns episódios em que este conhecimento foi fundamental para a resolução de problemas ou de situações de perigo.

Viu-se arriar rapidamente, no torvelinho das águas, tudo que podia flutuar: sacos com roupas, caixotes de provisões, caixas de gasolina e tudo estaria perdido, sem a presença de espírito e vivacidade dos índios, que saltaram a nado e apreenderam de novo nossa carga. (RICE, 1978, p. 36)

O rio era estreito, tortuoso e de cor cinza enfumaçada [...] Tomou-nos uma hora de duro trabalho, onde os macus nos deram uma soberba demonstração de destreza e habilidade ao conduzirem as canoas, garimpando-se nos galhos, evitando inteiramente as rochas e os troncos. (RICE, 1978, p. 51)

No entanto, o crivo do seu olhar etnocêntrico acerca do outro aparece em vários comentários, que vão se tonando mais frequente a medida que a expedição penetra o vale do Rio Uraricoera e ele acumula experiências e observações empíricas sobre as comunidades e grupos indígenas.

Os índios dessa parte da região, que se estende do norte até o [monte] Roraima, são os macuxis, os uapixanas e os jaricunas. Alguns podem ser considerados “civilizados”; com efeito, vestem-se repartem-se em pequenas comunidades rurais e entregam-se as atividades pastoris; outros não trazem senão uma faixa ao redor do tronco, com um trapo passando entre as pernas. (RICE, 1978, p. 26).

No igarapé, cuja margem foi desmatada para fazer um desembocadouro, achavam-se várias ubás com homens nus, sujados mal nutridos, os corpos magros besuntados de uma tintura azul de jenipapo, a gravar ainda mais suanatural feiura. [Na casa] Havia umas cinquenta pessoas, das quais um terço eram mulheres baixas e fortes, todas com filhos pequenos, um com poucas semanas. Todos eram desprezíveis e seu amontoado não era belo de se ver. [...] A impressão que nos ficou dessas pobres criaturas foi ao mesmo tempo tão repulsiva e desagradável, que alguns dos nossos perderam a vontade de almoçar. [...] Enfim, um punhado de bravas criaturas inofensivas pelas quais não se podia experimentar senão sentimentos de pena e de comisseração. (RICE, 1978, p. 44)

Explica que a relação de trabalho que manteve com os indígenas se baseou no pagamento de salários, já que o trabalhador indígena era remunerado com “um cheque com indicação do número de seus dias de presença na expedição, e estipulando a forma de pagamento, em dinheiro ou em mercadorias”. Uma cópia do cheque era “enviada pelo hidroavião” ao seu funcionário em Boa Vista, que “à vista da cópia do cheque”, acompanhava o seu portador “às lojas, onde o índio não tinha mais do que escolher o que quisesse” (1978, p.32).

Este sistema teve problemas, constatada a postura autoritária e intransigente de um dos não-índio locais que participava da expedição, Ciro Dantas, que retinha os salários quando esses não se comportavam a contento. A situação requereu a interferência direta de Rice: “fiz-lhes claramente compreender e assegurei-lhes que Dantas nada tinha a ver com seus salários”. Em tom orgulhoso relata que essa forma de proceder a remuneração dos indígenas ficou conhecida em Boa Vista e, desde então, “não houve mais nenhuma dificuldade para recrutar pessoal [...]]; os que partiam sabiam muito bem o que os esperava, como dificuldades, mas, ao menos estavam seguros de receber seus salários”. (Rice, 1978, p. 32).

Inferimos que Rice ao desautorizar Ciro Dantas, que era regatão e genro do Coronel Bessa, um grande fazendeiro da região, afastando-o do trato mais direto com indígenas, resolve um problema imediato, mas demonstra uma visão das relações de trabalho afinada com o seu tempo, quando comenta que a apropriação da força de trabalho dos indígenas pelo não-índios baseava-se em práticas seculares e tradicionais de exploração e vilipêndio. Cita como exemplos, “o hábito deplorável de deduzir dos salários uma alta percentagem sob pretextos os mais diversos” e as relações igualmente “deploráveis” entre credores e devedores (1978, p.32).

No trato com os indígenas Rice e sua equipe utilizam e aprendem a respeitar a liderança dos “tuxauas”, que foram de muita valia no recrutamento, na adesão e renovação da mão de obra. Faz algumas avaliações sobre o desempenho desses

líderes. Com alguns relata o estabelecimento de um tipo de parceria, com outros, relação de desconfiança, por mostrarem-se ladinos, desonestos e aproveitadores, não obstante, Rice é enfático ao afirmar:

De fato, tudo depende da atitude do tuxaua que, pode dar aos seus homens, a ordem de desertar na primeira ocasião, como o prosseguimento da empresa até o final. Sua palavra é lei, e uma vez assegurada sua boa vontade, pode-se estar seguro de que a tarefa será cumprida até os limites do possível. (Rice, 1978, p. 49)

Quanto à participação de não-índios que viviam na região contou, além de Ciro Dantas, com “vários mulatos e caborés (mestiços de negro e índio) esses últimos sempre difíceis de manejar, mas apesar disso, homens preciosos” (RICE, 1978, p.28).

Desde Manaus, Rice contou com a estreita colaboração do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, conhecido como J. G. Araújo, grande comerciante português na cidade de Manaus e proprietário de entreposto comercial e fazendas de gado no Rio Branco. Além do fornecimento de provisões e equipagens, a parceria de J. G. também possibilitou que a expedição contasse com o experiente fotógrafo e cineasta Silvino Santos, responsável por boa parte das imagens feitas em terra e a bordo do hidroavião.

A participação de Silvino Santos, português estabelecido em Manaus e contratado da produtora cinematográfica de J. G. Araújo, rendeu uma magnífica coleção de fotos como já destacado acima e deu origem ao filme de longa metragem *No Rasto do El-Dorado*. Santos, em depoimento à Cinemateca Brasileira⁵ explica como foi sua participação:

... o dr. Rice falou em mandar vir um cinegrafista da América. O sr. Agésilau mostrou ao dr. Rice e comitiva o filme *NO PAÍZ DAS AMAZONAS* e ficou assente em ser eu o operador.(...) Levamos 9 meses de subida até as nascentes do Rio Branco ou Uraricuera. (...) o avião fazia pouso aí e nos trazia de Boa Vista a correspondência, filmes para a máquina de filmar e mais utilidades. Os filmes que eu tinha filmado remetia a Manaus e, no laboratório da casa J. G. Araújo, o nosso companheiro Lira, que era um bom fotógrafo, revelava os filmes. O sr. Agésilau quando me escrevia mandava-me dizer o resultado para eu me guiar. O avião só comportava 2 passageiros e pouca carga. Na parte de fora do avião foi colocado um dispositivo em ferro onde era colocada a máquina de filmar Bell-Howell (...) Os negativos da expedição Rice, o dr. Rice levou para a América e deixou que tirássemos cópias em inglês e português... Ao filme da expedição demos o título *No rasto do Eldorado*.

⁵ Depoimento de Silvino Santos no site www.cinemateca.gov.br. Acesso em 03/09/2011.

Interessa-nos também destacar os comentários e registros que Rice nos deixou sobre Boa Vista, ainda uma vila e sede do município do Rio Branco. Segundo ele, a permanência de seis semanas na vila foi “uma excelente ocasião para estudar a vida de uma aldeia de fronteira do Brasil” (RICE, 1978, p. 25). Além das primeiras fotos panorâmicas (aéreas), nos deixou, em cerca de duas páginas, interessantes informações e comentários sobre a povoação, seus habitantes e suas condições de vida. É celebre a passagem que diz:

Boa Vista é o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado de “vila”. Esse aglomerado compreende 164 casas que abrigam uma população de 1200 almas. Alguns edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém; a maioria, porém, é de reboco e de pau-a-pique. A população se compõe de portugueses, brasileiros, mestiços e índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás em número muito reduzido. (RICE, 1978, p. 25)

Comenta sobre alguns grupos a quem atribui importância na sociedade da vila, como os militares, baseados no Forte São Joaquim, afirmando, contudo, que “suas obrigações são mais de colonos que de policiais”. Sobre as freiras e monges beneditinos, cuja grande influência ele constata, ao relatar que “o grau de moralidade é elevado; a população branca e os mamelucos são realmente civilizados”, completando que isso se nota “em seus trajes, suas maneiras, sua amabilidade, qualidades que não são apanágio habitual das comunidades selvagens”. (RICE, 1978, p. 25).

A partir da observação empreendida em Boa Vista, pontua no texto observações sobre as condições de vida da população nos povoados e no interior. Aqui também observamos que em seus comentários transparecem estranheza, mas também indignação.

A carência de frutos e legumes, numa região que deveria ser rica em produtos agrícolas, explica-se pelo fato de que toda a mão-de-obra é monopolizada pelas “fazendas” (...) A agricultura é totalmente negligenciada o que é grave, pois a população fica privada de certos alimentos essenciais ao bem-estar fisiológico da comunidade. (RICE, 1978, p. 25) A algumas horas a montante de Alagadiço, atinge-se Gracias a Dios, propriedade do piloto Dominguez de Albuquerque. Entre sua numerosa família havia vários doentes, vítimas das deficiências do regime alimentar. (RICE, 1978, p. 27) Uma canoa, com o marido e os dois filhos de uma enferma que habitava acima da cachoeira, veio pedir socorros médicos. Era a história de sempre: um grande grupo familiar e a maior parte dos membros sofrendo os efeitos de uma alimentação malsã. (RICE, 1978, p. 28)

Ao falar do que vê, formula explicações, como quando estabelece uma relação entre uma dieta deficiente, as más condições sanitárias e de higiene e a falta de assistência à saúde com o “atraso” da região, com sua inexistente rede urbana, sua acanhada economia, vida social e política.

RICE, O HOMEM DE SUA ÉPOCA

O médico e geógrafo norte-americano, Alexander Hamilton Rice Jr (1875-1956)⁶ nasceu e cresceu na cidade de Boston em uma família tradicional e abastada e que gozava de grande prestígio político no estado de Massachusetts. Rice graduou-se em medicina na Harvard University, em 1902, exerceu sua profissão como médico militar em um hospital de base em Paris, durante a Primeira Grande Guerra. Sua relação com a Geografia, ou melhor com a hidrologia e os estudos geofísicos, advieram de sua ligação com a Royal Geographic Society, em Londres, na qual estudou por três anos.

Casou-se duas vezes. Primeiro como Eleanor Widener, uma rica herdeira sobrevivente do naufrágio do Titanic, que foi parceira, grande incentivadora e uma das financiadoras de suas expedições. Em sua homenagem a esposa, o hidroplano usado largamente na expedição chamava-se Eleanor III (SOUZA, 2012, p. S28). Após o falecimento de Eleanor, casou-se com Dorothy Farrington Upham, em 1949.

A par de suas muitas viagens, tinha a cidade de Boston como sua casa e Harvard como seu porto seguro intelectual e científico. Lá manteve uma ativa carreira como professor, pesquisador e conferencista na área médica mas, principalmente, na área de Geografia e Hidrologia. Realizou expedições pelo rio Hudson, pelo Alaska e na Amazônia, fundando em parceria com Eleanor Widener, o Institute for Geographical Exploration, em Harvard, em 1929, mantendo-se como seu presidente até 1952, quando da sua extinção.

Na trajetória acadêmico-científica de Rice, a segunda expedição à região da Guiana Brasileira se destaca pelos seus objetivos ambiciosos, pelo seu aporte técnico e tecnológico e pelos produtos que gerou. Observando sua trajetória pessoal e intelectual, pode-se dizer que o fascínio de Rice pela exploração geográfica da Amazônia vincula-se à uma visão acerca da região obtida pelo acúmulo de

⁶ Informações biográficas de Rice ver: <http://www2.sinal.org.br/informativos/sumulajornais>; www.encyclopedia.titanica.org; <https://www.geographicus.com/P/RareMaps/ricealexanderhamilton>; <http://waywiser.fas.harvard.edu/people/3942/alexander-hamilton-rice>

leituras dos viajantes e cronistas dos séculos anteriores que lhe forneceu além de conhecimentos e mapas, também uma visão da Amazônia como terra selvagem e inculta, desconhecida e misteriosa, indomável e rica, hostil e fascinante, de território virgem que deve ser conquistado, conhecido e explorado.

Mas também está alicerçado na lógica cientificista, tecnicista e capitalista que marca a segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, que se baseia na eficiência da ciência e das novas tecnologias como formas eficazes de produzir conhecimento e empreender a exploração das regiões periféricas do globo, na África, na Ásia e nas Américas.

Na leitura de *Exploração na Guiana Brasileira*, observamos que esses dois ideários e seus respectivos discursos se cruzam, ora da forma complementar, ora de forma contraditória, por vezes eivada de indignação, o que nos permite situar Rice na categoria de “viajante cientista”. Neste aspecto, Noronha explica que a figura do viajante cientista forja-se na revolução científica e tecnológica, na emergência de uma cultura laica e na afirmação de “um projeto civilizador de cunho iluminista em curso nos séculos XVIII e XIX”, apresentando como marco disso as teorias de Newton e de Darwin e as “mudanças epistemológicas” verificadas nas Ciências Humanas. Aponta também como fator relevante a circulação, divulgação e interlocução propiciada pela proliferação de associações e academias de ciências nesse período. (2011, p. 192-194).

Em relação às expedições à Amazônia, Noronha aponta La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira como precursores desses viajantes cientistas, e apresenta Spix e Martius como exemplos e expoentes dessa geração. Explica que esses viajantes cientistas inauguraram “uma nova modalidade de expedição, aquela pela qual a ciência passará a prevalecer sobre as demais formas de conhecimento até então correntes na região”. (2011, p. 201-202).

Por outro lado, a partir do que nos diz Barreiro (2002), os viajantes que estiveram no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, estavam impregnados dos pressupostos da modernidade, ao lado de práticas cada vez mais pautadas pelos parâmetros das ciências modernas e pela busca de explicações causais e racionalizadas para os seus objetos de estudo. Seus trabalhos caminham *pari passu* com uma visão que situa as populações com quem esses viajantes cientistas interagem – na Amazônia em especial os indígenas e caboclos – numa posição atrasada na marcha da civilização ocidental. E isso não deve diminuir ou desmerecer suas obras, através de uma indesejável leitura anacrônica, mas antes servir como aspecto potencializador da sua função como fontes históricas.

Neste marco, Rice deixa clara sua identidade com o que chamamos aqui de viajante cientista. Em nove dos onze parágrafos da introdução do relatório explicita os recursos e aportes usados na sua expedição, explicando que os avanços científicos da Geografia e de outras disciplinas alavancaram “a exploração da América do Sul”, destacando que “o método científico foi o elemento fundamental” na sua empresa exploratória, assim como as inovações tecnológicas, como o uso do avião, do telégrafo sem fio e do “método explicativo” de Morris Davis. No décimo primeiro parágrafo, em homenagem à França, local de publicação do relatório, exalta a “força moral”, o “sentido de realidade e responsabilidade, que reconhece e obedece a leis morais, de cujo respeito depende a civilização e todo progresso” (1978, p. 16-17).

Representações e imagens, práticas e imaginários que oscilam entre essas duas visões que marcam o viajante cientista, uma calcada na leitura dos clássicos e outra em textos calcados na perspectiva científica e iluminista, aparecem na forma como são descritos e ressaltados desafios e percalços da expedição e situações do cotidiano enfrentadas pelo grupo e seus acompanhantes indígenas, como no excerto abaixo:

... o índio, abandonado a si mesmo em meio às solidões, pode não apenas sobreviver e buscar tudo que é necessário à existência, proteger-se contra os animais selvagens, suportar todas as privações, mas ainda enfrentar e reverter em proveito próprio qualquer eventualidade que um branco não saberia superar. Todavia quando se faz necessário tomar uma simples decisão, que um branco efetuará automaticamente, o índio torna-se mudo, imóvel, apático, sem energia nem reflexos. Sua adaptação ao ambiente é admirável, mas sua iniciativa e capacidade de assimilação anulam-se logo (RICE, 1978, p.29).

Percebemos que nesta passagem e em outras, como essas duas visões estão presentes na maneira de pensar de Rice e na forma como encara a realidade que se desvela diante dos seus olhos. Se por um lado reconhece o valor dos conhecimentos dos indígenas – pensando que como homem do seu tempo teve acesso à leituras etnográficas e antropológicas suas contemporâneas – por outro, reproduz estereótipos há séculos repetidos acerca da “natureza” das populações nativas, relacionados às suas características inatas, como ser social primitivo, e sobre o meio ambiente amazônico, considerado hostil e desconhecido.

Ao longo do texto o entrelaçamento destas duas visões aparece várias vezes quando se refere aos indígenas. Da mesma forma que os classifica como supersticiosos, sem iniciativa, ariscos e ladinos, ressalta algumas de suas virtudes relacionadas ao conhecimento e experiência de vida naquele meio ambiente. Observamos a presença dessas duas linhas discursivas quando, por um lado,

“pondera e reconhece as habilidades dos nativos, amparada pela perspectiva científica da observação empírica e pela própria experiência resultante das várias expedições empreendidas”, apontando o valor do seu trabalho no desenrolar das muitas atividades; por outro, reproduz o discurso etnocêntrico “que toma os indígenas como carentes de civilização, primitivos, cuja evolução ainda está em curso, por um lado ingênuos, por outro selvagens”. (SOUZA, 2012, p. S27).

Posiciona-se sobre as “fraquezas” das populações nativas, contra as quais preconiza a necessidade de ações educativas, quando diz: “se alguma coisa pode ser feita pelos índios da América do Sul, seria educá-lo desde a infância, pois o período de formação entre eles é bem mais precoce do que entre o filho de brancos ou de mestiços” (RICE, 1978, p. 29). Para ele a falta de civilização contamina e se impõe também na relação entre índios e não-índios, quando avalia que “uma das dificuldades nesse norte da América do Sul é a má fé dos comerciantes e dos que empregam índios”, apontando este como um dos fatores “responsáveis pela miséria e pelo atraso da região” (RICE, 1978, p. 32).

Observamos, portanto, que os escritos dos viajantes cientistas que percorreram o Brasil e a Amazônia no século XIX e primeira metade do XX, Rice em especial, produziram escritos que, conforme Thierion, “têm um valor científico e documental incontornável”, sendo também “um espaço narrativo em que transparece a subjetividade do narrador, assim como o espírito do tempo, e as ideologias em voga na altura da escrita”. Consoante com a autora, consideramos que Rice, como narrador, “exprime uma gama de sentimentos diversos, frequentemente contraditórios reveladores da complexidade do objeto de estudo” (2015, p. 61), entremeando-os na narrativa que se quer e deve ser científica e objetiva, descritiva e informativa.

Essa ideia de que Rice foi um viajante cientista se expressa em opiniões acerca do seu legado. No prefácio da edição francesa do relatório, de 1928, Raoul Blanchard diz: “Hamilton Rice é um explorador, e seu campo de ação não é uma região confortável [...] Clima, vegetação, animais, tudo aí é igualmente surpreendente para o homem, especialmente civilizado”. Já o brasilianista Kenneth Maxwell, em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 2009, afirma que “o doutor Rice era um grande desbravador do alto Amazonas e organizou sete expedições à região”.

Em 1928 e em 2009, a representação da Amazônia como terra a ser desbravada é recorrente, bem como a de Rice como um desses desbravadores. Como nos diz Carvalho, existe uma rede intertextual urdida historicamente que dá

sentido e significado ao que chamamos Amazônia, tecida pelos inúmeros textos produzidos por viajantes, cronistas e aventureiros, tendo como trama básica a forma “como os europeus transferiram as suas visões utópicas, paradisíacas e etnocêntricas para aquele local” (2005, p. 67-68), e Rice não foge à regra.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Expedições naturalistas e exploratórias na construção histórica do Vale do Rio Branco. **MENS AGITAT - HISTÓRIA DA CIÊNCIA** 3, Volume 5, Número 1 e 2, 2010, p. 157-164.

BARREIRO, J. C. Imaginário e Modernidade. In: **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, João Carlos. A Amazônia como tema. In: **Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

FERREIRA, Daiane Almeida. Revisitando um clássico entre as cachoeiras do Rio Branco: “Exploração da Guiana Brasileira”. **Boletim de Conjuntura**, Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020. Disponível em <https://revista.ufrb.br/boca/article/viewFile/Daiane/2795> . Acesso em: 12/09/2020.

MARTINS, Luciana. Geographical exploration and the elusive mapping of Amazonia. **Geographical Review**. Vol. 102, No. 2 (April 2012), pp. 225-244. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41709177>. Acessado em 08/09/2020.

NORONHA, Nelson Matos. Arqueologia dos saberes na Amazônia. In: CARVALHO JR., Almir D.; NORONHA, Nelson M. **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: EDUA, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: **Sociedade Indígenas & Indigenismo no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

OLIVEIRA, José Aldemir de. O pensamento geográfico sobre a Amazônia dos viajantes. In: BASTOS, Élide R.; PINTO, Renan F. **Vozes da Amazônia III**. Manaus: EDUA, 2016.

PLOTKIN, Mark J. Alexander Hamilton Rice: Brief life of an Amazon explorer: 1875-1956. Disponível em: <https://harvardmagazine.com/2013/03/vita-alexander-hamilton-rice>. Acessado em: 10/09/2020.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1978.

SOUZA, Carla Monteiro de. Uma visão da Guiana Brasileira: a expedição de Hamilton Rice pela Amazônia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, supl., p. S19-S32, nov. 2012. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/12448/pdf_29

THIERION, Brigitte. Olhares sobre a terra e o homem da Amazônia: um imaginário em construção. (2015) Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/viewFile/61016/35884>. Acessado em: 08/09/2020.

SITES CONSULTADOS:

http://amazonview.uol.com.br/cultura_historia. Acesso em 20/08/2011.

www.cinemateca.gov.br. Acesso em 03/09/2011.

www.encyclopedia.titanica.org. “Physician and Author Dies – Made Trips on the Amazon and Taught Navigation”, New York Times, 24/07/1956. Disponível . Acesso em 25/08/2011.

<https://www.geni.com/people/Alexander-Rice-Jr/6000000015559724082>. Acesso em: 28/08/2020.

<https://www.geographicus.com/P/RareMaps/ricealexanderhamilton>. Acesso em: 28/08/2020.

<http://www2.sinal.org.br/informativos/sumulajornais>. “O verdadeiro Indiana Jones”, Kenneth Maxwell, Folha de São Paulo, 10/9/2009. Acesso em: 25/08/2011.

<http://waywiser.fas.harvard.edu/people/3942/alexander-hamilton-rice>. Acesso em: 03/09/2020.

DE COMO NENÊ MACAGGI INVENTOU A AMAZÔNIA DE RORAIMA

Sheila Praxedes Pereira Campos

Roberto Mibielli

*Suspenderam a âncora e continuaram sempre viajando...
viajando e vendo constantemente coisas novas que
encantavam as duas cunbantãs. (MACAGGI, 1984,
p. 100)*

No preâmbulo de *Inferno Verde*, obra publicada por Alberto Rangel em 1908, Euclides da Cunha assevera que a Amazônia é uma terra misteriosa e que “para vê-la deve renunciar-se ao seu propósito de descortiná-la”. Um ano depois, em 1909, essa Amazônia é denunciada pelo mesmo Euclides como estando *À margem da história* (obra póstuma).

À margem da história ou não, essa mesma terra, misto de sonho e aventura, figura no imaginário de Nenê Macaggi, matrona das Letras de Roraima, desde antes dela aqui chegar vinda do Rio de Janeiro (nascida, porém, em Paranaguá). Em *Chica Banana*, seu primeiro romance, datado de 1938 (dois anos antes de vir à Região), a autora descreve através de cartas trocadas entre os protagonistas a viagem de um deles pelo Norte. É para essa terra misteriosa que viajam também os protagonistas de *A Mulher do Garimpo* e *Exaltação ao Verde*, publicados por Nenê Macaggi em 1976 e 1984, respectivamente, em Roraima.

No primeiro, Ádria, transformada em José Otávio para fugir dos assédios e sofrimentos que poderia sofrer no cortiço no qual nasceu no Rio de Janeiro, resolve partir numa aventura, de navio, já travestido de José Otávio, em busca do “Norte lendário e extraordinário”. No segundo, Lúcio, índio tucano adotado por um italiano, zarpa com a família e agregados numa embarcação batizada de Arca de Noé, também em busca dessa terra, “variedade florestal cobiçada há séculos por estrangeiros”. Durante longas e extensas páginas de descrição (que imperam mais que a narração), o leitor das duas obras é levado a seguir o itinerário traçado pelos narradores (ambos em 3ª pessoa mas absolutamente onipresentes e oniscientes), que dirigem o olhar do leitor para essa Amazônia, mais paraíso que selva, exaltada em rasgos de intensidade poética exacerbada em vários e muitos trechos.

É intenção deste texto entender e discutir, no âmbito do comparatismo literário, como esse Novo Mundo (a América e, por conseguinte, a Amazônia), que desde as primeiras expedições no século XV tem sido explorado continuamente em seu exotismo, ainda aparece nas obras em epígrafe da escritora roraimada envolvida nos véus da mi(s)tificação tão aos moldes das narrativas dos viajantes que por aqui passaram e ainda passam e reverberam discursos mantenedores de terra misteriosa e exótica e que, talvez ou por isso mesmo, esteve/está/estará sempre à margem da história.

I

A literatura, em especial a épica, e, conseqüentemente o romance, deve muito às viagens: Gilgamesh, *A Odisséia* de Homero, *O Édipo Rei* de Sófocles, *A Comédia Humana* de Dante Alighieri, para ficarmos somente em alguns, são textos nos quais os deslocamentos fazem parte da base principal do argumento. Não que o sentido filosófico ou moralizante não sejam igualmente importantes, mas é preciso ponderar que o deslocamento, as viagens, o encontro com a alteridade, nesses casos, são o fundamento para a peripécia, para a entrada em cena das dificuldades que o herói, retirado de sua zona de conforto, terá que confrontar.

Tão importante quanto a temática amorosa, os deslocamentos, principalmente os que forcem as personagens a viajar, são o modo pelo qual nos deparamos com Pinconnu, às vezes travestido de exótico, como em *The Lost World* de Sir Arthur Conan Doyle, ou associado ao delírio, como o capítulo VII, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis. O sonho, ou a sugestão dele, também propicia viagens inesquecíveis como em *O Mágico de Oz* e *Alice no País das Maravilhas*. Em Robinson Crusóe, *A Volta ao Mundo em 80 dias*, *20 Mil Léguas Submarinas* e outros tantos mais as viagens são mais críveis, embora também fruto de fantasia, como ocorre nas *Mil e Uma Noites* em que Sherazade (Scheherazade) narra, entre outras, as aventuras de Simbad o Marujo em suas viagens pelo mundo.

Ainda, todo deslocamento de guerras, que não sejam as fratricidas, implica em viagens, homens que cruzam o Atlântico para fazer guerra à Hitler, homens que vão ao espaço (ou lá já estão) levar a guerra às estrelas, guerras que são narradas em meio a uma chuva de flechas, jornadas de um homem só contra o mundo e a extinção de sua raça.

As viagens se prestam inclusive a ambientar o satírico, para fugir à censura como em *As Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, ou para questionar todo um modo de vida, como em *Macunaíma* e *Serafim Ponte Grande* de Mário e Oswald de Andrade, respectivamente. Há ainda os que se prestam ao exagero, como as andanças do Barão de Münchhausen, em que impera o insólito com pitadas de humor e moral irônica.

A ideologia utópica e o idealismo inventam novos mundos nos quais põem o leitor na *Demanda do Santo Graal* ou a viajar com destino à Shangri-La, Pala, Eldorado, Atlântida, Terra do Nunca, Terra Média, Hogwarts, Panem, Nárnia e até Pasárgada; também, a distopia adverte das mazelas e consequências viajando no tempo e no espaço como em *A Máquina do Tempo* (de H. G. Wells) e em *Duna* (de F. Herbert). E tudo o mais gira em torno dessas terras novas e antigas, longe do alcance do leitor, que conhece ou reconhece mundos e temas viajando quase confortavelmente em uma leitura. Desse modo, a leitura tem legado ao mundo o poder de viajar pela imaginação, de conhecer o inusitado e o real, de pertencer a diversas realidades simultaneamente, de aportar novos e surpreendentes conhecimentos a partir da descrição de coisas, fatos e lugares presenciados, ou não pelos escritores em seus romances, contos, novelas, épicos e líricos.

A descrição é uma de suas características mais acuradas e quando bem aliada à narração, formam um conjunto perfeito. Esse casamento bem sucedido se dá em função da relação entre a “parábola” (no sentido de vetor narrativo que vai, efetua uma curva e volta) e a “peripécia” sem a qual o texto perde em efeito dramático, sendo, conforme definição estabelecida no dicionário:

substantivo feminino

Momento que, numa narrativa, altera inesperadamente uma circunstância ou a maneira de agir dos personagens; incidente, episódio, aventura.

[Informal] Circunstância ocasional, inesperada ou imprevista: sua demissão não surge como injustiça, mas como uma peripécia cômica.

Etimologia (origem da palavra peripécia). Do grego peripéteia. (PERIPÉCIA, 2020)

São as peripécias, portanto, o desequilíbrio na vida do personagem principal da trama que o forcem a sair de sua zona de conforto para encarnar, por exemplo, o papel de um *hobbit* que recebe a visita de um mago e de anões que esvaziarão sua despensa e o tirarão do sério, atirando-o numa aventura épica para muito além de seus domínios na Terra Média adentro.

Ulisses, por seu turno, tenta, desesperadamente, voltar ao sossego do lar numa sucessão sem fim de perigos e aventuras descritas com maestria por Homero, com paisagens inventadas e reais, com criaturas míticas e fabulosas, expressões da alteridade temida e desconhecida. Outro que se vê incomodado e forçado a sair de sua mata, onde é imperador do Mato Virgem, é Macunaíma que percorre, desgeograficando todo o país, em busca de sua muiraquitã perdida. A Amazônia, não apenas pela extensão territorial que lhe é peculiar, mas pelo desconhecimento que abriga em suas matas, é um desses lugares para onde, ainda em nossos dias, viaja a imaginação dos que pretendem ambientar suas tramas em locais cujo exotismo funcione como pretexto para a narrativa.

Jack Kerouac ilustra a viagem como uma oportunidade para a psicodelia em um trajeto que atravessa os Estados Unidos de um lado a outro, na Rota 66. Nesse sentido, é importante pensar que, do ponto de vista teórico, a maioria das narrativas que nos falam de viagens, se apoia, também, no princípio daquilo que Bakhtin chamará de “Cronotopo da estrada” que ilustra e exemplifica o modo como acontecem os encontros nas histórias romanescas. Para o autor, “muitas obras estão francamente construídas sobre o cronotopo da estrada, dos encontros, das aventuras que ocorrem pelo caminho” (BAKHTIN, 1998, p. 223).

Marco Polo, Alexandre o Grande e, antes deles, os bíblicos Noé e Moisés, em viagens que antecedem em muito a Pero Vaz de Caminha, Hans Staden e Jean de Léry, ajudaram a criar todo um imaginário sobre as criaturas, monstros, mares infinitos e entidades que poderiam ser encontradas por aqueles que se aventurassem a refazer o percurso por eles indicado em seus relatos. E embora esses sejam relatos de viajantes reais (com exceção, talvez, dos relatos bíblicos), nada impede ou impediu que a imaginação, ou a crença no sobrenatural, tenha ajudado a dar vida, no imaginário europeu, a essas criaturas que povoaram por muitos anos os relatos dos que se aventuravam a viajar para além da costa europeia.

A Amazônia, inventada antes de existir realmente, em um desses relatos (o do frei Gaspar de Carbajal) teve identificadas em sua extensão territorial a presença das lendárias amazonas da mitologia grega, fato que lhe rendeu o nome. Se a existência das Amazonas nessas paragens é ato de ficção ou realidade, não importa, uma vez que o fato advém de um relato que teve consequências reais na sociedade e na história.

De certo modo, a aura de exotismo que circunda a Amazônia se deve em parte aos muitos relatos de viajantes (supostamente reais), lendas, mitos, ficção e, principalmente, à teoria do vazio cultural, ou da falta, como quer José Luís Jobim em

seu último livro *Literatura Comparada e Literatura Brasileira - circulações e representações* (2020). Viajantes e escritores de modo geral, principalmente escritores oriundos e migrados de outros lugares, ao aqui se estabelecerem, numa das diversas ondas migratórias ocasionadas pelos ciclos econômicos favoráveis à Amazônia, percebem essa região pelo olhar colonizador, trazendo como referência, em sua bagagem, os institutos e instituídos de sua origem e questionando sua ausência (ou o diferente modo de se organizarem) na Amazônia.

Uma das formas de preencher esse suposto vazio, ou seja, a ausência de coisas reconhecíveis, coisas familiares, confortáveis, é pela imaginação. E ela (imaginação) muito trabalhou. Preenchendo, o que se julgava vazio, com monstros e criaturas diferentes (as diversas culturas indígenas, seus mitos e lendas, em parte, são a expressão da diferença que é aprimorada pelos relatos) a imaginação povoa a Amazônia com seres e objetos incomuns, fazendo com que no imaginário europeu e mesmo continental ela se torne a expressão do desconhecido, do “inferno verde”, da selva indômita e bela.

II

Nenê Macaggi, embora também viajante e ficcionista, não parece se deixar contaminar totalmente por esse imaginário, mesmo em seu romance de estreia, *Chica Banana*. Datado de antes de sua primeira viagem ao Norte, o que parece dominar seu discurso, nesse texto de ficção, é a Amazônia de livros e manuais e um discurso ufanista de admiração e posse:

Mil tributários somente em território brasileiro, margeados de centenas de lagos permanente ou temporários! Que grandiosidade, minha amiga! Confesso que fiquei orgulhoso daquilo tudo ser nosso!

Mas não me quero estender muito nestas descrições, que, aliás, você já conhece através dos livros. Vamos, portanto, à narração da minha “grande aventura”, que devo unicamente – imagine a quem! – à poróroca! (MACAGGI, 1938, p. 150)

A cena em questão faz parte da carta enviada por um dos personagens, Luciano (que se encontra na Amazônia) à Raél (*Chica Banana*, ela também viajante/migrante), personagem principal do Romance que, nesse momento, vive em Curitiba, contando a aventura de ser abandonado pelo guia, sem recursos, armas ou víveres em plena selva depois de presenciar a poróroca.

O romance, primeiro da autora, datado de 1938, antecede a vinda dela à Amazônia em pelo menos dois anos e se baseia, muito provavelmente, como o personagem em sua fala denuncia numa viagem livresca: “já conhece através dos livros”, uma vez que, tanto o trajeto (Curitiba-Rio-Amazônia), quanto alguns dos fatos narrados, coincidem com as viagens futuras (na década de 40) da autora até chegar à Roraima.

Mas esse não é o início da viagem narrada na trama. Na verdade, ela se inicia muito antes, em cartas anteriores enviadas de vários lugares. A primeira das cartas originadas na Amazônia, no entanto, dá conta de uma viagem longa, coincidente com o roteiro da própria Nenê Macaggi, que antes de chegar à Região Norte faz um longo tour pelo Nordeste:

Há vários meses deixei o Nordeste, achando-me agora em pleno Norte, sempre no serviço da demarcação. Para avaliar o que isto seja, basta lhe dizer que de seis engenheiros que vieram comigo, restam apenas três: um morreu de febre e os outros dois desistiram do trabalho, voltando para o Sul. (MACAGGI, 1938, p. 146)

Estranhamente, o tom da narrativa, nesse primeiro romance, já é didático, muito embora, em algumas circunstâncias, recheado de ações e situações dramáticas:

Tenho que lhe contar uma tragédia que aconteceu conosco logo que aqui chegamos e que me deixou profundamente abalado.

Em fevereiro ao descer o Amazonas alcançando o Tocantins, perto de Alcobaça paramos para caçar uns dias. Diziam que ali havia muito veado e muita paca (MACAGGI, 1938, p. 146)

Nesse episódio, morre um dos mateiros que acompanham Luciano, um dos protagonistas-missivistas em sua descida do Amazonas, em um dos muitos igarapés que alimentam o rio, comido por piranhas, depois de ter sido derrubado por um veado que abatera, caindo juntamente com ele nas águas rasas:

Que triste fim da nossa esplendida caçada! Malditas piranhas! Não é atôa que as chamam de peixes-diabos! E, no entanto, são pequeninas, Raél. Não têm mais do que um palmo de comprimento, chatas, a cabeça protegida por placas ósseas. E que terror inspiram, não só aos pescadores, mas também aos criadores, pois estes perdem anualmente dezenas de rêses que elas devoram! Os olhos têm expressão feroz, com as pupilas negras de reflexos azulados; e são muito parecidas a um cachorro bull-dog, pela forma dos maxilares, que são ornados de dentes bastante ponteagudos. Como têm digestão rapidíssima, o suco gástrico ataca imediatamente os animais que elas ingerem quase vivos, reduzindo-lhes, em pouco tempo, não só as partes moles, como

também os ossos. Basta que sintam o cheiro de sangue, para devorar, em minutos, com os seus bandos de milhares e milhares, o animal que cáia nagua, nada restando dali a pouco senão a ossada da vítima. São tão vorazes, que perseguem e comem até os animais aquáticos e quando as águas se reduzem pela seca e a fome as aperta, devoram-se umas às outras! (MACAGGI, 1938, p. 148)

Note-se que a descrição das piranhas é quase um verbete de enciclopédia, sendo aparentemente mais importante para o narrador descrevê-las, para conferir ao texto uma condição de verossimilhança de *connaisseur*, a continuar sua narrativa. É claro que a descrição também atua como um realçador do exotismo, ficando esse patente algumas páginas adiante:

Depois, a última carta de Luciano, sem data, escrita de Manaós.

- Estou ficando sentimental e impressionável como você, minha amiga. É a magia da selva, esta colossal selva selvaggia, indefinido conjunto de harmonias, que nunca, nunca mais esquecerei! Que é o inferno de Dante, nunca vivido e sim fantasiado, diante disto? (MACAGGI, 1938, p. 149)

Não escapa, no entanto, a escritora de denunciar a sua condição livresca ao apontar uma comparação entre a selva selvaggia e o inferno de Dante Alighieri. Sem perceber, a autora dá o tom de sua erudição ao mesmo tempo em que deixa evidente a origem de sua primeira experiência virtual de viagem pela Amazônia. O tom extasiado (de sonhadora com o que ainda não conhece) se confunde (com o didático dos manuais didáticos) em algumas passagens, sendo quase impossível distingui-los:

Aqui estou faz oito meses e é como se houvesse chegado há dois dias, tanto tudo se renova e muda de aspecto a cada hora.

Que esplendida bagagem de aproveitamentos me deu a Amazonia! Ando tonto extasiado e quanto mais vejo mais quero ver. E já conheço bastante cousa, Raél!

O rio Amazonas é um colosso! Que estuário! 335 kms., que a ilha de Marajó divide em dois enormes braços!

Nunca vi tanta água doce em toda a minha vida! 80.000m³ vertidos por segundo no Atlântico! E dizer-se que essas águas lodosas e barrentas, formando uma ilha de separação com a água azul do oceano, entram por ele 480 Kms., vigorosas, ciclópicas, invencíveis!

Abre-se em 15 Km de largura, para mais adiante espremer-se entre rochedos, em estreito canal de menos de um quilômetro!

Com um nível natural de cinco metros, nas enchentes comuns sobe a dez metros e nas extraordinárias a mais, ocasionando então o fenômeno das “terras caídas”, verdadeiras

massas de terra e vegetais, ilhas verdes e vivas que se retalham e desabam sobre a corrente, a qual se encarrega de manda-las às costas dos Estados-Unidos Para mais de seis mil ilhas, grandes e pequenas, alegres cestos de plantas a oferecerem ao viajante a dádiva da sua floração e dos seus frutos, coalhadas de garças de todas as cores, de maguaris, etc., tendo como rainhas a Marajó, na foz e a Tupinambaranas, na confluência com o madeira. (MACAGGI, 1938, p. 150)

De certo modo é lícito imaginar que o seu desejo desde antes, da década de quarenta do século XX, fosse conhecer a Amazônia como denunciado no enredo do livro lançado em 1938, mas escrito um pouco antes. É o que aponta em nota bio-bibliográfica, na Apresentação de *A Mulher do Garimpo*, intitulada Nenê Macaggi, o jornalista, escritor e à época (2012), presidente do Conselho Estadual de Cultura, Laucides Oliveira:

Trocou sua paranaense Paranaguá pelos ilimitados horizontes do Rio de Janeiro. Escreveu para revistas nacionais da época e teve seu “Água Parada” publicado pela editora Pongetti. Brilhante e corajosa, percorreu o Brasil e quase se apaixonou pelo Nordeste. Mas faltava-lhe ainda conhecer o Norte, a Amazônia, o Inferno Verde. Em 1940 iluminou o Amazonas com sua beleza, e o seu talento encantou os intelectuais. Dentre eles o interventor Álvaro Maia, poeta e escritor. O que lhe valeu a nomeação para delegada especial do Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, passaporte para o sonho de conhecer o garimpo e os índios. E, sem que ela soubesse, para realizar seu sonho de amor. (OLIVEIRA in MACAGGI, 2012, p. 9)

No texto, acima, o autor aponta tanto a disposição de Nenê Macaggi de realizar viagens pelo Brasil, embora não fossem viagens tão fáceis como o são em nossos dias, quanto o seu “sonho de conhecer o garimpo e os índios”. Coincidentemente ou não, a autora esteve antes no Nordeste brasileiro, mesma situação do personagem Luciano de Chica Banana. O trajeto, Paranaguá (Curitiba) X Rio X Manaus X Boa Vista X Tepequém, vivido parcialmente pelas personagens de dois de seus romances Raél (de Chica Banana que nasce em Curitiba e vai viver no Rio, onde reencontra seu grande amor) e Ádria/João Otávio (de *A Mulher do Garimpo*, que nasce num cortiço no Rio e se muda para Boa Vista, indo encontrar seu amor na Serra do Tepequém), é em tudo coincidente com o próprio roteiro de viagens da autora, conforme aponta ainda Laucides Oliveira:

1941, no fim do ano quase: Nenê Macaggi embarca para o Rio Branco, ainda Amazonas. Para o êxtase da descoberta dos castanhos lavrados e das serranias azuis. E para as suas andanças por malocas e garimpos. Ao longo de mais de três anos. E foi

em algum garimpo que ela teve a notícia: Getúlio Vargas criara o Território Federal do Rio Branco.

O ano de 1942 encontrou aquela mulher bonita, decidida e tranquila, percorrendo a Serra do Parima. Ali ela conheceu o garimpeiro José Soares, um cearense há muitos anos no Rio Branco. E viveu seu sonho de amor. Sonho único, que durou seis anos, até que a morte os separou. A mulher bonita não se abateu. Reviveu os momentos venturosos vividos – Recordou a viagem ao Rio de Janeiro. De navio, em plena Segunda Grande Guerra Mundial. Ela e José Soares, viajando em vapores diferentes. A alegria do reencontro no Rio. O Nascimento de José Augusto, o filho. Carioca. E o retorno ao Rio Branco. Ao Cotingo. A doença do amado, A morte rápida e inexorável. José Soares morreu em 1947. (OLIVEIRA in MACAGGI, 2012, p.09)

Outro jornalista, dessa vez, Francisco Cândido, em matéria datada 24 de abril de 2019 (dia em que se comemora o dia do escritor roraimense), no jornal A Folha de Boa Vista, vai identificar esse desejo de conhecer a Região na autora, bem como, sua presença nos círculos culturais do Rio de Janeiro como jornalista e escritora:

Maria Macaggi (Nenê Macaggi) era filha de Narcizo Lourenço Macaggi e de Maria de Paiva Macaggi. Ainda muito jovem se mudou para o Rio de Janeiro onde começou sua carreira jornalística no “Jornal do Brasil” e no “Jornal de Notícias”, além de escrever para algumas revistas semanais, dentre elas: “A Carioca”, “O Malho”, e “A Seleta”. Seus primeiros romances foram: “Chica Banana”, e “Água Parada” – ambos escritos em 1930; e “Contos de Dor e Sangue” (1940);

No início de 1940 recebeu do Presidente da República Getúlio Vargas, uma carta de apresentação, que deveria ser mostrada aos Interventores dos Estados (governadores indicados pelo Presidente) para facilitar-lhe o livre trânsito aonde quer chegasse. Nenê Macaggi viajou por todo o Brasil, aportando em Manaus no final daquele ano. (CÂNDIDO, 2019)

E embora não mencione a pré-existência desse desejo, uma vez que os livros dela, principalmente os anteriores a 1940, são raros e difíceis de encontrar e de ler, Francisco Cândido aponta o amor da escritora pela Região e, principalmente, Roraima na “beleza da flora, fauna e riquezas minerais, além do seu contato amistoso com índios de várias etnias” como se vê no trecho a seguir:

Nenê Macaggi encantou-se com a selva Amazônica, e tal era seu entusiasmo pela região, através de publicações e reportagens onde enaltecia a beleza da flora, fauna e riquezas minerais, além do seu contato amistoso com índios de várias etnias, defendendo-lhes seus direitos, que recebeu o título de “Rondon de saias” – uma analogia ao viajor do sertão e defensor dos índios o Marechal Cândido Mariano Rondon. (CÂNDIDO, 2019)

A passagem citada, no entanto, evidencia uma outra questão cujo entendimento dividirá a opinião de pesquisadores e leitores de sua obra: “o título de ‘Rondon de saias’”. Para muitos, a forma que a autora considerava “realística” de caracterizar os índios, ora como dóceis e amigos, ora como preguiçosos, sujos, beberrões e ladinos, vai colocá-la no centro de uma polêmica na qual se questiona se ela mereceria ou não o título a ela atribuído por alguns de “Rondon de saias”.

III

Aparentemente o encontro com a realidade das comunidades indígenas, chefiando o SPI (mais tarde FUNAI), a tornaria cética em relação ao que imaginava antes de vir para a Amazônia, tornando-a ambígua em relação à imagem que constrói dos indígenas. Mas sua discordância em relação à imagem de *bon sauvage* de nosso índio não abarca todas as etnias. Tal e qual os comentários de Theodor Koch-Grünberg ela parece direcionar suas críticas a algumas etnias apenas:

Um deles ocorre quando Manduca, um Yekuaná, mata uma fêmea de macaco e os demais índios maltratam seu filhote ainda vivo: “Agora a insensibilidade desse povo inferior se revela. [...]. Esses monstros deixaram o pobre macaquinho morrer de fome e o maltrataram até a morte” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 254). Outro episódio é a descrição dos cuidados do xamã Arekuná com sua mulher cega, observados com bastante admiração pelo viajante, mas que, segundo ele, “Infelizmente, essa compaixão para com os doentes indefesos é um traço raro nos índios” (2006, p. 243). Outro momento sucede quando os Máku, “insensíveis como todos os índios” (2006, p. 263), abandonam um cachorrinho às margens do rio Mewerari, de forte correnteza. (CAMPOS, 2013, p. 32)

O etnólogo alemão embora apaixonado pela cultura indígena, não deixa de tecer duras críticas a aspectos da cultura de determinadas etnias, chegando mesmo a condenar algumas por inteiro, considerando os costumes dos Yekuaná, Arekuná e Máku, desumanos. Nenê também elege seus desafetos, mas diferentemente do etnólogo alemão, não o diz diretamente. Exceto por alguns “deslizes”, como nessa passagem de *Exaltação ao Verde*: “Mas os verdadeiros habitantes daquelas bandas eram os Tucanos, Tererês, Macus, Caruanos e Uanânas, na maior parte mansos e civilizados, portanto, índios de quarta categoria” (MACAGGI, 1984, p. 36).

Para alguns, esse comportamento diz muito do modo como a sociedade não-indígena, dominada pelo garimpo, nos anos setenta e oitenta do século XX,

tratava e concebia a imagem do indígena de modo geral em Boa Vista. Nesse caso, Nenê encarnaria a expressão da época em sua tensa relação pela disputa pelas terras entre as três vertentes da população em conflito na Região: índios, garimpeiros e latifundiários donos de terras.

É seu personagem indígena “Parente Alberto” de *A Mulher do Garimpo* (2012), um índio macuxi que conviveu com Rondon (e foi com ele ao Monte Roraima) e também com outro viajante ilustre Rice (indo com esse último à cachoeira do Tucujimã, no alto Parima), quem quase sempre toma a palavra para descrever os demais índios de modo nem sempre gentil. No trecho abaixo, por exemplo, ele os descreve dizendo serem sujos seus tapiris (malocas):

Todas as malocas são cobertas com palha de buriti ou de inajá e tapadas com barro ou palha, tendo uma só entrada (raramente duas). Dormem vinte, trinta bugres, às vezes, num só tapiri, como na maloca do tuxaua Axi, do Monte Roraima. O tapiri é escuro e cheira à sujeira e fumaça, que se desprende das fogueiras espalhadas pelos cantos ou em baixo [SIC] das redes... (MACAGGI, 2012, p. 149)

A descrição de Parente Alberto, tornado simbolicamente capitão do mato pelo presente que Rondon lhe dá: uma espada que é símbolo da traiçoeira função de capitão do mato, é, de certo modo ideologicamente, compatível com o duplo lugar de fala desse indígena:

Então Parente Alberto, entre risadas e apartes dos ouvintes, foi narrando... Quando estive no Monte Roraima com Rondon e ganhou dele uma espada de capitão do mato, quase morreu de frio no cume do monte e os pássaros não puderam cantar e nem os índios mexer-se (MACAGGI, 2012, p. 147)

Ele aparenta assumir um discurso opressivo, no qual há a depreciação de qualidades dos indígenas, no entanto, esse é o local de fala onde também se percebem elogios. Há quem argumente que os elogios são em sua maioria empregados para descrever a constituição física, enquanto a depreciação é atribuída ao caráter moral dos indígenas. O trecho a seguir, no entanto não parece corroborar essa perspectiva:

Geralmente o índio é feio, baixo e grosso, vendo-se, contudo, belos exemplares de ambos os sexos. São bem morenos, considerados modernamente como pertencendo à Raça Vermelha [SIC] e têm os olhos escuros e achinesados. Possuem bela dentadura que se estraga muito depressa [...] O que têm de lindo, tanto os homens, quanto as mulheres, fora a dentadura e a cabeleira, são as costas, retas e largas e os ombros

também largos e musculosos. Alguns macuxis limam os dentes ‘para não estragar patrãozinho’

A cabeleira espessa, lisa e negra e comprida nas mulheres, fede a caracu de boi ou à brilhantina barata. Todos têm a pele boa e de cheiro característico, misto de fumaça, peixe moqueado e sujeira. Sempre têm piolhos, mas sua pele jamais é espinhenta. (MACAGGI, 2012, p. 150)

De um modo geral o trecho aponta apenas características físicas. Se, de um lado, a fala pertence a um indígena, portanto, de alguém cujo direito a falar de seu povo é aceito como justo e inequívoco (ainda que para falar parcialmente mal), de outro, trata-se de um índio cooptado simbolicamente para a ingrata função de capitão do mato, fato que o torna inimigo histórico de seu próprio povo. Talvez por esse motivo o personagem continua sua narrativa em tom didático, em terceira pessoa, aparentemente alheado de sua própria condição de índio:

As roças são pequenas, porque o índio, preguiçoso, por natureza, tendo o necessário para tirar delas, detesta fazer tudo o que lhe dá muito trabalho. Por exemplo, não planta arroz, tabaco, tomate ou frutas variadas, fazendo questão só de mamão e banana, jerimum, cana melancia, maxixe, macaxeira, mandioca e também jamaru para encher de água para beberem. (MACAGGI, 2012, p. 151)

De todo modo, em ambos os casos, Nenê ambienta sua discordância de Rousseau na voz de um dissidente indígena que, se amado pelo que é, tem direito a falar de seu próprio povo, se odiado, como traidor, pela função simbólica da espada que ganhou de Rondon, funcionaria como a voz da vilania no romance, desviando o foco do narrador/autor.

O grande problema, para a maioria daqueles que veem no discurso macaggiano uma afronta à condição dos indígenas, que deveria defender (uma vez que foi delegada e chefe do SPI em Roraima), é, talvez, o fato dela não dominar a técnica narrativa plenamente. Isso faz com que a escritora atribua essas descrições ao Parente Alberto, sem, contudo, mudar a voz narrativa de terceira para primeira pessoa.

Porém, não adianta discutirmos sobre cousas que bem pouco compreendemos. Parente Alberto, deixe a guerra, que em nada afetará o seu povo e me conte alguma coisa interessante sobre os índios, sim?

– Pois não, com muito gosto – respondeu Parente Alberto. É minha gente... (MACAGGI, 2012, p. 144)

Tão pouco alterna a narrativa direta com a indireta, tornando quase indistintas as vozes que quis construir na trama. O efeito desse descuido, nas impressões

que o texto causa em seu leitor, é devastador. Vejamos como a autora propõe a narrativa de Parente Alberto, tal e qual um verbete de enciclopédia:

Tomando café, continuava Parente Alberto narrando...

Houve perto de trinta mil índios no Vale do Rio Branco. Agora não há mais de quinze mil, poucos ainda puros, a maior parte já misturada a outras tribos, morando nas serras, nas matas e nos lavrados. Estavam acabando-se. Havia também muitos misturados aos brancos. (MACAGGI, 2012, p. 149)

A narrativa segue, em um monótono tom didático em que se recita a lista de línguas que eram faladas, as etnias existentes, as regiões do estado por eles habitadas e dados de sua alimentação e cultura. A impressão de didatismo livresco presente em *Chica Banana* aqui cede lugar a uma impressão ainda mais carregada dessa intenção educativa/edificante, mas voltada para um público ainda menos conhecedor da realidade local, um público estrangeiro, talvez.

Como foi dado ao público na década de 70 (em 1976 mais precisamente) pode-se imaginar que tenha sido escrito aos poucos, ao longo do grande intervalo entre seu último livro *Chica Banana*, lançado em 1938 e esse seu *A Mulher do Garimpo*. Nesse ínterim, teriam ocorrido suas viagens, reportagens e anotações, das quais logrou extrair parte do cenário desse romance inaugural da literatura roraimense.

Alguns estranhamentos acompanham a publicação desse primeiro livro de Roraima. O fato de ter sido uma escritora mulher a primeira a publicar um livro no estado, já é bem chamativo. Mais ainda se torna quando se percebe que se trata de romance, não de poesia, crônicas ou contos, considerados gêneros de mais fácil publicação e produção dada a sua extensão menor. O fato de aparentemente boa parte do enredo coincidir com a vida da autora também causa estranheza, mas o estranhamento definitivo se dá quando se percebe que em ambos romances, *Chica Banana* e *Mulher do Garimpo* as protagonistas são mulheres. Menor de todos se torna o estranhamento que diz respeito ao enredo da tramas: mulheres que viajam sem a companhia de homens, para fazer a própria vida, sendo em *A Mulher do Garimpo* o destino final do trajeto da heroína, supostamente, completa e absolutamente insalubre, do ponto de vista da moral da época, para as mulheres ditas “honestas”: o garimpo.

No entanto, a trama do primeiro romance roraimense é, de fato, a viagem de uma mulher (Ádria) sozinha, travestida de homem (José Otávio), para fugir ao assédio e à possibilidade do estupro. Ela sai de um cortiço no Rio de Janeiro, vai a Manaus, desce o Rio Amazonas e sobre um de seus afluentes, o Branco, passa

por Boa Vista, ouve durante a viagem e conhece a história da cidade, vai à Serra do Tepequém, e encontra a redenção ao se casar com um garimpeiro.

Não à toa, o romance *A Mulher do Garimpo* tem como título de seu sumário a palavra “Roteiro”, que aparece solitária em meio à página que antecede o índice de capítulos da obra. Embora a palavra “roteiro” possa ter o duplo significado de roteiro de romance, de filme (até por ser Nenê Macaggi leitora voraz de romances de outrem, adepta da metaficção e do uso da intertextualidade) e de roteiro de viagens, o sentido inicial de roteiro de narrativa não soaria estranho na abertura de seu romance que, como já vimos alhures em sua fortuna crítica¹, utiliza-se de argumentos de outros romances, já consagrados, como *Grande Sertão: Veredas*, *O Cortiço* e *Os Sertões* para compor sua malha. No entanto, ao abrirmos o sumário, observamos que o romance está subdividido em livros, sendo o primeiro livro denominado “O Sul”; o segundo livro, O Norte; o livro terceiro, Os grandes Rios; e todo o trajeto da viagem realizada pela personagem central aparece no sumário, especialmente nos títulos de treze dos dezoito “livros” que compõem o romance, a saber: O Sul, O Norte, Os grandes Rios, Boa Vista do Rio Branco, O Índio, O Garimpo, O Tepequém, A Borracha, O Rei – Gigante: caucho, Mentira fresca: sova bem dada, Tudo se aclara e Missão Cumprida: Até breve, Tepequém.

Se associarmos essa sequência de lugares-título à palavra “roteiro”, que antecede o sumário, e associarmos ambos, ainda, ao subtítulo do romance: “O Romance do Extremo Sertão do Amazonas” fica evidente tratar-se mais de um roteiro de viagens por esse “Extremo Sertão do Amazonas” do que um roteiro de uma trama que envolva única e exclusivamente uma mulher e o garimpo como faz supor o título principal. Por outro lado, essa outra mulher-amazônia, desconhecida e envolta em mistérios – somente revelada por quem a percorre –, parece aguardar que a imaginação e a narrativa-viajante a tornem real.

¹ Referimo-nos mais especificamente aos artigos: MIBIELLI, Roberto. A Amazônia de Dalcídio Jurandir e Nenê Macaggi in: CARVALHO, F. A. de; MIBIELLI, R.; FONSECA, I. M. (orgs). *Literatura & Fronteira*. Boa Vista: EdUFRR, 2017. Série Circum-Roraima, V. 01. / MIBIELLI, Roberto. Das intenções geniais aos contextos literários reais: um breve percurso das noções de autoria e recepção. *Rev. Bras. Lit. Comp.*, Niterói, v. 22, n. 39, p. 85-101, Apr. 2020. / MIBIELLI, Roberto. Do Sertão da Amazônia para o ser tão Amazônico: Nenê Macaggi, Desenvolvimento e exotismo n’A Mulher do Garimpo in: NASCIMENTO, L. M. do; SIMÕES, M. do S. G. (Orgs.) *Traços e Laços da Amazônia*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. CAMPOS, S. P. P.; MIBIELLI, R. De São Paulo a Roraima ou de Macunaima à Mulher do Garimpo: projetos de Literatura para a Amazônia. In: MIBIELLI, R.; FIOROTTI, D. A.; NASCIMENTO, L. M. do. (Org.). *Literatura, cultura e identidade na/ da Amazônia*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018, v. 1, p. 26-48. / E ao livro *A questão do regionalismo em A Mulher do Garimpo de Nenê Macaggi*, de Sílvia Marques de Almada (2017).

Para André Siganos, “No plano do imaginário, a Amazônia continua a ser a terra de todas as paixões, de todas as ‘febres’, porque sempre pressupõe para aqueles que a inventam uma iniciação e uma revelação” (2002, p. 164). Sob essa perspectiva, sua invenção, tal e qual o país a que pertence, também pode ser suposta a partir daqueles que a descrevem em suas viagens reais e ficcionais. O imaginário em torno dessa construção/invenção, é quase sempre denso como sua mata, poderoso e ostenta nomes fortes como “inferno verde” e “selva selvaggia” entre outros.

IV

Ao traçar um panorama dos viajantes, cronistas, escritores da/sobre a Amazônia, Péricles Moraes, no ensaio *Os intérpretes da Amazônia*, publicado em 1935 como prefácio ao seu livro *Legendas e Águas-Fortes*, tece a crítica àqueles que escrevem sobre essa região com “informações de segunda mão” (MORAES, 1935, p. 13), elegendo como parâmetro de comparação o escritor Euclides da Cunha, considerado por ele a referência maior por conseguir unir o tema regional a uma linguagem capaz de traduzir quase que com perfeição as peculiaridades amazônicas. Para o crítico literário amazonense, alcançar o nível de um Euclides da Cunha não é para todos, pois “a Amazonia não é assumpto para escriptores mediocres. O gigantesco cháos amazônico, para ser desvendado e compreendido, requer uma divinação quasi prophética (SIC)” (MORAES, 1935, p. 14).

A crítica do autor, filiado a uma tradição passadista e impressionista, faz referência ainda a todo um conjunto de qualidades que o intérprete da Amazônia deveria possuir e que, dadas as condições da região, o colocariam em um patamar acima dos demais, posto que

dotado de um talento verdadeiro, auxiliado por todas as forças do espírito e da vontade, além de possuir, simultaneamente, a faculdade de perceber, de um só lance, as circunstancias particulares e sensíveis que lhe explicam as influencias passadas e presentes. Ademais, cumpre saber fixar-lhe, como um pintor, as transformações fugitivas de seus espectaculos, o efeito dos seus violentos scenarios, o mundo de ideas secretas que a vertigem de suas águas e o assombramento de suas florestas despertam em nossa imaginação (SIC). (MORAES, 1935, p. 14)

Resistir às tendências “infernistas” que a região amazônica provoca seria, para o crítico, a forma como o escritor poderia se impor perante uma realidade

tão difícil de ser captada em palavras e que, para muitos espíritos, extrapola os limites da lógica e da razão. Ele cita o caso Alberto Rangel, em seu *Inferno Verde* (cujo prefácio é escrito pelo Euclides da Cunha), que não consegue se esquivar de sofrer os impactos da região e revela uma Amazônia vista através de uma “idealização excitada” (MORAES, 1935, p. 13), embora delineada em realismo e sem ilusões, como destaca.

De forma semelhante, podemos lembrar aqui também do caso Mário de Andrade em seu *O Turista Aprendiz*, resultado de suas duas viagens ao norte e nordeste², cujas notas publicadas em jornais e revistas com as impressões e relatos da viagem são trazidas à luz em conjunto 31 anos depois da morte do escritor, no livro de 1976, organizado pela professora Telê Ancona Lopez, para quem “o diário prefere a ficção para explorar a realidade amazônica através do insólito e do mágico” (LOPEZ, 1996, p. 94).

É certo que muito desse diário se perdeu entre as anotações da primeira viagem em 1927 e os manuscritos “passados a limpo” prestes a ir ao prelo em 1943, muito embora ele tenha afirmado no prefácio que apenas fez correções, mas as anotações iniciais feitas no calor e assombro da viagem são a demonstração do que Péricles Morais denomina de “vertigem de suas águas e o assombramento de suas florestas”, momento quando o êxtase afeta a coerência, como quando Mário desabafa em carta ao poeta Manuel Bandeira, enviada durante a viagem e datada de junho de 1927:

O êxtase vai me abatendo cada vez mais. Me entreguei a uma volúpia que nunca possui à contemplação destas coisas, e não tenho por isso o mínimo controle sobre mim mesmo. A inteligência não há meios de reagir nem aquele pouquinho necessário para realizar em dados ou em bases de consciência o que os sentidos vão recebendo. [...] Quanto a este mundo de águas é o que não se imagina. A gente pode ler toda a literatura provocada por ele e ver todas as fotografias que ele revelou, se não viu, não pode perceber o que é. (MORAES, 2001, p. 346)

O que se vê é um Mário absorto com o que encontra na Amazônia até então por ele imaginada e de “ouvir falar”, deixando-o sem “clarividência discricionária”, em “abatimento intelectual” e “quase irracional”, como descreve

² A primeira viagem ocorre entre maio e agosto de 1927 para Amazonas, Pará, Rondônia, Iquitos, no Peru, e a fronteira com a Bolívia. A segunda viagem ocorre no final de 1928 até fevereiro de 1929 e tem o Nordeste como destino, passando por Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Com as notas das viagens, Mário intencionava a publicação de um livro intitulado *O Turista Aprendiz*: (Viagem pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega).

seu estado de torpor. É nesse ponto que entendemos o relato de 19 de maio transcrito abaixo:

Que posso falar dessa foz tão literária e que comove tanto quando assuntada no mapa?... A imensidão das águas é tão vasta, as ilhas imensas por demais ficam tão no longe fraco que a gente não encontra nada que encante. A foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem. Nós só podemos monumentalizá-las na inteligência. O que a retina bota na consciência é apenas um mundo de águas sujas e um matinho sempre igual no longe mal percebido das ilhas. O Amazonas prova decisivamente que a monotonia é um dos elementos mais grandiosos do sublime. (ANDRADE, 1976, p. 61)

Essa “utopia amazônica” (pois não há como, em sã consciência, isentar-se dela), essa monotonia grandiosa do sublime, essa “gostosura nililizante” que é capaz de seduzir o intelectual modernista nos serve de guia para perceber como a condição de estar lá (o “being there” de que fala criticamente Clifford Geertz³) traz à tona uma Amazônia (real?) cuja contemplação repercute fortemente na criação do artista Mário, em fase de gestação de seu Macunaíma, e que recebe os impactos da grandiosidade amazônica que atinge viajantes do passado, presente e vindouros.

Nenê Macaggi é uma dessas intérpretes da Amazônia que tal como todos os outros que a antecederam, em maior ou menor grau, deixou-se seduzir pelos rios e florestas. Como proposta de um projeto literário, seu texto é geralmente entendido como sendo guiado pela imitação quase explícita de escritores como Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa, guiando seu leitor a analisar o conjunto de sua obra sob os auspícios de uma mal fadada genialidade (MIBIELLI, 2020). Entretanto, não é com esta chave de leitura que propusemos aqui um olhar sobre sua obra.

Outrossim, em uma análise mais aprofundada, acreditamos que ler Nenê Macaggi sob a chave de um relato de viagem aclara seu texto e a coloca em um patamar que nos permite melhor entender seus romances e, em certa medida, justificar seu apreço por excessivas descrições e seu olhar extasiado sobre a região amazônica. Essa chave de leitura, todavia, não diminui o impacto (com frequência negativo) que a leitura de seu texto provoca no leitor, que o lê com a chave que ela indica nos subtítulos que acompanham boa parte de seus títulos da fase de Roraima: “romance” (*A Mulher do Garimpo*: o romance do extremo sertão norte do Amazonas; *Exaltação ao Verde* (Terra, Água, Pesca): o romance

³ GEERTZ, Clifford. *Works and lives: the anthropologist as author*. Stanford: University Press, 1988.

do baixo- Rio Branco; *Dadá Gemada – Doçura Amargura*: o romance do fazendeiro roraimense; e *Nara-Suê Uerená* – o romance dos Xamatautheres do Parima). Lidos como “romances”, as narrativas não fluem como deveriam em textos do gênero e está justificada a decepção do leitor.

Isso posto, justifica-se assim nossa opção por ler as obras aqui tratadas como relatos de viagem. Com todos os elementos caracterizadores do gênero, Nenê Macaggi ambientaliza, descreve, dá tons e nuances, cores e matizes, trazendo o leitor (principalmente o não roraimense) para seu texto como se ele estivesse ali, vivenciando o que contava.

Publicado em 1984, *Exaltação ao Verde*, é, como o próprio título sugere, uma ode à natureza amazônica e sua terra, suas águas e seu homem são louvados à exaustão com arroubos verborrágicos que preenchem sequências de páginas exaltando uma natureza que em tudo é grandiosa e, portanto, faz jus à grandiloquência da narrativa. Sua única edição até o momento, de 1984⁴, traz em uma das orelhas uma apresentação assinada pelo governador do Amazonas à época e tem nove páginas de dedicatórias que chamam a atenção pelos grupos aos quais pertencem os homenageados: o general governador do Território de Roraima; o major-brigadeiro ex-governador e sua equipe “eficiente e operosa”; os dois filhos da escritora; onze “intimoratos pioneiros do baixo – Rio Branco que aqui chegaram, viram e amaram o verde-virgem e ficaram”, entre eles um major, um coronel e um tuxaua; vinte e dois “inigualáveis lobos do Rio Branco do passado”, entre eles militares e estrangeiros; sete arpoadores de peixe-boi; sete mariscadores de jacaré; seis flechadores de tartaruga; e três *in memoriam*.

O ‘romance’ está dividido em três livros, Terra – Água – Pesca, com 15 capítulos no Livro Primeiro, 28 no Livro Segundo e 48 no Livro Terceiro, em cerca de 300 páginas que totalizam 91 capítulos numa lista que antecede cada livro denominada pela autora, a exemplo de *A Mulher do Garimpo*, de Roteiro. O enredo é simples e repleto de acontecimentos que provocam diversas e variadas reviravoltas na narrativa que, em boa parte, é mais descritiva e apresenta longos e detalhados relatos científicos, históricos e geográficos sobre os lugares, os rios, a flora, a fauna, a pesca, moradores, personalidades e curiosidades diversas. É a todos esses relatos que a história da família Montari, protagonista desse enredo, se entrelaça com a mesma força com que o verde se derrama pela natureza da região.

⁴ O livro foi impresso no Parque Gráfico do Departamento de Cultura da Imprensa Oficial do Governo do Território Federal de Roraima.

Esse verde é exaltado em toda a sua variedade desde o início da obra, marcando toda a narrativa com a sua presença em diversas tonalidades e formas, quase sempre acompanhado de exclamações e frases de louvor, como no primeiro capítulo, com título homônimo ao do livro, que traz a fundamentação do teor da narrativa e mostra seu objetivo maior: “recebe, saído do fundo do meu coração, o meu canto de beleza à tua opulência vegetal!” (MACAGGI, 1984, p. 31). São esses verdes – “verde-gaio, verde-cobre, verde-mar, verde-malva, verde vivo, verde-esmeralda, verde-veludoso, eterno amante da Selva!” (id., p. 32) – que brotam da Terra que um dia irá receber o corpo dessa narradora que, em primeira pessoa e no feminino (apenas no capítulo 1), assim deseja:

E na quietude da noite equatorial que vem chegando, os vaga-lumes, aos pares, num suavíssimo entrecruzar de lanterninhas que se acendem e se apagam, piscando como as estrelas, pousarão sobre o pasto de folhagem que protege o meu corpo sem vida, como uma derradeira homenagem àquela que tanto amou o eterno verde da tua extraordinária selva-selvaggia. Roraima, meu doce Roroimã – MÃE DOS VENTOS! (MACAGGI, 1984, p. 33)

Esse capítulo inicial é, como o excerto acima mostra, um capítulo à parte, como uma espécie de epopeia em prosa, condensando, nesse texto inicial, o prólogo, a invocação e a dedicatória. Os 90 capítulos que se seguem trazem a história da família Montari, com seu patriarca, o italiano Giuseppe Montari casado com dona Henriqueta, também italiana, proprietários da fazenda Bom Jesus, às margens do Rio Negro, entre Barcelos e Moura, no Amazonas.

O Rio Negro é, portanto, o ponto de partida da narrativa que começa efetivamente no segundo capítulo e, a exemplo dos demais textos da autora aqui apontados, como uma crônica de viagem, traz uma ampla descrição geográfica, química e biológica do rio, “o Colosso Negro” com destaque para uma característica reveladora do caráter ufanista da narradora que é a referência ao local da nascente do rio: “Lindo, sim, mas não é brasileiro! É colombiano! Não é patriota como o Branco, o Uraricoera, o Catrimâni, o Cachorro, o Ajanari, o Anauá, o Água Boa no Univíni e milhares de outros por esse Brasil afora, que nascem e morrem em território amazônico”. (MACAGGI, 1984, p. 34).

O relato prossegue com a descrição repleta de adjetivos e causos com os habitantes do rio: piraíba, pacamão, poraquê, candiru, piranha, sucuriçu, imára, traíra grande, peixe-boi e outros, descritos como “grandes monstros de pele”, “ferozes”, “monstruosos”, “vorazes”, “comedores de carne – humana ou não”

e, ainda, “gostosos”. É no meio desse rio que ocorre o encontro entre Giuseppe, que viaja num gaiola⁵, e Jerônimo, o Tuxaua dos Tucanos, que chega numa ubá⁶, e cuja cena, bem nos moldes do imaginário europeu sobre o índio, é assim descrita:

Então viram uma grande ubá chegando, com um índio de pé, segurando um volume em uma das mãos e na outra um arco e flecha, enquanto outro caboclo remava na proa, sentado em um banco perto de um curumim que também carregava um arco e uma flecha. Era, na certa, o filho do Tuxaua. (MACAGGI, 1984, p. 36)

Esse encontro entre as duas embarcações, entre um índio e um europeu, marca o aparecimento do elo que ligará esses mundos: Lúcio, no volume que o Tuxaua carrega, um bebê encontrado abandonado nas margens do rio e que é dado como “presente” ao italiano que havia perdido recentemente seu filho de 3 anos. Lúcio, que mais tarde se descobre neto do Tuxaua, é filho de índio Tucano com uma branca de Moura, casa-se mais tarde com Luísa Alberti, filha de um italiano, com quem tem duas filhas, Luana (com predileção pela água desde pequena) e Carla (apaixonada pela terra como o pai e o avô). Está formada, assim, a família Montari, nascida do encontro de branco (italiano e brasileiro) e indígena (brasileiro).

Uma sequência de tragédias marca a família e ao fim do Livro Primeiro temos apenas Lúcio, suas duas filhas e dois agregados, trabalhadores da fazenda, sem seu principal bem: a Terra, amor maior do italiano Giuseppe e cuja paixão é explicitada em todos os 14 capítulos do Livro e provoca a partida da família para uma aventura pelo Rio Negro, em busca da embocadura do Rio Branco, viagem que marca o Livro Segundo.

É no último capítulo do Livro Primeiro, intitulado A Partida, que ocorre a preparação da viagem. Lúcio, sem mãe, sem esposa, sem pai e sem terra, vê-se obrigado a fugir com suas filhas e os dois empregados, abandonando os planos de vingar a morte do pai, decisão que, para o narrador, revela a preponderância de sua descendência de branco, posto que, no primeiro momento da dor da perda, foi esta a sua reação:

- Vendetta! Vendetta! Sim, vingança do índio selvagem que tinha dentro de si e não a ponderação do branco ajuizado que também havia nele. Sim, vingança! Procurar fosse onde fosse os bandidos que ajudaram a esmagar o coração do seu pai, tirando-lhe a vida. Tocaíá-los, pela primeira vez indo à maloca do avô pedir auxílio e flechá-los, um a um, no meio da testa ou no peito, para furar o coração. (MACAGGI, 1984, p. 80)

⁵ Barco típico da Amazônia, com vários decks para transporte de pessoas e cargas.

⁶ Canoas escavadas de um único tronco.

Cada etapa da vingança é minuciosamente planejada em um longo parágrafo até lembrar os conselhos do pai e, “com lucidez”, decidir fugir com as filhas. A descrição da preparação dessa viagem é, no mínimo, curiosa: Lúcio vende parte dos animais da fazenda e compra alimentos, combustível e uma embarcação batizada por eles de Arca de Noé. Que o nome do barco é simbólico, não há dúvida, mas as cenas seguintes são mais curiosas ainda: os animais não vendidos, todos nomeados⁷, numa espécie de ação adâmica em tempos de Noé que, tal e qual, assim procede ao embarque: “Ficando tudo pronto, tangeram então cuidadosamente a bicharada toda para o porto e até Luana e Carla ajudaram a por os animais nas duas balsas, cutucando-os para que subissem nelas por duas grossas pranchas de itaúba, ali colocadas” (MACAGGI, 1984, p. 85).

O trajeto de cada um dos sete dias e noites da viagem é narrado em capítulos dedicados a cada um, com o relato sobre o tempo, os vilarejos, as margens, curiosidades, fatos históricos, casos pitorescos e a descrição detalhada de cada refeição, com ênfase para as pescarias realizadas por Luana e que presenteavam o grupo com variados tipos de peixes mercedores de capítulos especiais, de cunho biológico, para cada espécie. E assim, protegidos pelo trio Rio-Lua-Noite (testemunhas de todos os momentos importantes, bons ou trágicos, da família), a viagem prossegue tranquila e sem intercorrências, a não ser as de ordem de espanto com a natureza, que deslumbra até mesmo nativos, como as irmãs Luana e Carla:

Sim, Senhor! Nunca pensei em minha vida ter a sensação de descer assim este belo Rio Negro! - disse Carla bocejando.

- E nem eu, mana! E que impressão, que deslumbramento! - comentou Luana já de dentro do mosquiteiro. (MACAGGI, 1984, p. 94)

Essa cena nos leva a lembrar Neide Gondim, em *A invenção da Amazônia*, ao afirmar que “diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum [narrador viajante] se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial” (GONDIM, 2007, p. 77), tentando entender isso que as irmãs consideram inexplicável e deslumbrante.

E assim, fugindo da destruição profetizada, a família de Lúcio Montari, navegando no Arca de Noé, em busca da Terra Prometida (MACAGGI, 1984, p. 95), tem relação com a descrição do frei Alonjo Rojas, autor do relato

⁷ Vacas Mimosas e Salomé, touro Ferdinando, cabras Forquilha e Borboleta, bode Eleutério, poldras Risoleta e Severina, garanhão Godofredo, porcas prenhes Gabriela, Cravo e Canela, galinhas, galos Cornélio e Pinóquio, rouxinóis Zeca e Lili, sabiás Chiquinho e noiva, gatos Romeu e Julieta, cachorros Xuxú e Mariquinha. (MACAGGI, 1984, p. 83-84)

“Descobrimiento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias”, resultantes da expedição do português Pedro Teixeira (1637-1639): “Acha-se mel em todo o rio, que é um regalo navegar-se por ele. Todos os anos são aprazíveis e a terra é um retrato da que Deus prometeu ao seu povo, e se tivesse os gados da Judéa, diríamos que a regavam arroios de leite e mel.” (ROJAS, in Melo-Leitão, 1941, p. 119).

Essa promessa, também presente na fazenda Bom Jesus, é levada pela família, que embarca na Arca de Noé móveis, utensílios domésticos, comidas, roupas, redes, frutas do pomar com sementes e mudas (laranja, lima, limão, abacaxi, graviola, banana), legumes e verduras da horta com mudas (cebolinha, couve, tomate, cenoura, coentro, couve-flor, maxixe, jerimum, macaxeira). Todas as sementes e mudas cuidadas durante a viagem serão a “fatura” da nova casa, a fazenda Paraíso, com a casa-palafita chamada de Palácio e cuja chegada e localização é assim descrita:

Então os olhos de todos espraíram-se pela amplidão e viram a Terra Prometida (margem esquerda de quem sobre o rio [Branco]), na costa da Ilha de Catrimâni, fazendo frente com a embocadura do Água Boa do Univíni e do Catrimâni! (MACAGGI, 1984, p. 112)

Os títulos dos capítulos 29 (A força divina da terra) e 30 (A multiplicação da espécie) já revelam que a fatura chega. É em Cristóbal de Acuña que também encontramos a ideia de Amazônia como Terra da Promissão:

Do Rio das Amazonas se pode afirmar que as suas margens são em fertilidade Paraísos, e se a arte ajudar à fecundidade do solo, será todo ele uma série de aprazíveis jardins. [...] Não necessitam as províncias ribeirinhas do Rio das Amazonas dos estranhos bens; o Rio é abundante em pesca, os montes em caças, os ares em aves, as árvores em frutas, os campos em messes, a terra em minas e os naturais, que a habitam, em grandes habilidades e agudos engenhos para tudo o que lhes importa, [...] (ACUÑA in MELO-LEITÃO, 1941, p. 169)

Arca de Noé, Terra Prometida, Paraíso: expressões pertencentes à narrativa bíblica que em muito se relacionam aos campos semânticos que envolvem a formação discursiva sobre a Amazônia e que, nos textos de Macaggi, adquirem outro formato, agora propondo uma viagem entre o distópico e o utópico, uma possibilidade do Paraíso e o Inferno Verde, disputando-se em uma viagem, como em *Exaltação ao Verde*, uma fuga Rio Negro abaixo até a foz do Rio Branco. O contraste na coloração desses rios, que de sobeja vai resultar no encontro das

águas (no caso entre o Madeira e o Negro, formando o Amazonas), de certa forma também pode simbolizar a passagem, o despejo, a descida do Rio Negro (dos momentos ruins, expressos à época como “tempos negros”) e a subida do Rio Branco (uma vez que se vai contra a corrente, sobe-se o rio, descendo-o quando se navega a favor da correnteza), simbolizando ascensão ao paraíso, à Terra Prometida.

V

É de se concluir que a gama de sentimentos exprimíveis diante da grandiosidade dos rios e da mata nos leva também a pensar como Michel Onfray (2009, p. 50), para quem a viagem pode ser “uma ocasião para ampliar os cinco sentidos”. Em Nenê Macaggi, os sentidos são ativados ao extremo, considerando o excesso de descrições detalhadas de cores, cheiros, sons, sensações e texturas que envolvem as viagens levadas a termo por seus personagens e que constroem uma Amazônia para a Roraima que à época se firmava como um lugar habitável no Norte do Brasil.

Para a autora, essa percepção oscila, ora em favor do ufanismo, do pertencimento de grande parte desse território ao país em que nasceu; ora em direção ao deslumbramento com o qual louva as belezas e desconfia das potências que a natureza abriga e esconde, ao mesmo tempo em que destaca a alteridade, o encontro com o estranho, o diferente, o exótico e eventualmente o místico.

Nenê Macaggi, ela mesma uma migrante-viajante, parece entender o deslocamento como processo natural do homem e da natureza, destacando em alguns trechos essa capacidade de mutabilidade e renovação contínuas da natureza amazônica, ao mesmo tempo em que navega pelos seus rios. Tudo parece por se criar e recriar. O verde eternamente renovado. O estado adâmico permanente permite que a narrativa se espraie em longas e intermináveis descrições, uma vez que tudo, mesmo o já visto, se renova a todo momento.

Os rios ditam a vida, são a verdadeira estrada amazônica e é ali, certamente, que o cronotopo da estrada melhor se configura. Não à toa Nenê se vale da imagem do rio, nos três romances aqui citados, para dar fluência às suas narrativas. Boa parte das cenas e cenários resgatam a pesca, o rio, como o principal meio de subsistência do caboclo da região. A síntese de fatos, com a qual sinaliza suas peripécias, é marcada grandemente pelo estranhamento com o meio socio-histórico-geográfico original, podendo ser esta uma pobre casa, em Curitiba, na qual

a mãe falece; um cortiço, no Rio de Janeiro, no qual se fica órfã e se é obrigado a se travestir para evitar a violência sexual; ou o despejo violento da fazenda que se julgava sua, seu lar original – sem os quais a narrativa perderia completamente o sentido romanesco, tornando-se descrição etnográfica/etnológica pura.

Mas, é no relato de viagem que a escritora, como guia do olhar de outrem sobre a região da qual se adona, possui e é possuída pelo êxtase amazônico. É nesse espaço aberto da sua página descritivo-narrativa que o rubor nas faces, herdado pelo esforço do caminho, pela construção com o leitor, pé ante pé, das sendas e veredas dessa outra Amazônia, castanha de lavrados, aparece em toda sua extensão. É ali que suas linhas tortas e divinatórias, de uma divindade makunaímica (que sabe ser boa, sendo má e vice-versa) melhor se estabelecem e criam, para além dos “romances”, elementos que cooperam para a “invenção”, para a “criação” (definitiva?) de uma imagem da Amazônia em sua Roroimã.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. *O Turista Aprendiz*. 2. ed. Edição de texto por Telê Ancona Lopez São Paulo: Duas Cidades, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética (a Teoria do Romance)**. 4ª Ed. São Paulo: Unesp, 1998.

CAMPOS, Sheila Praxedes P. **Entre o Real, o Ficcional e o Poético: de como Theodor Koch-Grünberg narrou a Amazônia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Roraima, UFRR, Boa Vista, Brasil, 2013.

CÂNDIDO, Francisco. 24 de abril - Dia do Escritor Roraimense. In: **Jornal Folha de Boa Vista**, 24 abril 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/coluna/Minha-Rua-Fala-24-04-2019/8053>. Acesso em 05/09/ 2020.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

JOBIM, José Luís. **Literatura Comparada e Literatura Brasileira: circulações e representações**. Rio de Janeiro/Boa Vista: Ed. Makunaima/EdUFRR, 2020.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco** (Observações de

uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913). Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: UNESP, 2006. V. 1.

LOPEZ, Telê Ancona. **Mariodeandradiando**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MACAGGI, Nêne (Maria). **A Mulher do Garimpo: O Romance do Extremo Sertão Norte do Amazonas**. 2ª Ed. Boa Vista: Gráfica Real, 2012.

_____. **Chica Banana**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

_____. **Exaltação ao Verde** (Terra, Água, Pesca): o romance do baixo-Rio Branco. Boa Vista: Imprensa Oficial do Governo do Território Federal de Roraima, 1984.

MELO-LEITÃO, Cândido de (Tradução e Anotação). **Descobrimientos do Rio das Amazonas**: Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña. São Paulo: [Companhia Editora Nacional], 1941. Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 2ª, Vol. 203. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/287>. Acesso em: 23/07/2020.

MIBIELLI, Roberto. Das intenções geniais aos contextos literários reais: um breve percurso das noções de autoria e recepção. **Rev. Bras. Lit. Comp.**, Niterói, v. 22, n. 39, p. 85-101, Apr. 2020.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). **Correspondência. Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2001. Coleção Correspondência de Mário de Andrade, vol. 1

MORAES, Péricles. **Legendas e Águas Fortes**. Manaus: Livraria Clássica, J. J. da Camara, 1935.

PERIPÉCIA. In: Dicio, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/peripecia/>. Acesso em 15/10/2020.

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem: Poética da Geografia**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SIGANOS, André. O mito amazônico: algumas preocupações teóricas e operacionais. **Leituras da Amazônia: Revista Internacional de Arte e Cultura**. Ano II, n. 2, jan.-dez. 2000. Manaus: Valer, 2002.

AUTORES

ADRIÁN PADILLA FERNÁNDEZ

Professor-pesquisador CEPAP-UNESR (Venezuela); Professor Visitante Sênior do PPGSOF/UFRR. Possui doutorado em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (2003), mestrado em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1999) e graduação em Comunicación Social - Universidad Central de Venezuela (1987). É o coordenador na Venezuela da rede de pesquisa em Comunicação, Educação, Cidadania e Integração Latino-americana (REDE AMLAT) integrada por grupos de pesquisa de universidades de Brasil, Argentina, Equador e Venezuela.

CARLA MONTEIRO DE SOUZA

Possui Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004), pós-doutorado em Migrações, realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2016). É professora da Universidade Federal de Roraima-UFRR, vinculada ao curso de História e ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF e ao Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHistória. Atua na área de História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, com ênfase em história do tempo presente; história oral, narrativas e memórias; migrações e cidades; história e literaturas.

CARLOS EDUARDO DO PRADO

Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui o título de mestre em Literaturas Francófonas pela mesma universidade. Atualmente é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde ministra aulas de francês língua estrangeira (FLE) no Instituto Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ atuando nos diferentes níveis de ensino (EF, EM e Graduação). Tem experiência na área de Letras, com

ênfase no ensino de francês, formação docente, estudos literários e tradução. É membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFF “O passado no presente: releituras da modernidade”, liderado pela professora Maria Elizabeth Chaves de Melo e do “Grupo de Estudos Stefan Zweig” da Casa Stefan Zweig – Petrópolis- Rio de Janeiro.

FÁBIO ALMEIDA DE CARVALHO

Doutor em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da Universidade Federal de Roraima, onde atua no curso de Licenciatura Intercultural (graduação); e nos Programas de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFRR) e Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Desenvolve pesquisas sobre trocas e transferências literárias e culturais e Circulação Literária, com destaque para a produção oriunda da tríplice fronteira da região circum-Roraima, no extremo norte da América do Sul.

HÉLIO ROCHA

Possui graduação em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Rondônia (1998), graduação em Letras-Português pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), mestrado em Letras- Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (2008) e doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2011). Realizou pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio (2016). Atualmente, exerce a docência junto ao Departamento de Língua Inglesa na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Professor Nível Adjunto II - com experiência na área de Letras, com ênfase em Estudos Literários, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos amazônicos, narrativas de viajantes de língua inglesa, colonização e barbárie; tradução interlingual (inglês-português) e tradução cultural (prática).

HELOÍSA HELENA SIQUEIRA CORREIA

Graduada em Filosofia pela UNESP- Campus de Marília, Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP, Docente do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas e do Programa de Mestrado em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa Devir-Amazônia: literatura, educação e interculturalidade; -UNIR, do GT da ANPOLL “Vertentes do insólito ficcional”, do LABINTER-Laboratório de Interculturalidade do PPGLI-UFAC e da ASLE-Brasil- Associação de Literatura e Ecocrítica. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa sobre narrativas indígenas e obras de literatura de expressão amazônica. Volta atenção sobretudo aos textos em que o pensamento ameríndio trata das relações interespecíes; e textos literários de expressão amazônica, não indígenas, em que há personagens não humanas protagonistas. Estuda, ainda, produções literárias em que o insólito ocorre de modo múltiplo, dando morada a personagens monstruosas e extraordinárias.

MARCELO ZABOETZKI

Possui graduação em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Rondônia (2004), Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Acre (2012) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Acre (2016). Atualmente é professor da Universidade Federal do Acre no Curso de Letras Inglês e Respectivas Literaturas, Coordenador de área do PIBID no subprojeto de Língua Inglesa da UFAC - Campus de Cruzeiro do Sul e doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS

Professora titular da UFRR, possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Amazônia, especialização em Educação pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em História das Américas pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas/Venezuela e doutorado em História Ibero-Americana pela PUC/RS. Pós- doutorado em andamento na Faculdade de Direito da

Universidade de Coimbra, Portugal. Tem experiência em História, com ênfase na História Regional do Brasil, História Socioeconômica e ambiental da Amazônia e Políticas Públicas.

MARIA ELIZABETH CHAVES DE MELLO

Realizou pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, 2008, com Roger Chartier. Doutorou-se na Pontifícia Universidade Católica-PUC-Rio, 1993. Lecionou na PUC-Rio (1988-1992), na Université du Québec à Montréal (2002) e atua na Universidade Federal Fluminense desde 1992. É membro associado ativo do CREPAL, da Université de Paris 3 e coordena o acordo entre a UFF e a Université de Pau et des Pays de L'Adour. É Pesquisadora do CNPq e coordena o grupo de pesquisa "O passado no presente: releituras da modernidade".

MARIA LUIZA FERNANDES

Realizou estágio de pós-doutoramento em História na Universidade de Lisboa. Doutora em História pela USP. Mestre e Licenciada em História pela UFSC. Professora do curso de História e dos Programas de Pós-Graduações em Sociedade e Fronteiras e Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Roraima. Atua, principalmente, nos seguintes temas: narrativas de viagens, movimentos sociais, ensino de história, ensino de história indígena.

MIGUEL NENEVÉ

Pesquisador CNPq nível 2. Graduado em Letras (Inglês e Português) pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (1982) e em Estudos Sociais pela Fundação Educacional da Região de Jaraguá do Sul - UNERJ (1980). Possui mestrado em Letras (Literatura Anglo-Americana) pela Universidade Federal da Paraíba (1986) e doutorado em Letras (Inglês e Literaturas Correspondentes) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Rondônia. Tem pós doutorado na York University, Toronto/Canada e na University of Guyana.

ROBERTO MIBIELLI

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2007), realizou pós-doutorado também pela UFF (2016). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Roraima. Atua na área de Letras, trabalhando principalmente os seguintes temas: ensino de literatura, teoria e ensino, literatura brasileira e literatura da/na Amazônia. Coordena o Programa de Pós-graduação em Letras da UFRR. Criou e coordena o Grupo de Estudos Literários Comparados, Cultura e Ensino de Literatura (DGP/CNPq), assim como atua nos grupos de pesquisa: Permanência e atualização das fontes textuais ameríndias nas literaturas americanas – o caso Circum-Roraima, coordenado pelo Professor Fábio Almeida de Carvalho (PPGL/UFRR) e As trocas e transferência literárias e culturais e a circulação literária e cultural em perspectiva histórica, coordenado pelo Professor José Luís Jobim (PPGLit/UFF). É poeta, escritor e fundador do coletivo Máfia do Verso.

SHEILA PRAXEDES PEREIRA CAMPOS

Doutora em Estudos de Literatura, na área de Literatura Comparada, pela Universidade Federal Fluminense, com Graduação e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Roraima. Atualmente, é professora adjunta na UFRR onde atua na área de Literatura e Práticas de Ensino, no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFRR). É membro dos Grupos de Pesquisa/CNPq: “Permanência e atualização das fontes textuais ameríndias nas literaturas americanas - o caso circum-Roraima” e “Estudos Literários Comparados, Cultura e Ensino de Literatura”. Desenvolve a pesquisa “A Amazônia entre a realidade e a ficção: viagens e viajantes reais e imaginários”.

A história da humanidade confunde-se com a história de deslocamentos de homens e mulheres pela superfície do planeta. Os campos da História e da Literatura são eivados de narrativas de viajantes, reais e ficcionais, tal como comprovam as narrativas de viagens que, conhecida há vários séculos, ganharam interesse especial da academia nas últimas décadas, configurando-se, além de entretenimento agradável e deleitoso, em importantes fontes para pesquisas. Que o leitor não ache que aqui é mais um livro sobre viagens e viajantes. É também. Mas não só. Trata-se este volume de textos recolhidos com pesquisadores nos quatro cantos do Brasil sobre como os outros, os de fora, veem a Amazônia, seja nos relatos etnográficos que beiram o ficcional, seja nos literários que beiram o científico.



ISBN 658606273-1



9 786586 062731